



Número: 65/2007

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA
TERRITORIAL**

Jaime Nogueira Mendes Júnior

**Ecoturismo e Desenvolvimento no Vale do Ribeira: análise compreensiva de um
problema potencial**

Tese apresentada ao Instituto de Geociências como
parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor
em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Marcos César Ferreira

CAMPINAS - SÃO PAULO

Junho 2007

**Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca
do Instituto de Geociências/UNICAMP**

M522e Mendes Junior, Jaime Nogueira
Ecoturismo e desenvolvimento no Vale do Ribeira: análise
compreensiva de um problema potencial / Jaime Nogueira Mendes
Junior.-- Campinas,SP.: [s.n.], 2007.

Orientador: Marcos César Ferreira.

Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Geociências.

1. Ecoturismo. 2. Desenvolvimento sustentável – Ribeira de
Iguape, Rio, Vale (PR e SP). 3. Ribeira de Iguape, Rio, Vale (PR e
SP). I. Ferreira, Marcos César. II.. Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.

Título em inglês: Ecotourism and development in Vale do Ribeira: comprehensive analysis of a
potential problem.

Keywords: - Ecotourism,

- Sustainable development - Ribeira de Iguape, Rio, Vale (PR e SP),
- Ribeira de Iguape, Rio, Vale (PR e SP).

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

Titulação: Doutor em Ciências

Banca examinadora: - Marcos César Ferreira,

- Claudete de Castro Silva Vitte,
- Arlêude Bortolozzi,
- Davis Gruber Sansolo,
- Paulo Roberto Teixeira de Godoy.

Data da defesa: 02/07/2007

Programa de Incentivo à Capacitação Docente - CAPES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA
TERRITORIAL

AUTOR: JAIME NOGUEIRA MENDES JÚNIOR

Ecoturismo e Desenvolvimento no Vale do Ribeira: análise compreensiva
de um problema potencial

ORIENTADOR: Prof. Dr. Marcos César Ferreira

Aprovada em: 02/07/2007

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Marcos César Ferreira

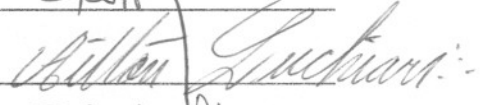
Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

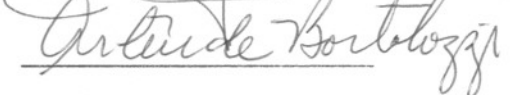
Prof. Dr. Ailton Luchiari

Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte

Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi

 - Presidente





Campinas, 02 de julho de 2007

Aos marginalizados, porém de espírito livre,
aos insurrectos e aos sonhadores, propulsores do desenvolvimento
humano, e a todos aqueles banidos
pela *moda* e pela *mediana* do convencionalismo,
aqueles que bravamente sobrevivem
nas caudas de uma *distribuição normal*,
os guardiões das sementes de um novo porvir,
este trabalho, de coração e alma,
dedico.

Agradecimentos

Inúmeras pessoas participaram, de modo decisivo, na elaboração deste trabalho. A todas essas pessoas, quero manifestar meus sinceros agradecimentos. Agradeço, também, ao suporte financeiro, a mim concedido, por meio de bolsa de estudo fornecida pela CAPES. Sem qualquer intuito de fazer distinções, listei os nomes das pessoas que participaram de modo mais direto no processo de construção deste trabalho. Reitero meus agradecimentos a todos.

Antônio Modesto: pela solicitude, interesse e colaboração.

Carlos Roberto Zacarias: pelas reflexões, pelas informações fornecidas e pelas críticas.

Cláudia Affonso Molina: pela dedicação na revisão gramatical do texto original, pelo carinho, pela paciência e pela tolerância ao longo da elaboração deste trabalho.

Cláudia Levy: pela prestatividade, pelos diálogos e informações.

Edinalva Novaes Schultz: pelo dinamismo, solicitude e competência no trato das questões burocráticas.

Henrique Natividade: por ter descortinado uma grande parte do Vale para mim.

Janaína de Oliveira Franco: por ter me guiado por outras trilhas do turismo.

Jonas Justino dos Santos: por ter descortinado uma outra parte do Vale para mim.

Marcos César Ferreira: pela coragem ao aceitar a arriscada empreita oferecida por esta tese.

Moisés de Oliveira Monteiro: por ter me lembrado, sempre, sobre o grande desafio humano.

Nayene de Oliveira Franco: pelos diálogos, informações e pela prestatividade.

Nélson Calil: por ter partilhado comigo seu universo físico e espiritual.

Nilton Rosa Pinto: por ter incubado em mim a fé no poder local de transformação social.

Rachel Negrão Cavalcanti: pela inspiração e iniciação na arte de um novo pensamento.

Roberto Fortes: pela confiança, colaboração e pelas informações sobre a História do Vale.

Tereza Luchiari: pelo senso crítico construtivo.

Valdirene Pinotte: pela afetividade, discernimento, bom senso e competência no trato das questões acadêmicas.

Por que me repetis: “vem por aqui”?
Se vim ao mundo, foi
só para desflorar florestas virgens,
e desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!
O mais que faço não vale nada.

Como, pois, sereis vós
que me dareis impulsos, ferramentas e coragem
para eu derrubar os meus obstáculos?
Corre em vossas veias sangue velho dos avós,
e vós amais o que é fácil!
Eu amo o Longe e a Miragem,
amo os abismos, as torrentes, os desertos...

José Régio – *Cântico Negro* (excertos) in
“Poemas de Deus e do Diabo”, 1925.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
APRESENTAÇÃO	01
INTRODUÇÃO	04
 CAPÍTULO 1	
REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS: problema, objetivo e método.	15
 CAPÍTULO 2	
LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	47
 CAPÍTULO 3	
BREVE ANÁLISE DA HISTÓRIA ECONÔMICA REGIONAL	
3.1. Tão antigo como o Brasil	53
3.2. A virada do século XIX	55
3.3. A imposição de uma nova política ambiental	60
3.4. Aspectos da História econômica de Iporanga	62
3.5. O Bairro da Serra	75
 CAPÍTULO 4	
O DESENVOLVIMENTO NA BERLINDA	
4.1. A noção sobre <i>desenvolvimento</i> no mundo moderno	81
4.2. O desenvolvimento sustentável	89
4.3. Desenvolvimento como felicidade	98
 CAPÍTULO 5	
CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL	
5.1. O Vale, o município e o bairro: aspectos gerais	107
5.2. Visitas, diálogos e impressões	112

5.2.1. Visita ao quilombo Praia Grande	113
5.2.2. Visita à Caverna do Diabo	116
5.2.3. Visita ao município de Apiaí e ao Núcleo de Caboclos (PETAR)	119
5.2.4. A caverna Santana (PETAR)	121
5.2.5. Visita ao Bairro Ribeirão	125
5.2.6. Visita ao município de Eldorado	128
5.2.7. Uma breve passagem pelo município de Barra do Turvo	129
5.2.8. Visita à Mineração Furnas	130
5.2.9. Visita à cascalheira em Iporanga	135
5.2.10. O potencial de organização comunitária no Bairro da Serra: um caso exemplar	138
5.2.11. Transecto Iporanga-Miracatu	142
5.3. O PETAR e a reorganização da produção no Bairro da Serra	150
5.4. A conservação da Mata Atlântica e as raízes do conflito sócio-ambiental regional	156
5.5. A Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira	160

CAPÍTULO 6

ECOTURISMO: CONCEITO E PRÁTICA

6.1. Algumas considerações sobre turismo	167
6.2. O que é ecoturismo?	179
6.3. Ecoturismo: discurso e interesses econômicos	184
6.4. Entraves na prática do ecoturismo	191
6.5. O potencial turístico como alternativa econômica: o Vale acuado?	197
6.5.1. O turismo no Bairro da Serra	201
6.5.2. A formação de monitores ambientais e a imposição do saber científico	208

CAPÍTULO 7

A CERTIFICAÇÃO EM ECOTURISMO

7.1. A certificação como solução	217
7.2. A proliferação dos programas de certificação	219
7.3. Contradições nos programas de certificação	221
7.4. Novos horizontes para a certificação em ecoturismo	228
7.5. A noção local de qualidade e a idéia de qualidade local	230

7.6. Re-alinhando o instrumento de certificação	235
CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
ANEXO 1 – Resolução SMA/SP-32, de 31 de março de 1998.	253
ANEXO 2 – Som das cavernas Chapéu e Santana (PETAR).	260
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	261

LISTA DE FIGURAS

Mapa do Estado de São Paulo com destaque para a região do Vale do Ribeira (2.1)	47
Região do Vale do Ribeira (SP) e localização do município de Iporanga (2.2)	49
Município de Iporanga e localização do Bairro da Serra (2.3)	51
Transporte do minério de chumbo de propriedade da Sociedade de Mineração Furnas em 1934 (3.1)	66
Barco a vapor “Candido Rodrigues” que fazia a linha Xiririca – Juquiá em 1929 (3.2)	67
Contrastes: casebre de tábuas e antena parabólica – Bairro da Serra (5.1.1)	109
Alegria e aparência saudável são características evidentes da população local (5.1.2)	111
Dona Clotilde em sua cozinha tradicional – Quilombo Praia Grande (5.2.1.1)	115
Expositor do quilombo Sapatu em estande no núcleo da Caverna do Diabo (5.2.2.1)	117
Monitor ambiental discursa para grupo de alunos: reprodução da sala de aula dentro da caverna (5.2.4.1)	123
Lagoa de decantação – ribeirão Furnas (5.2.8.1)	131
Placa da empresa responsável pela recuperação ambiental em Furnas (5.2.8.2)	133
Vista parcial da cascalheira (5.2.9.1)	136
Barranco localizado na estrada entre os municípios de Iporanga e Barra do Turvo (5.2.9.2)	137
Dona Benedita e seu esposo descascam o feijão cultivado no fundo de sua casa (5.2.10.1)	139
Manchete publicada no jornal Apiaí Diz de 16 a 27 de novembro de 2004 sobre a rebelião dos funcionários da prefeitura (5.2.10.2)	141
Ausência de mata ciliar. Trecho do rio Ribeira de Iguape entre os municípios de Iporanga e Eldorado (5.2.11.1)	143
Área de pastagem ao longo do rio Ribeira entre Iporanga e Eldorado (5.2.11.2)	145
Pesqueiro localizado às margens da estrada entre Iporanga e Eldorado (5.2.11.3)	147
Bananal nas proximidades do município de Sete Barras (5.2.11.4)	149
Turismo no Bairro da Serra: lugares diferentes dentro de um mesmo local (6.5.1.1)	205
Fadiga: um dos efeitos do consumo de produtos turísticos baseados na produtividade quantitativa (6.5.1.2)	207



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Pós-Graduação em Geografia

Ecoturismo e Desenvolvimento no Vale do Ribeira: análise compreensiva de um problema potencial

RESUMO

Tese de Doutorado

Jaime Nogueira Mendes Jr

O ecoturismo tem sido apontado como uma das soluções mais apropriadas para solucionar o conflito sócio-ambiental e alavancar o desenvolvimento no Vale do Ribeira, o que se deve ao caráter potencialmente sustentável dessa modalidade turística e, portanto, compatível com o uso legal de um território protegido, em quase toda a sua extensão, por unidades de conservação. Por outro lado, a inobservância do ideal do ecoturismo tem levado a adoção de sistemas de certificação para assegurar a sua sustentabilidade.

Por meio da análise compreensiva, desenvolvida neste trabalho, produzimos uma leitura acerca do ecoturismo como solução ao conflito sócio-ambiental no Vale do Ribeira que revela não somente as estratégias de dominação ocultas no uso de instrumentos destinados ao desenvolvimento regional, mas, sobretudo, a incompatibilidade entre a idéia de desenvolvimento no mundo contemporâneo e o ideal do ecoturismo, enfatizando a importância de restituir ao lugar, definido pelo Bairro da Serra – Iporanga, SP, o papel de agente ativo no processo de desenvolvimento diante das pressões verticais da globalização em que o turismo, regionalmente, tem operado como um catalisador.

Palavras-chave – Ecoturismo, Desenvolvimento, Vale do Ribeira.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Pós-Graduação em Geografia

Ecotourism and Development in Vale do Ribeira: comprehensive analisys of a potential problem

ABSTRACT

Tese de Doutorado

Jaime Nogueira Mendes Jr

Ecotourism has been pointed out as a suitable solution to promote development in Vale do Ribeira due to its potential sustainability and compatibility with the legal use of a territory which is occupied by protected areas over almost its total extension. On the other hand, negligence with the ecotourism ideal has led to the use of certification as a mean to assure ecotourism sustainability.

By means of the comprehensive analisys developed in this work, we offer an approach to the idea of taking ecotourism as a solution to the environmental and social conflict in Vale do Ribeira which reveals social domination strategies, as well as the ecotourism ideal incompatibility to the development idea in the contemporary world. This emphasizes the importance of local empowerment of Bairro da Serra – Iporanga, SP, as a mean to improve its role as an active agent in the development process under the vertical globalization pressure in which tourism has played a catalyst part regionally.

Key words – Ecotourism, Development, Vale do Ribeira.

Apresentação

Este trabalho é o resultado de um longo período de aprendizado e reflexões em torno do significado da produção do saber e de seu uso no processo de desenvolvimento social. A compreensão acerca desse tema tem como prerrogativa a reflexão sobre o método de investigação científica que desempenha o seu papel tanto na qualidade do saber por ele produzido como nos limites que circunscrevem a percepção do pesquisador. Ou seja, o método científico determina não somente o procedimento na produção do saber, mas também as fronteiras que encerram a percepção e limitam o potencial humano como sujeito reflexivo e criativo. A produção do saber, que é uma forma de aumentar a capacidade humana de desenvolvimento, se apresenta, neste início de milênio, como uma necessidade urgente na busca por soluções para a atual crise sócio-ambiental que se manifesta, entre outras formas, nos conflitos locais e regionais, tal como tem acontecido no Vale do Ribeira, região que tem protagonizado um papel histórico marcado pela exploração social e ambiental.

Mais recentemente, com a instalação de várias unidades de conservação, o Vale do Ribeira foi incorporado ao problema de uma crise mundial em que se entrecrocavam conservação ambiental e desenvolvimento econômico. As soluções para essa crise, a qual se manifesta regionalmente na forma do conflito sócio-ambiental, têm sido pensadas em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, originando iniciativas práticas baseadas na implementação de atividades alternativas denominadas “sustentáveis”. Entre as diferentes alternativas, o ecoturismo é, regionalmente, a que tem concentrado mais a atenção de órgãos públicos e privados interessados no desenvolvimento do Vale do Ribeira.

Entendemos que medidas práticas baseadas na implementação de atividades econômicas alternativas, isto é, alinhadas com a noção de desenvolvimento sustentável, possuem um importante papel no cenário atual do Vale do Ribeira como medidas emergenciais para a mitigação da pobreza exacerbada pela limitação de uso do território imposta por meio das unidades de conservação.

Por outro lado, entendemos também que essas medidas, enquanto resultado de uma abordagem baseada numa forma de pensar limitada pelo próprio método de produção do

saber, são insuficientes e, por vezes, ineficazes por se restringirem ao aspecto administrativo do conflito sócio-ambiental. Em outras palavras, na abordagem administrativa há uma grave limitação das ações que se preocupam muito mais com a produção de instrumentos, tais como políticas, inventários, contabilidades, estatísticas, diretrizes, códigos de conduta, que embora sejam importantes, não podem prescindir de uma reflexão sobre o uso desses instrumentos, pensando-se a causalidade e finalidade últimas das ações determinadas ou indicadas por esse tipo de abordagem.

Entendemos que sem uma leitura mais reflexiva sobre o conflito sócio-ambiental, as ações práticas que procuram atenuar a pobreza regional tornam-se pouco eficazes. Nossa leitura, que se pretende complementar à abordagem administrativa, não pode, portanto, se limitar aos aspectos técnicos e administrativos do conflito, mas tem como desafio aprofundar a investigação para além dos tênues filamentos que compõem as raízes do *atual estado das coisas* e penetrar no solo que nutre o sistema responsável pela insatisfação humana diante dos conflitos provenientes das utopias do passado. Dessa forma, emerge a necessidade de proceder a uma discussão básica em torno da idéia de desenvolvimento como a busca do sentido implícito na ação social e, quase sempre, oculto sob a ideologia hegemônica na modernidade.

A abordagem oferecida por esse trabalho é traçada pelo sujeito que reflete em seu espaço compreensivo e se sustenta, por um lado, na busca pelo sentido das ações materializadas pela idéia de desenvolvimento e, por outro lado, no evoluir histórico como um processo de busca por esse sentido. Dessa forma, entendemos que a noção de desenvolvimento é, enquanto manifestação histórica da busca humana por sua realização, condicionada pelo desenvolvimento da consciência como forma de estabelecer as relações sociais e ambientais nas atividades produtivas ao longo do processo histórico.

Nos últimos anos, o discurso baseado no desenvolvimento sustentável tem apontado a necessidade de uma integração harmoniosa do homem ao seu meio, o que é um aspecto fundamental para a formação de um caráter humano lastreado na responsabilidade e compromisso sócio-ambientais. Acreditamos que a prerrogativa para atender essa necessidade é o desenvolvimento de uma consciência capaz de promover a diluição dos aspectos social e ambiental na essência humana, o que, em nossa visão, é um requisito para

a operacionalidade de trabalhos e projetos baseados em práticas produtivas sustentáveis direcionadas à solução do conflito sócio-ambiental.

A leitura que realizamos sobre a problemática sócio-ambiental resultou numa compreensão possível acerca da questão do desenvolvimento no Vale no Ribeira, especialmente no Bairro da Serra – Iporanga, analisando o ecoturismo como fórmula de ignição para a implementação do desenvolvimento sustentável em nível regional. Os caminhos que construímos para alcançar essa compreensão definiram o formato do saber produzido como resultado da metodologia desenvolvida e empregada neste trabalho ao longo de sua elaboração. Como consequência das escolhas que fizemos, o produto deste trabalho apresenta-se de forma aberta e orgânica, e não como um produto conclusivo, embalado e pronto para ser manipulado e examinado num balcão de dissecação.

Diferentemente da postura do especialista, abstivemo-nos da pretensão de esgotar ou aprofundar demasiadamente temas específicos, buscando, por outro lado, trazer diferentes dimensões do saber, religando os elementos que acreditamos serem partes inextrincáveis do problema em estudo, contribuindo não só para uma compreensão mais ampla desse problema, mas também para a compreensão do conflito sócio-ambiental como a *coisa-não-todo*.

Entendemos que a busca pelo sentido inerente ao processo de desenvolvimento nos convida a mergulhar um pouco mais fundo em nossa compreensão acerca do estado das coisas e não, simplesmente, aceitá-la como uma mera fatalidade da modernidade. Contudo, essa tarefa perde parte de seu significado quando é empreendida pelo indivíduo. Acreditamos que o leitor é, necessariamente, parte complementar à compreensão do problema, não somente por sua capacidade crítica, mas, sobretudo, por sua capacidade compreensiva.

Introdução

Entendemos que, ao iniciar este trabalho, é importante situar o leitor em relação ao processo em que se origina o texto ora apresentado como tese de doutoramento. Contudo, falar da origem deste trabalho seria impossível sem deixar de lado, ainda que apenas por alguns parágrafos, o tom impessoal próprio de textos científicos, pois o assunto em pauta possui relação estreita com o desenvolvimento e amadurecimento do olhar pessoal do autor sobre a *questão ambiental*, objeto central da investigação ecológica e herança de minha formação em Ecologia.

O fio condutor dos trabalhos em que tenho participado sempre foi a difícil tarefa de buscar a conciliação entre conservação ambiental e a promoção do bem-estar de populações locais. Meu primeiro envolvimento com essa temática ocorreu em 1992 por ocasião de minha contratação como consultor da ONG Núcleo de Cultura Indígena, sediada em São Paulo. Nosso trabalho envolvia a participação de vários grupos sociais pertencentes a diferentes etnias, tais como, Iawanawa, Kaxinawa e Ashaninka (Estado do Acre), Krenak (Vale do Rio Doce - Minas Gerais), mas foi com o povo xavante da Reserva Indígena Rio das Mortes – Aldeia Pimentel Barbosa (Mato Grosso) que me envolvi diretamente ao longo de três anos de trabalho. Nosso trabalho consistia em buscar alternativas que viabilizassem a sobrevivência da comunidade xavante por meio de duas principais linhas de pesquisa; uma delas pautada na busca por soluções econômicas baseadas na exploração de frutos típicos de cerrado, e outra baseada no manejo da caça, atividade central no universo espiritual e nutricional do povo xavante. Os métodos empregados se baseavam na estimativa do estoque de inúmeros itens da fauna e flora local por meio da interpretação de imagens de satélite e levantamentos em campo. Buscamos identificar os diferentes temas envolvidos que, na tentativa de abarcar a complexidade do sistema em estudo, foram encaminhados para seus respectivos especialistas, resultando em mapas geomorfológicos, mapas de solo, de vegetação, cada qual com seus compartimentos bem delimitados. A própria reserva indígena foi tratada de modo isolado, como se fosse uma ilha, sem relação com o processo político-econômico externo responsável pelos conflitos internos, especialmente os de caráter ambiental e cultural. A metodologia empregada, notadamente reducionista, nos

impunha uma abordagem fragmentada que, embora representasse de modo bastante fiel os aspectos fisiográficos do ambiente, dificultava, por outro lado, a compreensão dos processos que se estabelecem nas interfaces dos compartimentos artificialmente delimitados, bem como os processos que se estabelecem entre as diferentes áreas do conhecimento científico. Os resultados obtidos refletiam claramente a percepção e postura ocidental moderna nas soluções encontradas para o conflito estudado que apontavam, via de regra, para a negação da *identidade cultural* do povo xavante expressa, por exemplo, pela relação espiritual com os elementos naturais do ambiente através do *mundo dos sonhos*, universo de aprimoramento do conhecimento daquele povo.

A limitação dos métodos empregados naquele trabalho, baseados exclusivamente na Estatística clássica, me impeliu a expandir meu arsenal metodológico e buscar soluções noutras áreas do conhecimento científico. Em 1996, iniciei meu trabalho de mestrado que tinha como meta central incorporar o aspecto contínuo do ambiente, isto é, os gradientes e transições ambientais, à investigação ecológica. Para isso, utilizamos um método denominado *krigagem*, uma das ferramentas da Geoestatística empregada na prospecção de minerais em estudos geológicos, e que resultou em minha dissertação de mestrado (MENDES JR., 1999). Contudo, os resultados obtidos naquele trabalho, apesar de ampliarem as possibilidades de percepção e análise da estrutura de populações em estudos de Ecologia, ainda se restringiam apenas a um aprofundamento da Ecologia quantitativa.

Em 2000, fui contratado como consultor da Tawaya, uma empresa nacional sediada em Cruzeiro do Sul – AC, cujo interesse estava focado na utilização de produtos vegetais não-madeireiros, notadamente frutos oleaginosos de espécies típicas da floresta amazônica. O empreendimento contava com a parceria de comunidades ribeirinhas constituídas por pescadores artesanais, bem como por comunidades indígenas, que faziam a coleta dos frutos e o transporte até o município de Cruzeiro do Sul. Uma vez na cidade, a mercadoria era processada por uma indústria local, a Tawaya, que também se encarregava da comercialização do produto final.

O projeto, de forma geral, possuía uma base conceitual bem elaborada. Esta base, apoiada do uso racional dos recursos florestais, intermediava o contato entre empresário e extrativistas, ao passo que delimitava o papel dos protagonistas de acordo com suas respectivas culturas. O impacto ambiental era baixíssimo, considerando a escala de

exploração naquele momento. Do ponto de vista sócio-cultural, a atividade representava apenas a adição de mais um item de coleta dentro da economia extrativista daquelas comunidades, sem grandes interferências no modo de vida tradicional dos coletores locais. Meu trabalho como consultor consistia em conduzir as investigações ecológicas a partir das práticas extrativistas que já estavam em curso e avaliar os estoques das espécies exploradas, o que serviria de base para a elaboração de um plano de manejo com alto grau de detalhamento. A metodologia empregada contava, naquele momento, com os novos recursos adquiridos ao longo de meu mestrado, mas ainda se baseava, em grande parte, na delimitação de compartimentos por meio do uso de imagens de satélite e nos métodos quantitativos da Ecologia. Havíamos introduzido a noção do contínuo espacial, mas ainda nos escapava a compreensão acerca dos processos que operam além dos sistemas naturais. Embora cada elemento participante estivesse em harmonia, ou seja, o empresário com sua indústria, as comunidades extrativistas com sua economia fortalecida, a floresta em pé e baixíssimos níveis de impacto sócio-ambiental, o que garantia o bom funcionamento do pequeno *sub-sistema* que se instalara, mais uma vez, não consideramos o processo externo responsável pelo conflito local. As soluções práticas adotadas, embora viabilizassem o êxito do projeto por meio da geração de trabalho e aumento da renda das comunidades envolvidas, representavam medidas de mitigação instantâneas, resultado de uma análise superficial da problemática sócio-ambiental regional.

Faltava-nos o elo para uma compreensão mais ampla que nos permitisse investigar a natureza do processo que produz o conflito local e a trama das relações políticas em torno do capital como responsáveis pela necessidade permanente de elaboração de projetos de mitigação. Como resultado colateral, um empreendimento dessa natureza acaba por reproduzir o próprio sistema produtor do conflito, uma vez que se acomoda no seio do pensamento capitalista e não dispõe de estratégias que promovam mudanças no sentido de trazer o elemento humano para o centro do projeto de desenvolvimento local, ao invés, de manter ali, a reprodução do capital financeiro na condição de panacéia para o conflito sócio-ambiental.

No ano de 2003, com meu ingresso no programa de pós-graduação em Geografia (IGE – UNICAMP), tive a oportunidade de aprofundar a investigação ecológica a partir de uma percepção mais ampla, procurando incorporar *elementos fundamentais* que viabilizassem

uma melhor compreensão do processo de busca por soluções para a difícil tarefa de conciliar desenvolvimento, sociedade e ambiente. Os elementos fundamentais aos quais me refiro se definem numa maior abertura para *transcender* o estudo puramente social ou ambiental, físico ou biológico, e desta forma, ampliar a compreensão por meio da análise das estratégias políticas e seu evoluir histórico em torno do poder e da dominação social. Outro elemento fundamental é a liberdade para tratar da questão metodológica, o que tem me possibilitado uma melhor aproximação do elemento humano dentro de seu contexto sócio-ambiental, diferentemente da “camisa-de-força” dos métodos científicos convencionais que, via de regra, promovem o distanciamento do pesquisador em relação ao seu objeto de pesquisa, ao passo que distancia o ser humano de seu contexto sócio-ambiental por meio da imposição de uma ótica fragmentada e pretensamente objetiva.

Transcender o estudo puramente *social* ou *ambiental* significa se esforçar no sentido de trazer estes dois aspectos, indissolúveis a princípio, para uma análise que busca uma *compreensão diferenciada* que, diversamente do universo dos estudos multidisciplinares que mantêm os contornos e *costuras* entre as várias disciplinas que os compõem, promova a dissolução das especialidades e nos aproxime de uma percepção mais ampla, ingrediente central na prática de uma outra investigação científica que intente abordar o aspecto complexo inerente ao *sistema* sociedade-ambiente.

Este trabalho, embora possua suas raízes na investigação ecológica, já não encontra espaço para seu desenvolvimento nos departamentos de Ecologia, ainda muito engessados pelo pensamento positivista. A condução do presente estudo não poderia ter encontrado melhor abrigo senão sob o arcabouço da Geografia que, embora ainda bastante compartimentalizada em áreas específicas, tem ampliado os esforços no sentido de reunir, de maneira transversal, os aspectos sociais e ambientais em seu universo do *saber*, o que lhe predispõe como a área do conhecimento ocidental que melhor se aproxima de uma abordagem totalizante, requisito fundamental para a elaboração do trabalho aqui apresentado como tese de doutoramento.

Diferentemente de outros trabalhos que evoluem por meio da crescente especialização e aprofundamento em torno de um *objeto específico*, seja o lugar, sejam os elementos que constituem esse lugar, ou ainda a relação entre esses elementos, o presente trabalho resulta de um movimento inverso que, ao invés de procurar por uma aproximação cada vez maior

de um suposto objeto específico, caracteriza-se pelo distanciamento do mesmo em busca de uma compreensão mais ampla acerca da questão ecológica.

É dentro desse contexto que se desenha a trajetória deste trabalho. Desde o ponto de partida na Ecologia, até o presente momento na Geografia, o que tenho procurado é alcançar uma compreensão que possibilite uma leitura verossímil do ambiente, o que, a meu ver, é bastante improvável sem que antes se reúnam os elementos que dele façam parte. Esta assertiva, *justa causa* de minha postura, conduz, invariavelmente, para uma concepção *complexa* de ambiente. Não poderia ser de outra forma. Os problemas sócio-ambientais que experimentamos na atualidade contemporânea, e as questões que deles decorrem, são complexos e exigem soluções que considerem este seu aspecto complexo por meio de uma abordagem de maior amplitude, o que, diga-se de passagem, está muito além da capacidade e competência do *especialista*.

De acordo com Morin (2003; p. 7), *complexidade* é uma *palavra-problema*, quando, na verdade, espera-se dela uma fórmula instantânea para a resolução de problemas que atenda às expectativas ainda calcadas no pensamento positivista e no comportamento imediatista da sociedade industrial.

A palavra complexidade só pode exprimir o nosso embaraço, a nossa confusão, a nossa incapacidade de definir de maneira simples, de nomear de maneira clara, de por ordem nas nossas idéias.

Até agora, coube ao conhecimento científico a difícil tarefa de solucionar, por meio de um entendimento claro e objetivo, o conflito responsável por essa *confusão*, por essa *incapacidade de definir de maneira simples*, através do *pensamento simplificador*, os fenômenos complexos inerentes à natureza das coisas e dos seres. Em boa medida, isso tem sido feito seguindo os preceitos de Galileu Galilei (1988) - *quantificando tudo que seja quantificável e tornando quantificável aquilo que não o é* - o que tem caracterizado, em última instância, o aspecto materialista e quantitativo da ciência ocidental e promovido aquilo que Adorno e Horkheimer denominam de *desencantamento do mundo* (KURZ, 1997; p. 5).

[Ao longo do processo de *esclarecimento*] são progressivamente destruídas, junto com os deuses, as qualidades do mundo, pois o “programa de desencantamento do mundo”, que repousa na dominação, decompõe, com o seu “pensamento ordenador”, tudo o que é próprio e o que, nos homens e nas coisas, não se resolve na investida objetivante: “O que não se quer adaptar à medida da calculabilidade e da utilidade é tomado como suspeito pelo Esclarecimento”. Ele é por princípio totalitário, na medida em que submete a natureza e a sociedade despidas de qualidade ao cálculo da mera quantificação, à matemática da dominação.

O *esclarecimento* a que se referem Adorno e Horkheimer é justamente o pretenso objetivo do método de investigação científica que, quando fundamentado no *pensamento positivista*, busca por meio do experimentalismo sistemático descobrir as leis que determinam o funcionamento dos fenômenos sociais e ambientais, o que é feito, de acordo com Morin (2003), a partir de dois tipos lógicos de operação, a *separação* e a *redução*, ambos “brutalizantes e mutiladores”. Como consequência imediata ao cumprimento do protocolo da investigação científica, surge a necessidade de *estreitamento do foco* a que se lança o especialista que, por meio de seu *olhar* microscópico, produz os *fragmentos do saber* científico. Destarte, abandona-se não somente as conexões que se estabelecem entre as diferentes áreas do conhecimento, imprescindíveis para a compreensão desses fragmentos, mas abandona-se também aquilo que, talvez, seja mais valioso: a *natureza* e os *efeitos* da investigação científica acerca *da coisa em si*. Ribeiro Jr (1986; p. 17), define muito bem esse problema a que me refiro no parágrafo que transcrevo a seguir, onde o autor trata do pensamento positivista.

Dessa forma, não se pronuncia, ao menos em teoria, não só acerca de qualquer substância cuja existência não possa ser submetida à experiência, como também sobre as *causas íntimas* e as *origens últimas das coisas*, nem a respeito de sua *finalidade*. Donde se conclui que o método positivo não assinala à ciência mais do que o estudo dos fatos e suas relações, fatos esses somente percebidos pelos sentidos exteriores.

Uma análise semelhante é encontrada no pensamento de Adorno e Horkheimer (1985; p. 84), que corrobora e amplia a análise acima transcrita de Ribeiro Jr, ao passo que edifica o embasamento onde se assentam os argumentos do presente trabalho.

(...) o modelo de investigação adotado amplamente no mundo ocidental, limita-se a averiguar fatos, ordená-los e colocá-los a disposição como informação, sem analisar seus pressupostos e suas conseqüências econômicas e sociais.

Contudo, reconhecer e assumir as limitações do pensamento positivista e do modelo ortodoxo da produção do saber científico não significa, necessariamente, negar o pensamento simplificador, mas permitir que uma *nova ordem do pensamento* se instale onde falha o pensamento simplificador (MORIN, 2003; p. 8).

A complexidade aparece certamente onde o pensamento simplificador falha, mas integra nela tudo o que põe ordem, clareza, distinção, precisão no conhecimento. Enquanto o pensamento simplificador desintegra a complexidade do real, o pensamento complexo integra o mais possível os modos simplificadores de pensar, mas recusa as conseqüências mutiladoras, redutoras, unidimensionais e, finalmente, ilusórias de uma simplificação que se toma pelo reflexo do que há de real na realidade.

Essa nova ordem do pensamento, definida como os princípios de uma outra forma de pensar, deve, por oposição, ser extensão e ampliação onde antes era redução. Ser integralização e totalização onde antes era fragmentação. Permitir que se vislumbre a complexidade, onde pretendia-se somente a sua simplificação.

Entendo que um dos passos importantes na direção de ampliar nossa compreensão acerca dos fenômenos geradores do conflito sócio-ambiental e, por conseguinte, na possibilidade de encontrar soluções mais eficazes para o *processo de desenvolvimento* pautado na sustentabilidade, constitui-se na dissolução das barreiras que separam o componente social do componente ambiental. Nesse sentido, partilho com Capra (2002; p. 17), não só de sua opinião, a qual transcrevo no parágrafo abaixo, mas também da mesma *esperança* que insufla no presente trabalho a força motriz responsável pelo seu desenvolvimento.

Nossas disciplinas acadêmicas organizaram-se de tal modo que as ciências naturais lidam com as estruturas materiais, ao passo que as ciências sociais tratam das estruturas sociais, as quais são compreendidas essencialmente como conjuntos de regras de comportamento. No futuro, essa divisão rigorosa já não

será possível, pois *o principal desafio deste novo século* – para os cientistas sociais, os cientistas da natureza e todas as pessoas – será a *construção de comunidades ecologicamente sustentáveis*, organizadas de tal modo que suas tecnologias e instituições sociais – suas estruturas materiais e sociais – não prejudiquem a capacidade intrínseca da natureza de sustentar a vida.

Outro aspecto fundamental desta nova ordem do pensamento é a urgente necessidade de considerar as causas e as finalidades da produção do saber científico, ao que Morin (2003) se reporta afirmando que “é preciso previamente tomar consciência da natureza e das conseqüências dos paradigmas que mutilam o conhecimento e desfiguram o real”. Ao meu modo de entender, na ausência dessa compreensão, a investigação ecológica se torna estéril e resulta, via de regra, em medidas de mitigação que se assemelham a um permanente *colocar de panos quentes* sobre a chaga incontrolável.

Esta *discussão*, embora seja extremamente pertinente à investigação ecológica, continua proscrita, ou quando muito, tolerada como focos isolados, marginalizados nos guetos sob a penumbra dos departamentos de ecologia, que, por sua vez, insistem em eternos projetos de recuperação ambiental, manejo de populações ameaçadas de extinção, reflorestamentos, despoluição.

Contudo, se há uma possibilidade de escolha, então ela recai no lugar que me parece muito mais fértil para cultivar este trabalho. Este lugar, onde podemos discutir e trazer à baila temas que nos são caros por se tratarem de matéria constituinte do nosso próprio modo de pensar, de conceber os valores e estabelecer nossas metas pessoais. Este lugar, onde é possível remover a poeira quinhentista e revelar o cristal que debaixo dela se esconde, mas que não nos interessa. O que nos interessa é o que nele está cristalizado, e não a coisa petrificada e caleidoscópica. O que nos interessa não é a sua forma dura ou o seu brilho, mas a substância que parou de fluir, que perdeu seu movimento e deixou de irrigar e nutrir o próprio *pensar*.

A escolha certa é aquela que abre novas possibilidades, em vez de encerrar-nos em nosso próprio universo de cartas marcadas e restritivo por princípio. Penso que não poderia ser de outra forma. Minha escolha cumpre o que profetiza e me leva para além das florestas e povos exóticos de outros Estados. Minha escolha me leva a conhecer aquilo que estava o

tempo todo do outro lado da janela de minha casa, um universo completamente novo e desconhecido para mim.

Destarte, meu vínculo com o programa de pós-graduação do IGE – UNICAMP permitiu a oportunidade de aproximação e envolvimento com o entorno geográfico de minha atual base de pesquisa, isto é, o universo sócio-ambiental regional definido pela cultura típica do homem do interior, onde o caipira é um elemento central; as formações florestais, notadamente a exuberante Mata Atlântica; as políticas de conservação ambiental, expressas por meio das leis que definem as unidades de conservação, bem como as políticas de desenvolvimento regional direcionadas à atenuação do conflito entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Pude, por meio deste trabalho, conhecer melhor alguns aspectos da problemática sócio-ambiental de minha própria região e investir o resultado da experiência que tenho adquirido até o momento, no sentido de contribuir para o processo de desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva da sustentabilidade, definida pela tarefa de buscar caminhos que conciliem *conservação ambiental* e *desenvolvimento social*, eixo orientador do evoluir deste trabalho.

Quando se trata do conflito que se estabelece entre a cultura do homem do interior paulista e as políticas de conservação ambiental, é certamente o Vale do Ribeira um dos locais que imediatamente se apresenta. Isto se deve, primeiramente, ao fato de ser ali um dos principais núcleos onde subsiste a *cultura caipira*. Em segundo lugar, pelo fato de o Vale do Ribeira ser o maior reduto de Mata Atlântica, totalizando algo em torno de 20% do pouco que restou dessa formação florestal em todo o Brasil. E, em terceiro lugar, deve-se à aparente incoerência que se define na coexistência conflituosa entre a miséria econômica da população regional e a exuberante floresta protegida na forma de unidades de conservação que ocupam a quase totalidade da região do Vale do Ribeira. Essas características da região, em boa medida produtoras do conflito sócio-ambiental regional, constituem um cenário bastante complexo que é para onde dirigiremos o foco do presente trabalho.

Contudo, para se ter um melhor entendimento acerca do cenário atual, é fundamental revisitar o processo histórico regional e desvelar as estratégias de dominação social e exploração ambiental encerradas no *uso do território* como o meio de reprodução do capital econômico. Como veremos adiante com maior grau de detalhe, historicamente, temos assistido a repetição de uma mesma estratégia de exploração econômica que vai se

perpetuando no Vale do Ribeira. Essa estratégia se define no abandono constante da região pelos investidores e detentores do capital ao fim de cada surto econômico, onde a acumulação financeira se processa, necessariamente, por meio da exploração ambiental, bem como das camadas pobres da sociedade.

Atualmente, percebemos que há um certo esforço, tanto por parte do Estado, como por organismos da sociedade civil, no sentido de capacitar a *população local* por meio de programas de formação, como é o caso do *curso para formação de monitores ambientais*, e colocar os meios de produção à sua disposição. Entendemos que essa estratégia se define na tentativa de fortalecer as populações locais com apoio financeiro e *conhecimento técnico*, visando torná-las mais *competitivas* dentro de um mercado profissional e agressivo, como é o caso do turismo, nomeadamente o *ecoturismo*, que, graças ao aspecto econômico promissor dessa indústria, tem se configurado num ponto central dos projetos indutores do desenvolvimento regional, ao passo que, também, concentra a atenção de grandes investidores e empresários.

Considerando os mecanismos da economia de mercado, pode-se inferir que os grupos mais fortes da classe economicamente dominante, em pouco tempo, por meio da competição, eliminará a concorrência e se re-apropriará dos meios de produção, re-allocando a população local para a condição de mão-de-obra disponível. A inobservância do risco contido nessa breve análise, que acaba resultando na falta de dispositivos que garantam a preservação dos meios de produção nas mãos dos grupos oprimidos e assegurem a integridade comunitária sob o impacto cultural do turismo, tem se constituído num dos pontos fracos das iniciativas e projetos que buscam implementar o desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira por meio do fomento ao turismo e ecoturismo.

Por outro lado, os *sistemas de certificação* têm se apresentado como um instrumento de grande *potencial* para assegurar a prática de atividades sustentáveis e orientar o desenvolvimento regional para uma acepção sustentável. Este aspecto potencial está fortemente presente no discurso que embasa os inúmeros programas de certificação direcionados à sustentabilidade.

Nesse sentido, a certificação tem se tornado um desdobramento natural do negócio ecoturístico, o que vem ocorrendo na esteira de uma forte tendência mundial da indústria da normatização. Entretanto, os sistemas de certificação em ecoturismo e turismo sustentável,

tal como vem sendo propostos atualmente, encerram em si uma contradição que reverte completamente as propostas contidas em seu discurso, tal como veremos adiante com maior detalhamento.

Por outro lado, a *cultura regional* possui elementos essenciais que podem ser o caminho para uma concepção de *valores* fundamentais ao sucesso de projetos baseados na implantação de atividades sustentáveis. Este fato, que exige uma profunda análise, já sinaliza para a necessidade de ampliação e fortalecimento da *estrutura comunitária* por meio da própria cultura local. É dentro deste universo cultural que a proposta do desenvolvimento sustentável deve procurar abrigo, isto é, não pode ser um elemento discrepante com o *modus faciendi* local.

CAPÍTULO 1 - Reflexões teórico-conceituais: problema, objetivo e método.

O *problema* do qual se ocupa o presente trabalho toma forma, não na delimitação dos elementos constituintes do conflito sócio-ambiental local, mas nos desdobramentos, potenciais e factuais, da *fundamentação da ação social* promovida quer pelo Estado, quer por organizações da sociedade civil, promotores de *medidas* de mitigação do conflito em questão. Tais medidas se constituem, em boa parte, na implantação de atividades que possam operar como fonte de geração de renda, um flagrante comum do pensamento capitalista que deposita toda a sua crença no poder absoluto do capital como meio de resolução para todos os problemas.

O *problema* que abordamos neste trabalho se define nos *desdobramentos*, explícitos ou implícitos, da estratégia de fomento ao ecoturismo como fórmula de conciliação entre desenvolvimento sócio-econômico e conservação ambiental no Vale do Ribeira.

Dentre os desdobramentos abordados, a *certificação em ecoturismo*, tendência imperativa na indústria turística mundial, é uma das tônicas do presente trabalho, que dada a importância contida em seu caráter ambíguo e como produto resultante do processo evolutivo do ecoturismo, possui grande relevância na problemática aqui esboçada, como veremos nos capítulos subseqüentes.

A delimitação do *problema* sob investigação neste trabalho, talvez, necessite de um esclarecimento complementar. Devemos lembrar que o problema delimitado, principalmente por se tratar de uma questão de importância mundial, não significa, em hipótese alguma, que o mesmo se circunscreva, na abordagem e tratamento que damos a essa questão, à região ou ao local de estudo. Entendemos que o estudo desse problema transcende os limites temporais, onde passado e futuro representam, respectivamente, o lugar onde residem as origens do processo que o produz, e o lugar para onde se dirigem suas conseqüências. Causa e efeito – que do mesmo modo como transcendem os limites do *tempo*, também o fazem em relação ao *espaço geográfico*. Isto é, o *problema*, assim como não está circunscrito ao tempo presente, da mesma forma não está delimitado pelos contornos políticos, administrativos ou por aqueles convencionados pela delimitação de uma área de estudo. Tanto a origem dos conflitos, como o problema que decorre das

medidas de resolução para esses conflitos são provenientes, em boa medida, de decisões e estratégias *político-administrativas* tomadas fora do *espaço* delimitado por ocasião de um trabalho de pesquisa. E é para lá, para fora desse espaço que, via de regra, se dirigem os efeitos e resultados dessas decisões, seja através da drenagem financeira, seja por meio dos resultados do impacto sócio-ambiental, onde os distúrbios sócio-ambientais, tais como os processos migratórios humanos e o comprometimento do abastecimento hídrico, são geralmente os primeiros sinais do equívoco político-administrativo que insiste em manter a perseguição ao sucesso econômico como *meta primordial* e eixo orientador dos programas de desenvolvimento. Mesmo quando essa meta primordial é alcançada a contento, isto é, a partir de seu sucesso econômico, há sempre o inconveniente do assombramento que nos causa o fantasma que representa o esvaziamento de significado da *natureza humana*, o que se dá mediante ao modo como o trabalho tem sido tratado na sociedade moderna. Marcuse (2004; p. 237, 238), citando Marx, define com clareza este aspecto precioso à construção do raciocínio que estamos procurando elaborar:

A divisão social do trabalho, declara Marx, não tem qualquer consideração pelas aptidões dos indivíduos ou pelo interesse do *todo*, sendo posta em prática, ao contrário, inteiramente de acordo com as leis da produção capitalista de mercadorias. Sob estas leis, o produto do trabalho, a mercadoria, parece determinar a natureza e o fim da atividade humana. Em outras palavras, os utensílios que deveriam servir à vida passam a dominar seu conteúdo e sua meta, e a consciência do homem fica inteiramente à mercê das relações materiais de produção (...) Longe de ser uma mera atividade econômica, o trabalho é a atividade existencial do homem, sua atividade livre, consciente – não um meio de conservação de sua vida, mas um meio de desenvolvimento da sua natureza universal.

Partilho com Marcuse de sua análise baseada em Marx ao indicar que a “verdadeira natureza do homem está na sua universalidade”. O homem não é uma ilha e sua realização só é possível dentro do contexto *social e comunitário*, o que, de antemão, já sinaliza para uma outra direção no projeto de desenvolvimento social, diferente do processo crescente de individualização nas sociedades modernas e fragmentação comunitária, pontos de referência para o entendimento acerca da perda de compromisso e responsabilidade sócio-

ambiental no mundo contemporâneo. Em sua análise, Marcuse aponta, de modo conclusivo, que “as faculdades intelectuais e físicas do homem só se podem perfazer se todos os homens existirem como homens, na riqueza desenvolvida dos seus recursos humanos”.

Se reconhecemos a verossimilhança do fato de o *problema* em questão transcender as dimensões temporal e espacial, tanto no aspecto causal como nos efeitos que dele resultam, e se admitimos que o eixo orientador do desenvolvimento social não pode estar centralizado no aspecto puramente econômico devido ao desacordo que se cria em relação ao desenvolvimento pleno da potencialidade humana, então, essa compreensão nos impõe uma difícil tarefa.

Nesse mesmo sentido, se também reconhecemos que a *realização* humana só é possível dentro do contexto *social e comunitário*, podemos afirmar, seguramente, que o *bem-estar* social é parte constituinte dessa realização. Logo, podemos inferir que o bem-estar, meta final das medidas de mitigação ao conflito sócio-ambiental, só se realiza na medida em que subsiste a *estrutura comunitária*¹ e social.

Portanto, diante do processo crescente de fragmentação comunitária e individualização na sociedade moderna, parece-nos bastante natural o entendimento que este trabalho, cujo eixo está orientado pela busca por soluções promotoras do *bem-estar* de comunidades integrantes do conflito sócio-ambiental no Vale do Ribeira, tenha em sua plataforma investigativa a noção da necessidade de manutenção e fortalecimento da estrutura comunitária. Em outras palavras, e de modo mais sintético, estamos assentando como pedra fundamental na edificação daquilo que, aos poucos, se configura no objetivo deste trabalho, o reconhecimento que a busca pelo bem-estar das populações afetadas pelo conflito sócio-ambiental possui relação de primeira ordem com a necessidade de manter e fortalecer a estrutura comunitária.

A difícil tarefa a que nos referimos não se trata de abordar a complexidade inerente ao problema em estudo, mas resulta daquilo que, aos poucos, a complexidade vai nos revelando. E assim, também aos poucos, vamos construindo a base de sustentação para a investigação de possíveis soluções que atendam à compreensão que, gradualmente, adquirimos acerca do problema delimitado. Embora admitamos a complexidade expressa pelo caráter multidimensional dos arranjos sócio-ambientais, entendemos, por outro lado, que podemos acessar apenas parcialmente algumas dimensões imediatamente perceptíveis,

isto é, a percepção dessas dimensões está condicionada ao evoluir do próprio trabalho. Não há fórmulas prontas e aqui se manifesta o princípio da incerteza, onde cada passo exige soluções novas.

Até este ponto, procuramos incorporar alguns aspectos que nos serão muito valiosos para a nossa *análise compreensiva*, via de acesso para a investigação e elaboração de possíveis soluções, a qual trataremos detalhadamente por ocasião da discussão sobre o método de investigação. O processo de investigação, como vimos, deve assumir e ter por base a transcendentalidade do problema e das próprias soluções nas dimensões espaço-temporal. Também deve reconhecer como prerrogativa à realização do bem-estar social a manutenção e fortalecimento da estrutura comunitária, e, naturalmente, que o eixo orientador do desenvolvimento não pode estar centrado na acumulação financeira.

Apesar dos recursos tecnológicos disponíveis hoje em dia que nos permitem, por exemplo, a criação de redes de comunicação mundial, a sociedade moderna está submetida a uma alienação profunda em relação ao seu caráter comunitário. Esta alienação, promotora de uma espécie de paralisia comunitária total, pulveriza o senso de comunidade e dificulta qualquer articulação organizada (CAPRA, 2002).

A primeira impressão quando tratamos deste problema é que não se trata de algo simples e, ocasionalmente, somos tentados a propor um rumo totalmente diferente, negar tudo que está a nossa volta, abandonar os velhos conceitos, convocar as multidões e promover um *black-out* global. Isto, às vezes nos parece mais fácil e mais prático do que todo esse malabarismo de idéias, a musculação cerebral. Recomeçar do início, desde a primeira pedra no fundamento, e talvez, daqui a alguns séculos, quem sabe, chegaríamos no mesmo ponto onde hoje nos encontramos.

Certamente que a saída para a crise da modernidade não se dá pela via do passado, e tampouco por meio de revoluções violentas. Talvez, a porta de saída seja justamente o futuro. E o futuro é resultado do aqui e agora, mas não se trata de cristalizar o aqui e agora eternamente. É preciso movimentar o tempo presente em relação ao futuro, que ainda não existe, mas é produto de nosso trabalho e de nossos sonhos.

Se estivermos de acordo, se comungamos nessa forma de pensar, então podemos reconhecer que talvez seja o momento de sair do mesmo lugar, parar de andar em círculos e avançar noutras direções. Reconhecer todo o avanço que o pensamento científico nos

propiciou até agora tal como ele tem se apresentado e seguir adiante. Vivemos ainda uma espécie de classicismo no pensamento científico que perdura há quase quinhentos anos. Não teria chegado o momento de seguir o exemplo da Filosofia e das Artes que, há mais de duzentos anos, transitaram do período clássico para o romantismo e que hoje já se encontram para além da pós-modernidade? Por que devemos perseguir, por meio do método de investigação, o suposto sucesso das ciências físicas que só agora começam a se dar conta que existe um universo muito maior além da objetividade e da matéria? (CAPRA, 1983; ARNTZ, CHASSE e VICENTE, 2004).

Contudo, não se trata *somente* de questionar a estagnação secular no pensamento científico e tampouco de propor seja uma transição para uma “escola romântica” no pensamento científico, seja uma nova ordem para esse pensamento, seja uma mudança paradigmática na produção do conhecimento, assuntos esses que têm sido tratados de modo brilhante por ilustres pensadores como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Thomas Kuhn, Edgar Morin, entre tantos outros.

Desde há muito tempo que o *poder* produzido pelo crescente progresso da ciência se encontra fora do controle dos próprios cientistas (MORIN, 1998). Esse poder, que resulta da manipulação das informações produzidas pela ciência, tem sido apropriado, de acordo com Morin (2003), especialmente pelos Estados, o que, de certa forma, não deixa de ser verdadeiro se reconhecemos a relação de dependência direta destes com o *mercado*.

Portanto, não se trata *somente* de exigir do cientista responsabilidade e compromisso sócio-ambiental. Isto porque o pensamento científico, que resulta e é, ele mesmo, resultado do modo de fazer da ciência, se vale da *objetividade* como requisito imperativo no processo industrial de *produção da informação*, cujo acúmulo crescente encontra na *especialização* uma solução possível para a sua organização. Dessa forma, o processo de especialização no qual o cientista se encontra aprisionado, não só o separa de seu objeto de estudo por meio da abordagem objetiva, mas também o faz em relação ao todo, do qual ele próprio e o seu trabalho se configuram como partes desarticuladas. Quanto a isso, Morin (2003; p. 18), quando se refere ao conhecimento e aos cientistas como os produtores da sabedoria ocidental, manifesta-se da seguinte forma:

Ora, esta nova, maciça e prodigiosa ignorância, é ela mesma ignorada pelos sábios. Estes, que não dominam, praticamente, as conseqüências das suas

descobertas, também não controlam intelectualmente o sentido e a natureza de sua pesquisa.

Se o produto do conhecimento científico está fora do controle do cientista, e se ele se encontra num *estado* lastimável de alienação em relação ao *objeto* e ao *produto* de sua pesquisa, então a discussão sobre a responsabilidade e o compromisso sócio-ambiental do pesquisador encontra nesse estado um lugar árido para o seu bom desenvolvimento. Para Morin (1998; p. 117), “responsabilidade é noção humanística ética que só tem sentido para o sujeito consciente”. Contudo, o próprio método de investigação elimina qualquer possibilidade de consciência quando se desinteressa de todos os interesses político-econômicos que utilizam os resultados de sua produção, e assim a noção de *responsabilidade* se torna uma idéia distante da pesquisa científica.

(...) a ciência, na concepção “clássica” que ainda reina em nossos dias, separa por princípio fato e valor, ou seja, elimina do seu meio toda a competência ética e baseia seu postulado de objetividade na eliminação do sujeito do conhecimento científico. Não fornece nenhum meio de conhecimento para saber o que é um “sujeito”.

Responsabilidade é, portanto, não sentido e não ciência. O pesquisador é irresponsável por princípio e profissão.

Por outro lado, como reconhece Morin (1998), embora a ciência esteja potencialmente capacitada para determinar o futuro do desenvolvimento humano, não é a sua missão se constituir na providência de salvação da humanidade. Aliás, considerando o estado em que se encontra o pensamento científico, precisamos admitir que muito pouco se pode esperar da ciência no sentido de encontrar soluções para o conflito sócio-ambiental, desdobramento espontâneo da crise mundial atual, pois não é de novas *tecnologias* que precisamos; o que precisamos é de uma nova *compreensão*.

Contudo, acreditamos que podemos colaborar, e é nessa crença que vamos delineando o objetivo deste trabalho que não se encarrega de criar soluções, mas de abrir caminho para a busca dessas soluções. Entendemos que caberá à sociedade o papel de protagonista da ação social que estabelece como meta final a busca por soluções ao conflito sócio-ambiental. Neste sentido, Morin (1998; p. 133) oferece subsídios importantes para sustentar a idéia da

importância da participação social, ao mesmo tempo em que introduz elementos para o desenvolvimento desta discussão.

A ciência é um processo sério demais para ser deixado só nas mãos dos cientistas. Eu completaria dizendo que a ciência se tornou muito perigosa para ser deixada nas mãos dos estadistas e dos Estados. Dizendo de outra forma, a ciência passou a ser um problema cívico, um problema dos cidadãos. É inadmissível que esses problemas permaneçam entre quatro paredes (...).

De fato, a ciência não está mais nas mãos dos cientistas. Mas, ao contrário do que diz Morin no parágrafo acima transcrito, ela tampouco está sob o controle dos Estados, e aqui nos aproximamos de um ponto importante que convém examinar com atenção.

Se por um lado, é verdade que o *fortalecimento* das economias que os Estados têm perseguido depende do progresso científico e tecnológico, por outro lado não podemos deixar de reconhecer que esse fortalecimento é promovido por meio dos *mercados*.

Da mesma forma, não podemos deixar de admitir que é o *mercado* o maior cliente para os produtos da ciência e tecnologia, que não somente faz uso, mas, como parte interessada, também promove e financia pesquisas em áreas de seu interesse. Nesse processo, raramente há barreiras éticas na prática da pesquisa orientada aos interesses do próprio mercado, o que se deve, em boa medida, ao estado *amoral* do pesquisador. Sobre esse estado de amoralidade, vale lembrar à guisa de ilustração, o desenvolvimento de disciplinas, como é o caso da *Psicologia do consumo* que investiga, não só os hábitos do consumidor, mas revela, sobretudo, pontos fracos da psique coletiva (veja, por exemplo, MOWEN e MINOR, 2005). Embora essa prática se assemelhe a uma espécie de usurpação do conhecimento científico, constitui-se em fonte de *informações* preciosas para manter a economia aquecida. Outro campo do conhecimento que merece nossa desconfiança é aquilo que se tem denominado *Neuroeconomia* ou ainda *Economia comportamental* que reúne o esforço conjunto de economistas e pesquisadores do cérebro para entender como funcionam, em nível neurológico, as formas de persuasão por meio de publicidade. Hazel Henderson (2006, p. 12) esclarece e complementa nossos apontamentos no parágrafo abaixo.

De fato, sabemos agora, tendo como base a ciência do cérebro por que as pessoas são susceptíveis à mudança de comportamento, influenciadas pelos meios de comunicação de massa, da publicidade e de outras formas de persuasão e atração para a gratificação instantânea. Economistas oportunistas estão, agora, trabalhando com pesquisadores do cérebro que usam imagens de ressonância magnética para explorar como as porções (...) do cérebro humano (...) são susceptíveis a impulsos irracionais, gratificação instantânea e imprevidência.

De acordo com Capra (2002), a manipulação da *informação*, objeto de culto nesses tempos modernos, “tem transformado de modo decisivo as relações de poder tradicionais”. O surgimento de redes eletrônicas sofisticadas, por onde percorrem fluxos de informação e de finanças, tem viabilizado a organização e o fortalecimento dos segmentos dominantes na sociedade. Ao longo desse processo, o Estado perde sua soberania diante de um mercado que se fortalece por meio dessas *redes*, concentrando poder como resultado da acumulação de capital financeiro, tal como ilustra Capra (2002; p. 159) no trecho que transcrevo a seguir.

Na Era da Informação, a organização em rede tornou-se um elemento importante para todos os segmentos da sociedade. Cada vez mais, as funções sociais dominantes organizam-se em torno de redes, e a participação nessas redes é uma fonte crítica de poder. Nessa “sociedade em rede”, como a chama Castells, a geração de novos conhecimentos, a produtividade econômica, o poder político e militar e os meios de comunicação de massa estão todos ligados a redes globais de informação e riqueza.

O surgimento e ascensão da “sociedade em rede”, dominada por grandes blocos econômicos e conglomerados de empresas que atuam por meio do *mercado*, tem como *contraponto* o declínio da soberania do Estado nacional, cuja dependência do mercado é uma das causas de sua desintegração (CAPRA, 2002).

A partir dessas considerações, podemos concluir que não é o Estado que detém controle sobre a ciência, tal como pretende Morin, e poderíamos complementar seu enunciado parafraseando-o da seguinte forma: *a ciência se tornou muito perigosa para ser deixada nas mãos do mercado.*

Ao longo dessa breve reflexão, parece ter ficado claro que apesar da ciência dispor, potencialmente, dos meios e do *poder* para promover mudanças no curso do desenvolvimento humano, esse poder não está sob o controle dos cientistas, e tampouco está sob o controle direto dos Estados, mas se concentra cada vez mais no universo das empresas que integram e controlam o *mercado*.

Ora, se o poder não está sob o controle nem dos cientistas, nem dos Estados, e se é no mercado que ele se concentra, então deve ser por meio do mercado que poderemos encontrar possíveis soluções para o conflito sócio-ambiental. Essa conclusão, que poderia muito bem prescindir do caminho reflexivo que traçamos até aqui, pode ser facilmente alcançada por meio do *sensu comum* resultante da ideologia hegemônica do mercado. Trata-se daquele “por que você não abre um *negocinho*?” - uma espécie de fórmula mágica retirada debaixo da cartola do burguês.

E, freqüentemente, é por esses caminhos do *sensu comum* que boa parte dos projetos e iniciativas de desenvolvimento local ou regional, promovida tanto pelo Estado como por entidades da sociedade civil, constrói suas plataformas para a ação social. Com isso, deixa-se escapar, pela via da boa intenção, o significado catastrófico que representa a ação orientada para a transformação de pequenos agrupamentos sociais, tais como comunidades rurais e comunidades tradicionais, em pequenos empresários. É um grande erro acreditar que corre em todas as veias da sociedade o sangue dos burgueses, que somos todos vocacionados para a carreira de mercador, negociante ou empresário.

Certamente que há exceções, mas não é delas que vamos tratar. Embora reconheçamos que soluções brilhantes sejam gestadas no ventre das exceções, acreditamos que se aproxima o tempo de deixar a condição de exceção e trabalhar no sentido de transformá-la em regra, criando dispositivos que congreguem e organizem iniciativas sustentáveis bem sucedidas, porém ainda isoladas.

Contudo, e apesar de nossas considerações, a conclusão a que chegamos até este ponto nos leva a reconhecer que é no *mercado* onde se concentra o *poder*, que é o mesmo poder promotor das mudanças e transformações no curso do *desenvolvimento humano*.

E aqui chegamos a um ponto de transição entre universos distintos para seguir com nossa reflexão, pois até há pouco estávamos circulando pelo universo em que se processa o pensamento científico, que embora alienado em relação às causas e as conseqüências de seu

próprio trabalho, desprovido de responsabilidade e amoral na sua conduta, ainda é possível fazer apelos à razão e tratar, bem ou mal, da responsabilidade e do compromisso sócio-ambiental.

A conclusão que emerge do desenvolvimento das considerações que tecemos anteriormente redireciona o foco de nossa reflexão e discussão para um outro universo, constituído pelo *mercado* e por aquilo que nele se integra, que é onde reside o exercício do *poder* como promotor do *desenvolvimento humano*. É neste exercício do poder como força de transformação social que concentraremos o foco de nossa atenção. Isto para que não nos percamos, como as mariposas, por entre as luzes hipnotizantes, sedativas ou estimulantes, que ornamentam o *universo mercadológico*, onde toda a racionalidade está a serviço de seu aspecto mais irracional, da ambição desmedida, dos delírios e ilusões humanas. Neste universo, surdo aos apelos da razão humanística, a discussão sobre responsabilidade e compromisso social ecoa no vazio. Embora não se trate de *terra sem lei*, as leis que o governam são as mesmas leis que governam a vida selvagem. É o lugar onde as paixões humanas se exacerbam, terreno selvagem que abriga o aspecto primitivo da busca humana pelo poder e pela dominação. É o lugar onde a ingênua amoralidade perde a sua grinalda e se enamora com a maliciosa imoralidade. É o lugar onde a *competição*, apesar de seu caráter excludente e marginalizador, é venerada como força espontânea e legítima, promotora da boa saúde dos mercados e das economias nacionais.

Porém, assim como devemos nos acautelar em relação ao brilho glamouroso do mercado, isto é, para que não nos percamos em nossa discussão, assim também devemos fazê-lo em relação às trevas que a angústia de uma leitura crítica pode causar em nossos corações. Sigamos, portanto, pelo *caminho do meio*, como sugere Gautama, e retomemos o curso desta discussão.

Entendemos que, embora o *mercado* concentre nele o poder, ele não dispõe de nenhum projeto civilizatório e, tampouco, se interessa pelo desenvolvimento humano e social. O que interessa de fato ao mercado é a sua sobrevivência, o crescimento por meio da acumulação financeira. Por outro lado, o poder concentrado no mercado se constitui em *energia* potencial para promover mudanças e transformações preciosas ao desenvolvimento sócio-ambiental. Esta energia, entendida como força potencial transformadora, tem grande relevância para o trabalho que ora conduzimos.

Contudo, essa energia poderosa se assemelha mais a uma torrente que nos empurra para uma direção contrária daquela a que pretendemos seguir. E aqui somos confrontados com um problema que, de antemão, nos oferece duas soluções. A primeira delas é ignorar a possibilidade de aproveitamento da energia contida na força do mercado e buscar *novas alternativas*, novas tecnologias e produzir uma enxurrada de idéias fantásticas e mirabolantes, mas distantes da efetivação prática, ou quando muito, de ação pontual e de fraca articulação com o *macro-contexto*². A segunda delas, de caráter mais revolucionário, propõe que a ação seja dirigida a um processo de *confrontação* com o mercado. Se na primeira solução ignorava-se o aproveitamento da energia contida no mercado, esta segunda solução, para ser efetivada, exigiria um grande investimento de energia, o que facilmente se entende quando lembramos da dimensão desta grande máquina que é o mercado e o poder que ela exerce. Esta solução nos parece impraticável, principalmente quando consideramos o *momento* em que vivemos, caracterizado pela busca insana de acumulação financeira, e as *condições* em que nos encontramos, isto é, alienados em relação ao controle sócio-político promovido pelo mercado e desorganizados socialmente. As soluções que se apresentam imediatamente, tanto uma como outra, parece nos conduzir para um fracasso inevitável. Embora sejamos simpáticos, e porque não dizer mesmo adeptos das *utopias*, não podemos dizer o mesmo em relação às ações impraticáveis.

Contudo, devemos ainda considerar uma terceira possibilidade que emerge de uma questão não abordada pelas soluções anteriores. A questão que se coloca é *como aproveitar, a nosso favor, essa poderosa energia que o mercado produz?* Responder a essa pergunta é tão simples e tão difícil como responder à pergunta *como velejar contra o vento?* É provável que não saibamos solucionar essa questão, mas certamente o *jangadeiro* o saiba. E certamente ele o faz sem ter que mover as montanhas para mudar a direção do vento, sem ter que arriar as velas e se lançar à força bruta do remo. O jangadeiro reconhece e respeita a superioridade da força que está além de seu controle, mas mesmo assim não se curva diante de seus caprichos. Assim, o jangadeiro, por meio de manobras precisas, não só vence a força do vento, mas o emprega para insuflar suas velas que o leva ao barlavento, ao encontro com o próprio Zéfiro.

Como o jangadeiro, não queremos mover as montanhas e, tampouco, nos lançar ao desespero dos remos para vencer a torrente que nos empurra na direção contrária de nossa

meta. Reconhecemos a superioridade da força do mercado que está além do nosso controle, e entendemos que para aproveitar a sua força, sem que sejamos arrastados e engolidos por ele mesmo, precisaremos desenvolver algumas manobras.

Entendemos que não são os produtos da ciência (tecnologias, conceitos, esquemas) apropriados pelo mercado que conspiram a favor do conflito sócio-ambiental, mas o uso que deles faz o mercado. Em outras palavras, não são as *ferramentas* que determinam o curso da história ou o desenvolvimento humano, mas *o uso que delas fazemos*. Sobre esse ponto Prigogine e Stengers (1997; p. 33) fornecem um exemplo ilustrativo muito preciso.

A bússola, a imprensa, a pólvora, que iam contribuir para a destruição dos fundamentos da sociedade medieval e lançar a Europa na época moderna, foram muito antes inventados na China, mas jamais tais inventos aí tiveram os mesmos efeitos desestabilizadores.

Boa parte das ferramentas que o mercado emprega para aumentar seu poder e controle sócio-econômico, não foram planejadas com esse objetivo, e o resultado que delas é obtido, isto é, o aumento de poder e controle sócio-econômico, provém de *manobras precisas* que determinam tanto a direção dos ventos financeiros, como o curso da pena sobre o papel que escreve a história, sempre favoráveis aos grupos economicamente dominantes.

Entretanto, não se trata, necessariamente, de proceder a um processo de demolição das ferramentas, que se constituem em meios de produção, ou ao abandono da causa social, ou ao isolamento e fuga para comunidades alternativas. Talvez haja uma alternativa mais interessante na proposta que estamos desenvolvendo e que já se configura como o objetivo central deste trabalho, o qual passaremos a tratar com mais clareza.

A tarefa a que nos propomos é conduzir uma *revisão* da natureza, dos princípios funcionais e do uso daquilo que, a título de comodidade, denominaremos simplesmente *ferramentas* que, para o caso específico deste trabalho, referem-se, principalmente, ao *ecoturismo*, *esquemas de certificação* e o conceito de *desenvolvimento sustentável*. Essa revisão tem como meta *reorganizar e re-alinhar* o uso dessas *ferramentas*, e na medida do possível, redirecioná-las para a construção de uma plataforma que poderá servir de base, ou mesmo de caminho, para a busca de soluções relacionadas ao *problema* em evidência neste trabalho. Contudo, não nos ocuparemos da busca de soluções propriamente ditas, pois

estamos convictos que essa tarefa cabe à sociedade em geral, pessoas e cidadãos, independentemente de suas posições e funções sociais. Capra (2002; p.124), numa passagem inspirada por Wheatley e Kellner-Rodgers, fornece subsídios para lastrearmos nossa convicção e justificar nosso procedimento.

Essa nova compreensão do porquê da resistência às mudanças organizativas impostas de cima para baixo pode ser muito valiosa, uma vez que nos permite aproveitar a criatividade das pessoas em vez de ignorá-la; permite-nos, inclusive, transformá-la numa força positiva. (...) A tarefa, portanto, se resume em tornar o processo de mudança significativo para as pessoas desde o começo, em assegurar a participação delas e em proporcionar um ambiente em que a criatividade delas possa florescer.

Por outro lado, para que a sociedade empreenda tamanha tarefa, é fundamental que exista, como discutimos anteriormente, uma *estrutura comunitária* que opere como eixo organizador da sociedade, a qual deve ser mantida e fortalecida, e na sua ausência que seja resgatada ou mesmo construída. Para este empreendimento, vale também lembrar que as ações e estratégias não devem manter ao centro a preocupação com o desenvolvimento puramente econômico, sob o risco de o empreendimento ser cooptado e arrastado pela torrente do mercado.

Quanto a isso, podemos colaborar, como sugere Capra (2002), por meio da oferta de “impulsos e princípios orientadores”, bem como da disponibilização de *ferramentas* realinhadas, diferentemente da imposição de modelos de desenvolvimento e regras rígidas. Dessa forma, acreditamos, em concordância com esse mesmo autor, ser possível uma transformação nas relações de poder, isto é, as “relações de *domínio e controle* se transformam em relações de *cooperação e parceria*”.

Queremos enfatizar que quando advogamos em favor da utilização de ferramentas do mercado, não significa neste trabalho, que comungamos nas mesmas estratégias e princípios do mercado. Propomos não somente a reapropriação das *ferramentas* que o mercado emprega em favor de uma pequena elite, mas, principalmente, a devolução de seus significados originais, a re-orientação de seus usos, e se necessário, a re-significação de suas funções.

Pretendemos, com isso, empregar a energia que o mercado disponibiliza, a partir do uso de ferramentas re-alinhadas, para impulsionar nossa pequena embarcação, uma casca de noz, para os confins da *utopia*. Lá onde sonhamos com o bem-estar, o desenvolvimento humano, a conciliação entre sociedade e meio-ambiente. Lá onde toma forma o projeto de uma civilização humana consciente de que água limpa e ar puro são necessidades básicas para a vida. O lugar dos sonhos.

Porém, ainda nos falta um elemento imprescindível para seguirmos nossa viagem. Já possuímos uma *meta*, sabemos para onde ir. Estamos construindo os *meios* reconstruindo as *ferramentas*. Já aprendemos com o jangadeiro que é possível velejar no contravento, de onde concluímos que podemos aproveitar a *energia* que o mercado disponibiliza sem ser arrastado por ele. Mas quem ou o quê nos permitirá controlar o *rumo* de nossa embarcação? Como poderemos efetuar *manobras precisas* e vencer a torrente se não dispusermos de um *leme*?

Se nossa *direção* depende de um leme, então que este leme seja confeccionado em madeira nobre e imbuída, desde o cerne, de valores vigorosos. Pois, tais valores não podem ser emanados de um *manual de ética* e tampouco de um velho pergaminho. Para que esses *valores* tenham vida, para que sejam manifestação espontânea de sua essência, antes é necessário que sejam eles a substância que constitui a matéria e a alma do leme que nos guia. Destarte, o timoneiro não precisará, a cada lufada do contravento, recorrer ao manual de navegação, mas deixar-se levar pelo leme que é ele mesmo, e que pulsa em seu peito, e que corre por suas veias, e sabe bem para onde nos levar.

Embora reconheçamos o papel decisivo que os valores morais possuem na determinação do trajeto e da direção da ação social, não cabe a este trabalho a tarefa de resgatar ou de cunhar um código de valores morais. Esses valores devem surgir no seio da sociedade, e é também ali que serão nutridos pelo desenvolvimento humano do qual eles próprios são os cultores, num processo em espiral, onde uma nova consciência surge do próprio desenvolvimento humano que ela mesma produz.

Elaborar um novo código de valores morais é tarefa inútil para um trabalho de pesquisa, principalmente quando esse processo é exógeno. Contudo, acreditamos que podemos colaborar oferecendo *referências*, por meio de uma *análise compreensiva*, para o processo de gestação desses valores, conseqüência natural do objetivo central deste trabalho.

A questão que, a cada parágrafo, se inquieta cada vez mais é aquela que indaga por quais caminhos e de que modo pretendemos alcançar nosso objetivo.

Na investigação ecológica, um problema bastante comum é aquele que Lago e Pádua (2001) denominam de “a crise do método”, a qual decorre da própria dificuldade de definição em relação ao âmbito do estudo da ciência ecológica. A Ecologia, mais do que qualquer outra ciência, é aquela que mais perde o seu significado na medida em que se entrega à fragmentação imposta pelo pensamento reducionista e se faz vítima das consequências da especialização. Pois, essa ciência que pretende, por definição, estudar as *interações*, as *ligações*, as *conexões* entre cada elemento integrante do ambiente, por meio do método que emprega para essa tarefa, acaba rompendo com aquilo que lhe é mais precioso. Assim, anula-se qualquer possibilidade de desenvolvimento de sua potencialidade enquanto disciplina capacitada para reunir e mediar o contato entre as diferentes áreas do conhecimento, e desta forma, participar de modo integrador da busca por soluções para a atual crise mundial em que a palavra ecologia é lugar comum no estandarte da causa sócio-ambiental, preferindo a alienação dos laboratórios, a produção do saber microscópico.

Não queremos, neste trabalho, produzir esse saber alienado. Não porque não reconheçamos a sua importância e utilidade, mas porque já existem quem o faça. E o fazem tantos, e em tamanha quantidade que a organização da informação produzida já se configura em tarefa hercúlea para arquivistas, programadores e leitores. Não se trata mais de estufar nossas bibliotecas e sistemas de informação, mas de proceder à reflexão e compreensão acerca da produção e uso desse saber.

Entendemos que o controle sobre esse *saber*, de modo muito diverso da *sabedoria*, constitui-se no acesso e manipulação da *tecnologia*, resultado da investigação científica, como fonte de *poder*. Isto é, o poder resulta do controle sobre o *saber tecnológico*. Essa é a leitura que fazemos de Adorno e Horkheimer (1985; p. 20) acerca do trecho que transcrevemos abaixo:

O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em relação aos senhores do mundo. Do mesmo modo que está a serviço de todos os fins da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha, assim também está à disposição dos empresários, não importa a sua origem. Os reis não controlam a técnica mais diretamente do que os

comerciantes: ela é tão democrática quanto o sistema econômico com o qual se desenvolve. A técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, *mas o método*, a utilização do trabalho de outros, o capital.

A *técnica*, que, de acordo com os autores, é a essência desse saber, *visa o método*, e assim o faz porque ela própria é resultado daquilo que procura reproduzir. Isto é, o método que a produz está em sua essência, e ela só pode operar de modo eficiente quando reproduz as condições do método que lhe dão origem. Quanto ao *saber*, tal como ele vem sendo produzido, Adorno e Horkheimer reconhecem seu caráter amoral, desprovido de conhecimento das causas e despreocupado em relação às suas conseqüências. Esse saber, assim entendido, encontra no *mercenário* uma metáfora justa que o define, quando atende aos chamados de qualquer um, e para qualquer coisa, desde que lhe provenha sustento.

Se esse *saber*, que não tem causa, nem princípios, nem rumo, e tal como o mercenário opera em favor de quem lhe provê sustento e segurança, é resultado do *pensamento* e dos *métodos* que o produzem, então esse pensamento e esses métodos pouco poderão nos ajudar, pois temos causas, princípios e metas.

Precisamos, aqui, de um pensamento e método que não apenas comportem nossas causas, princípios e metas, mas que, sobretudo, ajude-nos a ampliá-los para além do que permite o restritivo olhar objetivo, base de sustentação para o método de investigação científica. Precisamos de um pensamento e método que recusem a convivência com a ameaça em que a ciência tem se transformado para a vida (PRIGOGINE e STENGERS, 1997; CAPRA, 2002).

O fato de a ciência ter se transformado numa ameaça, tem como causa o exercício técnico ao qual ela tem se resumido e ao seu distanciamento em relação à “uma reflexão sobre seus próprios fins” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985). Para entender melhor essa idéia sob uma perspectiva da origem do processo, Morin (1998) clareia a assertiva de Adorno e Horkheimer ao explicar que a ciência se baseou, por meio da *objetividade*, “na disjunção do sujeito e do objeto”, e da mesma forma como se alienou em relação ao *sujeito*, também o fez em relação à *filosofia* e à *moral*. Essa disjunção entre sujeito e objeto, que também determina a disjunção dos elementos que constituem o mundo dos homens e o universo que o contém, tem resultado na dificuldade, ou mesmo na impossibilidade, de refletir sobre os fragmentos do saber produzidos pela forma hegemônica do *pensar* ocidental. É nessa forma

de pensar e produzir o conhecimento, onde sujeito e objeto se pretendem separados, que perdemos não apenas as conexões que viabilizam uma compreensão mais ampla da realidade, mas principalmente o elo entre pesquisa e responsabilidade. Essa compreensão, que é resultado da leitura que fazemos de Morin (2003; p.18), sinaliza para uma outra possibilidade, como podemos perceber no trecho que abaixo transcrevemos:

A inteligência cega destrói os conjuntos e as totalidades, isola todos os objetos *daquilo que os envolve*. Não pode conceber o elo inseparável entre o observador e a coisa observada. As realidades chave são desintegradas. Passam entre as fendas que separam as disciplinas. [...] A *metodologia* dominante produz um obscurantismo acrescido, uma vez que já não há associação entre os elementos disjuntivos do saber, já não há possibilidade de os reunir e de reflectir sobre eles.

Nesta leitura de Morin, entendemos que é a *metodologia dominante* a responsável pela *separação* entre o *objeto* e *aquilo que o envolve*, isto é, todo o contexto onde ele está inserido, bem como as conexões que ele estabelece com o todo, produzindo, desta forma, o *obscurantismo*, o qual é reflexo da impossibilidade de clareza e entendimento quando procuramos recompor o todo por meio da justaposição daquilo que acreditamos serem as suas partes constituintes.

Portanto, a compreensão que temos adquirido ao longo das reflexões desenvolvidas até aqui, etapa primordial na eleição de um método de pesquisa, sugere uma inversão de perspectiva, que por sua vez aponta para a adoção de um pensamento e método que não só recuperem a participação do *sujeito*, da *filosofia* e da *moral*, mas a sua integração, de modo inalienável e inextrincável, ao processo de produção do *conhecimento*. E que esse conhecimento seja consciente da causa de suas ações, *responsável* por definição e, assim, que abra novas possibilidades em favor da *vida*, mas não somente em relação à vida do planeta, mas principalmente em relação à vida daquele que conspira contra si mesmo, vítima do aprisionamento ideológico e da anulação da *liberdade*. A vida só é possível quando há meios para a sua manifestação, e é na liberdade que a vida encontra esses meios. Para Marcuse (2004; p. 20), a liberdade é o pressuposto básico da razão que permite ao sujeito, “senhor de seu próprio desenvolvimento”, o poder de agir de acordo com suas potencialidades e a compreensão que tem das coisas à sua volta.

O sujeito e o objeto não estão separados por um abismo insuperável, pois o objeto é, em si mesmo, uma espécie de sujeito, e todos os tipos de ser culminam no sujeito “compreensivo” livre que é capaz de realizar a razão.

Portanto, o sujeito encontra na liberdade a condição *sine qua non* para realizar a razão. Em contrapartida, de acordo com Marcuse, o conhecimento compreensivo, resultado da realização da razão, também capacita o sujeito a conquistar e a exercer a liberdade. Esta circularidade, que é resultado do próprio processo de desenvolvimento humano, dá-se por meio da formação e transição para diferentes níveis de consciência. Contudo, o que nos interessa neste enunciado é o entendimento que Marcuse nos propicia acerca da liberdade. É nesta liberdade que o sujeito “compreensivo” apreende em si tanto o objeto como o sujeito. E se o objeto e sujeito são partes indissolúveis, se existem como sujeito e objeto um no outro, então é bastante natural a conclusão que os resultados da investigação científica só tem sentido na medida em que consideremos seu caráter *subjetivo*.

A leitura da liberdade em Marcuse nos oferece ainda a compreensão que a realização da razão, só é possível quando conquistamos a liberdade, isto é, quando rompemos os grilhões da forma hegemônica de pensar. Para Adorno e Horkheimer (1985), é quando assumimos “o sistema científico como a figura da verdade que o pensamento sela sua própria nulidade”, pois a ciência, que é um exercício técnico, está totalmente afastada da reflexão sobre seus próprios fins. É, pois, na liberdade que o *pensamento* ganha vida, enquanto processo reflexivo, e o *sujeito* ganha a sua existência.

Portanto, se aspiramos a um novo pensamento, este deve ser pensado por um sujeito livre das amarras do pensamento científico, em condições plenas de liberdade, o que só é possível num universo completamente novo, onde coisas e não-coisas povoam e saturam a atmosfera aparentemente caótica, e que aguarda a chegada do sujeito para decifrar seu enigma. Mas antes de assim proceder, o sujeito, enquanto elemento complementar, precisará se dissolver na substância aglutinadora de todas as outras coisas que integram esse lugar, para então nos trazer a compreensão de seu significado.

Embora não dispomos de condições plenas de liberdade, dispomos, por outro lado de referências que permitem uma maior liberdade para a existência do sujeito. É no *pensamento complexo* de Edgar Morin que encontramos esse universo de coisas e não-

coisas, e que convida, insistentemente, o sujeito a nele se integrar, mas de “forma autocrítica e auto-reflexiva em seu conhecimento dos objetos” (MORIN, 1998). A consequência imediata dessa integração é o encontro do homem consigo mesmo, pertencente e integrado ao universo a sua volta, do qual não somente faz parte, mas que transforma-o continuamente por meio do pensar como resultado de sua compreensão. Transcrevo abaixo dois trechos do pensamento de Edgar Morin que nos serviu de base para tecermos essas reflexões (MORIN, 2003; p. 64 e 65).

Assim na ciência do Ocidente, o sujeito é o *tudo-nada*; nada existe sem ele, mas tudo o exclui; é como o suporte de toda a verdade, mas ao mesmo tempo é apenas “ruído” e erro diante do objeto.

(...) de complexidade em complexidade, chego finalmente a um sujeito reflexivo que não é outro senão eu próprio que tento pensar a relação sujeito-objeto. E inversamente, se parto deste sujeito reflexivo para encontrar seu fundamento ou pelo menos a sua origem, encontro a minha sociedade, a história desta sociedade na evolução da humanidade (...). Assim o mundo está no interior de nosso espírito e este no interior do mundo. Sujeito e objeto, neste processo, são constitutivos um do outro.

É no pensamento complexo de Edgar Morin que identificamos alguma possibilidade de liberdade para pensar, de modo reflexivo, como sujeito livre, os métodos de investigação para atingirmos o *conhecimento compreensivo*, isto é, aquele que resulta da integração do sujeito, que admite a subjetividade e reconhece seu caráter parcial.

Contudo, a complexidade, qualidade *sine qua non* dos *sistemas geradores de conflito*³, ainda é algo que não pode ser abarcada, em sua completude, pelos dispositivos acadêmicos que dispomos atualmente, sejam eles pertencentes ao mundo das idéias, sejam eles provenientes do mundo tecnológico (MORIN, 2003; CAPRA, 2002). Apesar da dificuldade engendrada pelo aspecto multidimensional dos sistemas complexos, podemos nos esforçar para incorporar em um tipo específico de *análise compreensiva*, dentro dos limites de nossa percepção, as diferentes dimensões por onde perpassa o problema sob investigação. Espaço geográfico, tempo histórico e futuro, sociedade, economia, ambiente, política, mercado, entre tantos outros, são dimensões que se inter cruzam e se diluem na

multidimensionalidade dos sistemas complexos, onde cada dimensão específica não pode ser abordada isoladamente sem que se promova a “mutilação do conhecimento”.

Quanto à *multidimensionalidade*, caráter inerente aos sistemas complexos, Morin (1998; p. 30) nos fornece algum esclarecimento quando trata, no parágrafo abaixo transcrito, de comparar aquilo que ele denomina de *princípio da simplificação* e *princípio de complexidade*.

De toda parte surge a necessidade de um princípio de explicação mais rico que o princípio de simplificação, que podemos denominar princípio de complexidade. É certo que ele se baseia na necessidade de distinguir e de analisar, como o precedente, mas, além disso, procura estabelecer a comunicação entre aquilo que é distinguido: o *objeto* e o *ambiente*, a coisa observada e o seu *observador*. (...) Esforça-se por obter a visão poliocular ou poliscópica, em que, por exemplo, as dimensões físicas, biológicas, espirituais, culturais, sociológicas, históricas daquilo que é humano deixem de ser incomunicáveis.

O *objeto* e o *ambiente*, que Morin entende como uma única coisa, representam, de acordo com nossa leitura, o objeto de pesquisa propriamente dito e todos os elementos com os quais ele se relaciona, bem como os meios pelos quais se relacionam. Isto é, o objeto perde seu significado legítimo quando é destacado do universo ao qual pertence, onde o sujeito, mesmo como *observador*, é parte integrante.

Reconhecer a importância do sujeito na investigação científica e desenvolver argumentos que permitam a sua integração na produção do conhecimento significa, também, viabilizar a existência não somente do sujeito, mas de todos os sujeitos e suas *subjetividades*. Dessa forma, o pensamento complexo se auto-reproduz e nos coloca diante de um quadro cada vez mais complexo, onde a liberdade, prerrogativa para a existência do sujeito reflexivo, torna-se a via, por excelência, para se alcançar o conhecimento.

É, pois, somente no *sujeito reflexivo*, capaz de reconhecer em si o objeto de estudo, ao mesmo tempo em que nele se integra, que o *pensamento*, enquanto exercício da reflexão, pode produzir o *conhecimento compreensivo*. Esse conhecimento é compreensivo no sentido que compreende em si, a partir da capacidade do sujeito, aspectos da multidimensionalidade, seja por meio da leitura do ambiente, seja por meio da produção do conhecimento, etapas de um *processo* de dinâmica circular, onde um e outro, por meio de

uma relação retroalimentadora, se reproduzem mutuamente. Nesse processo de produção do conhecimento compreensivo, a compreensão, através da integração e multiplicação das dimensões que nela estão compreendidas, se amplia em função da própria dinâmica do processo.

Contudo, se reconhecemos que a produção do conhecimento compreensivo só é possível quando o sujeito nele se integra como parte constituinte, então, *significado e entendimento* estão permanentemente em mudança e transformação, assim como o está a própria *compreensão*. Isto se dá em função do caráter expansivo da compreensão, aspecto inerente à própria dinâmica do processo que lhe produz, ao mesmo tempo em que amplia a *consciência*, e que visa não somente a apreensão das dimensões a partir das capacidades dos sujeitos, mas principalmente a integração das próprias *subjetividades* por meio de um *princípio de complementação*. Sobre este aspecto da argumentação que estamos desenvolvendo, isto é, a busca por uma outra forma de pensar, Prigogine e Stengers (1997; p. 175) fornecem subsídios importantes para sustentação da reflexão que até aqui expusemos, ao passo que fornecem outros elementos para avançarmos em nosso caminho.

Nenhuma linguagem, ou seja, nenhuma preparação do sistema que permita representá-lo por uma função própria de um ou outro operador, pode esgotar a realidade do sistema; as diferentes linguagens possíveis, os diferentes pontos de vista tomados sobre o sistema, são *complementares*; todos tratam da mesma realidade, mas não podem ser reduzidos a uma descrição única. Esse caráter irreduzível dos pontos de vista de uma mesma realidade é muito rigorosamente a impossibilidade de descobrir um ponto de vista genérico, um ponto de vista a partir do qual a totalidade do real seria simultaneamente visível.

É naquilo que Prigogine e Stengers denominam princípio de complementaridade que as diferentes subjetividades se complementam em busca de uma aproximação da representação do real. Essas diferentes subjetividades, onde a objetividade é entendida como uma espécie de subjetividade (MORIN, 1998), são todas partes integradas de modo complementar no princípio de complexidade. Esse princípio, que não exclui o desejo de objetividade e nem aquele que, por meio do pensamento simplificador o produz, procura compreendê-los sob a perspectiva de uma nova forma de pensar que traz em si, não

somente o desejo de ampliação do conhecimento, mas também a expansão da compreensão e, conseqüentemente, da própria consciência humana.

Para tornar essa construção reflexiva ainda mais clara, recorremos a uma passagem em que Kuhn (1994; p. 238) trata da ambivalência das leituras que *sujeitos* diferentes produzem a partir de um mesmo *estímulo*, isto é, de seu contato com um mesmo *objeto* e o produto dessa interação, e que resulta na *sensação* como experiência de alto teor *subjetivo*.

Se duas pessoas estão no mesmo lugar e olham fixamente na mesma direção, devemos concluir, sob pena de solipsismo, que recebem estímulos muito semelhantes. (...). Mas as pessoas não vêem os estímulos; nosso conhecimento a respeito deles é altamente teórico e abstrato. Em lugar de estímulos, temos sensações e nada nos obriga a supor que as sensações de nossos dois espectadores são uma e a mesma. (...). Pelo contrário: muitos processos nervosos têm lugar entre o recebimento de um estímulo e a consciência de uma sensação. Entre as poucas coisas que sabemos a esse respeito estão: estímulos muito diferentes podem produzir a mesma sensação; o mesmo estímulo pode produzir sensações muito diferentes; e, finalmente, o caminho que leva do estímulo à sensação é parcialmente determinado pela educação. Indivíduos criados em sociedades diferentes comportam-se, em algumas ocasiões, como se vissem coisas diferentes. (...) Note-se que dois grupos, cujos membros têm sistematicamente sensações diferentes ao captar os mesmos estímulos, vivem, em certo sentido, em mundos diferentes.

Poderíamos supor, portanto, que é no universo em que se dá o contato entre essas diferentes subjetividades, onde coisa e não-coisa se manifestam como partes complementares, que a ambigüidade dos sujeitos encontra a sua solução, como se tratasse de uma equação lógica. Essa solução estaria na ambivalência das *experiências subjetivas*, isto é, as sensações que os sujeitos produzem a partir de um mesmo estímulo produzido pelo objeto. Contudo, essa aparente ambigüidade, resultado de diferentes experiências subjetivas, é de fato produto do próprio pensamento disjuntivo. Isto é, não se trata de um, de outro, da soma dos dois (ambivalência), de outros mais ou de todos juntos, mas daquilo que constitui o caráter atômico do *todo*, entendido como o conjunto dos elementos que nele se reúnem e podem ser compreendidos pelo sujeito.

Acreditamos que a diversidade de pontos de vista seja de grande importância para a ampliação de nossa compreensão, mas sabemos que esta outra forma *de pensar de modo compreensivo*, quer nos levar para um lugar que está além da ambivalência. Para o lugar onde os sujeitos existem nos objetos e as subjetividades se organizam para dar sentido ao todo, tal qual o entendemos, num processo onde a compreensão está em constante transformação enquanto produto e produtora do sujeito compreensivo, isto é, que a produz e nela se reproduz. Sob a perspectiva desta leitura, a *compreensão* opera sob o signo da mudança permanente, e sendo ela a base de construção para as idéias de *verdade* e de *realidade*, tanto uma como outra, perdem seu caráter totalitário e passam a reconhecer em si o seu próprio caráter mutante, ou seja, a *não-verdade* e a *não-realidade* que nelas está contido, condição essencial para a plena manifestação da liberdade.

O conhecimento que, sob o domínio do pensamento simplificador, é produto de uma investigação que procura por leis, padrões e pontos de vista genéricos que possam ser reduzidos a uma descrição única, requisitos essenciais na *produção industrial do conhecimento*, pode agora partilhar e mesmo se integrar numa outra forma de pensar. Diferentemente do processo industrial, que produz aquilo que bem poderíamos denominar de *conhecimento industrializado*, esta outra forma de pensar, baseada num processo artesanal, produz o conhecimento tal como a tapeçaria é produzida pelas mãos do artesão, isto é, de acordo com as motivações do sujeito compreensivo. O artesão, por sua vez, tal como o sujeito compreensivo, escolhe seus fios multicoloridos, sendo que cada fio e cada cor são representações de diferentes dimensões e subjetividades. Aos poucos, em meio a trama indissolúvel dos fios que a compõem, desvela-se a estampa, que é leitura, entendimento, imagem, motivo e estímulo. Nenhuma cor, nenhum fio é capaz de representar sozinho a estampa que, como resultado do princípio de complementaridade, é representação subjetiva do sujeito compreensivo.

Quanto a isso, Weber (2005; p. 79), ao analisar o caráter que se atribui a um fenômeno por ocasião da disciplina que o investiga, proporciona fundamentação e lança luz sobre a reflexão que tecemos nos parágrafos anteriores.

(...) o caráter de (...) um evento não é algo que lhe seja “objetivamente” inerente.
Pelo contrário, ele está condicionado pela orientação de nosso *interesse* de

conhecimento, e essa orientação define-se conforme o significado cultural que atribuímos ao evento em questão em cada caso particular.

Até aqui procuramos construir um dos grandes pilares sobre o qual se assentam os argumentos reflexivos em torno de um outro modo de pensar, *um pensar de modo compreensivo*, que em boa medida se fundamenta no pensamento complexo de Edgar Morin. Contudo, ainda nos faltam aspectos conceituais para reforçar a fundamentação acerca da idéia de *orientação* no processo de compreensão. Para isso, buscamos em Weber a sua noção de *compreensão* e, desta forma, procuramos construir o outro pilar, que juntamente com o primeiro, dão sustentação para aquilo que denominamos *análise compreensiva*, e que se constitui no método de investigação que orientou o percurso do presente trabalho de pesquisa.

A *análise compreensiva*, que neste trabalho concebemos, está parcialmente ancorada na idéia de *compreensão* que Weber desenvolve para definir a abordagem sociológica. Para Weber “a compreensão interpretativa da ação social” é a via para “a explicação dela no seu transcurso e nos seus efeitos” (COHN, 2005). A *explicação da ação* a que se refere Weber se dá, de acordo com Gil (1999), “por meio da apreensão empática do *sentido finalista* de uma ação, parcial ou inteiramente oriunda de *motivações* irracionais”. O entendimento do conceito de compreensão em Weber não é algo simples, pois em lugar algum de sua obra está presente uma definição clara sobre este tópico. Isto nos obriga a empreender uma investigação dedutiva ao redor dos conceitos que constituem a idéia de compreensão em Weber.

Segundo Cohn (2005), a idéia de *motivações* nos conduz ao conceito de motivo, o qual *rompe* a circularidade criada por Weber entre *sentido* e *compreensão*, onde “sentido é o que se compreende e compreensão é a captação do sentido”. Esse rompimento se dá na medida em que se entende que “o *motivo* é o fundamento da ação”, isto é, “ele figura como a *causa* da ação”. É justamente a partir dessa relação que podemos entender a idéia de *sentido*, não simplesmente como a origem da ação, mas “para o que ela aponta”, ou seja, a sua finalidade, “o objetivo visado nela”.

Considerando o raciocínio elaborado até este ponto, entendemos, e assumimos doravante, que *compreensão*, para Weber, é a captação do sentido das ações sociais tendo em vista suas *finalidades*.

Agora que já reunimos os principais eixos conceituais, podemos seguir com uma exposição mais sistemática acerca da *análise compreensiva*, a qual estamos compondo com a finalidade de nos servir de método de investigação.

A análise compreensiva é um procedimento analítico que toma por base de seu exercício a *compreensão* do investigador enquanto sujeito compreensivo livre. Neste sentido, a idéia de compreensão que compomos, em boa parte fundamentada em Morin (1998; 2003), Marcuse (2004) e Weber (2005), constitui-se na plataforma em que se apóia nossa proposta metodológica. A partir dessa composição, definimos a compreensão como sendo a captação do sentido de uma ação social, considerando sua natureza e finalidade, a partir da integração do próprio sujeito, por meio do princípio de complementaridade, ao universo multidimensional relativo a ele mesmo e que serve de referência para a sua *análise compreensiva*.

A análise compreensiva incentiva a integração de um maior número possível de *elementos* e *conexões* em seu exercício. Esses elementos são as partes constituintes do universo multidimensional que integram o *todo* relativo ao sujeito, o qual é composto, por exemplo, pelas diferentes dimensões do conhecimento, pela noção de valor, verdade, realidade, entre outros. Já as conexões se constituem nas relações que o sujeito percebe entre os elementos presentes em seu universo multidimensional, onde ele mesmo é parte integrante.

Portanto, a análise compreensiva depende tanto dos elementos que compõem o universo multidimensional do sujeito, como das relações que ele identifica entre esses elementos, o que determina o julgamento que o sujeito faz em relação à pertinência que ele atribui aos elementos eleitos para a sua análise compreensiva.

Outros dois aspectos fundamentais, eixo orientador da análise compreensiva, são a *natureza* e a *finalidade* da ação social, o que nos remete imediatamente às idéias de consequência e origem da ação social sob a perspectiva histórica. Nesse sentido, entendemos que a natureza da ação social repousa no desenrolar da história, uma vez que a própria história é resultado do desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano, por sua vez, resulta da produção de conhecimento e do uso que dele é feito, ou seja, é reflexo do próprio desenvolvimento do pensamento humano enquanto força de transformação, de dominação e poder sobre o mundo no sentido de adaptá-lo às potencialidades humanas (MARCUSE, 2004; p. 20).

A vida da razão aparece na luta contínua do homem para compreender o existente, transformando-o conforme a verdade compreendida. A razão, portanto, é essencialmente uma força histórica. Sua realização constitui um processo no mundo espaço-temporal e, em última análise, é a história total da humanidade. A palavra que designa a razão como história é Espírito (Geist): o mundo histórico considerado em relação ao progresso racional da humanidade – o mundo histórico que não é uma cadeia de atos e acontecimentos, mas uma luta incessante para adaptar o mundo às crescentes potencialidades da humanidade.

O processo histórico, que resulta, em última instância, do desenvolvimento do pensamento humano, possui estreita relação com a natureza da ação social manifesta pelo modo de pensar e agir, ao passo que determina, em grande parte, a finalidade da própria ação social. A idéia de finalidade não se restringe à análise ou à projeção acerca das conseqüências, ou simplesmente ao propósito da ação social e ao seu questionamento, mas, sobretudo, constitui-se no lugar possível de estabelecer metas, pactos, cultivar o compromisso e a responsabilidade sócio-ambiental, o lugar para lançar as sementes de nossos sonhos. Dessa forma, a análise compreensiva exige o exercício de faculdades valiosas que são próprias e exclusivas do homem, entre as quais tem destaque a sua capacidade de refletir, sonhar, ponderar, o que, em boa medida, tem sido tolhido pela ciência através dos métodos empregados na produção do conhecimento (MORIN, 1998; p. 128).

A partir do momento em que, de um lado, aconteceu a disjunção da subjetividade humana reservada à filosofia ou à poesia e, do outro, a disjunção da objetividade do saber que é próprio da ciência, o conhecimento científico desenvolveu as maneiras mais refinadas para conhecer todos os objetivos possíveis, mas se tornou completamente cego para a marcha da própria ciência: a ciência não pode se conhecer, a ciência não pode se pensar, com os métodos que dispõe hoje em dia.

Diferentemente do raciocínio puramente lógico, linear e matemático, a análise compreensiva se orienta por meio da reflexão baseada na ponderação, nos valores e na busca pelo equilíbrio sócio-ambiental. Nela se integra a capacidade e o desejo humano de sonhar com um mundo melhor a partir de uma perspectiva de sociedade sustentável, de um

mundo justo e pacífico, onde o respeito, o amor e a cooperação sejam emanção espontânea da produção do conhecimento, ao contrário do modelo de sociedade baseada no delírio materialista individualizante e formador das multidões solitárias. Nesse sentido, a análise compreensiva tem um viés, uma vez que inclui em seu eixo orientador a “utopia” de um mundo sustentável, contudo, ela tem plena consciência disso, ao passo que faz uso da utopia como o lugar onde o sujeito encontra a liberdade para pensar e se integrar à sua própria subjetividade.

Sobre esse aspecto utópico da análise compreensiva, devemos reiterar que, de nenhuma maneira, este trabalho lança algum olhar nostálgico na direção do passado quando trata dos valores morais e de comunidades rurais ou tradicionais. Embora sejamos utópicos por compreensão, a leitura dessa utopia é diferente daquela que Eric Voegelin (LOPES, 2001; p. 34) faz da *Utopia* de Thomas Morus, como sendo “um apelo à *volta* a uma sociedade equilibrada e pacífica”. Não há volta na história humana, e como já bem o disse o *Profeta* de Gibran (1974), “a vida não anda para trás e não se demora com os dias passados”.

Sobre isso, o *Zaratustra* de Nietzsche (1986; p. 31), também se manifesta quando narra a travessia do *homem* sobre a ponte que, ao mesmo tempo em que o une, também o separa do *animal* e a daquilo que está *além do homem*.

O homem é uma corda estendida entre o animal e o além-do-homem – uma corda sobre um abismo.

É o perigo de transpô-lo, o perigo de estar a caminho, o perigo de olhar para trás, o perigo de tremer e parar.

O que há de grande, no homem, é ser ponte, e não meta: o que pode amar-se, no homem, é ser uma *transição* e um *ocaso*.

Quando Zaratustra nos diz que não podemos parar sobre a ponte, ele está dizendo que não devemos nos acomodar, quando privilegiados por condições circunstancialmente proveitosas, no regaço das ilusões materialistas, o cárcere do espírito humano. Quando Zaratustra nos proíbe olhar para trás, ele está nos encorajando a seguir adiante e romper os grilhões que nos aprisionam ao nosso estado primitivo, e alçar vôo sobre o abismo insondável e nele se dissolver. Para Nietzsche o homem é *transição*, não uma *meta* em si

mesmo, e é isso a qualidade mais admirável do homem, a capacidade de ampliar sua consciência e se transformar naquilo que está além de si mesmo.

É a cada passo sobre a ponte, representação da transformação dos valores, que a consciência ganha maior amplitude, isto é, na medida em que nos distanciamos da condição selvagem, competitiva e dominadora. Mas, Zaratustra reconhece e nos adverte sobre os perigos dessa travessia: “é perigoso tremer e parar”.

Contudo, o *pensamento racional*, que temos privilegiado na produção do *saber*, parece não ser suficiente para amparar ou guiar o homem nesta travessia. De acordo com Capra (2002), o aspecto “*racional* e o *intuitivo* são modos complementares” que viabilizam o funcionamento daquilo que é responsável pelas ações humanas. Sob esta perspectiva, a ação social, entendida como resultado da compreensão, traz consigo uma evidente deficiência estrutural. O privilégio atribuído ao pensamento racional influencia diretamente o exercício da compreensão. Tal como o músculo que se desenvolve quando submetido ao esforço contínuo, é no seu contrário, quando ele atrofia mediante o esquecimento, que encontramos a causa da paralisia que aflige o homem em sua travessia para o além de si.

Os aspectos racional e intuitivo, que são modos complementares da ação humana, são também como cada uma das pernas que dão suporte ao homem em sua ação, em seu movimento, que é desenvolvimento. Se é verdade que temos privilegiado apenas um desses aspectos complementares na produção do saber, então o homem que resulta desse saber é coxo, e por isso a sua debilidade. Razão e intuição são as bases que permitem o movimento equilibrado do pensamento humano e o seu desenvolvimento no transcurso da produção do saber.

O privilégio de que goza o *pensamento racional* na produção do saber tem como efeito colateral a repressão do *conhecimento intuitivo*, o que se dá por meio do próprio método que o pensamento racional gera para a sua reprodução, e que não se pronuncia, nunca, sobre a intuição.

Devemos reconhecer que, apesar de reprimida, a intuição jamais se calou, embora tenha sido obrigada a agir de maneira dissimulada. Apesar do ostracismo que o método científico lhe impõe e do nosso silêncio a seu respeito, a intuição sempre nos seguiu fielmente, como a mulher sob a *burka*, a nos sussurrar por sobre nossos ombros e aos nossos ouvidos. É

certo que chega o momento de reconhecer o papel decisivo da intuição em nossa conduta, seja na ação social, seja na produção do saber.

Portanto, se a análise compreensiva é *utópica*, ela deverá ser também *intuitiva*, pois esse é um aspecto precioso da natureza humana que deve complementar o processo de produção do saber, um ingrediente imprescindível ao bom desenvolvimento de sociedades e civilizações equilibradas sob os aspectos social e ambiental.

Se por um lado a análise compreensiva integra em si a subjetividade, também reconhece que é parcial e admite a sua incompletude, suas falhas e lacunas, pois a análise compreensiva pressupõe a necessidade imperativa de cooperação no processo de produção do conhecimento. Dessa forma, ela aguarda a integração de outros sujeitos e subjetividades complementares que, ao longo de um processo permanente, produzem e transformam o conhecimento sob a perspectiva da compreensão, tal como a concebemos.

Para o caso do presente trabalho, a análise compreensiva, empregada como método de investigação e produção do conhecimento, foi conduzida de acordo com os procedimentos que passaremos a apontar de modo mais sintético. Como veremos, o método da análise compreensiva, embora bastante trabalhoso em sua elaboração, é, por outro lado, muito simples na sua execução, pois procura incentivar, desenvolver e fazer uso daquilo que é natural e espontâneo no ser humano.

A partir da identificação do *problema* tratado neste trabalho, procuramos entender a sua inserção dentro do conflito sócio-ambiental entendido sob uma perspectiva espaço-temporal. Tomando por base a dimensão temporal, recorreremos a uma análise histórica em busca de subsídios para entender a natureza do pensamento, manifesto no uso do território e nas relações sociais, bem como sua finalidade e conseqüências integrantes do conflito atual. A dimensão temporal contém, pelo menos, três elementos responsáveis pela orientação da análise compreensiva. A história que representa o passado, o conflito no tempo presente e a finalidade da ação social que é uma projeção do tempo futuro que, para o caso deste trabalho, está orientada para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis.

Esse eixo orientador, formado a partir da dimensão temporal, integra-se e dá direção a aquilo que denominamos *espaço compreensivo*, isto é, o *todo* relativo ao problema percebido a partir da perspectiva do pesquisador enquanto sujeito compreensivo. É nesse espaço compreensivo que estão contidos os diferentes elementos que dão suporte à análise

compreensiva. Esses elementos se constituem nos temas que elegemos para a investigação do problema, que são o ecoturismo e o desenvolvimento sustentável. Partilham desse mesmo espaço outras subjetividades expressas na revisão da literatura para cada assunto tratado, bem como as informações coletadas em campo e as conexões percebidas pelo pesquisador entre todos os elementos que aí se integram.

Quanto ao trabalho de campo, optamos por seguir a mesma linha metodológica que tem orientado todo o desenvolvimento deste trabalho. A título de tornar o procedimento mais didático, dividimos o universo produtor das informações coletadas em campo em duas categorias, de acordo com a qualidade do discurso que nelas prevalece.

Na primeira categoria, que denominamos *dimensão técnica*, o discurso, que possui caráter técnico, é geralmente exógeno e está prontamente disponível para coleta por meio de questionários e entrevistas. A esta dimensão, pertencem os representantes de organizações governamentais e não-governamentais, bem como os monitores de ecoturismo. Para o trabalho de levantamento de dados nesta categoria, mantivemos o procedimento científico padrão baseado em entrevistas focalizadas (GIL, 1999) e gravações sonoras.

Na segunda categoria, que denominamos *dimensão humana*, as informações que necessitamos para esse trabalho não podem ser levantadas por meio de questionários e entrevistas. A própria postura e qualidade de pesquisador produz uma relação especial onde o tratamento a ele atribuído é distinto, e isso faz toda a diferença. A figura do pesquisador, juntamente com todas as suas ferramentas, veículo automotivo oficial, planilhas de questionários, máquinas fotográficas e gravadores, são os meios ideais para promover um maior distanciamento em relação ao objeto de pesquisa, ao passo que limitam o acesso às informações residentes num plano discursivo intermediário. Isto é, mesmo na *dimensão humana*, já existe um discurso pronto que se antepõe diante do pesquisador e dificulta o acesso a informações mais valiosas, mas que estão camufladas por aquilo que poderíamos denominar de *discurso de auto-preservação*. Quando resgatamos a origem das populações locais e lembramos da pressão constante a que se submetem por meio do conflito sócio-ambiental, fica bastante claro o entendimento acerca da necessidade desse discurso. É no medo e na desconfiança desses povos, que aprenderam a conviver com a transgressão das leis ambientais e fizeram da dissimulação e da mentira os meios para assegurar a sua sobrevivência, em que surge esse discurso cuja finalidade é poupá-los de maiores

sofrimentos. Contudo, não é esse o discurso que nos interessa neste momento. O que nos interessa são as informações que estão além desse plano discursivo intermediário e que se denunciam nas conversas em grupo, nas famílias, nos gestos, nas ações e no ambiente.

É por meio do *diálogo* empreendido a partir de uma perspectiva compreensiva, numa relação horizontal, entre comunidade e pesquisador, que a dimensão humana pode se revelar. No entanto, este diálogo vai além da simples comunicação por meio das palavras, pois ele busca também o significado dos gestos, dos olhares e das coisas que integram a dimensão humana, onde a afetividade é uma das chaves que permite ao pesquisador o seu ingresso neste outro universo.

Esse processo dialógico não se limita ao aspecto da relação social direta, mas se estende também ao aspecto ambiental, uma vez que, por meio da manifestação cultural, o homem transforma o ambiente e o integra à dimensão humana. Dessa forma, o ambiente, assim como as palavras e o discurso, produz estímulos aos quais podemos interagir de maneira dialógica. Nesse processo, a intuição e a sensibilidade humana são componentes imprescindíveis na decodificação dos signos e no levantamento de informações. A partir desta perspectiva, torna-se uma necessidade aprender a confiar mais em outros sentidos que estão além da razão, a qual não pode apreender, através do uso exclusivo do pensamento racional, aquilo que está além das palavras e das imagens, e que exige uma leitura mais profunda.

A partir desse entendimento, prescindimos do uso de questionários e entrevistas no levantamento de informações que consideramos pertencerem à *dimensão humana* e adotamos, para a mesma finalidade, o diálogo empreendido por meio de conversas casuais e observação dos elementos que compõem o aspecto social e ambiental do lugar em estudo. A esse procedimento, para o levantamento de informações em campo, denominamos *método dialógico*.

O material produzido e coletado em campo, portanto, está integrado ao espaço compreensivo onde se relaciona com outros elementos através de conexões percebidas pelo pesquisador, que desenvolve uma compreensão específica do problema. É dentro desse espaço que se processa a análise compreensiva do ecoturismo enquanto proposta para o desenvolvimento local, bem como o re-alinhamento das ferramentas de acordo com a finalidade expressa pela orientação do método aqui empregado que, em resumo, busca

restituir ao pesquisador o seu caráter humano com vista à construção de uma sociedade sustentável.

Notas

¹ Entendemos por estrutura comunitária todas as formas de relacionamento social, bem como os meios que viabilizam as manifestações relacionais e que reproduzem e garantem a coesão de um determinado grupo, comunidade ou sociedade, ao passo que o torna operante e funcional.

² Entenda-se por macro-contexto o universo multidimensional que extrapola, que contém e se relaciona com a dimensão do espaço local num determinado momento.

³ Qualquer arranjo sócio-ambiental inoperante ou de pequena eficiência funcional em relação ao aspecto de sua sustentabilidade.

CAPÍTULO 2 - Localização da área de estudo

O Vale do Ribeira, em sua porção paulista, possui área aproximada de 15.500 km². Situado no extremo sul do Estado de São Paulo (Figura 2.1), compreende 23 municípios em três sub-regiões: Baixo Vale do Ribeira (Cananéia, Iguape, Ilha Comprida e Pariqueira-Açu), Médio Vale do Ribeira (São Lourenço da Serra, Jquitiba, Miracatu, Pedro de Toledo, Tapiraí, Jacupiranga, Cajati, Juquiá, Registro e Itariri) e Alto Vale do Ribeira (Sete Barras, Eldorado, Barra do Turvo, Ribeira, Iporanga, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Barra do Chapéu e Apiaí) (VITAE CIVILIS e WWF-BRASIL, 2003).



Figura 2.1 – Mapa do Estado de São Paulo com destaque para a região do Vale do Ribeira. Modificado a partir de Instituto Geográfico e Cartográfico (2002).

A região do Vale do Ribeira, em sua porção paulista, possui cerca de 400 comunidades rurais constituídas principalmente por produtores rurais, extrativistas, artesãos e pescadores

(VITAE CIVILIS e WWF-BRASIL, 2003). Incluem-se também nessa categoria, as comunidades quilombolas e, em menor número, as comunidades indígenas (AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 2005). A população total da região é aproximadamente 310 mil habitantes (VITAE CIVILIS e WWF-BRASIL, 2003).

O Vale do Ribeira possui, atualmente, duas áreas de intensa visitação turística. Uma dessas áreas é o *Lagamar*, um dos complexos estuarino-lagunares mais significativos do planeta, incluído entre os mais importantes criadouros marinhos do mundo. A região do Lagamar, em sua porção paulista, abrange todos os municípios do Baixo Vale do Ribeira, onde estão implantadas nove unidades de conservação que compreendem os parques estaduais da Ilha do Cardoso, de Jacupiranga, de Pariquera-Abaixo, as estações ecológicas de Chauás, Juréia-Itatins, Tupiniquins, as áreas de proteção ambiental de Ilha Comprida, de Cananéia-Iguape-Peruíbe e a Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Ameixal (ROCHA e COSTA, 1998; AGENDA DE ECOTURISMO, 2005; VITAE CIVILIS e WWF-BRASIL, 2003). Outra área de intensa visitação turística na região é *Alto Vale do Ribeira* que engloba os municípios de Iporanga, Apiaí, Barra do Turvo, Eldorado e Itaoca, onde se localiza a maior província espeleológica do Brasil em número de cavernas (AGENDA DE ECOTURISMO, 2005; ROCHA e COSTA, 1998). No Alto Vale do Ribeira, o Bairro da Serra (município de Iporanga), que define a *dimensão local* do presente trabalho (FIGURAS 2.2 e 2.3), é, certamente, a “porta oficial” de entrada para o mundo subterrâneo dessa região que reúne o maior número de cavernas no cenário brasileiro, concentrando boa parte do contingente turístico na modalidade do *espeleoturismo*¹ em nível regional.



Figura 2.2 – Região do Vale do Ribeira (SP) e localização do município de Iporanga (em destaque).

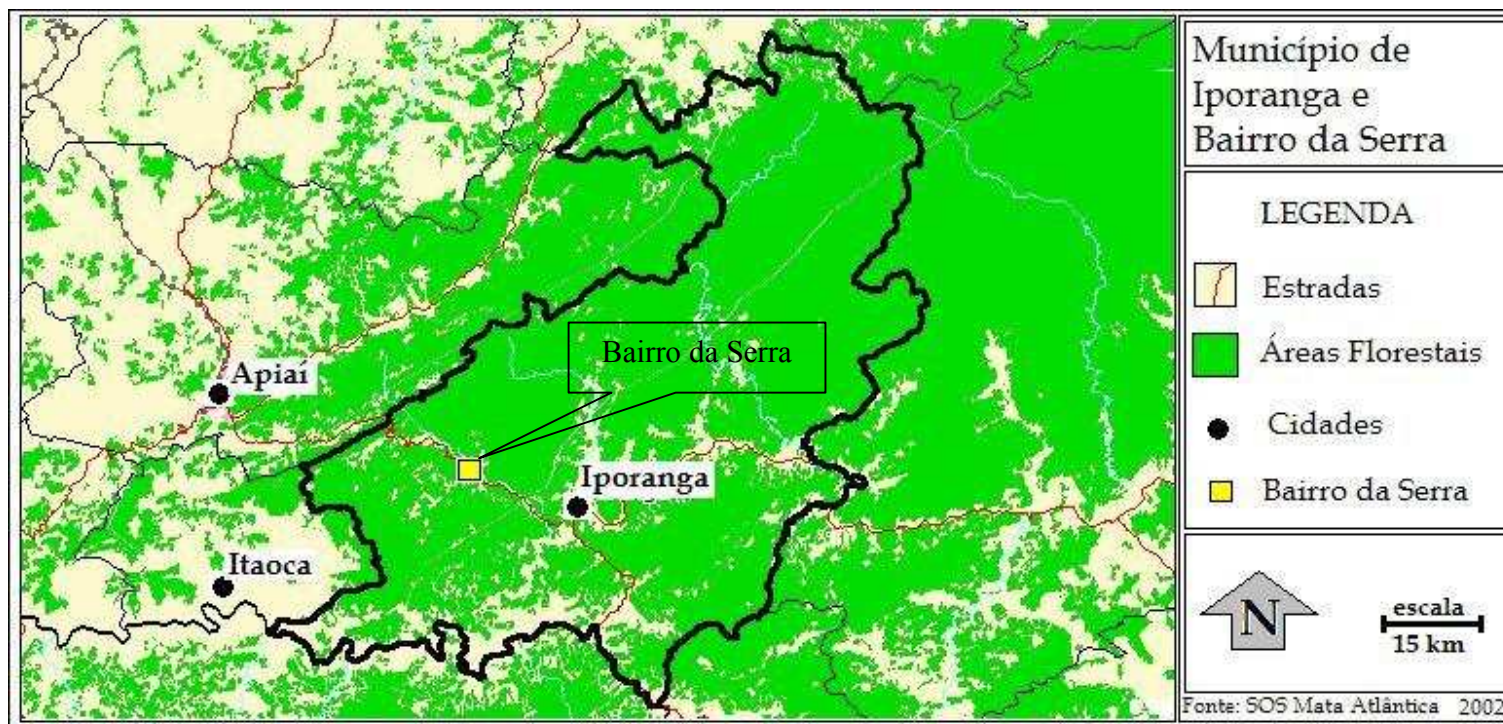


Figura 2.3 – Município de Iporanga e localização do Bairro da Serra, situado a 23 km da cidade de Apiaí e a 17 km da cidade de Iporanga. Modificado a partir de Fundação SOS Mata Atlântica (2002).

A localização da área de estudo neste trabalho deve ser entendida como um processo de aproximação de uma lente que nos permite, simplesmente, situar geograficamente o *Bairro da Serra*, a dimensão *local* aqui abordada, preservando as ligações e relações com o seu entorno. Não se trata, pois, de um processo de *delimitação* da área de estudo, como podem sugerir as ilustrações empregadas nesta seção, porquanto as questões geradoras de conflitos, bem como suas conseqüências, transcendem o limite *local*, e a discussão teórico-conceitual só tem sentido na medida em que transpõe os limites políticos e ambientais.

Notas

¹ Turismo realizado em cavernas ou grutas.

CAPÍTULO 3 - Breve análise da História econômica regional

3.1. Tão antigo como o Brasil.

Dizer que a História do Vale do Ribeira é tão longa quanto a História do Brasil é um desses clichês inevitáveis. Embora haja indícios que sinalizem para uma suposta ocupação do Baixo Vale por volta de 1498 (TRINDADE, 2004), o primeiro documento fidedigno em que se registra a presença de europeus nessa região é o diário de navegação da Primeira Expedição Colonizadora de Martim Afonso de Souza que, em 1531, reporta a presença anterior de portugueses e espanhóis na região de Cananéia (SCATAMACCHIA, DEMARTINI, CALIPPO, 2003). Tratava-se de degredados, entre os quais destacou-se o Bacharel Cosme Fernandes, trazidos pela esquadra de André Gonçalves e Américo Vespúcio em 1502 (FORTES, 2000), e que já haviam, em menor escala, iniciado a ocupação e a colonização do litoral do Vale do Rio Ribeira de Iguape. Esse processo de ocupação se intensificaria somente a partir de 1531.

Imbuídos pelo sonho do *Eldorado*, os primeiros colonizadores, aproveitando a morfologia em leque da bacia de drenagem, infiltraram-se até as cabeceiras da malha hidrográfica ao pé da Serra de Paranapiacaba, denominação regional para a Serra do Mar. O ouro encontrado, embora pouco, foi suficiente para alimentar a imaginação da Coroa Portuguesa, resultando na criação da *Casa de Officina Real da Fundição de Ouro* em Iguape e definindo aquela que seria considerada, mais tarde, a *primeira fase econômica* do Vale do Ribeira (FORTES, 2000).

O rápido esgotamento das reservas auríferas da região, somado ao descobrimento de grandes jazidas de ouro nas *Minas Gerais* em 1693, afrouxaram ainda mais os ânimos e acirraram a instabilidade econômica regional. A divulgação da descoberta causou grande agitação tanto na colônia como na metrópole, desencadeando a *Corrida às Minas Gerais*. Este evento provocou a evasão acentuada dos habitantes do Vale e de toda a capitania de São Vicente, resultando em um estado de abandono generalizado na região (BRAGA, 1999).

É por volta desta época que a *construção naval* começou a ganhar destaque no cenário econômico regional (BRAGA, 1999; FORTES, 2000). Impulsionada pela acumulação de capital da fase aurífera, a nova fase econômica, embora restrita ao litoral, garantiu a reprodução do capital que serviria de base para a expansão da rizicultura na região.

Após a migração para as Minas Gerais, o pequeno contingente que decidiu permanecer no Vale seguiu com alguma atividade de garimpo, cuja produção deve ter sido suficiente para justificar o funcionamento da Casa de Fundição em Iguape até 1763, quando, em vista da produção inexpressiva e diante das novas possibilidades econômicas sinalizadas pela rizicultura em franca expansão na região, suas atividades se encerraram definitivamente.

Gradativamente, a partir do final do século XVIII, o Vale foi se firmando como importante centro de produção de arroz para o abastecimento interno. A produção, escoada por meio da rede hidrográfica para o porto de Iguape, seguia para os portos de Santos e Rio de Janeiro. Após 1830, o arroz do Vale já havia expandido seu mercado e se destinava, principalmente, à exportação (VALENTIM, 2003).

Em meados do século XIX, a região experimentou o apogeu do ciclo do arroz, economia esta que se definiu como a mais importante na História do Vale do Ribeira. Entretanto, é neste mesmo período que se iniciam algumas importantes mudanças de caráter político e ambiental, motivadas pelos interesses econômicos da época, que resultariam, mais tarde, no colapso total da economia do arroz na região.

Como se sabe, a produção agrícola no Brasil se fundamentava essencialmente na exploração da mão-de-obra escrava. Pressionado pelos interesses econômicos da Inglaterra, o Governo brasileiro, após um longo período de relutância, instituiu a Lei Eusébio de Queirós de 1850, que ordenava a extinção total do tráfico transatlântico de escravos africanos (CERVO, 1981). A medida, obviamente, teve repercussão negativa nos diferentes segmentos da agricultura escravista e se converteu num dos fatores que determinaram a crise no abastecimento de gêneros alimentícios.

Por essa época, o preço do arroz sobe significativamente e acelera o crescimento econômico que se concentra principalmente em Iguape e Cananéia, onde os proprietários de engenhos de beneficiamento, bem como os comerciantes, controlavam o mercado regional do arroz (BRAGA, 1999).

O escoamento da produção de arroz proveniente do interior do Vale – a retroterra – contava por aquela época com uma nova facilidade: a disponibilidade de um estreito canal artificial construído ao longo de 25 anos, e que seria, mais tarde, conhecido por *Valo Grande*. Este canal permitia a redução de, aproximadamente, 20 km no percurso entre o Rio Ribeira e o porto de Iguape, conferindo maior dinamismo e menores custos no transporte do arroz.

O quadro mercadológico, extremamente oportuno, associado aos meios prontamente disponíveis, tais como o amplo aparato naval e a nova rota de escoamento da produção para o porto de Iguape, resultaram na fase de maior prosperidade econômica para a região.

Contudo, por volta de 1860, o arroz produzido no Brasil deixa a pauta dos dez produtos mais exportados e volta a abastecer, quase que exclusivamente, o mercado interno em decorrência do aumento populacional e o conseqüente aumento da demanda de alimentos na Baixada e no Rio de Janeiro (VALENTIN, 2003). Enquanto isso, o café, cuja expansão avançava a passos largos, já havia se configurado, há algum tempo, no principal item da pauta brasileira de exportação (FURTADO, 1987), promovendo forte atração nos investidores que, historicamente, sempre buscaram maiores rendimentos financeiros. Aos poucos, a cafeicultura absorveu não só os capitais que antes se destinavam ao complexo canavieiro e rizicultor, mas, sobretudo, a disputada mão-de-obra escrava que, gradualmente, se transferia para as zonas produtoras do café (MULLER, 1980).

No último decênio do século XIX, a economia do arroz no Vale do Ribeira agonizava mediante as dificuldades impostas pela escassez de mão-de-obra, descapitalização da produção e concorrência com o arroz produzido no planalto em antigas zonas cafeeiras, bem como com o arroz que vinha sendo importado em quantidades crescentes a partir de 1890 (VALENTIN, 2003).

3.2. A virada do século XIX

É em meio a esse conturbado final de século que a região do Alto Vale do Ribeira começou a ganhar notoriedade nos meios científicos devido à grande concentração de grutas e cavernas. As primeiras pesquisas na região, com merecido destaque para Ricardo Krone, apontavam a importância da preservação do patrimônio espeleológico local e sugeriam a

criação de um parque (BONDUKI, 2002). Essas idéias ficaram incubadas nos meios científicos da época e, aos poucos, amadureciam.

Entre o final do século XIX e início do século XX, o Vale sofreu um dos maiores golpes na sua economia. Confirmou-se a gravidade dos efeitos produzidos pela abertura do canal artificial entre o Rio Ribeira e o porto de Iguape, o *Valo Grande*. O estreito canal que, no passado, permitia a passagem de uma única canoa por vez, tinha ganhado dimensões assustadoras e aterrorizava os iguapenses com a possibilidade de destruir a cidade. A situação era ainda mais grave, pois o material que fora solapado dos barrancos se acumulou em grandes quantidades no leito do Mar Pequeno que, em 1903, estava assoreado a ponto de inviabilizar a aproximação de embarcações de maior calado (VALENTIN, 2003). Daí por diante, o porto de Iguape, que havia sido a pedra estrutural da economia regional, foi perdendo a razão de existir até desaparecer completamente.

Mesmo assim, o Vale prosseguiu com alguma produção de arroz, cuja qualidade foi amplamente reconhecida na mostra *Exposizione Internazionale Delle Industrie e Del Lavoro* realizada em Turim na Itália em 1911, valendo-lhe o título de “Melhor Arroz do Mundo” (BRAGA, 1999). Contudo, essa premiação não mudou, em quase nada, o processo de decadência da produção mercantil do arroz no Vale e, tampouco, o estado de estagnação econômica que se apossava da região.

É por volta do primeiro decênio do século XX que a cultura caipira começa a se expandir por toda a região, desde a Baixada até o interior do Vale do Ribeira (MULLER, 1980). Antônio Cândido, na sua obra “Os Parceiros do Rio Bonito” (1971, p. 79) caracterizou a cultura caipira, assim definindo-a:

(...) cultura ligada a formas de sociabilidade e de subsistência que se apoiavam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas suficientes para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros.

De acordo com Muller (1980), a cultura caipira é resultado do isolamento sócio-econômico e cultural que se processa, no caso do Vale do Ribeira, a partir do aprisionamento geográfico que encerra a região, e tem como características mais marcantes a produção baseada no trabalho familiar, auxílio vicinal e a posse de terras, o que confere ao caipira

algum excedente para a obtenção de utensílios e roupas. Além disso, outra característica marcante apontada pelo mesmo autor é a larga margem de lazer desfrutada pelo caipira.

Uma outra leitura sobre esse tema nos revela outros aspectos e maiores detalhes da cultura caipira, permitindo que se descortine um outro estereótipo, enriquecido de nova forma e substância, para o homem típico do interior do Estado de São Paulo. Segundo Brandão (1983, p.46), os caipiras do Estado de São Paulo souberam desenvolver, dentro do seu inextrincável espaço geográfico e social, um “modo de vida regido por códigos extremamente criativos de relações baseadas no trabalho, no respeito mútuo, nos valores da fé religiosa do catolicismo, na honra e na solidariedade”. A riqueza da cultura caipira se evidencia na diversidade dos artefatos e técnicas de cultivo da terra, no amplo conhecimento do comportamento do clima e dos tipos de solo em relação aos cultivares, no conhecimento sobre a floresta, de onde se extrai o complemento à dieta e às parcas finanças do caipira, na musicalidade que integra o ambiente religioso e o ambiente de trabalho, assim como nos instrumentos musicais artesanais típicos como a viola e a rabeca, e a complexidade dos variados modos de afinação.

Entretanto, a visão comum que ainda prevalece nos dias de hoje acerca do caipira é muito diferente. As razões para isso residem na imagem construída pelo olhar científico distanciado e sob o abrigo da lógica urbana. Um exemplo típico pode ser encontrado nos relatos do emérito botânico Hoehne (1940, p. 10) que, durante a excursão botânica ao Litoral e Vale do Ribeira, fez o seguinte retrato do caipira do litoral:

De falar cadenciado, mostram sempre que nada lhes parece urgente, nada mais interessante do que a vida de pescadores de rede e arrastão. Muito pobres embora, são conformados, sem ambições enquanto não tiverem ocasião de experimentar a utilidade de recursos monetários mais folgados. Então tornam-se também “ladinos” e algumas vezes capazes de “passarem a perna” na gente mais civilizada das cidades.

O ideal desenvolvimentista, que permeava o modo de pensar daquela época, encontrou nos acadêmicos o meio necessário para a reprodução dos valores de uma sociedade urbana recém-industrializada, os quais colidiam frontalmente com os valores encerrados na cultura caipira.

Hoehne reafirma aquilo que já havia sido relatado um século antes por Saint-Hilaire e por Monteiro Lobato em 1918. O perfil do caipira descrito por Hoehne era, naquela época, inconcebível ao lema prescrito no estandarte nacional desde 1889, o qual sumariava as idéias progressistas que alimentavam o delírio humano sobre o desenvolvimento e exigiam espírito dinâmico e empreendedor.

Contudo, é certamente Monteiro Lobato um dos grandes responsáveis pela caricatura do caipira que ficou imortalizada na figura decadente de seu personagem Jeca Tatu. Na sua obra *Urupês* de 1918, Monteiro Lobato denuncia que o caipira “coexiste com o atraso, de quem não é vítima, mas produtor, com a coivara, a doença e a absoluta ignorância. Coexiste com o rancho de sapé aos pedaços e com a reprodução da miséria. É um destruidor da natureza, sendo este o único trabalho que ele realiza com proveito e eficácia” (BRANDÃO, 1983, p.27).

No início dos anos 20, o café deixava de ser um fator positivo para a industrialização e se convertia num sério obstáculo à modernização dos meios de produção. Ao passo que o preço do café caía rapidamente no mercado externo, o Brasil, governado pela oligarquia agrária, expandia notavelmente os cafezais (FURTADO, 1987), cujo produto foi se acumulando nos armazéns de estocagem. Essa estratégia estava respaldada no que se chamou de “defesa permanente do café” e tinha por objetivo a sustentação dos preços no mercado externo. Essa situação, que perdurou até o início dos anos 30, provocou um atraso considerável no estabelecimento do parque industrial brasileiro (GORENDER, 1988).

É nesse clima de tensão entre a oligarquia agrária e os adeptos da ideologia da modernização que Monteiro Lobato encontra seus motivos para aniquilar a cultura caipira. Sustentado pela abordagem científica acadêmica, que já impregnava a percepção no universo urbano, e engajado na causa desenvolvimentista, cujo emblema era a industrialização, o autor de *Urupês* emite juízos de valor distorcidos e equivocados acerca do caipira, transformando o significado do verbete em sua acepção pejorativa.

Se por um lado havia a necessidade de incrementar o desenvolvimento industrial, por outro lado, surgia a preocupação com a manutenção e proteção de áreas naturais que encontrava no modelo americano de parques e reservas a fórmula para preservar amostras da vegetação original, o qual não considerava o componente social como parte integrada à paisagem (DIEGUES e NOGARA, 1994).

Em 1929, por ocasião da excursão botânica ao Vale do Ribeira, Hoehne (1940, p.41) reforça as recomendações de Ricardo Krone, e assim foi se definindo a implantação das unidades de conservação na região, como se observa no trecho transcrito de sua obra “O Litoral do Brasil Meridional”.

Ali devíamos, porém, ter uma reserva florestal ou estação biológica que abrangesse parte da baixada e se estendesse até o alto da serra, porque é evidente que muitas espécies devem existir ali que debalde procuraremos em outras partes do Estado. Não sabemos se há terras devolutas, mas se existem deveriam ser garantidas desde já, para evitar que as matas sejam destruídas e os animais dizimados pelos caçadores. Talvez, a região mais própria para isso seria Iporanga, para serem incluídas as interessantes grutas calcáreas, de que o Dr Alípio de Miranda Ribeiro, descreveu peixes que, pelo hábito do escuro das grutas, renunciaram à visão, tornando-se cegos, para se orientarem pelo tato.

Sob o prisma do reducionismo científico, capaz de apartar as populações locais de seu ambiente, e da ótica urbano-industrial, produtora do caipira estereotipado e improdutivo, surge a legislação regulamentadora das unidades de conservação no Vale do Ribeira. Em outras palavras, é a visão historicamente datada de cientistas e literatos que define o modo de implantação das áreas a serem protegidas, onde o elemento humano, representado pelas populações locais, é percebido como um ser asselvajado em constante demanda pelo amparo da civilização. A negação do modo de vida caipira como consequência da valorização do modo de vida urbano é um dos núcleos da ideologia da modernização (BRANDÃO, 1983). A vida na mata, sob a ótica desses grandes homens, parece imprópria às populações locais, e assim, elas são separadas ou separáveis do ambiente em que vivem. Lembremos que no período entre 1910 e 1940, o Vale do Ribeira se submeteu a uma profunda transformação quando a organização caipira da produção agrícola tornou-se predominante e converteu-se no eixo econômico regional (MULLER, 1980). Tratava-se de uma travessia difícil por um período marcado pela estagnação econômica e a consequente pobreza material. Foi graças à cultura caipira que essa travessia se fez segura e garantiu, embora em níveis mínimos, a sobrevivência de cidades e vilarejos da região. Por volta de 1950, surgiam os primeiros resultados do aquecimento econômico induzido pela imigração japonesa de 1912, embora ainda insuficientes para retirar a região do quadro de pobreza. A expansão da bananicultura e teicultura, bem como a demanda por lenha,

carvão vegetal e madeira de caixeta (*Tabebuia cassinoides* (Lam.) D.C.), encontraram no caipira a mão-de-obra necessária e concorreram para a diversificação do modo de produção tradicional, ao qual foram adicionados a atividade extrativista vegetal, o carvoejamento e a pesca com fins estritamente comerciais (MULLER, 1980).

A retomada da mercantilização da agricultura regional, que se deu principalmente a partir dessa época, venceu o modo caipira de produção nas porções central e norte da região por volta de 1975 (BRAGA, 1999; MULLER, 1980).

O avanço da mercantilização capitalista das forças de produção supõe a readaptação do modo caipira de produção e implica, necessariamente, o aumento de tempo dedicado às tarefas economicamente produtivas em detrimento de outras que não se enquadram nesta categoria, tais como aquelas relacionadas à religião, às festas, enfim, à cultura local (BRANDÃO, 1983). Assim, desaparecem, gradualmente, as formas de cooperação vicinal e utilização do trabalho familiar, sinalizando para a completa desagregação social característica da modernidade. Muller (1980, p. 40) sintetiza bem essa idéia no parágrafo transcrito a seguir:

Com a tendência ao desaparecimento da cooperação vicinal como característica da sociabilidade caipira, desaparecem as festas caipiras, notadamente religiosas, pois elas supõem uma razoável quantidade de dias de rezas e novenas em que não se trabalha.

3.3. A imposição de uma nova política ambiental.

Em 1958 foi criado o primeiro Parque Estadual do Vale do Ribeira, o Parque Estadual do Alto Ribeira (PEAR), nas imediações dos municípios de Apiaí e Iporanga. Esse fato em nada interferiu, pelo menos nas três décadas seguintes, no cotidiano das populações locais, as quais obtinham, por meio do extrativismo, a complementação para suas necessidades básicas.

Porém, à medida que a mercantilização capitalista avançava, intensificava-se também o extrativismo de caráter comercial resultante da readaptação da organização caipira da produção. Recursos florestais como a caixeta (*Tabebuia cassinoides* (Lam.) D.C.) e o palmito tornaram-se cada vez mais escassos na Baixada, enquanto hordas de palmiteiros

adentravam o Vale em busca da Jussara (*Euterpe edulis* Mart.) que, rapidamente, desaparecia da paisagem.

Em 1983, o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) saiu do papel e implantou-se definitivamente, trazendo consigo o aparelho de fiscalização e repressão. A presença do Parque se fez sentir imediatamente pelas populações locais, principalmente no Bairro da Serra, o qual havia sido parcialmente englobado no processo de demarcação da referida unidade de conservação.

É bem verdade que, se não fosse a criação e implantação das unidades de conservação, boa parte da área florestal do Vale já teria desaparecido sob a voracidade da economia capitalista. Contudo, não podemos deixar de considerar o outro aspecto desse paradoxo. Embora a experiência tenha nos mostrado que o êxito na conservação ambiental de áreas protegidas só é possível quando há cooperação dos habitantes locais (ERNI, 1993), a implantação das unidades de conservação no Vale do Ribeira adotou uma estratégia que falha, não somente pela insuficiência de planejamento, mas, sobretudo, pela falta de respeito à cultura e à história dos habitantes tradicionais, que se vêem, de um momento a outro, destituídos de quaisquer direitos de uso do ambiente, o que se traduz em ausência total de alternativas econômicas e em ruína social e cultural.

A criação do PETAR foi apenas o início de um processo muito mais amplo de implantação de outras unidades de conservação por meio da imposição das leis de preservação ambiental que hoje totalizam 64% da área total do Vale do Ribeira em sua porção paulista (HOGAN *et al.*, 2000).

A restrição de atividades tradicionais vitais à subsistência das comunidades atingidas, associada à falta total de alternativas econômicas, criou, por parte da população local, uma relação extremamente negativa com o parque, cujo lema preservacionista passou a ser interpretado como sinônimo de miséria. Aqueles que poderiam ter sido os grandes e melhores parceiros para a implantação e monitoramento das unidades de conservação, converteram-se em seus mais poderosos inimigos. Viver a vida como sempre havia sido vivida, passou, de um momento a outro, a ser crime. A população afetada pela presença do parque, acuada entre a marginalização e a fome, seguiu, obviamente, o instinto natural de sobrevivência.

Mais recentemente, ao início dos anos 90, a indústria do turismo começou a dar sinais de uma nova alternativa econômica para a região, prometendo o estabelecimento de uma nova fase na economia regional (SANTOS, 2005; BONDUKI, 2002). Essa alternativa surge como solução às restrições de uso impostas pela legislação ambiental, bem como ao grande potencial turístico da região e à sua privilegiada situação geográfica estabelecida entre os municípios de São Paulo e Curitiba, dois importantes pólos emissores de turistas (VITAE CIVILIS e WWF-BRASIL, 2003).

3.4. Aspectos da História econômica de Iporanga

O município de Iporanga, desde a sua fundação, tem participado das principais fases econômicas que caracterizaram a História econômica regional do Vale do Ribeira. A própria fundação do município está diretamente ligada ao primeiro ciclo econômico regional, pois foi durante as campanhas paulistas que incursionavam pelo interior do Vale prospectando minerais valiosos que, a 12 de junho de 1576, um primeiro grupo de garimpeiros, juntamente com suas famílias, se estabeleceram nas proximidades da foz do Rio Pilões, lançando a pedra fundamental para a formação do município de Iporanga (SANTOS, 2005).

O ciclo do ouro na região do Alto Ribeira perdurou até meados do século XVIII, um pouco mais duradouro que na baixada, e embora a produção fosse pouco expressiva na economia da colônia, permitiu, mesmo assim, algum enriquecimento local com direito a exageros e extravagâncias descritas em várias narrativas (FORTES, 2000), entre as quais transcrevo abaixo um pequeno trecho retirado de Santos (2005, p. 70):

(...) as damas da sociedade, na época, faziam-se acompanhar, nos bailes e reuniões sociais, das suas aias (escravas mais vistosas) cujas carapinhas borrifavam com ouro em pó, ostentando assim suas vaidades e riquezas.

Este comportamento, certamente, não se tratava de idiosincrasia local, mas sim de uma espécie de modismo regional como sugerem relatos semelhantes para outras localidades, como é o caso de Iguape retratado por Fortes (2000, p. 14):

(...) era moda entre as moças encherem de ouro em pó os caracóis dos cabelos nas ocasiões de festas ou de saraus. Era também presente de núpcias o noivo oferecer à noiva um litro de ouro em pó, para dourar a cabeleira de sua amada. Nos bailes, não se via uma só moça que não trouxesse os cabelos dourados.

Com a decadência da economia local baseada no garimpo do ouro, a partir da segunda metade do século XVIII, o pequeno povoado reestruturou o modo de produção tendo por base a agricultura e pecuária de subsistência, cujos excedentes eram comercializados por meio do escambo com tropeiros que iam e vinham do planalto (FIGUEIREDO, 2000). Aos poucos, Iporanga foi se convertendo num importante entreposto comercial, pois era passagem e parada obrigatória para aqueles que subiam o Ribeira rumo ao planalto, bem como para aqueles que desciam para a zona da Baixada, levando e trazendo mercadorias e notícias do mundo de fora (FIGUEIREDO, 2000; FORTES, 2000).

De acordo com Valentim (2003), Iporanga apresentou uma especialização crescente no cultivo do arroz a partir de 1816, quando apenas 18% dos moradores envolvidos com atividades agrícolas se dedicavam à rizicultura; já em 1824 esta proporção teria subido para 33,3%, o que concorreu para o fortalecimento da economia local e para o dinamismo populacional verificado a partir de 1830. Nessa época, conforme consta no Termo da Assembléia Geral de novembro de 1830, havia na localidade uma população de 1.200 moradores envolvidos com a suinocultura e com a agricultura, notadamente o arroz e a cana-de-açúcar, bem como uma grande variedade de produtos e serviços expressos pela presença de 52 engenhos de cana-de-açúcar, vários monjolos para o beneficiamento de cereais e diversas indústrias de aguardente, farinha, fumo e rapadura (SANTOS, 2005).

Aos poucos, o arroz ganhou maior importância na economia local, e um maior número de famílias se voltava para a rizicultura. Conforme Valentim (2003), em 1835, havia 140 domicílios em Iporanga, dos quais 111 se dedicavam ao cultivo do arroz, cuja produção era escoada em canoas até o porto de Iguape, com participação cada vez mais efetiva para o estabelecimento do mais importante ciclo econômico do Vale do Ribeira.

Na segunda metade do século XIX, Iporanga, que florescia sob o fastígio da rizicultura, foi também o palco da descoberta de importantes reservas de *galena argentífera*¹, as quais foram motivo para a instalação da companhia Mineração Iporanga S/A no Morro do

Chumbo em 1878. Entretanto, as atividades de exploração mineral funcionariam apenas por um breve período e a continuidade desse empreendimento precisou esperar pela virada do século (FIGUEIREDO, 2000; SANTOS, 2005).

No início do século XX, a rizicultura deixava de ser um item importante na economia regional e, enquanto Iguape assistia o naufrágio de sua economia especializada no arroz diante do porto assoreado pelo Valo Grande, no outro extremo do Vale, Iporanga, já estabelecida como um importante entreposto comercial na rota dos tropeiros que seguiam serra acima e rio abaixo, reorganizava e diversificava a economia local em função do constante movimento de tropas e canoas, de tal forma a propiciar os meios necessários para a operacionalidade do trânsito de mercadorias e das atividades mercantis locais, o que pode ser inferido a partir do relatório *Exploração do Rio Ribeira de Iguape* realizado pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo em 1906, cujo trecho extraído de Figueiredo (2000, p. 107) transcrevo abaixo:

Este município tem uma renda diminuta, a menor das do valle do Ribeira; no entanto sua edilidade bem dirigida e intencionada tem feito diversos melhoramentos e commodidades para o público; possui boa e abundante água potável que é distribuída grátis para o abastecimento da população; as ruas são conservadas limpas, os portos concertados sempre que é necessário, e a municipalidade conserva limpa e bem tratada área gramada para o descanso dos animais de carga de tropas que do alto da Serra aqui vêm commerciar.

Assim, Iporanga estabelecia as bases para a formação de um importante centro comercial para onde fluía toda a produção excedente do Alto Vale do Ribeira conforme atesta o depoimento do famoso cronista alemão Edmundo Krug (FIGUEIREDO, 2000, p. 108), o qual transcrevo a seguir:

A igreja é o ponto central de todo o lugar; dahi sahem as ruas que vão aos diversos pontos da povoação, e neste mesmo lugar, no pateo da igreja, acham-se os armazéns mais importantes que suprem os moradores da villa e os proprietários dos sítios, distantes dous ou tres dias de canôa, no Rio Pardo, Rio Turvo e Ribeira acima, etc. Há entre estes armazens alguns de consideravel importancia attendendo-se ás necessidades da povoação, e é, principalmente aos domingos e dias santificados, dentro delles que se manifesta a parte mais

interessante da vida do povoado (...). Roceiros de longe oferecem suas mercadorias em troca deste ou daquele indispensável instrumento para a lavoura, ou propõem a barganha de sua colheita de arroz ou de milho ao proprietário, com vantagem recíproca. É natural que o proprietário do armazém saia lucrando (...).

Nessa mesma época, a suinocultura se configurava como o principal item na economia local e Iporanga já era referência na produção e processamento da carne suína que, juntamente com seus derivados, tanto abasteciam o mercado regional, como era exportado para outras cidades fora do Vale (SANTOS, 2005; FIGUEIREDO, 2000). A diversidade da economia local foi, certamente, um dos fatores que concorreu para que o município trafegasse tranquilamente, ainda que dentro de padrões módicos, pelo conturbado início de século que, regionalmente, ficou marcado pela fuga dos investidores que redirecionavam a aplicação de seus ativos para empreendimentos mais rentáveis, tal como a cafeicultura e, mais tarde, a indústria emergente nos grandes centros urbanos (MULLER, 1980; MARTINS, 1975).

Em 1920, a exploração mineral baseada principalmente no chumbo, mas também em outros minerais como a prata, o zinco, o ouro e o calcário, teve um novo impulso no município, levando à instalação de mineradoras nas jazidas de Furnas e Lageado e contribuindo para algum progresso por meio da geração de empregos, a despeito do impacto inevitável sobre a cultura local (FIGUEIREDO, 2000; SANTOS, 2005).

O escoamento do minério de chumbo produzido era feito penosamente ao longo de vários trechos do Vale do Ribeira, baldeando a pesada carga até alcançar o porto de Santos para que fosse, finalmente, embarcada para Cartagena na Espanha (SANTOS, 2005). Tendo chegado ao seu destino, o minério processado iria certamente servir de artilharia na guerra civil que se instalava naquele país ou para outros conflitos bélicos que arrasavam a Europa daquela época (RÉMOND, 1974).

O difícil escoamento do minério de chumbo começava logo na primeira etapa do transporte, realizada sobre o lombo de mulas (Figura 3.1), cujo primeiro destino era o porto de Iporanga, conforme depoimentos colhidos por Figueiredo (2000, p. 108):

De acordo com alguns antigos trabalhadores da mineração, a exploração era muito primitiva, com o carregamento efetuado manualmente em cestas colocadas

nas costas dos operários, o minério era quebrado e ensacado em sacos de 55 Kg, daí ia em lombo de burro, 30 a 40 burros todo dia, até a cidade de Iporanga na qual era embarcado em grandes canoas.



Figura 3.1. Transporte do minério de chumbo de propriedade da Sociedade de Mineração Furnas em 1934, ao longo da trilha dos tropeiros, no percurso Apiaí – Iporanga, atual SP-250. Extraído de Santos (2005).

Vencida a primeira etapa, a galena seguia viagem, Rio Ribeira abaixo, rumo à cidade de Xiririca², onde a carga era transferida para barcos maiores movidos a vapor, os quais circulavam regularmente pelos trechos de maior caudal de rios da bacia do Ribeira de Iguape (Figura 3.2). Hoehne, em sua obra *O litoral do Brasil Merdional* (1940, p. 46), relata um flagrante da baldeação da galena ocorrido no trecho de Xiririca a Juquiá, por ocasião de sua viagem empreendida em 1929, o qual transcrevo a seguir:

Na proa empilhavam-se sacos pequenos, de lona resistente que levavam galena, os quais para serem erguidos desafiavam os músculos dos mais fortes homens de bordo. Peças esparsas, deles escapadas, rolavam pelo tombadilho e eram apanhados pelos japoneses, que sôbre eles comentavam na sua língua incompreensível, pesando-as na palma da mão, admirados.



Figura 3.2. Barco a vapor “Candido Rodrigues” que fazia a linha Xiririca – Juquiá em 1929 e trazia a bordo o emérito botânico Hoehne, além de seu companheiro de viagem, o escritor Monteiro Lobato e, naturalmente, a pesada carga de galena. Extraído de Hoehne (1940).

Ao aportar em Juquiá, o carregamento de minério era transferido para os vagões de carga do ramal ferroviário Santos – Juquiá (SANTOS, 2000), e assim seguia viagem rumo à conturbada Europa daquela época para instaurar a ordem por meio da força.

Em 1940, o palmito, que já consistia em produto de relevante valor comercial, era ainda muito abundante no Alto Ribeira, ao passo que já ia se escasseando pela região da Baixada, onde a exploração da palmeira Jussara (*Euterpe edulis*) havia se iniciado em tempos pretéritos, tal como sugere o depoimento de Hoehne (1940, p. 15) por ocasião de sua passagem por Itanhaém em 1929:

Tratemos das matas halófilas de Itanhaen. Elas são célebres pela sua riqueza em plantas dendrícolas de flores ornamentais (...) Mas, infelizmente, elas são abatidas na proporção que a procura da lenha e da madeira cresce. Sua desgraça tem início com a extração dos palmitos da *Euterpe edulis* e da “Caixeta” *Tabebuia cassinoides* e termina com a derrubada radical para o aproveitamento da lenha. E, diga-se, entre parênteses, as próprias matas de terras devolutas não escapam a essa sanha dendrófoba.

Tendo em vista a possibilidade de explorar uma nova alternativa econômica, instalou-se, naquele mesmo ano, a primeira fábrica de palmito na Fazenda Santana, localizada no Bairro Pilões no município de Iporanga (FIGUEIREDO, 2000).

Enquanto isso, a exploração mineral seguia por altos e baixos até meados da década de 50, quando se iniciou um processo acentuado de declínio dessa atividade econômica (*Op cit.*). Trata-se de um período difícil para Iporanga, pois o avanço do progresso trazia consigo a abertura de novas estradas que, por sua vez, criavam rotas alternativas de acesso ao planalto e, aos poucos, o caminho dos tropeiros e toda a economia que se organizou em torno do fluxo dos tropeiros foi, paulatinamente, restringindo-se às narrativas históricas que dispomos hoje em dia.

Iporanga tornava-se cada vez mais isolada e esquecida, mas não por muito tempo. Em 1956, o arquiteto Carlos Lemos, que excursionava pelo Vale do Ribeira pesquisando os remanescentes da arquitetura colonial paulista, deparou-se com Iporanga e, encantado com a beleza e o estado de conservação do local, publicou os resultados de sua descoberta que ecoaram na mídia da época (FIGUEIREDO, 2000, p. 159):

Iporanga dorme, pelo menos, há um século e meio, conservando integralmente, em toda sua extensão, o aspecto primitivo de seus primeiros tempos. Concorreram para isso a pobreza e a dificuldade de acesso, pois até há pouco tempo ia-se àquela cidade através unicamente de barcos que subiam o Ribeira de Iguape.

Naquele mesmo ano, teve início a produção de uma série de reportagens publicadas no jornal *A Gazeta*, que era o jornal de maior circulação da época, cuja temática central estava lastreada no discurso preservacionista do Engenheiro de Minas José Eptácio Passos Guimarães, do Instituto Geográfico e Geológico, que, em 13 de novembro de 1956, encaminhou o pedido oficial para a criação do Parque Estadual do Alto Ribeira (HALLAI *et al.*, 2002, p. 2), cujo objetivo era:

(...) promover a preservação das belezas naturais existentes na região abrangida pelos municípios de Apiaí e Iporanga bem como possibilitar a formação de um refúgio para a defesa do remanescente de fauna e flora que aí se encontravam.

Dois anos mais tarde, o pedido de criação do parque retornou na forma do Decreto 32.283 de 19 de maio de 1958 (FIGUEIREDO, 2000), fato este que em nada mudou a rotina da população local e, tampouco, as poucas atividades econômicas que, na sua totalidade, fundamentavam-se no extrativismo vegetal e mineral, bem como em outras formas de uso extensivo da floresta para atividades de subsistência.

Na década seguinte, os conflitos no Vale do Ribeira ganharam gravidade com a invasão de grileiros e especuladores fundiários, os quais tiveram o acesso facilitado por meio da construção da Rodovia Regis Bittencourt, culminando numa batalha sangrenta pela posse da terra que se estendeu até a década de 70, quando inúmeros mortos já haviam sido contabilizados (ROCHA e COSTA, 1998).

O governo da época, tomado a força pelos ditadores militares, e avesso às questões de caráter preservacionista ou de cunho social, preocupava-se muito mais com as questões de segurança do regime militar e investia pesadamente na repressão violenta de qualquer gesto de reprovação ao sistema governamental, não poupando esforços para abrir estradas Vale adentro à caça de guerrilheiros liderados pelo Capitão Carlos Lamarca, que haviam procurado refúgio na região (FIGUEIREDO, 2000; SANTOS, 2005). Se por um lado, as estradas tiravam Iporanga do isolamento, por outro lado, traziam consigo uma onda devastadora marcada por atividades predatórias como a mineração irregular, a extração de madeira, a exploração do palmito e a agropecuária sem planejamento (BONDUKI, 2002; ROCHA e COSTA, 1998).

No início da década de 70, foram veiculadas inúmeras matérias nos jornais de grande circulação da época, sugerindo o turismo como solução à pobreza assustadora relatada pelos viajantes que passavam pela região. Essas matérias publicadas em jornais foram cuidadosamente levantadas e organizadas por Figueiredo (2000, p. 292), dentre as quais transcrevo abaixo, à guisa de ilustração, trecho da reportagem do jornalista Hamilton de Souza publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 04 de fevereiro de 1973:

Na região mais pobre do Estado de São Paulo - o Vale do Ribeira - a existência de 87 grutas deveria constituir motivo suficiente para um grande empreendimento turístico. Mas, o município de Iporanga, onde se encontra várias cavernas comparáveis à do Diabo, não dispõe de verbas para melhorar as estradas e

conservar as grutas, e não existe, na região, nenhum hotel que possa atender a um eventual fluxo de turistas.

Enquanto isso, a devastação seguia sem precedentes e, também, sem intervenção do Governo (BONDUKI, 2002), cuja postura desenvolvimentista agressiva não considerava a conservação ambiental como uma necessidade para o desenvolvimento nacional (ROCHA e COSTA, 1998).

Ao final da década de 70, o modelo extrativista de desenvolvimento econômico já havia se consolidado em Iporanga, onde estava sendo reativada a mineração de chumbo e prata, ao mesmo tempo em que se inauguravam várias fábricas baseadas no extrativismo vegetal, notadamente, serrarias e fábricas de palmito (SANTOS, 2005; FIGUEIREDO, 2000). Apesar do impacto ambiental inerente ao modelo predatório de exploração dos recursos naturais e humanos que se adotou na região, havia, em contrapartida, a produção de pequenas entradas financeiras no município por meio da geração de empregos. Assim, comunidades inteiras iam sendo aliciadas a participarem de um projeto de desenvolvimento econômico, pautado na devastação ambiental e cultural, do qual elas jamais experimentariam, isto é, os eventuais rendimentos financeiros líquidos eram exportados para fora da localidade, promovendo apenas os grupos detentores dos meios de produção.

A década seguinte foi, certamente, o período mais traumático na história recente de Iporanga. Ao longo dos anos 80 houve uma reviravolta total na vida do município, bem como em todo o Vale do Ribeira, promovida por um movimento radical de reação por parte do Estado, que embora até aquele momento houvesse mantido distância das questões ambientais relacionadas à preservação das unidades de conservação, resolvera finalmente colocar a casa em ordem (ROCHA e COSTA, 1998).

Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo* em 15 de maio de 2003, Clayton Ferreira Lino, atual Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e um dos mais importantes ativistas do processo de demarcação e implantação efetiva do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) no início da década de 80, relatou o estado de ocupação das terras do parque (CAMPANILI, 2002, p. 2):

O Petar foi durante 25 anos um parque de papel, sem demarcação de terra e contando com apenas um funcionário, o Zé das Grutas, que pouco podia fazer

para cuidar de uma área tão grande. Somente em 1983, quando fui trabalhar na Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (Sudelpa), durante o governo Montoro, consegui criar uma equipe para implantar efetivamente o parque (...) Essa implantação, porém, não foi nada tranquila, pois 80% da área do parque era coberta por alvarás de mineração. Doze mineradoras irregulares, que exploravam ouro, prata, chumbo e calcário, e três serrarias, atuavam dentro do PETAR. O parque só passou mesmo a existir quando conseguimos fazer a demarcação e efetivar o Núcleo Santana, principal destino turístico e de pesquisas, por conta das cavernas e cachoeiras da região e, assim, vencer os conflitos mais pesados.

Embora fosse muito justificável a intervenção do Estado no contexto que se esboçava naquela época em Iporanga, a postura severa adotada, que por um lado, promoveu o embargo de desmatamentos, madeireiras, fábricas de palmito e minerações, por outro lado produziu uma forte onda de desempregos com intensificação do processo emigratório local (BONDUKI, 2002; SILVEIRA, 2000). Em poucos anos fecharam-se todos os principais empreendimentos extrativistas que eram a base da economia local, ao passo que a aplicação das leis ambientais, extremamente restritivas em alguns casos, oprimiam ainda mais a população local, coibindo as práticas tradicionais de uso dos recursos naturais por meio da fiscalização e aplicação de multas, e o pior, sem oferecer alternativas para a sobrevivência das comunidades afetadas pela implantação das unidades de conservação (ROCHA e COSTA, 1998; SILVEIRA, 2000; FIGUEIREDO, 2000).

O modelo das unidades de conservação adotado no Brasil teve por base o conceito de *área natural protegida* (protected natural area) implantado nos EUA, o qual procurava garantir a preservação de amostras significativas de ecossistemas naturais frente ao rápido avanço da civilização urbano-industrial verificada naquele país na segunda metade do século XIX, cujo marco foi a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872 (OLIVEIRA, 2002). Nesse tipo de modelo as comunidades tradicionais não são incluídas como possíveis parceiras no processo de proteção às áreas naturais, mas são sistematicamente excluídas sob a acusação de serem os agentes promotores da degradação ambiental, o que produz, via de regra, consequências negativas de ordem tanto social, como ambiental (ERNI, 1993).

A situação insustentável criada pelo Estado por meio dos métodos empregados no processo de implantação do PETAR colocou a população local diante de um terrível dilema, cuja

solução foi prontamente encontrada pelo instinto natural de sobrevivência, próprio de todo ser humano. Tratava-se de um período de grande pobreza, pois, diferentemente de outros períodos de estagnação econômica que marcaram a história da região, desta vez, não eram permitidos, nem mesmo, as práticas tradicionais de uso do ambiente, historicamente vitais à sobrevivência dos grupos humanos que ocuparam e desenvolveram a cultura típica do Vale do Ribeira.

O quadro que se desenhava em Iporanga conduziu, inevitavelmente, a população local a extrair o sustento para suas famílias sob a sombra da clandestinidade, o que se traduzia na abertura de novas áreas para a formação de roçados familiares de onde se obtinha o alimento consumido no dia-a-dia, bem como na exploração do palmito, que embora já se constituísse em crime ambiental, representava uma das únicas alternativas para a obtenção de algum dinheiro que, embora pouco, destinava-se à compra de gêneros de primeira necessidade, tais como sal e tecidos, os quais não poderiam ser produzidos localmente (ROCHA e COSTA, 1998; SILVEIRA, 2000; FIGUEIREDO, 2000).

Em 1985, ocorreu o tombamento da Serra do Mar, o que concorreu para apertar ainda mais o cerco da preservação em Iporanga e para a intensificação na repressão ao corte ilegal do palmito que já atingia níveis alarmantes em toda a região (ROCHA e COSTA, 1998; BONDUKI, 2002). Nessa época³, a perseguição ostensiva promovida pelo Estado na caça aos *palmiteiros*, obrigou a fuga de grupos locais, formados principalmente por jovens que haviam se especializado na exploração do palmito, para outras regiões da Mata Atlântica, por onde erravam em busca da palmeira Jussara, mas sob a constante perseguição da fiscalização, que apertava cada vez mais o cerco. Muitos foram flagrados e autuados, alguns quando já estavam nas imediações do município de Caraguatatuba, no Litoral Norte paulista, outros escaparam e outros desistiram do palmito e arriscaram a sorte na *cidade grande*, onde se juntaram a outras levas que deixavam o Vale do Ribeira, nessa mesma época, em busca de melhores condições de vida. Nos grandes centros, o muito que conseguiam eram trabalhos como empregadas domésticas ou como *peões de obra* na construção civil, ou ainda, na pior das hipóteses, eram absorvidos pelos grupos marginalizados dos grandes centros urbanos. Muitos, desapontados com a experiência nas grandes cidades, retornaram a Iporanga, mas nem todos, conforme apontam os dados

demográficos fornecidos por Silveira (2000), em que consta que, no ano de 2000, o número de habitantes em Iporanga era a metade em relação ao ano de 1980.

As consequências negativas do modelo e método adotados para a implantação de unidades de conservação no Alto Vale do Ribeira não são exclusivas da região, mas parece ser uma espécie de efeito colateral, um sintoma típico, que, de acordo com Arruda (1999), tem ocorrido em outros países em desenvolvimento, onde se optou pela implantação de modelos de conservação inspirados no conceito norte-americano de *áreas naturais protegidas*. Tais consequências, de acordo com Oliveira (2002, p. 13), identificadas em outras localidades sob o impacto de unidades de conservação implantadas a partir do modelo americano, se sobrepõem perfeitamente ao que tem sido observado em Iporanga, como podemos verificar no trecho abaixo transcrito:

(...) agravamento das condições de vida destas populações; expulsão das populações locais para as periferias das cidades, engrossando as multidões em situação de miséria e a proliferação de favelas; desenvolvimento de práticas clandestinas de super-exploração no interior da área protegida; crescimento do conflito rural, descumprimento da legislação.

No final da década de 80, inicia-se um tímido fluxo turístico na região que, aos poucos, ganhou mais força ao longo dos anos 90, quando passou a ser denominado de *ecoturismo* (SANTOS, 2005; BONDUKI, 2002). Em meados da década de 90, o turismo e o ecoturismo já despontava no discurso das agências e órgãos governamentais, bem como no discurso de inúmeras organizações não-governamentais (ONG), como a panacéia para os males que assolavam o Vale do Ribeira (FIGUEIREDO, 2000). Nessa mesma época, foi lançada a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira por meio da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SEMA) em conjunto com outras seis secretarias de Estado e com o Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR). A estréia da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira se deu por ocasião do Seminário *Desenvolvimento Sustentável e Ecoturismo para o Vale do Ribeira* realizado em Iporanga no ano de 1995, quando se deu início à elaboração dos projetos para a formação de agentes municipais e à criação de cursos para a formação de guias locais (ou monitores ambientais), sob o argumento da *oportunidade de trabalho* (ROCHA e COSTA, 1998).

Embora o turismo se configure numa oportunidade real para o fortalecimento da economia de Iporanga e haja uma indiscutível *vocação ambiental* para esse tipo de empreendimento, até agora, muito pouco se discutiu sobre a *vocação cultural* da população local para receber o turismo, bem como a modalidade de turismo que melhor se ajustaria às características sócio-culturais das populações diretamente envolvidas ou afetadas pela presença das unidades de conservação. Essas discussões só aparecem na medida em que os grupos afetados participam efetivamente das decisões políticas, mas o turismo, como uma das poucas soluções econômicas para o Vale do Ribeira pela via da legalidade, tem sido proposto por grupos que possuem uma visão distorcida sobre a realidade local, constituindo-se numa ação vertical impositiva, como bem ilustra os seguintes depoimentos colhidos no município de Iporanga em 1990 por Figueiredo (2000, p. 7 e 10):

Aí eu me revoltei, quando o (...) representante da Secretaria do Meio Ambiente disse, qui as pessoas daqui são culpadas pela situação. Porque eles deviam continuá socano o arroz no monjolino, certo, beneficiano o arroz no monjolo, qui poderiam continuá fazendo a farinha de milho, artesanalmente (...), qui poderiam continuá fazendo a rapadura, é... com os engenho de pau, como faziam antigamente, qui isso ia atraí os turista... Eu refleti um pouco, se não fazia um gesto até mais sério, viu... mais eu disse (...), fazê farinha do quê, meu amigo... de raiz de pau... Fazê rapadura de quê (...) socá o quê no monjolo, meu amigo, se vocês não deixam siquer plantá um pé planta (...) (Willy, 57, depoimento, 1990).

(...) se a gente não consegue vencê a correnteza, desce com ela, porque senão morre afogado... Então diante dessa circunstância eu acho qui a solução pra Iporanga... tem qui, tem e deve sê... acompanhamo o meio ambiente, apoiano ele (...) então, a solução pra Iporanga é através do turismo (...) (Antonio C., 30, depoimento, 1990).

Embora a cidade de Iporanga seja um valioso marco na História do Brasil com importantes remanescentes do período colonial na arquitetura local, além de um importante centro religioso, cujas celebrações, juntamente com o acervo histórico, atraíam um considerável número de turistas e peregrinos, são as cavernas os principais atrativos turísticos no município. Esse fato, hoje em dia, promove a concentração de um grande número de turistas no pequeno Bairro da Serra, o que se deve à proximidade dos núcleos mais

importantes e melhor estruturados do PETAR na recepção de turistas, bem como à presença da caverna Santana, uma das mais visitadas do Alto Vale devido à diversidade e beleza de seus espeleotemas, a boa estrutura de segurança em seu interior e ao seu aspecto didático.

3.5. O Bairro da Serra

A origem do Bairro da Serra está intimamente relacionada aos deslocamentos das tropas de animais cargueiros que traziam o ouro produzido em Apiaí, no planalto, com destino à Casa de Fundação em Iguape (BONDUKI, 2002). Situado às margens da rota dos tropeiros, que se utilizava de um trecho dos *peabirus*⁴ regionais, justaposto ao sopé da Serra do Paranapiacaba, o Bairro da Serra foi se estabelecendo como parada obrigatória para os tropeiros que se preparavam para a longa subida.

Embora não se disponha de datas precisas, acredita-se que as primeiras colocações remontem à época da fundação dos primeiros núcleos familiares que se estabeleceram na região e que fundaram, mais tarde, o município de Iporanga (SANTOS, 2005).

Conta-se que por lá havia uma Casa Grande, tráfico de farinha, curtume e senzala, cujos artigos produzidos - cachaça, rapadura e farinha - eram comercializados com os tropeiros que traziam mantimentos indispensáveis, como o sal e o querosene, e aos poucos, o local foi se constituindo num ponto de descanso para as tropas que vinham exaustas do planalto, ou para aquelas que faziam os últimos preparativos para alcançá-lo (BONDUKI, 2002).

Gradualmente, a localidade se constituiu num bairro rural com importante participação na produção econômica do município e participou ativamente das diferentes fases econômicas que se desenrolaram ao longo da história de Iporanga (VALENTIM, 2004; BONDUKI, 2002).

Muito embora a documentação histórica para o Bairro da Serra seja bastante escassa, há ainda o rico acervo da história vivenciada como experiência pessoal ou transmitida oralmente através das gerações que, por enquanto, preserva-se na memória dos mais velhos. Contudo, a juventude local, ansiosa pela novidade, como é próprio da idade, torna-se presa fácil para a *cultura de massa* veiculada por meio do turismo e, como consequência, perde o

interesse pelo velho baú de seus avós que, juntamente com o *saber tradicional*, esvai-se pelas frestas do tempo.

De acordo com Silveira (2000), os moradores do Bairro da Serra contam que a agricultura praticada era a *coivara*⁵, herdada das populações indígenas que habitavam a região e que se baseava na derrubada de pequenas áreas de mata, ao que se seguia a queima e, posteriormente, o plantio de suas roças, cujo caráter itinerante se ajustava perfeitamente às características ambientais da região, marcada pela pobreza nutricional dos solos e pelos altos índices pluviométricos.

Apesar da baixa produtividade, quando comparada aos métodos da agricultura mecanizada, a produção era suficiente para a subsistência dos grupos familiares e, além de gerar algum excedente para a comercialização, tinha um papel ainda mais importante que, por meio do *mutirão*, reforçava ainda mais a coesão comunitária, ao passo que fortalecia e acentuava os contornos da cultura local. A criação de porcos e galinhas de forma extensiva, bem como a caça e o extrativismo vegetal, complementavam a dieta e garantiam alguma entrada financeira adicional. Outros produtos, como fibras, tinturas, essências, medicamentos e madeira para construção local eram retirados da mata, a qual supria a quase totalidade das necessidades locais (SILVEIRA, 2000).

Os primeiros impactos sócio-culturais registrados no Bairro da Serra, na primeira metade do século XX, devem-se à instalação das empresas de mineração naquele período e à construção da estrada Apiaí – Iporanga (BONDUKI, 2002, p. 80):

A abertura da estrada Apiaí – Iporanga, em 1937, e a implantação de duas mineradoras na região contribuíram para empregar muitos moradores do Bairro, mas trouxeram também, transformações culturais e econômicas. Os jovens já não se interessavam em aprender os conhecimentos e as técnicas de trabalhos que os pais tradicionalmente ensinavam, e começaram a buscar oportunidades fora dali. Estes são os primeiros sinais de desestabilização local.

O impacto sobre a cultura tradicional local foi ganhando dimensões críticas até alcançar o ápice com a implantação definitiva do PETAR no início dos anos 80, cuja área demarcada oficialmente englobava parte do Bairro da Serra, além de outras colocações humanas mais isoladas no interior do parque (SANTOS, 2005). Foi o início do período mais conflituoso e

dramático na história do pequeno bairro, cuja população se viu, de um momento a outro, destituída dos últimos recursos que lhes garantiam a sobrevivência. A intervenção promovida pelo Estado na região não trazia qualquer preocupação com os aspectos de ordem sócio-econômica, traduzidos pela miséria secular que sempre foi motivo de denúncia nas narrativas históricas, mas estava centrada, exclusivamente, na preservação do ambiente natural, e para isso, adotou medidas ostensivas e enérgicas contra a população local, reprimindo atividades tradicionais vitais à sobrevivência da comunidade afetada pela implantação do parque, perseguindo os infratores e aplicando multas à *população mais pobre do Estado de São Paulo* (FIGUEIREDO, 2000).

A comunidade do Bairro da Serra, uma das mais afetadas pela instalação do parque, se refere ao período compreendido entre a implantação do PETAR e o início da *fase turística*, como a “época de grande pobreza” (BONDUKI, 2002, p. 79), e se lembram, nostálgicos, dos tempos de fartura, quando “nada faltava e não havia pobreza”. Há inúmeros relatos locais que se reportam a essa *época de fartura*, os quais estão devidamente registrados na literatura especializada (FIGUEIREDO, 2000; SANTOS, 2005; SILVEIRA, 2000; BONDUKI, 2002). Transcrevo abaixo um trecho compilado de Silveira (2000, p. 15), que sintetiza muito bem o conteúdo desses relatos:

Outros, melancólicos, lembram-se do tempo antigo como a época em que as terras não eram divididas (...) Quando usar a mata não era crime. O “tempo da liberdade” (...) que “o povo era unido”; época em que tudo era farto, em que se derrubava, queimava, plantava e colhia. Que se tinha mantimentos em casa para passar todo o ano, que se fabricava rapadura, pinga e farinha de mandioca; hoje, dizem, tudo o que se come no bairro é comprado.

De acordo com Bonduki (2002), o abastecimento de mercadorias no Bairro da Serra é realizado, atualmente, por meio de comerciantes ambulantes que vêm de Apiaí, Curitiba e Registro, trazendo seus produtos em furgões e caminhões, herdeiros modernos dos antigos tropeiros, que comercializam localmente artigos de vestimenta, alimentos e utensílios.

Diante dessa situação, e a despeito da fiscalização, muitos moradores do Bairro continuam cultivando seus roçados por meio da coivara, alguns escondidos na mata, mas sob o risco constante da aplicação de multa, outros sobre o mesmo terreno, provocando o desgaste excessivo do solo, e embora não tenham o apoio dos mais jovens, resistem e seguem praticando seus costumes tradicionais, agora transformados em crime, na busca de sustento imediato para suas famílias (SILVEIRA, 2000).

Ao longo dos anos 90 e dos primeiros anos do século XXI, o Bairro da Serra, onde se iniciou a exploração das primeiras *jazidas* turísticas, expresso pelo importante acervo espeleológico local, foi se tornando cada vez mais especializado na recepção do fluxo crescente de turistas que visitam a região. Entretanto, a dimensão do fenômeno turístico, com perspectivas de crescimento intenso para os próximos anos, associado à precariedade da infra-estrutura local, tem colocado o Bairro da Serra numa situação potencialmente perigosa, uma vez que começa a se configurar em objeto de atração para investidores de fora, o que tem resultado, ao longo de todo o processo histórico regional, na destituição da população local dos meios de produção, na exploração da mão-de-obra local sob o argumento da geração de empregos e na perpetuação do estado de miséria das camadas pobres da população local.

*

Esta breve análise da História econômica regional revela que os sucessivos ciclos econômicos do Vale do Ribeira foram sempre inaugurados pelos grupos que detinham o poder econômico. Esses ciclos econômicos se constituíam em oportunidades de investimento para a reprodução do capital, cujo sucesso dependia da exploração dos segmentos mais pobres da sociedade. Certamente, o que aconteceu no Vale foi somente o reflexo de um modelo econômico mundialmente difundido, mas que não precisa ser eternamente reproduzido.

A questão que se coloca – como conciliar o empreendedorismo empresarial com a manutenção dos aspectos culturais e ambientais – não é de fácil solução e exige uma rigorosa ordenação na abordagem deste problema. O primeiro passo a ser dado é promover uma profunda revisão das bases conceituais que dão suporte à idéia de *desenvolvimento* e, sobretudo, reavaliar os princípios que norteiam o trajeto desenvolvimentista no mundo atual, assunto este que trataremos no próximo capítulo.

Notas

¹ Trata-se do minério de chumbo associado a altos teores de prata.

² Atual cidade de Eldorado localizada no médio curso do Rio Ribeira de Iguape.

³ O trecho que segue está fundamentado nos relatos colhidos ao longo deste trabalho durante as viagens a campo realizadas no período de 26 de abril de 2004 a 02 de maio de 2004, e de 18 de novembro de 2004 a 23 de novembro de 2004. Os entrevistados, que forneceram as informações necessárias para a elaboração do trecho em questão, foram o Sr Nilton Rosa, ex-palmitreiro que chegou a explorar o palmito no Litoral Norte paulista, o Sr Moisés de Oliveira Monteiro, que desistiu do corte do palmito para “tentar a sorte” em São Paulo e hoje trabalha como monitor ambiental no Bairro da Serra, a Dona Clotilde, que trabalhou durante muitos anos como empregada doméstica em São Paulo e hoje é líder da comunidade quilombola de Praia Grande, e o Sr. Elias, que foi incorporado pelo processo de marginalização em São Paulo e acabou cumprindo 10 anos de detenção no presídio Carandiru, e hoje está de volta ao Bairro da Serra, onde procura se reintegrar à comunidade local.

⁴ Trilhas utilizadas por povos indígenas em seus deslocamentos periódicos. Alguns trechos desses *peabirus* tiveram grande importância no traçado de estradas, como foi o caso da rodovia Apiaí – Iporanga e da Trilha do Telégrafo, no Baixo Vale, também conhecida por *Caminho do Imperador* ou *Caminho Del Rey*, que data de meados do século XIX.

⁵ A *coivara*, mesmo empregando a prática da queimada, se constitui numa forma de manejo de baixíssimo impacto ambiental, mas somente quando a densidade populacional humana é pequena e vocacionada para o nomadismo.

CAPÍTULO 4 - O desenvolvimento na berlinda

4.1. A noção de desenvolvimento no mundo moderno.

Discutir o tema *desenvolvimento* e seu mais recente desdobramento, o *desenvolvimento sustentável*, é algo extremamente trabalhoso e delicado. Isso se deve ao fato de nos últimos tempos ter havido uma produção literária volumosa e muito diversificada no que tange às diferentes abordagens e propostas de inúmeros autores com tendências variadas, resultando numa temática sempre polêmica e controvertida (VEIGA, 2005; SUNKEL e PAZ, 1988). Esse fato nos impossibilita de proceder a uma discussão abrangente que corporifique as diferentes linhas de pensamento sobre esses conceitos, uma vez que precisamos considerar os limites impostos pela própria natureza do presente trabalho. Por outro lado, não podemos deixar de abordar esses temas por se tratarem de elementos-chave na construção do sentido em nossa análise compreensiva. Dessa forma, procuramos desenvolver o texto que segue a partir de um re-alinhamento sistemático da idéia de desenvolvimento sustentável, o que foi realizado tomando por base nossa compreensão acerca dos conceitos que sustentam a noção de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Procuramos evitar a superficialidade em nossa discussão, mas, ao mesmo tempo, esforçamo-nos no sentido de desenvolver nossas idéias dentro do limite que consideramos suficiente para a elaboração deste trabalho. Para entender a condição conflituosa em que se converteu a idéia de desenvolvimento no mundo moderno, tomamos como objeto de estímulo dessa discussão alguns desdobramentos recentes resultantes da mobilização de importantes dirigentes dentro do quadro político internacional.

Ao final da Conferência Internacional “Cidadãos da Terra”, que aconteceu em Paris, em fevereiro de 2007, o presidente francês Jacques Chirac declarou que “temos de perceber que chegamos a um ponto sem retorno e causamos danos irreparáveis”, referindo-se aos *impactos ambientais* provenientes do processo de desenvolvimento, notadamente o *aquecimento global* que foi reconhecido, nesse evento, como “consequência direta e inequívoca da ação do homem” (AFP, AP e REUTERS, 2007).

Como conseguimos chegar a este ponto, mesmo a despeito dos alarmes que soaram insistentemente na década de 60 e 70? A obra *Silent spring* (1962) de Rachel Carson, o relatório do Clube de Roma (1972), o movimento de contracultura nos EUA (décadas de 60 e 70) são apenas alguns exemplos desses alarmes que, na verdade, resultaram de estudos e previsões que remontam ao período da Revolução Industrial.

Vivemos, atualmente, num mundo dividido entre a opulência e a miséria. Ambos os aspectos são extremamente nocivos para o ambiente natural e, conseqüentemente, para o próprio homem (SEN, 1999; SHIVA, 1989). Tanto os opulentos como os miseráveis, embora habitem mundos diferentes, partilham o mesmo planeta e estão sob as mesmas ameaças marcadas pela relação conflituosa entre o caráter finito dos recursos que dispomos e as taxas crescentes de consumo.

O quadro geral que se esboça no planeta apresenta os aspectos *social* e *ambiental* como aqueles em que se concentram os grandes problemas do mundo moderno. A evolução histórica desses problemas decorre, em boa medida, da política econômica que tem lastreado o processo de *desenvolvimento* em direção ao que, hoje, denominamos modernidade (LEFF, 2004; CASTORIADIS, 1987; VEIGA, 2005; CAVALCANTI, 2003, SHIVA, 1989).

Não obstante, a idéia de atrelar o processo de desenvolvimento ao fortalecimento econômico não é algo recente. Embora essa estratégia se manifeste com maior evidência ao longo dos três últimos séculos, isto é, por ocasião do surgimento das escolas liberais do século XVIII, suas raízes remontam, pelo menos, ao período renascentista que teve na prática mercantilista uma postura radical no sentido de se obter crescimento econômico como via de acesso ao desenvolvimento (ROSSETTI, 1987).

A associação entre *desenvolvimento* e *crescimento econômico* ganhou, ao longo dos séculos, um caráter praticamente inextrincável a ponto de a própria ciência econômica, ao final do século XX, tratar ambos os conceitos como sinônimos (VEIGA, 2005). Os efeitos dessa confusão se estendem até os dias de hoje, e a associação entre desenvolvimento e crescimento econômico resultou numa espécie de amálgama em que não se pode mais perceber com clareza suas partes constitutivas. A idéia de desenvolvimento incorporou em seu cerne a idéia de crescimento econômico, e o aspecto político das nações passou a ser tratado sob a composição “político-econômico”. Isso se deve, particularmente, aos

resultados materiais colhidos por meio da estratégia de se atrelar o desenvolvimento ao crescimento econômico. Essa estratégia passou a constituir o objetivo principal das políticas econômicas da maior parte dos países em busca do fortalecimento de suas economias, tal como explica muito bem o texto de Rossetti (1987, p.72) transcrito logo abaixo:

A taxa de crescimento do produto nacional tornou-se um símbolo de virilidade econômica, não somente para as economias já maduras, como principalmente para os países atrasados do Terceiro Mundo. As comparações internacionais e intertemporais de taxas reais de crescimento passaram a ser vistas como indicadoras do êxito ou do fracasso da política econômica das nações. O crescimento passou a ser visto como solução para uma variedade de outros problemas (...). Como tal, passou a ser um objetivo-síntese da política econômica. Mais ainda: como uma espécie de panacéia para todos os problemas, a fixação de metas ambiciosas de crescimento passou a condicionar a formulação da política econômica da maior parte das nações. Subordinavam-se a essas metas as demais diretrizes da política em curso.

A partir do amálgama produzido entre desenvolvimento e crescimento econômico, a idéia de desenvolvimento passou a subentender um movimento de acumulação material crescente com tendência ao infinito, significando a busca de valores maiores: maior longevidade, maior quantidade de mercadorias, maior consumo, maior riqueza, maior poder (CASTORIADIS, 1987). Dessa forma, o desenvolvimento perde a sua meta e permanece sem qualquer outro propósito que não seja o aumento das quantidades de modo infinito, tal como argumenta Castoriadis (1987, p. 146) no parágrafo que abaixo transcrevemos:

Chegamos desse modo à situação presente. O desenvolvimento histórico e social consiste em abandonar *qualquer* estado definido, em atingir um estado que não é definido por nada exceto pela capacidade de atingir novos estados. A norma é que não há norma. O desenvolvimento histórico e social é um desdobramento indefinido, sem fim (nos dois sentidos da palavra *fim*). E, à medida que a indefinição nos é insuportável, a definição é fornecida pelo crescimento das quantidades.

A consecução dos objetivos expressos pelo crescimento econômico estabelece como uma das bases fundamentais do modelo econômico o *consumo* em larga escala de bens e serviços, o que resulta num maior fluxo financeiro por meio dos mercados que, por sua vez, aumenta a probabilidade de incremento dos lucros por parte dos grupos que detêm controle sobre os meios de produção e circulação das mercadorias. O *consumo* passou a desempenhar o papel de motor das economias de crescimento e o *desperdício* foi transformado numa estratégia para a aceleração desse processo. Isso chegou a ponto das indústrias instituírem aquilo que se denomina *obsolescência planejada*, que significa “diminuir propositalmente o tempo útil dos produtos, de forma a forçar a renovação constante do seu consumo” (LAGO e PÁDUA, 2001, p. 52).

Como consequência dos imperativos ditados pela ideologia do modelo econômico, surge uma *cultura* baseada nas extravagâncias, no desperdício e no caráter descartável dos produtos. Embora essa cultura encontre solo fértil para a sua propagação e sucesso entre as elites do mundo todo, é nos países que se denominam “desenvolvidos” que os seus efeitos nocivos se tornam mais evidentes, ao passo que determina tendências de consumo e comportamento para populações e países menos favorecidos economicamente que desejam seguir a trilha desse sinistro desenvolvimento dos países do hemisfério Norte.

Sabemos que os *padrões de consumo* dos países “desenvolvidos” são totalmente inviáveis quando se considera a necessidade de buscar soluções para a crise sócio-ambiental do mundo moderno (SACHS, 2002), o que já é motivo suficiente para se pensar no redimensionamento dos *estilos de vida* baseados nos padrões de consumo desses países. A reprodução desses estilos de vida pelos países denominados “emergentes”, como é o caso da China, da Índia e do Brasil, pode criar um quadro extremamente crítico de pressão sobre o ambiente natural. De acordo com Musser (2005, p. 36), se considerarmos as projeções de crescimento para os casos da China e Índia, “em 2050 o chinês médio será tão rico quanto o suíço médio é hoje; o indiano médio, tão rico quanto um israelense hoje”. Outro fator de grande importância neste cenário apocalíptico, que tem recebido pouca importância na mídia, diz respeito à abertura dos mercados nos países do Leste europeu, à sua dificuldade em integrarem-se ao modo de produção capitalista e à iminência de um colapso social, econômico e político de grandes dimensões, com efeitos desestabilizadores sobre a economia mundial, tal como vem chamando a atenção o sociólogo alemão Robert Kurz

(2004). A esses fatores se somam outros inúmeros de importância equivalente que caracterizam não somente a crise sócio-ambiental da modernidade, mas, sobretudo, acenam para um golpe fatal no equilíbrio ambiental do planeta, ao passo que ameaçam pôr abaixo os rudimentos de nossa civilização edificada a partir dos preceitos da Torre de Babel.

Por outro lado, há aqueles que depositam cegamente suas crenças nas virtudes do progresso tecnológico como meio de solucionar os problemas modernos. Sobre os trilhos lineares do pensamento simplificador, cientistas e economistas somam esforços associando a produção de novas tecnologias aos modelos econômicos pautados na valoração ambiental e comercialização de “licenças de poluição”, como é o caso da comercialização de créditos de carbono. Obviamente que essas estratégias acarretam aumento de custo na produção, o que é solucionado por parte das empresas a partir de um mecanismo muito simples: repassando os custos ao consumidor. Dessa forma, se garante ao mesmo tempo a manutenção das taxas de lucro das empresas, a sua sobrevivência no mercado e a posição privilegiada das elites. E aqui se cumpre mais uma vez o velho ditado popular: a corda sempre se rompe do lado fraco.

Contudo, não podemos deixar de admitir que ciência e tecnologia podem auxiliar, *de modo complementar*, na busca por soluções para a atual crise sócio-ambiental, mas não podemos esperar que daí surja a panacéia para os problemas complexos que a modernidade nos apresenta (SACHS, 2002).

O fortalecimento da crença nos poderes da tecnologia se tornou mais evidente a partir da Revolução Industrial, cujo modelo é o desenvolvimento ocorrido na Grã-Bretanha entre 1700 e 1850, onde o crescimento econômico impulsionou o avanço tecnológico que otimizava a produção dentro de um ciclo eficiente de reprodução do capital. Os benefícios para a sociedade inglesa foram evidentes, propiciando alimentação regular, melhores condições sanitárias e assistência médica (ASHTON, 1990). Esses fatores foram decisivos para o surgimento de uma ideologia calcada no fundamentalismo tecnológico, em que o conceito de desenvolvimento encontrou solo fértil para firmar suas bases. Riqueza material se tornou sinônimo do potencial produtivo das nações, passando a ser perseguida a qualquer custo, negligenciando as questões sociais e ambientais.

Não obstante, esse modelo de desenvolvimento ditava para os países denominados “atrasados” a crença na industrialização como via de acesso ao padrão de vida alcançado

pelos países ricos (DIEGUES, 1992). Dessa forma, nutria-se a convicção de que o desenvolvimento, segundo a concepção baseada no crescimento econômico, pudesse resolver todos os problemas mundiais uma vez que todas as nações viessem a alcançar um determinado nível de riqueza. Obviamente que essa foi uma das estratégias de mercado mais bem sucedidas na história do capitalismo, pois a disseminação e assimilação dessa idéia possibilitava a expansão dos mercados beneficiando os países já desenvolvidos que poderiam vender bens e serviços para dar suporte ao processo de industrialização nos países denominados “atrasados”, bem como exportar a sua poluição por meio das multinacionais e promover uma verdadeira drenagem financeira através dos juros cobrados pelas dívidas contraídas por parte das nações pobres em busca do “desenvolvimento”.

O economista brasileiro Celso Furtado já alertava, em 1974, para a impossibilidade dos países pobres alcançarem os níveis de consumo dos países ricos, o que se deve à própria exclusão que o processo de desenvolvimento econômico determina, ou seja, o desenvolvimento enquanto crescimento econômico é, ele mesmo, o produtor da miséria e do subdesenvolvimento, pois o sistema que viabiliza seu funcionamento opera a partir de taxas crescentes de exploração social e ambiental, agravando as diferenças na concentração de renda em busca permanente de taxas maiores de crescimento do produto interno bruto (CAVALCANTI, 2003; SHIVA, 1989).

Dessa forma, a idéia de desenvolvimento que deveria nos conduzir a um estado de harmonia e paz entre as nações como resultado do progresso intelectual humano produz exatamente o seu contrário, e por meio das pressões crescentes sobre os ambientes naturais e sobre as camadas menos favorecidas da população, resultou em perspectivas sombrias para todo o planeta.

O padrão de vida adotado nos países “desenvolvidos” é extremamente oneroso e perverso para o ambiente natural e para as camadas mais pobres da população mundial. Lembremos que os países industrializados possuem 20% da população mundial e consomem 70% da energia mundial, 75% dos metais, 85% da madeira e 60% dos alimentos (BARBIERI, 1996). A reprodução desses padrões de consumo por parte dos países emergentes com vista ao suposto “bem-estar” alcançado pelos países “desenvolvidos” significa, por um lado, a possibilidade de um crescimento econômico ainda maior dos grupos dominantes, e, por outro lado, o aumento da ameaça de um colapso sócio-ambiental iminente.

Para abastecer esses mercados em ascensão é necessário acelerar e aumentar a produção, o que implica maiores pressões sobre o ambiente natural em relação à demanda por energia, por matérias-primas, deposição de rejeitos industriais, descargas de poluentes na atmosfera, contaminação do solo e cursos d'água por insumos agrícolas. Por outro lado, vivemos num mundo em que 3 bilhões de pessoas, metade da população do planeta, vivem com menos de US\$ 2 por dia e 1,5 bilhões de pessoas não possuem acesso à água potável (LEAUTIER, 2002).

Pouco a pouco, aprendemos que esse modelo de desenvolvimento só é funcional enquanto privilegia uma pequena minoria da população e cria, por outro lado, um estado de profunda miséria sócio-ambiental no restante do mundo (FOLADORI, 2001). Esse conceito de desenvolvimento está fortemente enraizado em princípios da economia neoclássica que defende a acumulação ilimitada de capital e pressupõe a natureza como elemento imutável, fonte inesgotável de matéria-prima e não, como um sistema vivo com processos e funções próprias (FOLADORI, 2001; DIEGUES, 1992).

Até meados da década de 60, os custos ambientais, em termos de uso intensivo de recursos naturais e da degradação da natureza, eram considerados normais e necessários no processo de desenvolvimento (DIEGUES, 1992). O surgimento dos movimentos ambientalistas no mundo industrializado, nessa mesma década, teve uma grande importância nos debates sobre o papel da Ecologia e da conservação no processo de desenvolvimento (ADAMS, 1992). Por outro lado, conciliar Ecologia e Economia, ou seja, conservação ambiental e crescimento econômico, apesar do estreito parentesco etimológico entre os termos que nomeiam essas duas ciências, tem se configurado como o maior desafio dos tempos modernos, pois sempre há colisão frontal entre as ações exigidas pelas políticas ambientais e econômicas.

A divergência entre as duas ciências se dá enquanto a Ecologia tem relevado a importância do equilíbrio ecossistêmico sem atentar aos aspectos sócio-econômicos, ou na melhor das hipóteses, considera-se também o componente social, mas somente dentro de uma perspectiva restritiva de desenvolvimento econômico pautado na redistribuição de renda (DALY, 2005), tal como se apresentam propostas de caráter relativamente radical a exemplo do *ecodesenvolvimento*. Embora haja inúmeros argumentos substanciais elaborados pelos segmentos que se agrupam em torno da linha de pensamento focada na

conservação ambiental e equilíbrio sócio-ambiental, escolhemos um trecho de autoria de Vandana Shiva (1989, p.4) que resume de modo claro a postura geral dos segmentos de inclinação conservacionista, o qual transcrevemos abaixo:

O crescimento econômico se dá através de uma super exploração dos recursos naturais que tem como consequência a escassez dos recursos naturais e da economia de subsistência de um povo. Além disso, o crescimento não pode auxiliar na recuperação das áreas que devem ser destruídas para que o crescimento econômico aconteça. A natureza diminui na proporção do crescimento do capital. O crescimento do mercado não pode solucionar as muitas crises que cria.

Por outro lado, a Economia tem relevado somente o aspecto financeiro, dentro de uma perspectiva elitista de crescimento ilimitado, justificado pelo ideário progressista calcado na espoliação dos recursos naturais em detrimento da conservação ambiental e do bem-estar dos segmentos menos privilegiados da população mundial. Nesta outra vertente do pensamento ocidental, hegemônica e melhor posicionada nos escalões do poder, concentra-se um número bem mais expressivo de políticos e pensadores que defendem, ardilosamente, suas posturas por meio da racionalidade aritmética contida em argumentos respaldados pelas melhorias inquestionáveis propiciadas pela “sociedade tecnológica”, principalmente no que diz respeito à saúde, conforto, educação, auxílios contra o desemprego, programas habitacionais, entre outros. A título de ilustração, transcrevemos abaixo um trecho de autoria de José Guilherme Merquior (1982, p. 36), um dos intelectuais mais importantes no cenário brasileiro que se ocupou vastamente com o debate sobre desenvolvimento, que nos servirá de contraponto para o entendimento do impasse que se produz no entrelhecho das duas vertentes.

(...) a *ecologia responsável* nada tem a ver com o antiprogressismo sistemático do *ecologismo*, ideologia primitivista cheia de animosidade arcaizante contra a civilização tecnológica. Para os fanáticos do ecologismo, adeptos do Clube de Roma e do requisito do “crescimento zero”, e para os “humanismos” anticiência que os inspiram, nosso juízo favorável ao progresso histórico, identificado com o progresso e metamorfose da revolução industrial, é um erro gigantesco. De acordo com essa mentalidade catastrofista, a civilização industrial é o inferno da

história, o ponto mais baixo do humano, vítima da sanha tecnológica. Assim, ao contrário das massas, que a técnica vai libertando, cada vez mais, de tantas carências, e da pesquisa desapaixonada dos fatos, a angústia ecológica condena o progresso e repudia a civilização moderna.

Diante do quadro de impasse que se produz na oposição dessas duas correntes em que, por um lado, o crescimento econômico aparece como a solução mais plausível para solucionar problemas mundiais como a fome, pandemias e a pobreza generalizada, e por outro lado, temos uma necessidade imperativa de conservar o ambiente natural sob o risco de uma catástrofe ainda maior, surge um movimento de caráter moderado que advoga a possibilidade de se conciliar os dois aspectos. Uma fórmula capaz de aproximar gregos e troianos. É exatamente nesse fato que reside, até agora, o seu caráter mais louvável. Em outras palavras, o *desenvolvimento sustentável*, tal como se denomina essa fórmula paradigmática, despertou o interesse de ambas as vertentes e propiciou a aproximação dos dois lados opostos em torno de um debate de grande relevância atual definido pela questão: será possível conciliar crescimento econômico e conservação ambiental, mesmo a despeito das reações desastrosas acenadas por um planeta fortemente alterado?

4.2. O desenvolvimento sustentável

Em 1983, foi criada a Comissão das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente que lançou, em 1987, o relatório *Nosso Futuro Comum* que teve como objetivo subsidiar as futuras iniciativas da ONU em relação às políticas mundiais de desenvolvimento e conservação ambiental (WCED, 1987). Este relatório, coordenado por Gro Brundtland, primeira ministra da Noruega e presidente da Comissão, foi produto de uma série de viagens pelo mundo que teve por objetivo conhecer os problemas ambientais de cada país. Os resultados obtidos apontaram para a necessidade urgente do estabelecimento de uma nova forma de cooperação internacional como solução para reverter o quadro de destruição ambiental verificado em todos os países pobres visitados (CAPOBIANCO, 1992). Diegues (1992) sublinha a importância desse relatório a partir das seguintes características elencadas abaixo:

- a) apresenta a constatação de que os modelos atuais de desenvolvimento são inviáveis, pois perseguem padrões de crescimento econômico não sustentáveis em longo prazo;
- b) introduz uma dimensão ética e política em que o desenvolvimento torna-se um processo de mudança social e de transformação das relações econômicas e sociais;
- c) propõe uma nova concepção da Economia no que se refere aos custos e benefícios, considerando as variáveis ambientais;
- d) enfatiza a importância da participação política e;
- e) recomenda que se estabeleça um equilíbrio entre o uso dos recursos naturais e o crescimento demográfico.

É por ocasião da publicação do Relatório Brundtland que o conceito de *desenvolvimento sustentável* ganhou notoriedade enquanto alternativa para manter o progresso humano em todo o planeta por tempo indeterminado (DIEGUES, 1992; CAPOBIANCO, 1992). A definição de desenvolvimento sustentável proposta pela Comissão Brundtland diz ser aquela *que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras satisfazerem as suas* (WCED, 1987, p.51).

49. Sustainable development seeks to meet the needs and aspirations of the present without compromising the ability to meet those of the future. Far from requiring the cessation of economic growth, it recognizes that the problems of poverty and underdevelopment cannot be solved unless we have a new era of growth in which developing countries play a large role and reap large benefits.

A idéia de *desenvolvimento sustentável* procura equilibrar as dimensões social, ambiental e econômica na busca por soluções para a miséria produzida pelos grupos economicamente dominantes, o que tem ocorrido por meio de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração irracional dos recursos naturais e das camadas pobres da população mundial. Contudo, o Relatório Brundtland não só afasta qualquer possibilidade de cessar o crescimento econômico, mas reconhece sua importância e necessidade para promover o desenvolvimento nos países em desenvolvimento: *“Far from requiring the cessation of economic growth, it recognizes that the problems of poverty and underdevelopment cannot be solved unless we have a new era of growth”*. Dessa forma, o relatório reproduz os

argumentos defendidos pela ala conservadora de grupos desenvolvimentistas, deferindo a máxima que *o crescimento econômico é a solução para os problemas sócio-ambientais da atualidade*.

Reconhecemos que manter as atividades produtivas no mesmo ritmo em que estão, isto é, estacionar o processo de produção no estágio em que se encontra atualmente, já seria suficiente para deflagrar um colapso sócio-ambiental. Pensar em aumentar o crescimento econômico, o que só é possível por meio do aumento da produção e, conseqüentemente, por meio de pressões crescentes sobre o ambiente natural, pode significar um golpe fatal para a civilização humana (LATOUCHE, 2006).

A idéia de desenvolvimento sustentável se esforça para legitimar a compatibilidade entre crescimento econômico e conservação ambiental. Se, por um lado, este é um ponto muito positivo, uma vez que reúne segmentos divergentes e opositores em torno do debate em busca de uma meta comum, por outro lado, se constitui em um ponto fraco que tem sido severamente criticado.

Para Leff (2004, p. 25, 26) o desenvolvimento sustentável é a proclamação do crescimento econômico como um processo sustentável, ao passo que produz a base ideológica para a “capitalização da natureza e a redução do ambiente à razão econômica”.

O discurso do desenvolvimento sustentável inscreve-se assim numa “política de representação”, que simplifica a complexidade dos processos naturais e destrói as identidades culturais para assimilá-las a uma lógica, a uma razão, a uma estratégia de poder para a apropriação da natureza como meio de produção e fonte de riqueza. Neste sentido, as estratégias de sedução e simulação do discurso da sustentabilidade constituem o mecanismo extra-econômico por excelência da pós-modernidade para a reintegração do ser humano e da natureza à racionalidade do capital, gerando formas mais sofisticadas, mais sutis e eficazes para a exploração do trabalho e a apropriação dos recursos naturais, que a aplicação da violência direta e a lógica pura do mercado.

Nessa linha de raciocínio, o desenvolvimento sustentável aparece como uma fórmula desesperada das elites para manter os atuais níveis de aporte financeiro para o mundo desenvolvido, o que se determina a partir de um falso pressuposto da necessidade de desenvolvimento enquanto modernização, dissimulando, em seu discurso, a manutenção de

sua base produtiva a partir da idéia de redimensionamento dos níveis de exploração ambiental e social.

O cisma entre conservação ambiental e crescimento econômico ainda é algo que parece estar longe de uma solução prática, e o caráter antagônico desses dois aspectos insiste como uma fatalidade inexorável (VEIGA, 2005). A incoerência contida nas propostas do Relatório Brundtland, sustentado pela idéia de conceber o crescimento econômico como solução para a crise sócio-ambiental, toma formas ambivalentes a partir do caráter vago da própria definição de desenvolvimento sustentável (FOLADORI, 1999), o que abre possibilidades para a implantação de estratégias de desenvolvimento com efeitos nocivos sobre a sociedade e o ambiente. Shiva (1987, p. 3) denuncia essa incoerência ao passo que salienta a necessidade de se atentar para outras lógicas baseadas em formas diferentes de percepção acerca dos processos naturais e das sociedades de subsistência.

Enquanto o desenvolvimento, isto é, o crescimento econômico e o mercado estão sendo reconhecidos como a origem da crise ecológica, no Terceiro Mundo eles estão sendo, paradoxalmente, oferecidos como a solução da crise ecológica na forma de “desenvolvimento sustentável”. O resultado é a perda dos muitos significados de sustentação. A ideologia do desenvolvimento sustentável é, entretanto, limitada dentro dos limites da economia de mercado. Ela vê as divergências dos recursos naturais e a destruição ecológica separadamente da crise econômica e propõe como solução para a crise ecológica a expansão do sistema de mercado. Como resultado, ao invés de programas graduais de recuperação ecológica do sistema organizacional da natureza e da economia de subsistência, a imediata e acentuada exploração dos recursos naturais utilizando grandes investimentos de capital é apontada como a solução para a crise de sobrevivência.

As críticas ao desenvolvimento sustentável resultam não somente de se tentar manter o crescimento econômico como eixo central do desenvolvimento, mas, também, do *caráter vago* da própria definição de desenvolvimento sustentável. Esses problemas estruturais do modelo apresentado pelo Relatório Brundtland têm levado diferentes autores a incursionarem por discussões pautadas na revisão do conceito sobre “sustentabilidade”, bem como na tentativa de se resgatar seu conteúdo etimológico e seu significado original

(LEFF, 2004; VEIGA, 2005; FOLADORI, 1999; SUNKEL e PAZ, 1988). Isso se deve ao uso abusivo e, muitas vezes, equivocado do termo “sustentabilidade” que tem levado a um processo que ora resulta no esvaziamento de seu significado, ora produz a ressignificação do termo com sentido contraditório ou mesmo antagônico (CASTORIADIS, 1987; LEFF, 2004).

Talvez, um dos maiores problemas relacionados à aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável diz respeito ao fato de que numa sociedade em que o sistema político gira sobre o eixo do capital, boa parte das decisões políticas e programas de desenvolvimento se amparam, inevitavelmente, no pensamento econômico. Dessa forma, o caráter vago do conceito de desenvolvimento sustentável permite que economistas introduzam mecanismos artificiais e ineficazes, tal como a valoração ambiental, para atender à necessidade de incorporação das dimensões ambiental e social ao processo de desenvolvimento que se pretende “sustentável”. O resultado disso é a formatação de programas denominados “sustentáveis” que não passam de estratégias nebulosas em relação aos benefícios reais para o ambiente e para as camadas menos favorecidas da população, ao passo que torna o processo de desenvolvimento algo dissimulado, perverso e que insiste em seguir sobre os trilhos incorrigíveis do crescimento econômico.

É provável que isso seja um sintoma incurável da *Economia* que, historicamente, só pode se configurar como ciência quando se limita à produção de informações e análises dentro do espectro restrito de um processo *reducionista* (VEIGA, 2005). Este aprisionamento que encerra a *teoria econômica* é produto de sua constituição a partir da *visão mecanicista da razão cartesiana* que, limitada por sua abordagem disjuntiva e fragmentada, impossibilita o tratamento adequado de questões *complexas* e, assim, deflagra a separação entre conservação ambiental e produção econômica, gerando, entre outros problemas, os processos de degradação ambiental (LEFF, 2004).

Diante do embaraço causado pela necessidade de incorporar as dimensões social e ambiental dentro do processo de desenvolvimento, a ciência econômica permanece acuada diante da ineficácia do seu instrumental para lidar com esse novo desafio. Como escudeiros fiéis de uma elite desesperada que quer se firmar no poder e não quer abrir mão de seus estilos de vida, esses economistas se lançam à insensatez de *precificar*¹ elementos, processos e impactos sócio-ambientais na tentativa de validar seus modelos matemáticos

que, pouco a pouco, estão perdendo o poder de persuasão (VEIGA, 2005). Nossa compreensão sobre esse assunto é também partilhada por Hazel Henderson (2006, p. 11) que esclarece, referencia e impulsiona esta discussão no parágrafo transcrito logo abaixo.

Enfeitar tais conceitos com uma matemática “chique” tende a disfarçar suas ideologias subjacentes. (...) A tentação de matematizar conceitos e pressupostos falhos na economia é compreensível, porque obscurece estes vieses carregados de valor. Isso oculta questões públicas como se fossem “técnicas” demais para serem compreendidas pelo público e inclusive pelos legisladores. Dessa maneira, os economistas ganham influência com as instituições ricas e poderosas da sociedade que geralmente os empregam.

O ridículo a que chega esta obsessão pela quantificação de coisas não-quantificáveis se torna insuportável na medida que coloca em risco o futuro da civilização humana. Para Sachs (2002) a Economia tem se tornado uma ciência sombria. Isso se deve, certamente, ao fato dessa ciência ter estado sempre aos serviços das elites dirigentes, detentoras do poder sobre o capital que, destituídas de sabedoria no trato das questões sociais e ambientais, lutam com os instrumentos que dispõem para manter sua posição de comando dentro de um sistema que, essas mesmas elites, conduzem ao colapso. Certamente que daríamos pouca atenção a essa causa se não fosse pelo fato de estarem arrastando consigo, além das camadas pobres da população mundial, todas as outras formas de vida do planeta.

Em nome de uma política “pé-no-chão”, o mundo ocidental se lançou a um processo de devastação ambiental e degradação social em troca de alguma fantasia materialista e consumo de prazer físico travestidos de “bem-estar” e “felicidade”.

Por séculos, instauramos regimes políticos fundamentados no *racionalismo* e no pragmatismo da calculabilidade econômica com vistas ao crescimento e à acumulação financeira. O primado do *racionalismo* cartesiano parece já ter se estendido para além dos limites da razão, e a maior prova disso é o legado que toma forma no estado das coisas na modernidade. Castoriadis (1987, p. 158), referindo-se ao privilégio que tem gozado o racionalismo na concepção ocidental de conhecimento e produção do saber, diz que:

(...) o homem é um animal louco que, por meio de sua loucura, inventou a razão.
Sendo um animal louco, ele naturalmente fez dessa invenção – a razão – o

instrumento e a expressão mais metódica de sua loucura. Isso nós podemos saber agora, mas apenas porque ela foi inventada.

Durante, pelo menos, os três últimos séculos, prevaleceu a racionalidade sobre outros aspectos complementares da essência humana, reprimindo-os e atrofiando-os, e definindo um quadro claro de *desequilíbrio* entre esses aspectos. A *loucura* patológica é *desequilíbrio*, e não há palavra melhor para designar o comportamento humano responsável pelos efeitos catastróficos sobre o ambiente e a sociedade que experimentamos nos dias atuais.

Não obstante, a insensatez da quantificação obsessiva e da *precificação* das coisas às quais não se pode atribuir um valor monetário, como é o caso dos “serviços prestados” por um recife de coral, ou pela camada de ozônio, ou ainda a memória cultural de uma tribo amazônica, é um sintoma evidente desse *desequilíbrio patológico*. É também um sintoma claro, um sinal inquestionável que a Economia já se estendeu demasiadamente para além de seus domínios, onde seus métodos e ferramentas são ineficazes, criando problemas maiores do que aqueles que procura, em vão, solucionar por meio de suas medições. Concordamos com Veiga (2005, p. 165) quando defende que “a sustentabilidade não é, e nunca será, uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética, como qualquer positivista gostaria que fosse”.

Talvez tenha chegado o momento, isto é, se já não estamos atrasados, de estimular a Economia a dividir o pesado fardo que não pode mais sustentar. É certo que chegou o momento da Economia partilhar o leme do processo de desenvolvimento com outras disciplinas e ciências dotadas de melhor capacidade para integrar as dimensões social e ambiental e, assim, aprimorar, por meio do princípio da complementaridade, a idéia de *desenvolvimento sustentável*.

Não se trata, pois, de rechaçar a idéia de desenvolvimento sustentável, ou tentar substituir esse conceito por outros que venhamos a julgar melhor estruturados ou mais eficientes. Precisamos nos valer de todo o bom senso que dispomos e considerar a condição privilegiada que goza o conceito de desenvolvimento sustentável e sua onipresença mundial estendida desde as escolas de bairros periféricos às esferas políticas internacionais.

Entendemos que todo *desenvolvimento* significa, necessariamente, transformação e transição. Portanto, é natural assumirmos que o conceito de desenvolvimento sustentável

admite, por meio da própria idéia de desenvolvimento que integra sua estrutura conceitual, a sua própria transformação, isto é, o seu próprio desenvolvimento enquanto transição e movimento rumo a um outro estado das coisas. Se concordamos com isso, podemos, então, considerar que seria mais proveitoso procurar re-significar o conceito de desenvolvimento sustentável, ou melhor, lapidá-lo, aprimorá-lo, *re-alinhar* esse conceito a partir de nossa compreensão, obedecendo ao próprio princípio do desenvolvimento.

Reconhecemos que a noção atual de desenvolvimento sustentável já cumpriu o seu papel enquanto disseminador da idéia que introduziu a necessidade de se incorporar a questão ambiental e social às políticas de desenvolvimento em âmbito nacional e global. Trata-se, portanto, do momento de amadurecer o conceito, permitir que seu caráter vago e amorfo desabroche em novas formas fecundas e prósperas para a vida como um todo, e não se limite ao afã pelo crescimento econômico.

Para proceder a essa ação que traz em si o desejo de promover o amadurecimento do conceito de desenvolvimento sustentável, precisamos, antes, mudar a perspectiva sobre essa questão. Dessa forma, podemos reconhecer a qualidade positiva do *caráter vago* contido na definição de desenvolvimento sustentável. Devemos lembrar que as ações sugeridas pelo Relatório Brundtland se destinam a um planeta com inúmeras culturas diferentes, e o caráter vago da definição de desenvolvimento sustentável tem sua importância na medida em que pode se adaptar e se moldar aos universos culturais extremamente diversificados que integram os povos do mundo. Assim sendo, entendemos que podemos fazer uso da liberdade concedida por esse caráter vago, *aperfeiçoando* e *adaptando* o conceito de desenvolvimento sustentável aos diferentes contextos e culturas, em suas diferentes dimensões espaciais, desde o local até o global.

Contudo, evitaremos o caminho tortuoso e o emaranhado da discussão que procura decifrar o significado do termo “sustentabilidade”, suas etimologias, a crítica aos usos generalizados. Tomaremos um outro caminho, talvez, muito mais simples. De acordo com Castoriadis (1987, p. 140), “ninguém, ou quase ninguém, se detém para se perguntar: *o que é “desenvolvimento”, por que o “desenvolvimento”, “desenvolvimento” de que e em direção a quê?*”

Essas perguntas, apesar de terem sido feitas há duas décadas, ainda hoje, possuem pouca repercussão na prática acadêmica e, praticamente, nenhuma repercussão nos mercados e

nas ações práticas da sociedade. Isso se deve, de acordo com nosso entendimento, ao fato dessas questões tratarem daquilo que é dado por *óbvio*. E aquilo que é *óbvio* sempre é inquestionável ou, no mínimo, não se faz necessário questionar. Mas é atrás de cada coisa dada por *óbvio* que se esconde uma parte da ideologia que restringe a percepção. É questionando o óbvio, tal como nos ajudam as crianças, que descortinamos um mundo completamente novo de significados e nos libertamos, ainda que parcialmente, do aprisionamento ideológico massificador.

Uma *pista* valiosa que pode nos ajudar a pensar as questões de Castoriadis se inicia na idéia, amplamente explorada até esse ponto, da relação direta que se estabelece entre desenvolvimento e crescimento econômico. Essa relação, marcada por seu caráter infinito de acumulação, tanto em volume como temporalmente, se configura, naturalmente, como uma ação insustentável.

Seguindo por essa mesma *pista*, temos o que Daly (2005, p. 99) considera ser “uma das forças motrizes do crescimento insustentável”: o *axioma da insaciabilidade*, o qual é definido pela crença que as pessoas são sempre mais *felizes* na medida em que consomem mais. Nesse ponto, surge um novo conceito, a *felicidade*, que estabelece uma *relação* indireta com o conceito de *desenvolvimento*, sendo intermediada pela idéia de *crescimento econômico*.

Entendemos que *desenvolvimento* é *transformação* e movimento. A necessidade desse movimento surge a partir da inquietação humana que busca por mudanças, isto é, a busca por *um outro estado das coisas*. Naturalmente que esse esforço na busca por um outro estado das coisas é produto da insatisfação circunstancial do ser humano, uma angústia que define e diferencia a nossa espécie melhor do que qualquer outra característica biológica.

Movidos por essa busca, edificamos as pirâmides, criamos impérios gigantescos na mesma proporção que os derrubamos, construímos megalópoles, percorremos todo o universo com telescópios gigantescos, devastamos cidades inteiras para então reconstruí-las, devastamos florestas inteiras e, assim, criamos a nossa cultura. A esse movimento, a essas transformações de um estado das coisas para outro estado denominamos *desenvolvimento*. Mas a meta final, o objetivo central de todo esse esforço permanece intocado. Parece-nos inatingível pelos meios que empregamos até agora.

4.3. O desenvolvimento como felicidade

Naturalmente que maiores níveis de *consumo* não produzem *felicidade*. Embora essa afirmação dispense qualquer tipo de confirmação científica, pelo menos para os mais sensatos, há, contudo, os resultados de pesquisas realizadas por psicólogos e economistas experimentais da Universidade do Sul da Califórnia que corroboram a assertiva acima (DALY, 2005).

Portanto, rejeitamos o *axioma da insaciabilidade*, isto é, rejeitamos a idéia de que o crescimento econômico, enquanto suporte para propiciar maiores níveis de consumo, seja a via de acesso para *um outro estado das coisas* que satisfaça a *realização humana*, a qual pressupõe, antes de tudo, o bem-estar e a *felicidade*.

Sendo assim, entendemos que o desenvolvimento, tal como o conhecemos, definido pelo crescimento econômico, falhou em seu *objetivo principal*. Esse desenvolvimento falha não somente na tarefa de organizar o estado das coisas para que ali o homem satisfaça a sua realização, mas promove um estado de desorganização maior ainda, produzindo o contrário do que pressupunha a sua idealização.

A partir desse contexto, em que percebemos as incoerências desse processo de desenvolvimento, bem como a ameaça que ele constitui para a realização humana, é que surge a idéia de *um outro desenvolvimento* que se deseja sustentável. Entendemos que esse outro desenvolvimento quer nos levar para onde falhou o desenvolvimento baseado no crescimento econômico. Portanto, essa nova forma de desenvolvimento, que se pretende sustentável, não pode carregar em seu ventre o germe responsável pelo fracasso de seu precursor, ou seja, a idéia de se manter o crescimento econômico, mesmo que dissimulado por manejos sustentáveis, como força motriz do processo de desenvolvimento.

Concordamos com Sachs (2002) que será essencial inventar uma civilização moderna baseada na conservação e aproveitamento racional da natureza, o que não significa, em hipótese alguma, retroceder aos modos ancestrais de vida. Mas isso também não pode significar se lançar sobre os últimos remanescentes de áreas naturais ainda preservados, mas mudar o modelo de produção, redimensionar os níveis de consumo e reaproveitamento de rejeitos.

Para isso seria necessária uma mudança substancial, o que depende essencialmente do surgimento de uma *nova consciência*. Não se trata simplesmente de combater os *mercados*, mas estabelecer novos *sentidos e direções*. Lembremos que os mercados sempre existiram e, ao longo da história, têm desempenhado sua função de troca de modo tão necessário como a troca de informação por meio do diálogo (SEN, 1999, p. 21).

Como observou Adam Smith, a liberdade de troca e transação é ela própria uma parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão para valorizar.

Ser *genericamente contra* os mercados seria quase tão estapafúrdio quanto ser genericamente contra a conversa entre as pessoas (...). A liberdade de trocar palavras, bens ou presentes não necessita de justificação defensiva com relação a seus efeitos favoráveis mas distantes; essas trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade (...).

Sobre a liberdade para os mercados, subentendida no parágrafo acima transcrito, Sachs (2002, p. 55) fornece um contraponto importante ao lembrar que “desenvolvimento sustentável é incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado”, o que se deve à cegueira dos mercados “para quaisquer considerações que não sejam lucros e a eficiência smithiana de alocação de recursos”.

Tanto as idéias de Sen (1999), como as de Sachs (2002) contribuem, decisivamente, para a nossa discussão sobre o papel dos mercados dentro do processo de desenvolvimento. Mas há aqui um certo caráter antagônico que exige uma *síntese* capaz de compatibilizar esses argumentos dentro da linha de compreensão que estamos desenvolvendo.

Como dissemos anteriormente, os mercados sempre existiram e não se tratam de estruturas alienígenas. Ao contrário disso, os mercados surgem no seio das sociedades e, como produto destas, refletem, em boa medida, os valores éticos da sociedade que os produz. Pensar que poder-se-ia estabelecer algum tipo de controle por parte dos Estados sobre os mercados, significa admitir alguma forma de censura, estratégia essa que, historicamente, sabemos ser pouco eficiente, uma vez que reprime a liberdade das pessoas expressa pelo *desejo* das massas de consumidores de serem prontamente *atendidas pelos mercados*. A repressão desses desejos, ou da possibilidade de atendimento a esses desejos produz, com

frequência, efeitos adversos, induzindo o surgimento de mercados negros para todos os tipos de bens e serviços.

Neste ponto, chegamos a um dilema de difícil solução. Recuperemos, portanto, a idéia que aponta para a necessidade de uma *nova consciência*. É a partir dessa nova consciência que o sujeito, como parte integrante da sociedade, recupera a noção de causa e efeito entre seu próprio estilo de vida e as conseqüências para o meio social e ambiental onde se integra, e do qual depende.

Essa nova consciência surge, inevitavelmente, ao longo do próprio processo de desenvolvimento, entendido como processo de transformação, e resulta da ação do sujeito livre e reflexivo que, por meio da compreensão, busca no desenvolvimento a sua causa finalista, isto é, o sujeito busca estabelecer o sentido de sua ação como força promotora do desenvolvimento. Por esse meio, a noção de responsabilidade e compromisso sócio-ambientais se manifestam não como uma determinação ética, mas, sobretudo, como conseqüência espontânea da ação do sujeito.

Tomando esse raciocínio a partir do aspecto coletivo da sociedade, concluímos que o papel dos mercados, bem como o seu nível ético, dependem essencialmente de uma nova consciência, que é produto e, ao mesmo tempo, produtora do processo de desenvolvimento enquanto resultado da ação social dirigida pelo sentido que lhe confere direção e significado.

Retomemos mais uma vez as questões colocadas por Castoriadis (1987) sobre o *desenvolvimento* e passemos a examiná-las sob um outro ponto de vista. Uma das respostas mais imediatas que emerge da ideologia desenvolvimentista é aquela que aponta para o *aumento de riqueza* material. Essa resposta nos leva para uma questão que Sen (1999, p. 28) formula com elegância:

Se temos razões para querer mais riqueza, precisamos indagar: quais são exatamente essas razões, como elas funcionam ou de que elas dependem, e que coisas podemos “fazer” com mais riqueza?

Em resposta à sua própria questão, o autor salienta o aspecto positivo da riqueza como “um meio admirável para termos mais liberdade”. Contudo, não podemos deixar de considerar o

aspecto mais notório da busca pela *riqueza material*, o qual se define na busca pelo *aumento de poder*.

A idéia da *liberdade* como resultado da riqueza, isto é, a partir de uma perspectiva ideal e básica para os argumentos de Sen (1999), só pode se manifestar dentro do universo limitado pela liberdade de outros sujeitos, proporcionalmente à riqueza que cada um desses sujeitos detém. Por outro lado, a idéia de *poder* como resultado da riqueza permite ampliar as possibilidades de ação do sujeito sobre outros espaços individuais, restringindo-os e produzindo a *privação* que é *anti-liberdade*.

Em última instância, poder-se-ia dizer que a noção de riqueza produz, por um lado, uma idéia bonita de liberdade e, por outro lado, efetiva o seu contrário, que é dominação, que é privação.

Para Castoriadis (1987, p.153) a idéia de poder, enquanto produtora do processo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico infinito, é tomada a partir dessa mesma perspectiva, qual seja, o aumento ilimitado de poder.

Por trás da idéia de poder jaz a aspiração ao controle total, a subordinação de todos os objetos e de todas as circunstâncias à vontade e ao desejo. (...) é a idéia de dominação total que constitui o motor oculto do desenvolvimento tecnológico moderno.

Dessa forma, a ciência cartesiana, com seu desejo de dominação sobre a natureza, acaba por se converter no instrumento ideal para que o homem, encerrado neste estado de espírito motivado pela dominação, se arremesse na busca pelo poder, deixando atrás de si um rastro irrecuperável de degradação ambiental e miséria sócio-cultural.

Se isso é verdade, também é verdade que o homem o faz em nome do bem-estar, mesmo que seja apenas pelo seu próprio bem-estar. Certamente que cada um de nós não temos feito outra coisa, cada um ao seu modo, com suas convicções, causando maior ou menor impacto sobre a sociedade e ao ambiente.

Com efeito, a inquietação humana, que ainda percebe o aumento de poder como via de acesso para sua realização, é algo que diz respeito à maioria dos povos. Dalai Lama (2000, p. 13), um homem sensível e de alma gentil, que tem ampliado sua compreensão em peregrinações pelo mundo, partilha conosco, no parágrafo abaixo, um pouco de sua

sabedoria, ao passo que nos auxilia a compor aquilo que vai se configurando, de modo inequívoco, como a causa final do processo de desenvolvimento.

De fato, quanto mais coisas vejo no mundo, mais claro fica para mim que, não importa qual seja a nossa situação, sejamos ricos ou pobres, instruídos ou não, qualquer que seja a nossa raça, sexo ou religião, todos desejamos ser felizes e evitar os sofrimentos. Cada uma de nossas ações conscientes e, de certa forma, toda a nossa vida – como escolhemos vivê-la dentro do contexto das limitações que as circunstâncias nos impõem – podem ser vistas como resposta à grande pergunta que desafia a todos: “Como posso ser feliz?”.

Longe de tentar responder a essa última questão, tão simples e tão complexa, entendemos que a busca humana por *um outro estado das coisas*, o que se efetiva por meio do desenvolvimento, possui em sua perspectiva alcançar o *bem-estar*, alcançar o lugar onde a *felicidade* encontre solo fértil para sua germinação. Não obstante, isso é algo que não pode ser alcançado individualmente. O homem não é uma ilha, e mesmo uma ilha nunca está sozinha. E assim, o seu próprio bem-estar depende do bem-estar do todo, isto é, onde o seu mundo está inserido e do qual depende enormemente. Dessa forma, seu nível de bem-estar possui dependência estreita dos efeitos que ele produz em seu meio, bem como das respostas e reações que o meio produz na forma de benefícios ou ameaças ao seu bem-estar. O projeto individualizante da modernidade fracassa na medida em que promove a fragmentação da sociedade, produzindo as multidões solitárias e enfraquecidas sob a falácia de uma liberdade destituída de sentido, produtora do aprisionamento do sujeito às ideologias indutoras do colapso sócio-ambiental.

Tomando por base a compreensão que elaboramos até esse ponto, entendemos que um processo de desenvolvimento que se pretenda *sustentável* poderia ser baseado na construção de sociedades onde todos prosperem em conjunto, tornando a cooperação um princípio e um meio para a sua consecução, o que define, como consequência, o seu caráter igualitário.

E, se mesmo assim, se desejar medir o grau de *desenvolvimento* ou de *sustentabilidade* dessas sociedades, que isso seja feito a partir do nível de paz, pela igualdade, pelo afeto, pelo nível de coesão comunitária, pela harmonia com o ambiente natural, pela qualidade da

água, do ar, do solo, dos alimentos, pela capacidade reflexiva dos sujeitos, pelo nível de responsabilidade e compromisso sócio-ambiental, por seu estado de felicidade.

Numa sociedade assim idealizada, produto de uma *utopia* necessária e urgente, não há necessidade de poder ou dominação, e a riqueza poderá ser tratada sob outra perspectiva que não simplesmente por seu aspecto material.

Em síntese, entendemos que a idéia de *desenvolvimento*, que tem suas raízes no processo histórico, é a ação social onde o *sentido* finalista se revela mediante a *compreensão*. Esta, por sua vez, procura incorporar em sua análise a *complexidade* inerente ao *estado das coisas*, e se esforça para nela integrar as diferentes dimensões que perfazem a essência humana em interação com o seu meio. Dessa forma, surge uma *nova consciência* que busca a reorganização do estado das coisas a partir do *sentido* que essa mesma consciência produz. A esse sentido se atribui a propriedade de tornar possível a realização humana, a qual se contempla no estado de *felicidade*.

Obviamente que quando empregamos o termo *felicidade* não estamos nos referindo ao estado efêmero da *alegria*, resultado de processos bioquímicos endógenos a partir de estímulos exteriores. Entendemos *felicidade* não como um sentimento de caráter pontual, mas um estado permanente a ser alcançado por meio do processo de desenvolvimento.

Por essas linhas vamos chegando ao final desse processo de re-alinhamento do conceito de *desenvolvimento sustentável*, o que fizemos ao religar a *causa* que desencadeia o processo de desenvolvimento à sua *finalidade* que procuramos desnudar. Entretanto, não queremos com isso produzir um conceito estéril que implica em estagnação. Pelo contrário, pois como o próprio conceito de desenvolvimento significa movimento e transformação, a estagnação lhe é algo completamente estranho e incompatível. Não obstante, esse movimento certamente não se dará pela *via* do crescimento econômico.

Uma outra via possível é aquela que se insinua a partir da *grande questão* colocada por Dalai Lama e que, de maneira confessa, admitimos não ter resposta. Mesmo assim, vale a pena lembrar que, em busca dessa resposta, a humanidade já esgotou quase todas as possibilidades. Já não há mais terras a serem descobertas e nossas naus já singraram por todos os mares. Percorremos todos os cantos, desde as profundezas abissais dos oceanos, até o espaço sideral que nos cerca.

Mas falta-nos ainda uma última aventura. Lançar-nos em uma outra viagem por mares nunca dantes navegados. Um lugar completamente novo, inexplorado e desconhecido. Talvez sombrio e tenebroso, talvez iluminado e pacífico. Esse lugar desconhecido, que se define em nossa *dimensão interior*, ainda se constitui numa última fronteira que pode nos conduzir para a construção de uma nova sociedade, um mundo novo, definitivamente sustentável.

Ao final dessas exposições, talvez não tenha ficado suficientemente claro se é realmente possível *conciliar* crescimento econômico e conservação ambiental. O que procuramos mostrar é que a equação correta não é efetuada através da *conciliação*, isto é, que esses dois aspectos, antes incompatíveis, possam ocorrer simultaneamente sem que haja conflito. Lembremos que o projeto do desenvolvimento sustentável é aquele que quer cumprir com aquilo que o desenvolvimento baseado no crescimento econômico falhou. Portanto, a tônica dessa outra forma de desenvolvimento não pode continuar insistindo sobre o germe da degeneração socioambiental definido pelo aspecto do crescimento econômico em sua dimensão irrestrita.

Contudo, isso não significa remover a idéia de crescimento econômico do conceito de desenvolvimento sustentável, o que nos obrigaria a propor um outro conceito, medida esta que consideramos pouco sensata ante o prestígio que o referido conceito goza nas diferentes esferas da atualidade global.

A equação que julgamos mais apropriada em face das circunstâncias atuais se define na mudança de direção dos vetores de condicionamento entre os elementos que procuram coexistir sob a idéia do desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, consideramos que o crescimento econômico é uma variável que pode ser mantida dentro do conceito de desenvolvimento sustentável, mas deve estar subordinada ao desenvolvimento do ser humano a partir de uma perspectiva totalizadora, a qual integra o sujeito ao seu meio social e ambiental. Entendemos que o crescimento econômico deve ser consequência espontânea da realização humana que só pode ocorrer mediante a conservação dos recursos que viabilizam a nossa existência. Dessa forma, o crescimento econômico fica condicionado ao desenvolvimento humano conduzido por uma abordagem que reúne os aspectos social, ambiental e econômico dentro de um universo ecológico único, e não o contrário, como tem pretendido as interpretações de caráter administrativo e empresarial focadas na

lucratividade e que insistem em reduzir a idéia de desenvolvimento sustentável a uma extensão suavizada do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico.

Notas

¹ Atribuir preços, geralmente, àquilo que não possui valor de mercado (veja Veiga, 2005).

CAPÍTULO 5 – Caracterização sócio-ambiental

5.1. O Vale, o município e o bairro: Aspectos gerais

Desde há muito tempo que tenho aprendido sobre o Vale do Ribeira, tanto na escola como em conversas entre colegas de universidade. Todavia, minha experiência pessoal naquela região, antes da oportunidade proporcionada por este trabalho, restringia-se a uma breve passagem pelos municípios de Registro e Cananéia, o que havia me deixado uma impressão de tratar-se, o Vale do Ribeira, de uma região assentada sobre uma planície de relevo suave onde as receitas eram geradas por meio da produção agrícola, nomeadamente, o chá e a banana.

Foi a partir dos trabalhos em campo realizados em abril e novembro de 2004 e, posteriormente, em novembro de 2006, que pude me aproximar um pouco mais do Vale do Ribeira e perceber a diversidade ambiental e cultural que compõem aquele ambiente, onde os diferentes atores sociais estabelecem uma trama de interações complexas que se estendem ao longo do processo histórico por meio das relações com o ambiente físico-biológico e com as políticas de desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

O acesso ao município de Iporanga, partindo do município de Campinas (SP), requer alguma dose de espírito de aventura. A viagem, até o município de Apiaí (SP), segue sobre rodovias pavimentadas em boas condições de uso e tráfego. Contudo, a partir de Apiaí, inicia-se uma difícil e lenta descida até o Bairro da Serra, um percurso de 20 km com desnível de 900m. Apesar de se tratar de um pequeno trecho, a viagem parece interminável para quem ainda não está habituado ao percurso. Se por um lado a paisagem é magnífica, o mesmo não se pode dizer sobre a estrada. Mal conservada e repleta de buracos, com exceção de um trecho ou outro recobertos pelo solo-cimento, a estrada sem pavimentação, com sua morfologia tortuosa e estreita, está longe das condições ideais de tráfego.

Ao longo da viagem, intercalam-se pontos de desabamento parcial da estrada com outros de quedas de barreira. As últimas chuvas que caíram antes da viagem de campo de novembro de 2004 deixaram essa estrada em condições mais precárias que as de costume, havendo, ao longo do percurso, pontos onde a obstrução era quase completa, ora devido ao grande

volume de solo que cedeu do barranco acima, ora devido às rochas que caíram sobre a estrada, uma das quais do tamanho de um veículo de médio porte.

O acesso ao Vale por essa estrada, certamente, não é nada fácil, e o risco é bem conhecido pela população local, que parece já ter aprendido a conviver com os acidentes constantes que vitimam tanto turistas como as pessoas da região. Trata-se, seguramente, de uma barreira natural ao trânsito de turistas. Há nesse fato, pelo menos, dois aspectos a serem assinalados. Se, por um lado, a dificuldade de acesso inibe parcialmente o fluxo de turistas, o que diminui a entrada de recursos financeiros para Iporanga e Bairro da Serra, por outro lado, essa mesma dificuldade de acesso opera como uma barreira, retardando a chegada do turismo de massa ou, pelo menos, diminuindo o seu fluxo. Longe de qualquer apologia a esse tipo de controle do fluxo de turistas, reconhecemos que o retardamento do processo de instalação do turismo de massa, causado pela dificuldade de acesso, cria condições para que a comunidade local se organize, desenvolva diretrizes para o turismo local e promova a melhoria da infra-estrutura básica para a recepção dos turistas.

Essa mesma estrada me revelou a existência de um ambiente magnífico que permite entender os esforços dos preservacionistas investidos naquela região. O relevo, marcado por uma sucessão de pequenas serras, exibe um caráter fortemente ondulado por onde a estrada de acesso se espreme nas encostas abruptas de vales profundos, como é o caso do vale do rio Betari. Ao longo dos barrancos da estrada, pode-se observar, em trechos onde a rocha está exposta, a forte inclinação das camadas estratigráficas que evidenciam a dinâmica intensa dos processos geológicos pretéritos daquela região. O clima, mais ameno nas cotas mais altas, se torna quente e úmido no decorrer da descida, o que parece criar as condições ideais para o estabelecimento de ecossistemas com altos índices de biodiversidade.

A vegetação arbórea densa se espalha pelo fundo dos vales e pelas encostas durante quase todo o percurso. A transição para esse outro ambiente fica evidente, também, na medida em que aparecem na paisagem casas de pau-a-pique, marca registrada do universo caipira, e as casas de tábuas (Figura 5.1.1).

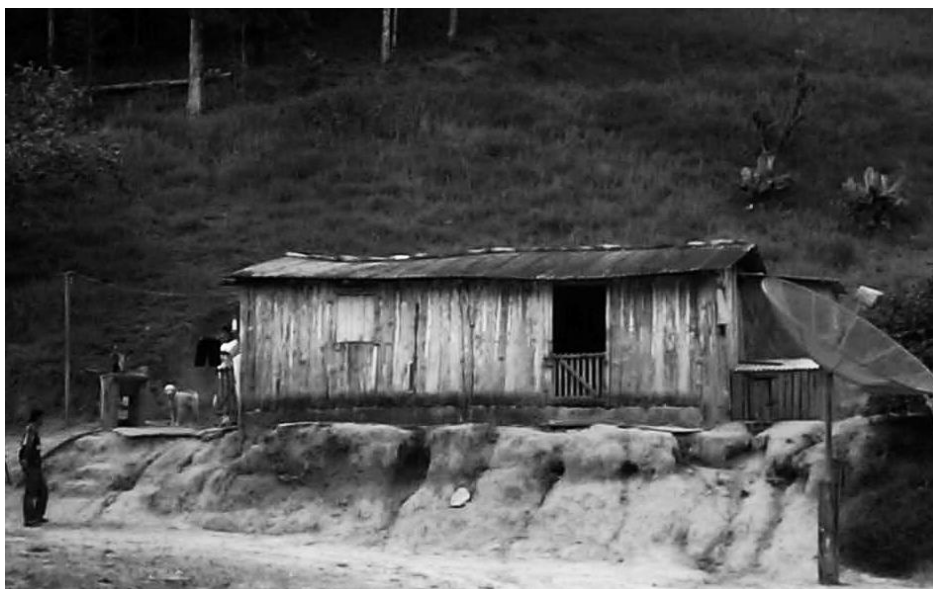


Figura 5.1.1 – Contrastes: casebre de tábua e antena parabólica – Bairro da Serra – município de Iporanga (foto do autor).

O tipo racial predominante é fortemente marcado pela presença do negro. A influência indígena nos traços fisionômicos da população local é inexpressiva e se faz sentir muito mais na cultura local expressa pela prática agrícola baseada na coivara, no conhecimento do ambiente natural e na cultura material. Homens e mulheres são fisicamente fortes e as crianças parecem gozar de uma boa saúde (Figura 5.1.2). Apesar da pobreza material evidente, todos parecem saudáveis e bem nutridos, obrigando-nos a duvidar da alcunha atribuída ao Vale do Ribeira como sendo o “vale da miséria”, pelo menos nas localidades que visitamos ao longo dos trabalhos de campo.



Figura 5.1.2 – Alegria e aparência saudável são características evidentes da população local (fotos do autor).

A precariedade da infra-estrutura, atribuída à pobreza da região, é outra característica marcante que assola a população local que sofre com a falta de atendimento médico-odontológico e saneamento básico.

De acordo com Hogan et alli (2000), o Vale do Ribeira possui características que *contrastam* fortemente com o restante do Estado de São Paulo. Trata-se da região que possui a menor densidade populacional, ao passo que apresenta as menores taxas de crescimento populacional a nível estadual. Se considerarmos os dados apresentados por Hogan et alli (2000) e pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (2005) que qualificam o Vale, no contexto estadual, como uma das regiões mais pobres e mais carentes em infra-estrutura de saneamento básico e, ainda, com os menores índices de escolaridade, podemos, por outro lado, entender que esse contraste não é tão intenso e, por vezes, não é tão negativo. Analisando os dados fornecidos por esses mesmos autores, verificamos que a taxa de mortalidade infantil na região é de 3,17% contra a média estadual que é de 2,16%, uma diferença de um ponto percentual. Outro exemplo ilustrativo diz respeito à taxa de fecundidade que aponta, para a região, um número médio de filhos por mulher de 2,68 contra a média estadual de 2,26. Tanto num caso como noutro, não se trata de contraste muito intenso. Contudo, essa conclusão não serve de justificativa para a situação atual, cujo

aspecto negativo exige, certamente, medidas urgentes que visem a busca por soluções. Há, entretanto, situações em que o contraste é realmente muito marcante, mas não se define num aspecto negativo para o Vale do Ribeira, tal como é o caso da mortalidade por doenças isquêmicas do coração cujo índice, considerando apenas a população masculina, é duas vezes menor na região em relação à média do Estado. Para as mulheres, a diferença é maior ainda: 1,61 na região contra a média estadual de 7,96 para cada 100.000 (HOGAN et alli, 2000, p.393). De acordo com os mesmos autores, “as taxas de mortalidade por AIDS (síndrome da imunodeficiência adquirida) e homicídio também são bem menores do que a média do Estado de São Paulo”. Esses aspectos são fundamentais para pensarmos o que é qualidade de vida e ponderarmos sobre a “necessidade de modernização” como caminho para o desenvolvimento local

5.2. Visitas, diálogos e impressões

A construção do *espaço compreensivo*, baseada na integração de elementos relacionados ao problema em estudo, contou ainda com uma série de visitas a localidades específicas, diálogos com a população regional, observações do ambiente, entrevistas, registros fotográficos e sonoros. Esses elementos tiveram a função de subsidiar a construção de uma imagem possível acerca da realidade local atual, os quais foram organizados de forma a permitir uma liberdade maior ao leitor para que possa, por meio de sua própria subjetividade, atuar ou intervir de modo complementar, ampliando a compreensão acerca do problema em evidência neste trabalho.

Portanto, o que procuramos fazer neste capítulo foi trazer diferentes aspectos sócio-ambientais para integrá-los ao espaço compreensivo de modo complementar, isto é, procuramos incrementar a amplitude do foco sobre o problema em questão, abordando-o de forma a considerar o seu aspecto multi-dimensional e restituindo o caráter complexo que lhe é inerente. Como efeito colateral, ou mesmo como consequência desse procedimento, essa maior amplitude de foco resulta, pelo menos para o caso desta tese de doutoramento, na impossibilidade de se aprofundar naquilo que, grosso modo, poderíamos denominar *assuntos periféricos*, ou seja, todos os elementos que passam a integrar o espaço compreensivo na medida em que o foco da abordagem se amplia, mas que não se

constituem diretamente no problema central deste estudo. O resultado disso, como veremos adiante, é uma estrutura orgânica que deixa exposta suas veias, seus nervos, e tendões, isto é, os ligamentos e ligações com o macro-contexto onde a problemática está situada. Dessa forma, abrem-se inúmeras pontas que, deliberadamente, não são suturadas por meio de um raciocínio conclusivo, mas ficam expostas abrindo possibilidades para novas conexões. É a partir dessa estrutura aberta que procuramos estabelecer as bases para a construção do saber. Nesse processo, o leitor, tanto o leigo como o especialista, integra-se agregando novas subjetividades e construindo um *novo* espaço compreensivo que transcende o texto do autor e amplia a compreensão acerca do problema em estudo.

A seguir, discutiremos sobre alguns dos elementos que tiveram maior importância dentro desta seção, isto é, na construção de nossas primeiras impressões sobre o Bairro da Serra a partir de uma perspectiva regional, tomando por base o contexto sócio-ambiental em que o bairro está inserido.

5.2.1. Visita ao quilombo Praia Grande

(...) a Praia Grande (...) é um lugar de difícil acesso. É só de barco ou canoa, porque não tem estrada. Lá o povo não tem a pressão da [polícia] Florestal, porque é muito longe e a Florestal não vai até lá. O povo lá não compra nada, só sal. Eles conseguem fazer o suficiente. Tem de tudo. Tem leite, arroz, feijão. Você vai lá e vê mato em toda parte. O trabalho de manejo, o rodízio, que nós chamamos, é perfeito.

(Excerto de entrevista com morador do quilombo Ivaporunduva *in* Brandão, Tsikioka e Carvalho, 1999, p. 168).

Nosso roteiro de campo incluiu a visita ao quilombo de Praia Grande, que se situa às margens do rio Ribeira de Iguape a, aproximadamente, 30 km acima de Iporanga. A viagem foi empreendida por uma estrada vicinal entre o Bairro da Serra e o município de Iporanga, em direção à montante do rio Ribeira de Iguape. A estrada de terra, em condições precárias para o trânsito de veículos motorizados, se converte, aos poucos, numa trilha estreita ao longo de uns 20 km de percurso. O acesso só foi possível graças ao recurso de tração 4x4 do veículo que utilizamos nessa viagem. Ao final da estrada, seguimos a pé por mais de 1h

de caminhada por terrenos de declividade e paisagens diversas que variam entre planícies de inundação do rio Ribeira e encostas íngremes, ora sobre pastagens povoadas de *Bracchiaria* (um tipo de capim exótico amplamente cultivado na prática pecuária), ora por entre a Mata Atlântica, mas sempre, em quaisquer desses ambientes, tendo o gado bovino por companhia. Ao final da trilha, faltava-nos transpor o rio e chegar à outra margem. Por sorte, naquele mesmo momento, acabava de chegar um barco motorizado ao povoado. Sinalizamos, e o barqueiro se dirigiu prontamente ao nosso encontro. Soubemos, durante o breve percurso de transposição de uma margem a outra, tratar-se do barco da prefeitura que levava alimentos para abastecer a escola que funciona naquele quilombo. Ao chegar à praia, na outra margem do rio, eu, o companheiro de trabalho Jonas e o nosso guia Moisés descemos e ajudamos a descarregar o barco.

A recepção foi extremamente agradável. Professores e alunos criaram uma atmosfera de curiosidade e calor humano, quando, de um momento a outro, nos encontramos mergulhados entre sorrisos e olhos estarecidos de adultos e crianças.

Fomos, a seguir, encaminhados à líder da comunidade. Aguardamos alguns minutos até que ela retornasse do roçado. De repente, surgiu diante de nós uma senhora sexagenária carregando uma foice onde se debruçava uma jararaca que acabara de matar em seu roçado. Jogou-a em um canto e veio nos saudar.

Dona Clotilde, que mantinha estampado um sorriso largo de satisfação, era a líder da comunidade. Ela logo se prontificou em nos acolher em sua casa tradicional de pau-a-pique e procurou entender qual era o objetivo de nossa visita. Preocupava-lhe o tipo de investigação que nos levava até ela. Assim que encontrou uma oportunidade em meio a nossas justificativas, tratou de esclarecer o envolvimento da comunidade local com o Boticário (indústria de cosméticos), que tem manifestado interesse no conhecimento tradicional dos quilombolas sobre ervas medicinais e proposto uma parceria com a comunidade de Praia Grande. Explicou-nos também que o projeto estava sendo examinado pela irmã Sueli, uma freira recém-formada em Direito que presta acessória jurídica para comunidades carentes do Vale do Ribeira, quem havia recomendado total sigilo sobre o uso de plantas medicinais até que o contrato fosse implementado. Procuramos acalmá-la explicando que nossa pesquisa não tratava de ervas medicinais e, tampouco, tínhamos qualquer envolvimento com o Boticário. Passada a suspeita e estando os ânimos mais

calmos, enveredamos por uma conversa tranquila pontuada por algumas questões colocadas pelo companheiro Jonas. Logo mais, foi servido o almoço ao modo tradicional preparado pela própria Dona Clotilde (Figura 5.2.1.1).

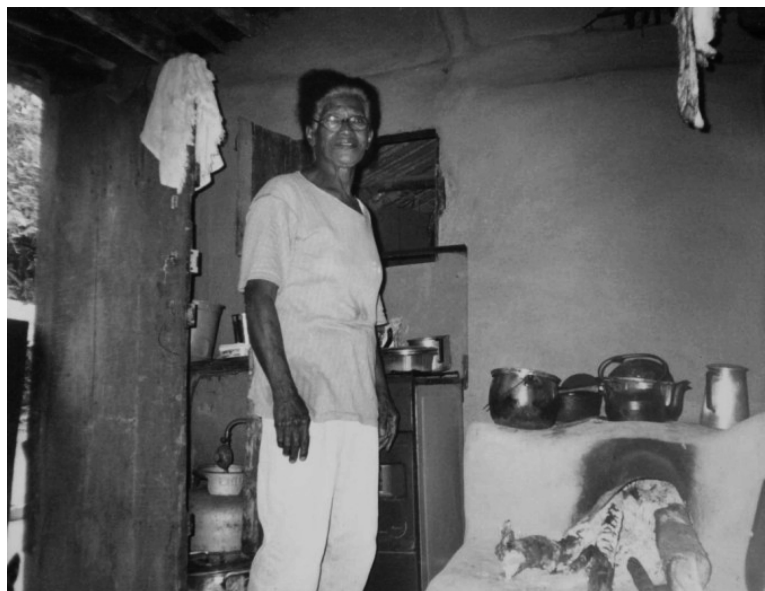


Figura 5.2.1.1. – Dona Clotilde em sua cozinha tradicional – Quilombo Praia Grande (foto do autor).

Jonas e Moisés decidiram seguir viagem até uma outra colocação pertencente ao mesmo quilombo situada a uma distância de 30 minutos de caminhada. Prefiri ficar e descansar para o retorno. Tive uma tarde agradabilíssima. Dona Clotilde, munida de sua infinita hospitalidade, cuidou de preparar uma cama para o meu repouso. Sentada ao meu lado, pôs-se a contar estórias dos tempos de sua infância e juventude. Contou-me sobre as pessoas famosas daquele lugar, sua aventura como empregada doméstica na cidade de São Paulo, sobre o modo tradicional de seu povo, as festas religiosas e, não satisfeita, buscou as fotos que dispunha para ilustrar um pouco aquele universo sobre o qual discorria.

Percebi que algumas comunidades quilombolas são importantes depositários de costumes e tradições relacionados às festas tradicionais que estão desaparecendo dos centros urbanos e bairros rurais daquela região. Essas festas possuem um forte caráter religioso ligado à Igreja Católica tais como as romarias - que neste caso possui um significado muito diferente daquele empregado no planalto paulista - e a festa de São Gonçalo. Parece-me que um dos

principais fatores que contribui para o desaparecimento das festas tradicionais é a infiltração de igrejas protestantes, tal como acontece no Bairro da Serra onde alguns festejos não são mais celebrados. Não obstante, os quilombos ainda operam como uma espécie de reservatório cultural onde ainda é possível apreciar aspectos do conhecimento tradicional, bem como as celebrações folclóricas e religiosas.

5.2.2. Visita à Caverna do Diabo

Situada a meio caminho entre Eldorado e Iporanga, a Caverna do Diabo - carro-chefe dos atrativos turísticos de Eldorado - conta com uma boa estrutura para receber os visitantes. Trata-se de uma caverna didática, uma espécie de caverna escola, onde se desenvolvem os mais variados espeleotemas, desmoronamentos e outras estruturas típicas do ambiente cavernícola. Possui salões amplos equipados com iluminação artificial, onde o percurso é seguro e o acesso é feito por meio de passarelas de concreto. O acompanhamento de um monitor local é obrigatório.

Os serviços de monitoria na Caverna do Diabo são realizados, exclusivamente, por monitores quilombolas vinculados à Associação dos Monitores Ambientais de Eldorado (AMAMEL), que também administram e controlam a entrada de turistas. O preço da entrada é cinco reais, sendo que 40% do montante arrecadado é destinado à AMAMEL, e o restante ao Parque Estadual de Jacupiranga, onde a caverna está localizada.

Na área de recepção do núcleo da Caverna do Diabo, há pequenas lojas de souvenirs e lembranças, restaurante, museu e um espaço reservado para a comercialização do artesanato quilombola (Figura 5.2.2.1), confeccionado, principalmente, em palha de bananeira e cipó.



Figura 5.2.2.1 – Expositor do quilombo Sapatu em estande no núcleo da Caverna do Diabo (foto do autor).

Ao longo de duas visitas realizadas em novembro de 2004 e novembro de 2006, pudemos constatar que a qualidade dos serviços de monitoria na Caverna do Diabo pode variar muito. Essa avaliação foi baseada no trabalho dos guias que nos acompanharam, ou que acompanharam outros grupos de turistas durante o tempo que ficamos dentro da caverna, bem como no relato de turistas após o percurso. Dependendo do monitor, o texto apresentado, de caráter fortemente técnico, pode soar de modo artificial e mecânico. Há, por parte do monitor, pouco domínio ou capacidade de refletir sobre temas correlatos que fogem do texto que foi decorado. Não há no texto apresentado nenhuma informação relacionada aos problemas sócio-ambientais da região, bem como orientações sobre o comportamento necessário e medidas de segurança em cavernas. Contudo, outros monitores, dependendo de seu nível de envolvimento com suas comunidades e esclarecimento sobre os problemas sócio-ambientais da região, desde que questionados pelos turistas, podem discorrer com profundidade sobre o conflito regional em que estão envolvidos e sobre as estratégias que estão empreendendo no sentido de aliviar a situação de conflito atual.

Entendemos que há, pelo menos, três fatores mais evidentes responsáveis por essa grande variação na qualidade dos serviços de monitoria dentro da caverna. O primeiro deles diz

respeito à formação dos monitores. Os cursos para a formação de monitores têm sido oferecidos desde 1997, ocasião de sua primeira edição regional realizada no Bairro da Serra – município de Iporanga. Desde então, outras duas edições foram promovidas visando à formação de monitores para atuarem na região de Eldorado e Caverna do Diabo. Embora esses cursos sejam oferecidos por organizações independentes que apresentam suas propostas num processo de concorrência pública, tais propostas devem seguir uma grade geral em que o conteúdo básico do curso é determinado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Resolução SMA/SP-32, de 31-3-98), constante no anexo 1 ao final do presente trabalho. Contudo, o conteúdo específico, a ênfase em cada módulo do curso, a compreensão acerca do conflito sócio-ambiental regional e o preparo pedagógico dos monitores ficam a critério das organizações proponentes. Esse aspecto é, certamente, uma das fontes produtoras da grande variação no desempenho dos monitores locais e regionais. Outro fator de grande importância diz respeito à afinidade do monitor em relação ao texto técnico, seu envolvimento com a comunidade, seu esclarecimento sobre a política de desenvolvimento regional e sua vocação para lidar com um público muito diversificado, como é o caso dos turistas que visitam a Caverna do Diabo. Um terceiro fator que identificamos diz respeito ao preparo e comportamento do turista, seu envolvimento com os temas apresentados, sua curiosidade acerca do lugar e sua capacidade de se relacionar com os monitores.

O papel dos monitores ambientais, bem como a qualidade dos serviços por eles oferecidos, resultado, em boa medida, de seu preparo por meio dos cursos para a formação de monitores oferecidos pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), possuem grande importância para o sucesso de programas que incentivam a implementação do ecoturismo na região. Voltaremos a examinar com mais cuidado, nos capítulos subsequentes, esse aspecto que é uma das questões fundamentais para o desenvolvimento do presente trabalho.

5.2.3. Visita ao município de Apiaí e ao Núcleo de Caboclos (PETAR)

O município de Apiaí, localizado nas porções mais elevadas do Vale do Ribeira, em cotas de altitude ao redor dos 1000 m, possui clima tropical de altitude, favorecendo o desenvolvimento de hortênsias que vicejam em abundância e ornamentam os jardins da cidade, bem como a araucária, um tipo de pinheiro nativo bastante comum na paisagem florestal dos arredores da cidade.

O artesanato local, uma nítida herança indígena, é baseado principalmente na confecção de diferentes utensílios de cerâmica, muito famosos regionalmente devido à beleza, originalidade e qualidade das peças.

Dentre os municípios visitados ao longo deste trabalho, Apiaí é certamente aquele que, segundo nos pareceu, tem melhor se organizado em torno da recepção turística, resultado da vocação local e do apoio e incentivo da atual administração do município. Assim como o município de Eldorado, Apiaí possui um centro de apoio ao turista e um excelente serviço de atendimento realizado por um guia turístico local. Mapas e encartes ilustrados contendo os principais atrativos da cidade e um minucioso calendário anual de atividades fazem parte do material de suporte ao turista. Os principais atrativos incluem, além do artesanato, as construções e ruínas históricas, a comida típica, trilhas, cachoeiras e cavernas.

Dentro da modalidade do ecoturismo, o município faz uso de duas áreas de preservação: o Parque Natural Municipal Morro do Ouro e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), o qual se sobrepõe parcialmente à área do município. Embora haja, localmente, roteiros turísticos que incluem a visita dos atrativos naturais localizados no Bairro da Serra em Iporanga, a exclusividade local em termos de ecoturismo no PETAR fica por conta do acesso estratégico ao núcleo Caboclos desse parque.

O núcleo Caboclos é um dos quatro núcleos do PETAR, sendo que a estrada de acesso está situada no km 264 da rodovia SP 250, entre os municípios de Guapiara e Apiaí, a 29 km deste último. A partir da entrada de acesso, inicia-se uma jornada de 16 km em estrada de terra até o centro de recepção do núcleo Caboclos. A estrada, encravada no meio da floresta, é muito bem conservada e, juntamente com seu entorno, compõe um belíssimo cenário.

O núcleo conta com poucos funcionários. Não há água encanada e, tampouco, luz elétrica. As trilhas que levam aos destinos turísticos (cavernas e cachoeiras) são bem sinalizadas e conservadas, apesar do aspecto selvagem que confere uma característica especial ao lugar. A infra-estrutura é mínima, sendo composta de um pequeno escritório central, guarita, um pequeno alojamento e uma área de camping. O núcleo dispõe também de um guarda-parque para realizar o trabalho de guia turístico para as várias cavernas abertas à visitação.

De acordo com as informações fornecidas pelos funcionários do núcleo, o número de visitantes é sempre pequeno quando comparado com os do núcleo Santana (Bairro da Serra), o que pudemos verificar por ocasião de nossa visita no feriado prolongado de 02 de novembro de 2006, quando não avistamos nenhum outro visitante além de nosso pequeno grupo.

Com o objetivo de obter uma avaliação das “situações reais”, optei por deixar de lado a minha identidade de pesquisador e assumir a condição de *turista ordinário*, estratégia que adotei em boa parte dos trabalhos de campo, principalmente, aqueles envolvendo a visitação de cavernas.

O trabalho no núcleo Caboclos incluiu a visita da caverna Chapéu, considerada pelo guia local a mais apropriada para iniciantes devido ao baixo nível de dificuldades em seu trajeto. As cavernas do núcleo Caboclos se encontram em estado natural, muito bem conservadas e não dispõem de estruturas de segurança, tais como aquelas que encontramos na caverna Santana e do Diabo.

Nosso grupo, formado por mim e por outra turista, foi guiado pelo Sr Adalberto, guia turístico e guarda-parque do PETAR, preparado pelo *curso para formação de monitores ambientais* em 1997.

O percurso na caverna Chapéu, de aproximadamente 40 minutos, foi parcialmente registrado em gravação fonográfica por meio de equipamento profissional portátil (Microtrack: M-audio) para evitar qualquer tipo de inibição por parte do guia. Do tempo total do trajeto, foram registrados os 16 minutos finais que constam integralmente, sem intervenções de edição, no anexo 2 (faixa 1 do CD) ao final deste trabalho. Nesses registros sonoros, procuramos preservar a originalidade da gravação, isto é, mantivemos o conteúdo sonoro real e integral ao longo do percurso final dentro da caverna.

O propósito do registro fonográfico é trazer para fora da caverna a *dimensão sonora* desse ambiente, que define um de seus aspectos mais espontâneos, tendo no silêncio, quase absoluto, a sua expressão mais intensa e peculiar, de grande valor e raridade em toda a biosfera. Cabe salientar que decidimos não realizar as transcrições para preservar a possibilidade de uma experiência pessoal para o ouvinte em relação ao conteúdo integral das gravações em que as pausas no discurso, a inteligibilidade das palavras, a dicção do monitor ambiental, bem como o som natural da caverna são componentes valiosos do ambiente sonoro que não podem ter menor peso em privilégio do conteúdo textual (Anexo 2 – faixa 1).

Outro aspecto de grande importância, que pode ser apreciado no registro fonográfico diz respeito ao desempenho e trabalho do guia turístico em relação aos diferentes aspectos de seu discurso. Dentre esses aspectos, cabe ressaltar a forma e a estrutura da apresentação em que estão inseridas a didática e a capacidade de comunicação do guia turístico, bem como o conteúdo do texto apresentado. O registro fonográfico da caverna Chapéu tem, também, como objetivo a função de servir de referência para avaliação comparativa do ambiente sonoro registrado na caverna Santana, a qual trataremos adiante neste trabalho.

Sobre o conteúdo do texto apresentado pelo monitor, há uma forte limitação ao aspecto técnico da formação de cavernas, em que as informações fornecidas pelo guia são, muitas vezes, insuficientes ou mesmo equivocadas. À dificuldade evidente de domínio sobre o aspecto técnico dos processos morfogenéticos em cavernas, soma-se a ausência de informações relacionadas à proposta de conservação do parque, ou mesmo sobre a questão social, tão marcante na região. Contudo, o guia que nos acompanhou nos pareceu conhecer muito bem o percurso dentro da caverna Chapéu, propiciando um deslocamento seguro para nosso grupo e prestando auxílio sempre que necessário.

5.2.4. A caverna Santana (PETAR)

A caverna Santana está situada nas proximidades do núcleo Santana (PETAR), localizado a 3 km do Bairro da Serra, em direção ao município de Apiaí. As visitas à caverna Santana foram realizadas em novembro de 2004 e novembro de 2006.

O núcleo Santana possui uma boa infra-estrutura para a recepção de turistas. Contudo, o único roteiro oferecido pelos guias do núcleo é a caverna Santana. Além desta, existem outras cavernas dentro do PETAR nas proximidades do núcleo Santana, bem como a trilha do Betari. Para se ter acesso a esses outros destinos turísticos é necessário a contratação de um guia particular preparado para atuar localmente, isto é, é necessário contratar um monitor local. Trata-se de uma estratégia para aumentar a receita local por meio da prestação de serviços dos monitores do Bairro da Serra e Iporanga. Os serviços de monitoria oferecidos, gratuitamente, pelo núcleo Santana são realizados por guardas-parque do PETAR e por monitores ambientais contratados pela prefeitura de Iporanga para atuarem no referido núcleo.

Por ocasião de minha primeira visita à caverna Santana, em novembro de 2004, participei de um pequeno grupo formado por mim e outras duas pessoas. Apesar de se tratar de um final de semana, o movimento turístico, de acordo com depoimentos coletados com os guias locais, estava excepcionalmente abaixo do esperado.

Seguimos em silêncio até a entrada da caverna sem que o monitor aproveitasse esse tempo para discorrer sobre aspectos mais gerais do parque, como o seu papel na conservação da biodiversidade, ou sobre o destino do dinheiro pago na entrada, ou mesmo sobre o envolvimento do parque na temática do desenvolvimento local e soluções de conflitos com a comunidade afetada.

A caverna Santana possui áreas destinadas à visitação e outras de uso restrito, onde a visitação turística não é permitida. O trecho da caverna destinado ao uso público conta com inúmeras estruturas de apoio e facilitação do acesso, tais como passarelas de concreto ou madeira, escadas e grades de proteção. Alguns trechos que oferecem um certo risco de queda não possuem corrimãos e, apesar de ser considerada uma caverna de baixa dificuldade, há, em vários pontos, problemas relacionados à segurança.

Ao longo do percurso, encontramos um grupo de, mais ou menos, vinte pessoas. Eram estudantes em excursão escolar, todos com idade entre 13 e 15 anos, provenientes de São Carlos, interior do estado de São Paulo. Estavam todos sentados em semicírculo num dos salões da caverna ouvindo a exposição de um dos três monitores que os acompanhavam (Figura 5.2.4.1). Esses monitores prestam serviços para a pousada onde os alunos estavam hospedados e operam dentro de uma estrutura bem organizada composta pela pousada, uma

operadora de turismo e um grupo de monitores que trabalham a partir de pacotes turísticos. Aproximamo-nos e decidimos ouvir a exposição. O texto apresentado pelos monitores, sobre aspectos técnicos da formação de cavernas, foi extremamente longo e cansativo. Por mais que eu me esforçasse, minha atenção se dispersava. Não havia meios para manter-me concentrado ao texto que estava sendo apresentado. Por fim, cedi ao cansaço e minha atenção foi deslocada para as crianças que estavam sentadas na minha frente.

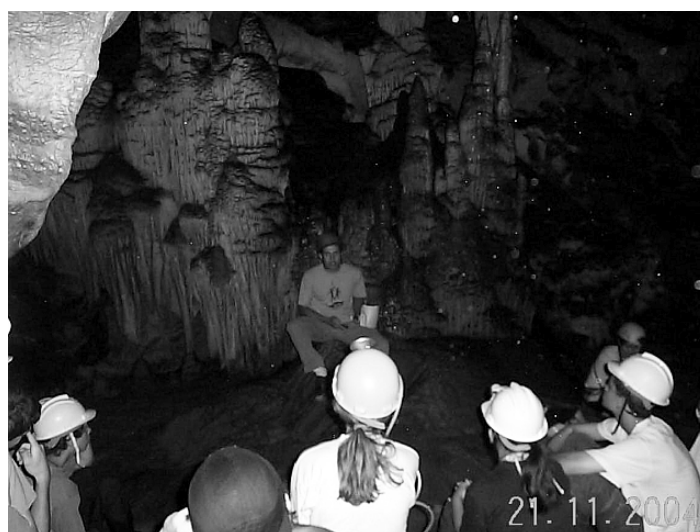


Figura 5.2.4.1 – Monitor ambiental (ao fundo) discursa para grupo de alunos: reprodução da sala de aula dentro da caverna (foto do autor).

Para minha surpresa, eu não era o único que estava entediado com o texto apresentado pelo monitor. A expressão de enfado e manifestações de desconforto foram, aos poucos, tomando conta de toda a platéia. A falta de atenção foi se convertendo em conversas laterais e o nível de ruído foi se amplificando. Um segundo monitor, muito inseguro e com péssima dicção, assumiu a palestra, mas não conseguiu recuperar a atenção dos alunos. Mudaram de assunto e começaram a falar de um experimento musical realizado pelo grande músico Hermeto Pascoal naquela caverna e, precisamente, naquele lugar. Segundo o relato dos palestrantes, Hermeto percutia as estalactites em busca de sons com afinação precisa para a sua composição ou improvisação. A título de ilustração, os monitores pediram para que todos apagassem suas lanternas e carbureteiras, e deram início a uma

demonstração despretensiosa da sonoridade das estalactites. Embora o monitor que se dispôs a fazer a demonstração não fosse músico, tinha certamente uma boa intuição musical. O resultado foi surpreendente. O som produzido se assemelha ao da marimba, mas dentro da caverna, sob as condições privilegiadas de acústica e reverberação natural, aquela pequena demonstração se converteu num belo espetáculo. Os ânimos se reacenderam, e todos aplaudiram com entusiasmo ao final da breve apresentação.

Nossa segunda visita à caverna Santana ocorreu em novembro de 2006, durante o feriado prolongado do dia de Finados. Chegamos ao núcleo por volta das 16h e, de acordo com nosso guia, o movimento turístico era pequeno naquele momento, tendo havido um fluxo mais intenso no período da manhã.

Nosso pequeno grupo, formado apenas por mim e outra turista, foi guiado pelo Sr Paulo, que trabalha como monitor ambiental no PETAR há 29 anos e, certamente, é um dos guias mais experientes do lugar. Preparado pelo *curso para a formação de monitores ambientais* em 1997, o Sr Paulo é um dos monitores contratados pela prefeitura de Iporanga para atuar no núcleo Santana.

O trajeto dentro na caverna Santana, de aproximadamente 1h, teve os 55 minutos iniciais registrados em gravação fonográfica (Anexo 2 – faixa 2). Também nesse registro, assim como naquele realizado na caverna Chapéu (núcleo Caboclos), mantivemos o som em seu estado original, isto é, sem intervenções de edição. Procuramos com isso preservar a fidelidade do registro em seu estado integral, com o discurso, pausas e ruídos.

O texto apresentado pelo monitor mantém o padrão técnico fundamentado nos aspectos morfogênicos de cavernas. A didática não é boa, o que dificulta o acesso às informações apresentadas. A qualidade das informações é questionável, uma vez que há equívocos em relação à terminologia, datas e processo de formação dos espeleotemas. Quanto ao interior da caverna Santana, há um intenso processo de transformação que ocorre em, pelo menos, dois aspectos da caverna. O primeiro deles é causado pela deposição de fuligem proveniente da queima do carbureto¹, o que compromete seriamente o aspecto visual da caverna. O segundo diz respeito ao ruído produzido pelos próprios turistas. Para quem espera encontrar um ambiente tranquilo e silencioso na caverna Santana, a experiência pode ser profundamente desanimadora, como podemos verificar a partir dos 12'40" do percurso realizado dentro da caverna (Anexo 2 – faixa 2).

5.2.5. Visita ao Bairro Ribeirão

Durante o trabalho de campo de novembro de 2004, visitei o Bairro Ribeirão, município de Iporanga, que me foi apresentado pelo pesquisador Nélson Calil, mestrando pela USP. Herdeiro de uma fazenda com extensão aproximada de 600 alqueires, o Sr Nélson tem dado um rumo diferente ao uso que sua família, ao longo das gerações, fazia dessa propriedade que já serviu para extração de madeira e produção de calcário. Essa fazenda foi submetida, recentemente, a um processo que busca transformar a área total da propriedade em Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN). Localizada próxima à cidade de Iporanga, no Bairro Ribeirão, possui uma característica muito importante para a manutenção da biodiversidade local definida pela contigüidade ao PETAR.

De acordo com o Sr Nélson, que tem trabalhado com o Bairro Ribeirão como tema de sua dissertação de mestrado, o bairro em questão foi ocupado por negros oriundos de quilombos, embora não se constitua num quilombo propriamente dito. Apesar da proximidade com a cidade, alguns locais do Bairro Ribeirão parecem ter parado no tempo há uns duzentos anos, não por escolha de seus moradores, mas, certamente, devido à negligência da administração pública. Até o final da década de 90, não havia fornecimento de energia elétrica, o que inviabilizava o acesso às facilidades que o mundo moderno nos oferece por meio das linhas elétricas. Hoje em dia, as coisas estão mudando por lá e praticamente todos têm acesso ao abastecimento de energia elétrica. Junto com a eletricidade, a televisão chega aos domicílios mais pobres e abre uma pequena janela, ocupando um lugar privilegiado ao centro da sala, por onde é possível espiar o, até então, pouco conhecido “mundo lá de fora”.

O objetivo central de minha visita ao Bairro era conhecer Nhô Jeca, uma das pessoas mais tradicionais e muito popular regionalmente. Descendente direto dos primeiros quilombolas que chegaram ao Bairro Ribeirão, sua residência está situada dentro da propriedade do Sr Nélson. Logo pelo caminho, nós o avistamos à distância. Com seus 86 anos de idade, acostumado ao trabalho pesado, negava-se a ficar em casa sem fazer nada. Quando chegamos, saudou-nos com alegria e não vi, em nenhum momento, aquele sorriso desaparecer de seu rosto. Acabara de cortar um fecho pesado de lenha verde que ia tentando acomodar, com muita dificuldade, em seu ombro. Seu corpo já muito fragilizado pela idade

se apoiava no machado que se fazia de bengala e dava sustentação ao seu andar claudicante. Intervimos e oferecemos ajuda, a qual foi prontamente aceita. Seguimos por uma trilha acompanhados de nosso anfitrião que nos conduziu até a sua casa. Eu nunca tinha visto uma casa como aquela. Pareceu-me extremamente original. Toda feita em pau-a-pique, o chão irregular em terra batida, portas e janelas, as galinhas transitando livremente pelo interior da casa. Tudo parecia seguir os padrões mais ortodoxos da tradição local. Infelizmente, eu não estava com a minha câmera fotográfica, e assim, perdi a oportunidade de registrar uma das imagens mais marcantes que tive acesso durante este trabalho de campo.

Sentamos na sala sobre longos bancos de madeira justapostos à parede em pau-a-pique. Lá estavam também quatro dos seus vários filhos. Logo, a sua esposa apareceu para nos servir o café que acabara de preparar por ocasião de nossa visita. No outro canto da sala, estava a recém-chegada TV, ligada, causando o seu forte poder hipnótico sobre todos nós e disputando nossa atenção. Meu colega pesquisador interveio e me apresentou ao grupo. Falou brevemente sobre o meu projeto e me passou a palavra. Tentei explicar a natureza e o objetivo do projeto, mas não foi nada fácil traduzir este trabalho para um formato inteligível. Do ponto de vista técnico, todos falamos a mesma língua, mas se tratando de comunidades tradicionais, a coisa não é bem assim.

Um dos filhos de Nhô Jeca se mostrou mais interessado e a televisão foi perdendo o controle sobre a sua atenção. Interpelou-me várias vezes a fim de saber mais detalhes. O Sr Nélson já havia me falado sobre ele e, aos poucos, fui sabendo um pouco mais por ele mesmo. Silnei, 21, trabalha como monitor ambiental, mas não gosta do que faz. Precisa do dinheiro para ajudar a sua família. Assim como outros monitores, Silnei tem dificuldade e não se sente confortável com o aspecto técnico e científico do texto que ele precisa decorar, o que, conseqüentemente, resulta num serviço deficiente. Ao longo de nossa conversa me foi relatado um episódio muito interessante envolvendo esse rapaz. Certo dia, guiando um grupo de turistas pelas cavernas, quiseram saber mais sobre a vida de seu guia e se puseram a lhe fazer perguntas. Silnei contou sobre sua família, sua casa e seu modo de vida, despertando grande curiosidade no grupo de turistas que pediu para conhecer o lugar onde ele vivia. Silnei aceitou a empreitada, e o grupo de turistas teve a oportunidade de experimentar algo que ainda está indisponível no mercado turístico local. Silnei conhece

muito bem o ambiente onde vive e sabe falar com despreendimento sobre as coisas que são o seu dia-a-dia, que são ele mesmo e a sua própria vida. Por ter tido uma educação tradicional, dentro dos costumes locais, ele conhece as plantas, os animais e as trilhas que levam aos diferentes destinos constituintes de seu mundo. Ao passo que ia falando, os turistas ficavam, cada vez mais, encantados com aquele mundo, deixando na boca do rapaz o gosto delicioso de poder se orgulhar de sua própria identidade cultural. Foi um grande sucesso, mas em edição única.

O caso de Silnei, certamente, não é isolado e, provavelmente, integra um grupo numeroso daqueles que, simplesmente, se submeteram à proposta e ao programa do curso oferecido pela SEMA. Tendo pouca afinidade com o formato e conteúdo programático do curso, esses candidatos a monitores ambientais silenciaram diante da postura impositiva de seus proponentes. Com isso, distanciaram-se do universo em que as decisões são tomadas, os projetos são elaborados e as direções são traçadas. Eclipsados pelo destaque de alguns de seus colegas mais afeitos à noção ocidental de saber, permanecem calados e subjugados por um sistema estranho ao seu mundo. Enquanto isso, esse sistema vai se enraizando e se multiplicando por meio de projetos idealizados a partir de proposições de indivíduos que conquistaram lugares privilegiados na liderança de grupos e associações, o que se deve, justamente, a essa maior afinidade com o programa do curso, ou seja, com a noção de saber proveniente do universo científico.

Esse episódio reforça em nossa compreensão a idéia de que o sucesso de um projeto cujo objetivo a ser alcançado dependa da organização comunitária só será possível se for ouvida a voz daqueles que, até agora, permanecem calados sob a sombra das associações de monitores locais.

No caminho de volta para casa, seguindo pela mesma trilha, encontramos com João, o filho mais velho de Nhô Jeca. Diferente de seus irmãos, era falante e agitado. Acabara de voltar da cidade de São Paulo onde fora submetido a um tratamento médico. Estava fascinado com o mundo moderno. As luzes da grande cidade tinham enfeitiçado o rapaz que estava determinado em seus planos e falou-nos abertamente:

- Vou voltar para São Paulo. Não quero continuar vivendo como o meu pai sempre viveu aqui. Isso não é vida!

5.2.6. Visita ao município de Eldorado

Eldorado, antiga Xiririca da Serra, situa-se a uns 60 km a leste de Iporanga, sendo o acesso feito por estrada pavimentada. À primeira vista, Eldorado parece contar com uma boa administração pública. Ao contrário de Iporanga, esse município parece estar mais organizado para receber turistas, dispondo de um centro de informações turísticas e folders contendo os principais atrativos da região, pousadas e restaurantes. Percebe-se claramente que existe envolvimento e apoio da administração municipal ao desenvolvimento local da indústria turística.

Em Eldorado, conhecemos o Sr. Carlos, responsável pelo escritório do MOAB (Movimento dos Ameaçados pela Barragem) que funciona dentro do escritório paroquial do município. Soubemos, por meio de nosso interlocutor, que o MOAB é um movimento muito bem organizado contra o projeto de construção de hidroelétricas ao longo do rio Ribeira. O MOAB está vinculado ao MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) que se constitui num movimento popular de grande envergadura que atua em todo o território nacional, promovendo a organização popular por meio da disseminação de informações. Para isso, conta com o suporte de estudos sobre formas alternativas de geração de energia e faz uso da distribuição de cartilhas sobre temas relacionados à organização popular e modelos alternativos de desenvolvimento e geração de energia. O MOAB conta, também, com o apoio da Igreja Católica e do Instituto Socioambiental.

De acordo com o Instituto Socioambiental (2002), existem quatro usinas hidrelétricas projetadas para o rio Ribeira, sendo elas a de Funil, Itaoca, Batatal (planejadas pela antiga CESP) e a de Tijuco Alto, planejada pela Companhia Brasileira de Alumínio (propriedade do Grupo Votorantim) e prevista para ser construída entre os municípios de Ribeira (SP) e Adrianópolis (PR).

Os efeitos da implantação de barragens ao longo do Ribeira serão extremamente prejudiciais para toda a região e o único benefício produzido, a energia elétrica, servirá para abastecer, principalmente, localidades distantes do contexto regional. O Instituto Socioambiental (2002, p. 6 e 20) aponta vários aspectos negativos relacionados à construção de hidrelétricas no rio Ribeira que listamos a seguir:

- inundação de áreas urbanas e rurais, incluindo áreas dos Parques Estaduais, o centro histórico da cidade de Iporanga e comunidades de quilombos, como Praia Grande, Sapatu e Ivaporunduva.
- inundação das melhores áreas para a agricultura.
- inundação de cavernas, com conseqüências desconhecidas e potencialmente catastróficas.
- contaminação do rio Ribeira de Iguape com chumbo e outros metais pesados, causando problemas à saúde pública.
- alteração do regime hídrico do rio, com influência negativa sobre os peixes e sobre a navegação.
- inundação de áreas com grande potencial turístico, com conseqüências negativas para a indústria do turismo e para o ambiente da região.
- desestabilização ecológica do complexo estuarino do Lagamar, com diminuição do número de peixes e outros frutos do mar, gerando conseqüências extremamente negativas para todos aqueles que sobrevivem da pesca e do turismo.

Por outro lado, a idéia de que “as barragens vão acabar com as cheias” no rio Ribeira, as quais têm provocado grandes prejuízos nos últimos anos, e a promessa de geração de empregos imediatos atraem alguns políticos e prefeitos locais que passaram a simpatizar com a idéia da barragem. Esses argumentos vêm sendo combatidos pelo MOAB através de uma forte campanha de esclarecimento ao público baseada em dados produzidos pelo Instituto Socioambiental.

5.2.7. Uma breve passagem pelo município de Barra do Turvo

O município de Barra do Turvo está situado nas proximidades do rio Pardo, divisa com o Estado do Paraná, e dista aproximadamente 32 km de Iporanga. O acesso é realizado em estrada de terra em situação precária para o trânsito de automóveis.

Regionalmente conhecido pelo grande número de cachoeiras, o município atrai, também, um considerável contingente de turistas que procuram pelos altos picos de onde se lançam em seus parapentes e asas-delta. Entretanto, os “voadores”, como são chamados localmente esses turistas praticantes do vôo livre, parecem ter abandonado o município nos últimos

tempos. A razão para isso, segundo os depoimentos locais, deve-se à falta de compromisso do governo municipal em relação à indústria do turismo. A dificuldade de acesso aos pontos turísticos devido às péssimas condições das estradas foi apontada como o principal problema.

Barra do Turvo tem grande parte da área do município ocupada pelo Parque Estadual de Jacupiranga e, por esse motivo, também recebe recursos financeiros provenientes do ICMS verde. Entretanto, assim como em Iporanga, ouvimos denúncias sobre a má administração desses recursos.

5.2.8. Visita à Mineração Furnas

Localizada dentro dos limites do PETAR, a uma distância de 3 km da caverna Santana, nas imediações do Bairro da Serra, Furnas consistiu numa atividade de exploração de chumbo e prata a partir da galena, com algum aproveitamento de zinco. A empresa mineradora, durante o tempo que se estabeleceu naquela área, acumulou uma grande quantidade de rejeitos do processamento, o assim denominado “bota-fora”, que foi depositado próximo à área de beneficiamento, a céu aberto e às margens do ribeirão Furnas, afluente do alto curso do rio Betari que, por sua vez, corta o Bairro da Serra e deságua no rio Ribeira de Iguape, nas imediações da cidade de Iporanga. Os rejeitos da mineração, além da grande quantidade de chumbo, contém também arsênio, ferro, zinco e antimônio (CORSI e LANDIM, 2003). Não sabemos precisamente quanto tempo os rejeitos ficaram depositados nessas condições, mas pudemos verificar, por meio de inspeção pessoal, a datação numa das entradas de uma antiga mina, agora lacrada, onde pudemos ler a inscrição em baixo relevo, lapidada sobre o portal em pedra, que registrava a data de 1944.

Os efeitos da contaminação no ribeirão Furnas são evidentes mediante simples avaliação visual e amplamente comprovados em vários trabalhos (MORAES, FIGUEIREDO e LAFON, 2004; COTTA, REZENDE e PIOVANI, 2006 ; MACHADO et al, 2002). Uma espécie de limbo de cor alaranjada recobre todo o leito rochoso do ribeirão Furnas – o indicativo da contaminação pela presença maciça de ferro ou chumbo em suas formas oxidadas – e se estende por todo o percurso que realizamos, quando margeamos o ribeirão

por uma trilha em estado selvagem, desde o ponto do antigo depósito de rejeitos, próximo a uma lagoa de decantação construída no próprio curso do ribeirão Furnas (Figura 5.2.8.1), até a caverna do Grilo, situada a uns 800m à jusante.



Figura 5.2.8.1 – Lagoa de decantação nas proximidades do local onde foram depositados os rejeitos da mineração – ribeirão Furnas. No primeiro plano da fotografia (na parte inferior) podem ser observados os rejeitos da mineração em forma de pequenos blocos rochosos que ainda permanecem expostos; no segundo plano (ao centro e esquerda) pode ser observada a cor vermelha intensa da água que escorre lentamente dos rejeitos depositados na margem; no terceiro plano (na parte superior) pode ser observada a cor alaranjada da água que cai diretamente no ribeirão Furnas (foto do autor).

De acordo com Corsi e Landim (2003), Furnas ocupa lugar de destaque quando se trata do aporte descontrolado de rejeitos da mineração e contaminação da rede de drenagem local e regional. Os efeitos da contaminação pelo chumbo e outros contaminantes associados, apesar do encerramento das atividades mineradoras na região, ainda estão presentes no ambiente e se estendem para muito além do Alto Ribeira, atingindo o complexo estuarino-lagunar de Iguape – Cananéia – Paranaguá (MACHADO et al, 2002; COTTA, REZENDE e PIOVANI, 2006), uma região amplamente reconhecida tanto no âmbito nacional como

internacional pela sua importância ecológica para a manutenção e reprodução de inúmeras espécies de seres vivos.

Em novembro de 2004, a empresa mineradora estava promovendo a recuperação da área degradada por meio da remoção e encapsulamento dos rejeitos em uma estrutura de concreto de dimensões aproximadas de 40m x 20m x 6m, seguida do plantio de grama no local onde havia a deposição dos resíduos. A obra está sendo realizada por uma empresa especializada em pavimentação de estradas de rodagem, a *Malha Viária: Logística de Estradas Ltda* (Figura 5.2.8.2), e o tratamento que essa empresa tem dado ao processo de recuperação ambiental levanta suspeitas em quem se aproxime um pouco mais de suas atividades.



Figura 5.2.8.2 – Placa da empresa responsável pela recuperação ambiental em Furnas (foto do autor).

Para fornecer uma idéia ilustrativa acerca de nossa impressão, cabe assinalar que por ocasião de nossa chegada a esse local, encontramos apenas dois funcionários, ambos moradores da região que acumulavam os cargos de peão-de-obra e vigia, retirando grama das bordas da estrada que era transportada em balaio no lombo de um único burro e plantada na margem do ribeirão, onde deveria haver o plantio de espécies típicas de mata ciliar.

Outro ponto bastante obscuro diz respeito às dimensões da cápsula de concreto construída para encerrar os rejeitos. Se considerarmos as dimensões da exploração de chumbo em Furnas, tomando por base apenas algumas galerias que visitamos e o tempo de atividade do empreendimento naquela localidade, torna-se difícil acreditar que todo o rejeito produzido poderia ser confinado numa estrutura de 4.800m³, e provavelmente não foi. Por ocasião de nossa visita a essa área, seguimos a pé por uma estrada de uns 1.500m, localizada dentro da propriedade da mineradora, até o local onde havia sido realizado o encapsulamento dos rejeitos. A estrada de terra estava recoberta por pedregulhos em toda a sua extensão. Mas, diferentemente da pedra britada, tanto no formato como no tamanho avantajado, esses pedregulhos davam uma característica desconfortável ao nosso andar que nos obrigava a deter nossa atenção para o chão enquanto caminhávamos. Dessa forma, com o olhar sempre dirigido para a estrada, não pudemos deixar de perceber a presença de alguns diminutos blocos de galena entre as pedras que pavimentavam a estrada. Estava muito claro o que acontecera ali. A idéia de cobrir a estrada com os rejeitos da mineração só poderia ter ocorrido por parte de uma empresa especializada em pavimentação de estradas, como é o caso da Empresa *Malha Viária*, responsável pela “recuperação ambiental da área degradada de minério de chumbo” em Furnas. A quantidade de material empregado para recobrir essa estrada, somado ao volume encapsulado, deve ser apenas uma pequena fração do montante de rejeitos que deveria ter se avolumado ao longo de décadas de exploração mineral. Se considerarmos a lógica empregada pela empresa em questão, não fica difícil imaginar o destino que teve o “bota-fora”. Mas, por enquanto, tudo isso fica em nível das impressões pessoais do autor.

Contudo, a contaminação pelo chumbo no Vale do Ribeira é um fato incontestável. Estudos recentes detectaram a presença de chumbo no sangue de crianças da região em níveis considerados de risco à saúde humana (Agência FAPESP, 2003). Os efeitos do chumbo no organismo podem comprometer o crescimento de crianças e a inteligência (DUNCAN, 2006), além disso, possui também efeitos carcinogênicos e teratogênicos (CORSI e LANDIM, 2003).

Certamente que essas *desordens ambientais* se constituem num aspecto negativo que pesa no outro prato da balança, na qual, até agora, foram contabilizados somente os aspectos positivos baseados no grande potencial ecoturístico da região. Lembremos que o

ecoturismo é um ramo da indústria turística que tem como uma de suas características a busca por áreas naturais com alto grau de conservação. Nesse sentido, vale salientar que o chumbo, tratando-se de um metal pesado com alto grau de toxicidade, acumula-se no ambiente e se instala nas cadeias tróficas com sérios prejuízos para o equilíbrio ecológico e para a saúde humana, principalmente a dos moradores locais. Dessa forma, compromete-se não somente o patrimônio natural, mas também as populações humanas da região, que são, pelo menos em teoria, a base dos projetos de fomento ao ecoturismo no Vale do Ribeira.

5.2.9. Visita à cascalheira em Iporanga

A cascalheira, como é conhecida localmente, é uma área destinada à retirada de cascalho para a manutenção das estradas de rodagem do município. Saímos de Iporanga em direção ao município de Barra do Turvo e após uns 10 km, rodados principalmente sobre aclives íngremes, chegamos ao topo dos morros onde é feita a extração do cascalho.

A jazida, se é que pode ser assim denominada, é uma rocha sedimentar altamente intemperizada composta de grãos com tamanhos variados, desde grãos finíssimos, talvez silto-argilosos, misturados aos grãos arenosos. Esses pacotes ou camadas se intercalam com as do cascalho, provavelmente, de origem fluvial. Era dia primeiro de maio – feriado nacional – e não havia qualquer pessoa no local. Considerando-se as dimensões da devastação, o trabalho é, certamente, executado por máquinas de grande porte. O rastro da destruição é assustador. A vegetação ausente por toda parte, exceto por uma macega em um ou outro lugar, deixa exposto o solo sulcado pelo trabalho das escavadeiras e pela ação pluvial que produz rapidamente ravinas por onde a montanha vai se dissolvendo e assoreando os rios do Vale do Ribeira (Figura 5.2.9.1). A retirada do cascalho parece ser feita sem nenhuma preocupação com os efeitos desastrosos que sucedem ao empreendimento. Não há, em parte alguma, nenhum sinal de replantio ou estratégia de contenção dos processos erosivos.



Figura 5.2.9.1 – Vista parcial da cascalheira. Note na porção central e esquerda da fotografia a presença do autor para se ter uma idéia da dimensão da área (foto: Jonas Justino dos Santos).

Embora a cascalheira seja uma área destinada à retirada do cascalho, esta atividade não se limita à área em questão. Talvez, devido à dificuldade de acesso aos altos picos onde a cascalheira está localizada, ou por outros motivos que desconhecemos, a retirada do cascalho é realizada também em alguns barrancos ao longo das estradas (Figura 5.2.9.2). Dessa forma, a deterioração da paisagem e o impacto ambiental causado por este tipo de empreendimento não fica restrito a áreas específicas, mas se espalham pela região que vai, gradualmente, acusando os efeitos da devastação ambiental.

Tais práticas equivocadas de manejo ambiental, como é o caso flagrante da retirada de cascalho em Iporanga, são totalmente incoerentes com a prática do ecoturismo. A deterioração da paisagem natural, que se constitui num dos principais produtos do ecoturismo, e o comprometimento dos processos hidrológicos por meio do assoreamento de grandes rios, como é o caso do rio Ribeira de Iguape, com efeitos intensos sobre a dinâmica ecossistêmica e o equilíbrio ecológico regional, colocam em risco não somente o investimento que se tem realizado naquela região em projetos de fomento ao ecoturismo,

mas a saúde e a própria segurança dos moradores que têm sofrido grandes prejuízos, nos últimos tempos, com as inundações cada vez mais frequentes do rio Ribeira.



Figura 5.2.9.2 – Barranco localizado na estrada entre os municípios de Iporanga e Barra do Turvo. Note na porção inferior da fotografia, logo abaixo da linha de cascalho, os sulcos estriados produzidos pela pá de uma escavadeira. Logo acima, a floresta flutua sobre o vazio provocado pela remoção do sub-solo (foto do autor).

Percebe-se claramente que há um hiato entre a administração pública municipal e as ações do Estado que, neste caso, está representado pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira cujo objetivo é “fomentar o ecoturismo como instrumento do desenvolvimento sustentável regional” (Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, 2005). A presença desse hiato parece resultar da falta de preparo da administração municipal para lidar com a questão ambiental de forma a adotar práticas de manejo com menor teor de impacto sobre o ambiente, isto é, alinhadas com a idéia de desenvolvimento sustentável, ou simplesmente coerentes com a idéia geral de ecoturismo.

5.2.10. O potencial de organização comunitária no Bairro da Serra: um caso exemplar

A organização comunitária no Bairro da Serra não é evidente à primeira vista, e muito se ouve sobre a dificuldade de organização da população local. Ainda não tenho uma vivência suficiente no Bairro para construir minha própria opinião a esse respeito, mas uma coisa é certa: existe um potencial inegável de organização, tal como evidencia o relato de Dona Benedita, moradora tradicional do Bairro e mãe do monitor ambiental Moisés, quem muito nos ajudou durante os trabalhos de campo.

Logo que cheguei a sua casa, Dona Benedita me saudou com alegria e me convidou para entrar. Sentamos, e ela já se pôs a falar com toda a calma e serenidade. Junto ao esposo, descascando o feijão recém colhido no fundo do quintal, contou-me sobre os filhos, os problemas do dia-a-dia e procurou me colocar a par dos acontecimentos recentes (Figura 5.2.10.1). Cada palavra e cada gesto eram articulados lentamente e pontuados por um sorriso. Longe da agitação característica da vida moderna nos grandes centros, o ritmo lento desse lugar permite um maior discernimento no trato dos pequenos detalhes que nos abrem o caminho para uma nova perspectiva e noção de *qualidade de vida*.

Dona Benedita foi uma das voluntárias que se submeteu ao curso de artesanato cujo objetivo era resgatar a tradição na manufatura de artefatos tradicionais e criar mais uma alternativa econômica para a comunidade baseada em aspectos da cultura local. Sua especialidade é o fabrico de cestarias elaboradas com taboca. A exemplo de um número crescente de pessoas da população local, ela se converteu ao protestantismo e tem se distanciado das festas e folguedos folclóricos de origem católica, muito ricos e diversificados na região, e que se constituem num traço marcante da cultura local. As igrejas protestantes têm, progressivamente, se instalado na região, angariando mais adeptos e se definem como uma ameaça efetiva à cultura regional, inibindo a manutenção dos costumes folclóricos e comprometendo a integridade de um dos mais notáveis patrimônios locais, o qual possui um grande potencial como atrativo turístico e fonte de renda para a região.



Figura 5.2.10.1 – Dona Benedita e seu esposo descascam o feijão cultivado no fundo de sua casa (foto do autor).

Entre os vários assuntos percorridos durante nossa agradável conversa, cabe registrar neste trabalho o desfecho da última eleição para a prefeitura local realizada em novembro de 2004. A bandeira que o ex-prefeito de Iporanga, Sr Jamil, sempre havia ostentado em suas campanhas políticas se definia como um movimento de ação contrária à implantação das unidades de conservação que, segundo ele, seriam as responsáveis diretas pela miséria local, uma vez que impediam o uso da terra para a produção agro-pecuária. As denúncias locais sobre o aumento constante de suas propriedades rurais e o desaparecimento dos recursos provenientes do ICMS verde foram motivos para que seus opositores passassem a acusá-lo de corrupção e enriquecimento ilegal. A acusação evoluiu para um processo de cassação que foi reprovado por votação na câmara dos vereadores. O discurso do Sr Jamil se baseava na promessa de remoção das unidades de conservação do município e sua estratégia para garantir seus votos se fundamentava na contratação de um elevadíssimo número de funcionários durante suas administrações na prefeitura local, o que havia, até então, garantido suas re-eleições durante dois mandatos. Dessa forma, desenvolveu-se um

círculo vicioso pautado numa relação de dependência econômica da população com a sua gestão na prefeitura.

De acordo com Dona Benedita, a comunidade do Bairro, descontente com a administração do Sr Jamil, organizou-se antes das eleições de modo a obter um consenso e escolher quem seriam os candidatos para a prefeitura e câmara dos vereadores que receberiam os votos locais. Lançaram dois candidatos para vereador e decidiram por um dos candidatos a prefeito. Quase toda a comunidade participou e votou de modo organizado, elegendo seus dois vereadores e o prefeito escolhido. Enquanto isso, o Sr Jamil conseguiu pouco mais que uma dezena de votos no Bairro da Serra. Esse grande feito comprova a capacidade de organização comunitária local.

Após a sua derrota, o Sr Jamil abandonou o paternalismo e deixou o barco ir a pique com todos os seus funcionários. Em outras palavras, o quadro muito numeroso de funcionários da prefeitura acabou comprometendo a folha de pagamentos. Todos ficaram sem salários e a população se rebelou. Sitiaram e apedrejaram a casa do prefeito (Figura 5.2.10.2).



Figura 5.2.10.2 - Manchete publicada no jornal **Apiaí Diz** de 16 a 27 de novembro de 2004 sobre a rebelião dos funcionários da prefeitura.

O relato de Dona Benedita, embora trate de um episódio pontual, revela que o senso comunitário ainda está presente no Bairro da Serra. Esse é um aspecto valioso no processo

de organização social da produção diante das novas propostas de uso do território que pressupõem a cooperação como suporte à viabilização de atividades sustentáveis, como é o caso do ecoturismo no Vale do Ribeira. O fato relatado nessa seção é o indicativo da presença de um fator que favorece uma outra forma de desenvolvimento diferente do que acontece nos grandes centros urbanos, onde a “quebra da solidariedade, a dissolução dos caracteres comunitários do sistema social” são uma constante (MARTINS, 1975, p. 2).

5.2.11. Transecto Iporanga-Miracatu

Ao final do trabalho de campo realizado em novembro de 2004, decidi evitar o retorno pelo mesmo caminho que eu havia utilizado, isto é, a rota via Apiaí, por considerar que a estrada, dadas as suas condições naquele momento, oferecesse muito risco e perigo efetivos. Optei por atravessar o Vale e conhecer a outra rota utilizada pelos turistas para chegar a Iporanga.

Tracei o caminho em meu mapa e dei início à viagem. O percurso, rumo à rodovia Régis Bittencourt, teve como referência os municípios de Eldorado, Sete Barras, Juquiá e Miracatu. A estrada, apesar da precariedade, era infinitamente mais segura do que a outra que eu havia evitado. As condições do asfalto, mesmo com os inúmeros buracos, permitiam um tráfego tranquilo. Sempre acompanhando o curso do rio Ribeira, a estrada assentada sobre a planície ao fundo do vale permite uma visão privilegiada do uso e ocupação das margens do rio. Durante o percurso, há grandes extensões onde a floresta ciliar foi totalmente removida e, quando não, há indícios de forte alteração fitofisionômica (Figura 5.2.11.1).



Figura 5.2.11.1 – Ausência de mata ciliar. Trecho do rio Ribeira de Iguape entre os municípios de Iporanga e Eldorado (foto do autor).

As matas ciliares possuem um importante papel dentro da rede de drenagem de uma bacia hidrográfica. De acordo com Lima (1989), essas formações florestais são parte integrante do sistema hidrológico e desempenham suas funções de várias formas, entre as quais se destacam a sua propriedade em promover a estabilização das ribanceiras dos rios por meio do desenvolvimento e manutenção de um extenso emaranhado radicular. Além disso, diminuem e filtram o escoamento superficial, impedindo ou dificultando o carreamento de sedimentos para o sistema aquático, contribuindo, dessa forma, para a manutenção da qualidade da água nas bacias hidrográficas. Outro aspecto que deve ser ressaltado diz respeito à sua integração com a superfície da água, proporcionando cobertura e alimentação para peixes e outros componentes da fauna aquática, ou mesmo contribuindo para a estabilidade térmica dos cursos d'água.

Apesar de serem formações vegetais protegidas através da Lei Federal nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, e mais tarde contemplada na Constituição Federal de 1988, as matas ciliares vêm sendo devastadas, principalmente para a retirada de madeira e para a exploração agropecuária (BARBOSA et al., 1989), tal como tem ocorrido em boa parte das áreas de várzeas ao longo do rio Ribeira, no trecho entre Iporanga e Eldorado, onde a mata

original cedeu lugar para extensos campos de pastagens ocupados por rebanhos bovinos (Figura 5.2.11.2). Embora haja uma boa manada de búfalos, a pecuária convencional foi avistada com maior frequência por ocasião deste trabalho. Pela qualidade do rebanho, pouco selecionado e repleto de cruzamentos, podemos inferir que se trata de uma atividade em estágio rudimentar.



Figura 5.2.11.2 – Área de pastagem ao longo do rio Ribeira entre Iporanga e Eldorado.

As consequências negativas sobre o ambiente devido à remoção da floresta ciliar se estendem por uma longa lista de problemas ecológicos (veja, por exemplo, MENDES JR, 1999). Contudo, para o caso deste trabalho, não podemos deixar de ressaltar os problemas ligados à erosão de camadas superficiais do solo e ao desmoronamento das barrancas, com efeito direto no processo de assoreamento do rio Ribeira. De acordo com o Instituto Socioambiental (2002), as enchentes do rio Ribeira vêm se avolumando nos últimos anos em função do assoreamento causado pelo desmatamento das margens desse rio. Outro problema que vale a pena salientar, que também resulta da remoção da cobertura ciliar, diz respeito ao aumento na taxa de contaminação da água por insumos agrícolas, principalmente aqueles provenientes da bananicultura, pois a mata ciliar opera como um sistema tampão, filtrando e retendo os sedimentos antes que esses sejam drenados para o curso do rio (REICHARDT, 1989).

Outro elemento bastante frequente nesta região são os lagos artificiais para a produção de peixes que se destinam ao abastecimento de empreendimentos ligados à pesca esportiva, os

quais são denominados popularmente de “pesque-pagues” (Figura 5.2.11.3). De acordo com o relatório final da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (2005), a pesca esportiva se constitui num importante atrativo turístico da região e está baseada na piscicultura de peixes exóticos à região. Esse tipo de piscicultura, de acordo com a mesma fonte, produz sérios impactos ambientais na região. Isso se dá em função da fuga de peixes exóticos para os rios, o que ocorre principalmente durante as cheias e inundações ao longo do período chuvoso. Esses peixes que escapam de seu confinamento, os tanques de cultivo, causam danos às espécies de peixes nativos por meio da transmissão de doenças, competição por alimento e por áreas de reprodução. A Agenda de Ecoturismo, nesse mesmo relatório, aponta que estudos realizados recentemente pelo Núcleo de Pesquisas do Litoral Sul, vinculado ao Instituto de Pesca, indicam uma diminuição anual do estoque de pescado nativo em favor de um número crescente de espécies exóticas.

Ao longo do caminho, nas proximidades de Eldorado, extensos bananais se tornam mais frequentes na paisagem que se completa com extensas áreas de floresta sobre terrenos montanhosos.



Figura 5.2.11.3 – Pesqueiro localizado às margens da estrada entre Iporanga e Eldorado (foto do autor).

A partir de Eldorado, em direção ao município de Sete Barras, a estrada vai, aos poucos, ganhando condições graves de precariedade, principalmente, nos trechos entre bananais. A monocultura da banana se torna o elemento dominante na paisagem (Figura 5.2.11.4), mas ainda é possível encontrar a pecuária bovina, lagos destinados à pesca esportiva e algumas pousadas na beira da estrada, indicando alguma atividade turística.



Figura 5.2.11.4 – Bananal nas proximidades do município de Sete Barras (foto do autor).

Os bananais na região do município de Sete Barras, em direção ao município de Juquiá, estendem-se por muitos quilômetros e possuem uma estrutura interessante. Mais ou menos a cada quilômetro, há uma pequena casa feita em alvenaria na beira da estrada, sempre igual na sua arquitetura, encravada no meio do bananal. Praticamente todas são habitadas e, a depender do tamanho da família, algumas possuem cômodos adicionados à estrutura básica que compõe todas as outras casinhas. Minha hipótese é que deve haver um sistema onde cada grupo familiar é responsável por um talhão com dimensões idênticas, sendo toda a propriedade pertencente a um patrão. Em alguns poucos pontos, ao longo dessa estrutura linear, algumas casas se agregam formando pequenas vilas, muito pobres, que vão vivendo às expensas da cultura da banana.

5.3. O PETAR e a reorganização da produção no Bairro da Serra

Em novembro de 2004, entrevistei o Sr Modesto, diretor do PETAR, quem me acolheu com toda simpatia e simplicidade típicas das pessoas do Vale do Ribeira. Natural de Iguape, onde cresceu com sua família no meio rural, o Sr Modesto me pareceu ser a pessoa ideal para administrar os conflitos sócio-ambientais resultantes da presença do Parque, pois, como parte integrante da região, entende muito bem os transtornos causados pela presença das unidades de conservação e as inúmeras dificuldades que causam o sofrimento de seu povo. O resultado desse entendimento parece ser a fórmula para a sua postura política que oferece uma grande abertura ao diálogo com a população local e flexibilidade no trato das questões legais.

Apesar do caráter humanitário de sua gestão como diretor, suas mãos e pés parecem estar algemados pela estrutura burocrática do Instituto Florestal, a qual engessa o processo administrativo local por meio de limitações à autonomia do PETAR, inviabilizando ou retardando demasiadamente algumas ações e estratégias necessárias para aliviar, ou mesmo, solucionar alguns problemas específicos das populações afetadas pela presença do Parque.

De acordo com o Sr Modesto, o PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira) foi criado a dezenove de maio de 1958 como PEAR (Parque Estadual do Alto Ribeira) e ganhou o adendo “turístico” dois anos mais tarde em 1960. Contudo, foi somente em 1983 que o PETAR foi implementado realmente. Antes disso, não havia qualquer estrutura administrativa local e, tampouco, fiscalização. Tratava-se, portanto, de um “parque de papel”, onde não havia quaisquer restrições ao uso tradicional que as populações locais faziam da floresta em busca de recursos para a subsistência.

O PETAR ainda não possui o seu Plano de Manejo, o que se constitui num sério empecilho para o planejamento e ordenamento das ações em seu interior. Para remediar essa situação o Parque conta com um “plano emergencial” definido a partir do estabelecimento de zonas de uso, viabilizando, por meio desse recurso, a visitação pública.

Atualmente, o parque desenvolve 4 dos 5 programas listados a seguir:

- a) administração;
- b) proteção, a qual é efetuada pelo DPRN, Polícia Florestal e guardas-parque;
- c) uso público;

- d) interação sócio-ambiental;
- e) pesquisa (programa que ainda não está sendo desenvolvido pelo parque).

Dentro desses programas, merece um destaque especial o programa de interação sócio-ambiental que abriga o Conselho Consultivo, certamente, o espaço de maior contato entre a administração do parque e a população afetada ou, simplesmente, interessada nos desdobramentos organizacionais e planejamento de ações. O Conselho Consultivo é uma espécie de assembléia que reúne representantes das populações do entorno e interior do parque, prefeituras, ONGs, Casa da Agricultura, operadoras de turismo, representantes de pousadas locais, entre outros, havendo ampla participação comunitária e se constituindo numa ferramenta essencial na condução de discussões pertinentes à resolução de conflitos locais atribuídos à presença do parque. Essas reuniões têm como um de seus objetivos viabilizar a conciliação do Plano de Manejo com os Planos Diretores dos municípios de Apiaí e Iporanga, os quais têm boa parte de suas áreas ocupadas pelo parque.

Outro programa que merece atenção especial é o programa de uso público que, por enquanto, se restringe à visitação turística. Apenas dois dos quatro núcleos do PETAR oferecem estrutura para a recepção turística: o de Caboclos, no município de Apiaí, e o de Santana, no Bairro da Serra, município de Iporanga. Embora o parque possua várias cavernas abertas para a visitação pública, bem como trilhas interpretativas, a única atividade em que se pode contar com a monitoria de um guia do parque é, no caso do núcleo Santana, a visita à caverna de Santana. De acordo com o Sr Modesto, isto se deve ao número muito reduzido de monitores que o parque possui. Por outro lado, essa situação induz os turistas a contratarem guias locais autorizados pelo PETAR, o que vem sendo intensamente estimulado pela direção do parque, pois se trata de uma das vias mais importantes por onde se dá a entrada de recursos financeiros para a comunidade.

O programa de formação de monitores ambientais, por meio do *Curso básico para monitores ambientais de Iporanga e região do Alto Ribeira*, promovido pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), Instituto Florestal (IF) e Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA), tem como objetivo central a criação de uma fonte de renda alternativa para a comunidade através da capacitação profissional de voluntários locais. Essa estratégia produz profissionais que mantêm uma relação de dependência

financeira com o parque e com sua conservação, funcionando no sentido de inserir o PETAR dentro do sistema produtivo local, bem como melhorar a imagem do parque diante da comunidade, pois até então, ou mesmo, com menos intensidade nos dias de hoje, o grande vilão apontado pela população regional como o responsável pela miséria local eram as unidades de conservação que se instalaram, uma após a outra, no Vale do Ribeira.

Por outro lado, a visitação turística no PETAR apresenta ainda um quadro bastante problemático marcado pelo descontrole e falta de informações. Não há qualquer estrutura de atendimento e informação ao turista em Iporanga e, tampouco, no Bairro da Serra, onde acontece grande parte das atividades turísticas, pois é lá que se localizam os núcleos de Santana e Ouro Grosso, os quais reúnem boa parte das cavernas abertas à visitação. Entretanto, como já foi apontado, a única caverna que conta com um certo controle e serviço de guias do parque é a de Santana, onde a visitação se restringe às áreas permitidas pelo plano de manejo da caverna. É, localmente, a exceção. De resto, há grande liberdade de uso no restante das cavernas locais e há, até mesmo, algumas cavernas localizadas dentro dos limites do parque, onde o acesso é feito sem precisar passar pelas portarias, como é o caso da Alambari. Qualquer um, com ou sem monitor, pode visitar essa caverna que oferece dificuldade e risco no seu percurso.

De acordo com o Sr Modesto, o controle de visitação na caverna Santana é realizado a partir da liberação de um grupo com 8 a 10 pessoas a cada 15 minutos. Os critérios adotados nessa norma estão muito mais relacionados à funcionalidade do serviço de monitoria, isto é, para que os grupos não congestionem totalmente a caverna, do que em relação a algum estudo de capacidade de suporte de cavernas.

Para os turistas interessados em visitar os atrativos oferecidos pelos núcleos do PETAR é cobrada uma pequena taxa de três reais por pessoa. Em tempos passados, esse dinheiro era encaminhado a um fundo administrado pela Fundação Florestal que, de acordo com determinados critérios, redistribuía o montante, subtraídas as taxas administrativas, para as diversas unidades de conservação sob a administração do Instituto Florestal, sempre observando, em teoria, o retorno de pelo menos 70% do total arrecadado para as unidades de conservação que adotam o sistema de cobrança de ingressos. A antiga norma que determinava o retorno de 70% do montante financeiro arrecadado pela unidade de conservação não existe mais e o rateio do fundo financeiro é feito de acordo com a situação

econômica e as prioridades de cada unidade de conservação administrada pelo Instituto Florestal.

Para o PETAR, o momento atual é de tranquilidade financeira, apesar de não haver o retorno de um único centavo arrecadado em suas portarias. Essa situação inédita na história do PETAR se deve ao financiamento a fundo perdido do banco alemão KFW (Kreditanstalt für Wiederaufbau) que dá suporte ao Projeto para a Proteção da Mata Atlântica (PPMA), o qual se encontra na segunda e última fase. As unidades de conservação do Vale do Ribeira beneficiadas nessa segunda fase do projeto, que vem acontecendo desde o final de 2001, são os parques estaduais de Intervales, Jacupiranga, Carlos Botelho e o PETAR.

Apesar do aporte financeiro que tem dado sustentação às atividades de conservação ambiental nas diferentes unidades de conservação do Vale do Ribeira, alguns dos velhos problemas continuam tão atuais como há 50 anos. Talvez o problema de maior destaque na região seja a exploração predatória do palmito jussara. De acordo com o Sr Modesto, é de conhecimento público que, no Bairro da Serra, muita gente corta o palmito ainda nos dias de hoje, mas não se constituem, necessariamente, em palmiteiros, isto é, não vivem a partir da renda produzida por essa atividade. Dentro do PETAR estão as evidências materiais deste tipo de prática que é testemunhada no dia-a-dia dos guardas-parque. Além disso, há também a ação dos palmiteiros profissionais que promovem uma verdadeira devastação por toda a Mata Atlântica e não poupam, nem mesmo, os experimentos de cultivo e manejo da jussara que vem sendo conduzidos naquela região. Os roubos de palmito em propriedades particulares da região são relatados² desde a década de 50 e, atualmente, inviabilizam a condução de projetos de manejo nos bairros rurais de Maria Rosa e São Pedro. Entre outros exemplos, há o relato do Sr Modesto sobre o roubo de palmito em uma grande área experimental no Parque Estadual de Intervales. Apesar dos esforços para o controle desta situação, que se resumem ao incremento da força repressiva, a situação tem evoluído para uma condição ainda mais grave que no passado, quando consideramos o esgotamento progressivo deste precioso recurso florestal.

De acordo com o Sr Modesto, parte deste problema se deve ao reduzido número de guardas-parque, cujo trabalho de fiscalização não é suficiente para impedir a exploração de recursos florestais dentro do PETAR. Na verdade, esta questão é ainda muito mais delicada. O recente programa de desarmamento desarmou também os guardas-parque e, agora,

qualquer ação que exija a apreensão de produtos ou a rendição de invasores necessita do acionamento da Polícia Florestal, o que torna o processo demasiadamente lento e ineficaz, permitindo a fuga dos infratores. Apesar da ajuda da Polícia Florestal, fiscalizar os 35.712 hectares do parque é uma tarefa impossível mesmo para uma legião inteira da força militar. É, certamente, um trabalho de alto risco e, o pior, pouco eficiente. Além disso, todo bom palmitero que se preza anda muito bem armado pelo mato, é grande conhecedor do ambiente, excelente caçador e, evidentemente, não quer ser preso. Por outro lado, ele precisa sobreviver e cuidar de sua família, mas o sistema que se instalou em seu mundo lhe deixou poucas alternativas para obter êxito em sua simples empreitada.

Além dos problemas que o parque enfrenta com os palmiteros, há ainda o problema da caça, tão grave e descontrolada como o extrativismo do palmito, e a invasão por posseiros, cuja solução temporária é mais fácil por meio do uso da força repressiva da Polícia Florestal que os expulsa do interior do parque, resultando, simplesmente, na transferência do problema para outras localidades.

Não podemos entender as infrações contra as unidades de conservação como um mero ato criminoso, pois, antes disso, trata-se, seguramente, de uma ação em busca de condições mínimas de sobrevivência. Todos nós precisamos de um teto e as invasões por posseiros são a manifestação desta necessidade, bem como a caça e o extrativismo predatório do palmito significam a busca por alimento e recurso econômico. Trata-se de necessidades básicas que devem ser supridas para garantir, no mínimo, a sobrevivência dessas populações. Não queremos com isso advogar que as fronteiras do parque devam ser abertas para o uso indiscriminado de seus recursos, mas é importante salientar que a busca por soluções para os conflitos locais não deve adotar a velha e ineficaz fórmula do aumento de fiscalização ou mesmo da criação de barreiras físicas que, simplesmente, dificultem o acesso ao parque.

De acordo com o Sr Modesto, entre as medidas adotadas no processo de mitigação de conflitos sócio-ambientais em nível local destaca-se a *desafetação* do PETAR, que se define como o recuo das fronteiras do parque no sentido de excluir a porção ocupada pelo Bairro da Serra. Dessa forma, a população do Bairro em sua porção *desafetada* volta a ter direito de uso e posse da terra, mas existem alguns aspectos condicionantes. O uso da terra e qualquer outra atividade dentro de 10 km a partir da fronteira do parque, que se constitui

na *zona de amortecimento*, ficam condicionados à aprovação pela direção do PETAR, pelo menos até que o Plano de Manejo do parque seja elaborado, o qual deverá apontar dimensões mais precisas para a zona de amortecimento.

O processo de desafetação só é possível, do ponto de vista legal, se as dimensões do parque forem mantidas. Para viabilizar essa proposta uma outra área de dimensões maiores já foi incorporada ao PETAR. Esse processo se encontra em sua fase final e aguarda votação na Assembleia Legislativa, não havendo quaisquer objeções que inviabilizem a sua aprovação. Mesmo assim, ainda fica um remanescente dessa questão, pois o processo de desafetação não contempla os moradores que vivem nas porções mais internas do parque.

A direção do PETAR tem assumido uma postura no sentido de implementar parcerias com a comunidade envolvida nesses conflitos e, para isso, tem incentivado a organização comunitária por meio da formação de associações. Na verdade, já existem associações em número maior do que seria necessário para um lugar tão pequeno. Até o momento, é possível listar a Associação Serrana Ambientalista (ASA), a Associação dos Monitores de Iporanga e Região (AMAIR), a Associação da Comunidade do Bairro da Serra e o Grupo de Ação para a Preservação da Mata Atlântica (GAPMA). Houve, ainda, a iniciativa de se formar uma cooperativa local, mas o projeto conduzido pelo Sr Jurandir, da Pousada Rancho da Serra, ainda não floresceu.

Certamente, a iniciativa de formar uma associação ou uma cooperativa é algo importante dentro do processo de organização, coesão e fortalecimento comunitário. Por outro lado, a formação de várias associações num lugar tão pequeno e despovoado pode ser o sintoma da dificuldade de entendimento entre os membros de cada um desses grupos. O Sr Modesto me relatou, em tom de reclamação, a grande dificuldade que é trabalhar em grupo no Bairro da Serra, explicando com suas próprias palavras que “cada um quer puxar a sardinha para o seu lado”.

Porém, é inegável que haja um certo potencial de organização comunitária no Bairro da Serra, tal como foi ilustrado anteriormente (seção 5.2.10) pelo depoimento de Dona Benedita. Além disso, é bem conhecido que as populações caipiras, diante de dificuldades, exibem uma grande disposição de cooperação vicinal e um forte senso de organização, como pode ser verificado na prática dos mutirões.

5.4. A conservação da Mata Atlântica e as raízes do conflito sócio-ambiental

O momento no Vale do Ribeira para as populações locais é, certamente, de grandes dificuldades e exige, mais do que nunca, a manifestação do senso comunitário por meio da coesão e organização em torno de uma meta comum. Boa parte dessas dificuldades tem sua origem nas restrições de uso da terra que, a título de exemplificação, no município de Iporanga, chegam a abranger 80% do território (FIGUEIREDO, 2000). Essa situação inviabiliza tanto as práticas tradicionais de cultivo dos roçados baseados na coivara, como a produção agro-pastoril convencional, deixando poucas alternativas de subsistência para a população local. Como sabemos, a origem dessas restrições de uso da terra se deve à implantação, no Vale do Ribeira, de 25 unidades de conservação com o objetivo de garantir a preservação do último grande remanescente de Mata Atlântica poupado pela devastação colonizadora. Dessa forma, o município de Iporanga não se configura num caso isolado dentro do cenário regional, uma vez que a Mata Atlântica ocupa boa parte do território regional (Tabela 5.3.1) e possui uma ampla base legal que trata de sua preservação (CÂMARA, 1991), seja dentro ou fora de uma unidade de conservação.

Tabela 5.3.1-Área ocupada por cobertura vegetal nativa no Vale do Ribeira em 1988.

Município	Área total do município (em ha)	Área ocupada por vegetação nativa (em ha)	Área ocupada por vegetação nativa sobre área total do município (em%)
Pedro de Toledo	63.100	56.813	90,04
Tapiraí	72.000	63.274	87,88
Iguape	208.000	161.819	77,80
Sete Barras	106.200	81.142	76,40
Iporanga	127.700	96.918	75,90
Miracatu	98.000	72.598	74,45
Eldorado	171.200	128.263	74,34
Cananéia	133.800	99.490	74,36
Juquiá	86.500	57.688	66,67
Juquitiba	55.000	35.118	63,85

Itariri	29.500	16.710	56,64
Jacupiranga	109.500	59.729	54,55
Barra do turvo	101.300	53.375	52,69
Pariquera-Açu	37.000	16.940	45,78
Registro	68.800	30.797	44,76
Apiai	157.800	52.912	33,53
Ribeira	81.800	11.022	13,47
Total	1.707.200	1.093.948	64,08

Fonte: Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (2005).

Se analisarmos a situação em que se encontra Mata Atlântica atualmente, podemos entender melhor a preocupação dos preservacionistas materializada na proliferação das unidades de conservação no Vale do Ribeira, isto é, independentemente das consequências sócio-econômicas desse tipo de estratégia para a região. Ao longo do processo de ocupação do território brasileiro, foram abatidos mais de 90% da floresta original que constituía a Mata Atlântica, restando hoje algo em torno de 7% dessa formação florestal que se encontra, em boa medida, distribuída ao longo da costa brasileira em pequenos fragmentos (VITAE CIVILIS e WWF-BRASIL, 2003). A maior parte desses fragmentos não tem condições de manter a dinâmica ecossistêmica original, apresentando altas taxas de extinções locais (MORELL, 2004). Isso ocorre em função das exigências ecológicas de inúmeras espécies, tanto vegetais como animais, que necessitam de áreas amplas para manter suas funções vitais e populações viáveis geneticamente, isto é, para que consigam manter a sua variabilidade genética, um aspecto fundamental para a sobrevivência de quase todas as formas de vida e que possui ampla dependência com a disponibilidade de habitats específicos com dimensões suficientes para abrigar todos os elementos integrantes da biodiversidade original (HARRIS, 1991).

A situação que se esboça para a Mata Atlântica é a de uma verdadeira tragédia. Uma grande parte de sua biodiversidade original já se perdeu, e como todos sabem, extinção é para sempre. As sete espécies de aves que se extinguíram recentemente no Brasil eram endêmicas dessa formação florestal, isto é, só existiam na Mata Atlântica (MORELL, 2004). Diante do quadro em que se encontra a Mata Atlântica, extremamente fragilizada

por meio de extinções que abalam sensivelmente o equilíbrio ecológico dos ecossistemas que a integram, não é difícil entender que qualquer forma de intervenção baseada na utilização de seus recursos podem oferecer riscos de grandes dimensões com perdas irreparáveis ao pouco que restou dessa formação florestal.

Já no Vale do Ribeira a situação é diferente, tal como podemos verificar na Tabela 5.3.1 (acima), onde consta que 64,08% do território ainda mantém a floresta em pé, seja ela alterada ou não. Da pequena fração que restou da Mata Atlântica no Brasil, aproximadamente 20% desse montante se encontra no Vale do Ribeira (VITAE CIVILIS e WWF-BRASIL, 2003), onde a floresta ainda exibe um caráter relativamente contínuo com ampla comunicação entre as diferentes unidades de conservação, definindo-se num bem valiosíssimo tanto para a população local como para toda a humanidade.

O homem partilha o ambiente com inúmeras outras formas de seres vivos, os quais integram e compõem ecossistemas que determinam, enormemente, o bem-estar físico e emocional para as sociedades humanas.

Entendemos que as unidades de conservação do Vale do Ribeira possuem um papel estratégico e emergencial, de importância inequívoca, para assegurar a manutenção, ainda que relativa, de populações vegetais e animais, resguardando-as, pelo menos por mais algum tempo, da sanha voraz do mercado e do consumo das paisagens empreendido pela civilização moderna em busca de satisfação para seu apetite incontrolável.

Parece-nos bastante correta a assertiva de que o modelo de conservação adotado pelas unidades de conservação no Vale do Ribeira não é eficaz para a manutenção da biodiversidade, mas as unidades de conservação podem, enquanto coleções de seres vivos, operar como reservatório de alguma biodiversidade, pelo menos enquanto aguardamos uma mudança de postura em relação ao estilo de vida e hábitos de consumo de uma sociedade em expansão populacional. Ao mesmo tempo, essas unidades de conservação podem ainda desempenhar um importante papel no sentido de promover a sensibilização, educação e esclarecimento ecológico por meio da reaproximação e integração do homem com o ambiente natural e, assim, catalisar o processo de formação de uma compreensão suficiente para superar o atual estado de consciência sócio-ambiental.

Contudo, estes são apenas alguns argumentos relacionados ao aspecto ambiental de uma discussão bastante polêmica que insiste em apresentar como opositor o aspecto social,

representado por populações locais, habitantes seculares de territórios que foram transformados em unidades de conservação. Na medida em que os aspectos social e ambiental se confrontam como opositores, teóricos e cientistas sociais criam uma arena virtual em que o conflito se cristaliza, e ali, sob a ótica do pensamento disjuntivo e fragmentador, capaz de separar os dois lados de uma mesma moeda, promovem acalorados debates e edificam os argumentos necessários para a formulação de um paradoxo de difícil solução quando tratado pelo mesmo viés que lhe deu origem.

Do ponto de vista em que se privilegia o caráter social do conflito sócio-ambiental, são apresentados argumentos irrefutáveis em relação ao direito que as denominadas “populações tradicionais” têm sobre o território que lhes foi tomado injustamente. Além das críticas severas e procedentes ao modelo americano de *natural areas*, amplamente adotado no Brasil, que exclui a porção humana da paisagem natural, vários autores defendem que essas populações não produzem grandes impactos ambientais, conhecem práticas de manejo adequadas ao ambiente em que vivem e podem colaborar, de modo decisivo, tanto na conservação do ambiente natural, como na elaboração de políticas públicas regionais direcionadas à conservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável (DIEGUES, 1992; ARRUDA, 1999; BRANDÃO, TSIKIOKA e CARVALHO, 1999).

Esses argumentos são vistos com descrença pela ala mais ortodoxa dos preservacionistas que não querem apostar os últimos remanescentes de Mata Atlântica, já seriamente comprometidos do ponto de vista ecológico, deixando-os aos cuidados de grupos sociais que, como se sabe, “acumulam lixo, caçam ilegalmente, desmatam e recorrem a queimadas ao preparar a terra para o cultivo” (MORELL, 2004, p. 53; TERBORGH e PERES, 2002).

Diante desse cenário, emperrado por um paradoxo, o ecoturismo, baseado na idéia do desenvolvimento sustentável, surge como uma fórmula mediadora do conflito sócio-ambiental. À primeira vista, o ecoturismo aparece como uma atividade inofensiva ao ambiente e lucrativa para os grupos afetados pelas unidades de conservação; e não raro, produz a impressão de ser praticado de modo contemplativo por amantes da natureza preocupados com sua conservação.

É a partir dessa visão, um tanto romântica e estereotipada, que o ecoturismo ganha confiança e prestígio, até mesmo, entre os autores mais radicais adeptos do modelo

preservacionista, mas não antes de receber rigorosas recomendações baseadas em procedimentos técnicos (DAVENPORT et al., 2002).

Embora o ecoturismo não solucione, necessariamente, o conflito sócio-ambiental, ele certamente atenua o cisma entre sociedades locais e conservação ambiental, ao mesmo tempo em que concilia os interesses dos mais ferrenhos defensores da preservação ambiental e aqueles apregoados pelos defensores do manejo e uso da vida selvagem (TERBORGH e SCHAIK, 2002; REDFORD e ROBINSON, 1991; GROOM, PODOLSKY e MUNN, 1991).

Como veremos adiante neste trabalho, a proposição da implementação do ecoturismo como medida de mitigação desvia o foco do processo que produz o conflito sócio-ambiental e nos distancia de uma possível solução do paradoxo em que se converte o próprio conflito, aumentando a complexidade do sistema sócio-ambiental, apresentando novos desafios e criando novos conflitos.

5.5. A Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira

Ao longo do processo de polarização do conflito sócio-ambiental, definido por interesses que se chocam frontalmente entre populações locais e unidades de conservação, surge um segmento dentro da própria Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SEMA) que adota uma *postura mediadora* baseada na idéia de desenvolvimento sustentável e que busca por uma conciliação entre os interesses divergentes dos atores que protagonizam o conflito em questão.

As estratégias empregadas a partir dessa postura mediadora se concentram no fomento de atividades produtivas consideradas “sustentáveis”, cujo objetivo se define em beneficiar, financeiramente, as populações locais afetadas pela implantação das unidades de conservação e, de uma forma ainda obscura, promover o desenvolvimento sustentável regional.

Dentro de uma série de projetos definidos como “sustentáveis”, o ecoturismo tem lugar de destaque absoluto por razões que apontaremos mais adiante neste trabalho. Contudo, é na crença de que o ecoturismo possa ser uma boa alternativa de sustentabilidade econômica

para as comunidades afetadas e para as unidades de conservação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SEMA) e o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA) elegem o ecoturismo como o carro-chefe de suas ações estratégicas no processo de mitigação do conflito local, o que se dá, certamente, mediante a *idéia do que é ecoturismo* para a SEMA e para CNRBMA (ROCHA e COSTA, 1998, p. 129), a qual transcrevemos abaixo:

Ele é uma modalidade de turismo responsável, que respeita os limites naturais das áreas visitadas e os costumes e tradições locais, promovendo a educação ambiental do visitante e o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Certamente, é o aspecto positivo dessa definição de ecoturismo associada ao caráter financeiramente promissor desse segmento da indústria turística que pesam na eleição dessa atividade como sendo uma alternativa promissora para o desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira. O resultado é que o ecoturismo ganha atenção especial a ponto de mobilizar várias instituições e órgãos públicos em torno da idéia de promover a sua implementação na região. O primeiro passo nesse sentido se deu em 1995 por ocasião do seminário promovido pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) no município de Iporanga, cujo tema central se esclarecia no título “Desenvolvimento Sustentável e Ecoturismo para o Vale do Ribeira”. As discussões realizadas ao longo desse seminário apontaram a necessidade de inventariar e organizar todas as informações necessárias para o planejamento de ações futuras baseadas na implementação do ecoturismo, culminando com o lançamento da *Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira* e definições sobre os *cursos para a formação de monitores ambientais* (ROCHA e COSTA, 1998).

A Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, criada a partir da necessidade do Estado em articular políticas de desenvolvimento para o Vale do Ribeira, foi o resultado de um convênio firmado entre as seguintes secretarias estaduais paulistas: Cultura, Meio Ambiente, Esporte e Turismo, Economia e Planejamento, Emprego e Relações de Trabalho e Agricultura e Abastecimento, além do Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Ribeira (CODIVAR), que reúne as prefeituras dos municípios do Vale do Ribeira em sua porção paulista (VITAE CIVILIS e WWF-BRASIL, 2003).

De acordo com a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (2005, p. 1, 6), a sua proposta se define em “melhorar as condições de vida sem alterar o modo de vida das comunidades locais”, o que deve ser alcançado por meio de seus objetivos que visam a “estudar, planejar e fomentar o ecoturismo como instrumento do desenvolvimento sustentável regional”. Essa mesma Agenda (2005, p. 5) defende que o ecoturismo “se configura como uma das alternativas mais apropriadas para o desenvolvimento local no Vale do Ribeira”, desde que seja “realizado de uma forma que respeite o meio ambiente sem impedir a existência e a sobrevivência das populações locais, integrando-as no processo de planejamento da atividade”.

A produção da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, ao longo de dez anos de existência, pode ser resumido no lançamento, em 1998, do CD-ROM *Ecoturismo na Mata Atlântica: um guia interativo sobre o Vale do Ribeira*, que procurou reunir informações sobre os atrativos turísticos da região, bem como na produção de um extenso material, disponibilizado em 2005 na Internet, intitulado *Desenvolvimento sustentável na bacia do Ribeira de Iguape: uma análise das condições e limitações sócio-econômicas ao ecoturismo*, que contou com a participação de novas organizações, entre elas a WWF-Brasil.

Esse último trabalho da Agenda, que procurou avaliar o potencial sócio-econômico do Vale do Ribeira direcionado para o ecoturismo é, sem dúvida, o material de referência mais completo sobre esse assunto que dispomos atualmente, principalmente, no que diz respeito aos inventários de equipamentos, serviços e produtos turísticos da região, levantamento de dados sócio-econômicos e estabelecimentos de diretrizes consistentes para o processo de implementação do ecoturismo na região, como são os casos das Diretrizes Estratégicas do Turismo Sustentável para a Gestão Pública e das Diretrizes Estratégicas do Turismo Sustentável para a Iniciativa Privada e o Terceiro Setor, que integram a *Política Regional de Turismo* proposta pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 2005, p. 233, 242 - Plano de Desenvolvimento). A proposição da Política Regional de Turismo é o resultado do entendimento, por parte da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, acerca do quadro de desorganização das atividades turísticas na região e o reconhecimento do perigo que isso significa para a conservação dos ambientes naturais e para o desenvolvimento das comunidades locais.

Dessa forma, a discussão evolui seguindo a tendência internacional de *normatização* por meio da proposição de *certificação ambiental*, tal como fica claro nos parágrafos compilados da seção Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável do Vale do Ribeira (AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 2005, p. 228 e 279), os quais transcrevemos abaixo:

Há, no entanto, problemas estruturais que comprometem o uso sustentável dos recursos para fins turísticos, a saber: (...) inexistência de uma marca regionalizada que potencialize a congregação de todas as boas características que compõem os municípios da Região, inclusive em termos de agregar valor na composição de produtos turísticos (...).

A Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, em parceria com outras instituições, deverá articular a instituição de um *selo verde* para as empresas e projetos que sejam ambientalmente responsáveis (*certificação ambiental*) e que forneçam um padrão mínimo de conforto e de qualidade na prestação dos serviços, bem como no fornecimento de produtos.

Contudo, há um ponto extremamente infeliz no trabalho da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira. Esse trabalho apresenta um inventário bastante completo da oferta técnica para o turismo na região que, como já reconhecemos anteriormente, é um excelente material de referência para ações que visem o planejamento e a implementação do ecoturismo em nível regional. Porém, esse inventário é analisado tomando por base o Guia 4 Rodas Brasil, ao qual a Agenda de Ecoturismo (2005, p. 142) destina créditos de reconhecimento, tal como se pode avaliar no trecho que transcrevemos abaixo:

Para melhor qualificar a oferta optou-se por utilizar como indicativo a presença, ou não, dos estabelecimentos no Guia Quatro Rodas Brasil 2002: o mais conceituado guia turístico impresso do país, que é produzido desde 1965 pela Editora Abril. Cadastra e categoriza estabelecimentos de hospedagem, utilizando metodologia e classificação próprias.

Para quem conhece o Guia 4 Rodas Brasil, e já tenha visitado o Vale do Ribeira, é natural que se entenda a discrepância entre esses dois elementos. A partir desse ponto de vista, é também bastante compreensível o fato de apenas vinte equipamentos hoteleiros, de todo o

Vale do Ribeira, aparecerem no referido guia, e mesmo assim, na categoria “o mais simples possível”. A título de exemplificação do teor do texto apresentado pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (2005, p. 143, 144), transcrevemos abaixo dois parágrafos muito elucidativos.

[Em Ilha Comprida] a única pousada reconhecida pelo Guia 4 Rodas é a Pousada Samburá. Conta com 30 apartamentos equipados com cozinha e frigobar, possui estacionamento próprio, um toboágua, salão de jogos, duas piscinas, play ground e quadra poliesportiva.

No município de Iguape (...) a qualidade da sua oferta é, talvez, uma das melhores da região. Cinco meios de hospedagem são reconhecidos pelo Guia 4 Rodas Brasil. Com a melhor classificação está o Quatinga, inaugurado em 2001. Localizado num parque, com vista privilegiada, a pousada possui apenas quatro quartos, que contam com frigobar e TV, estacionamento próprio, sauna, lago, caiaques, cavalos e quadra de tênis.

Mesmo considerando uma idéia mínima e básica acerca do ecoturista, presume-se que seu interesse está muito mais concentrado nas trilhas, lagos naturais, cachoeiras, isto é, na vivência, contemplação e interação com o ambiente natural. Nesse sentido, presume-se também que esse mesmo ecoturista não está sendo atraído ao lugar de visitação em função da disponibilidade de hotéis luxuosos, quadras de tênis, piscinas, toboágua e outros recursos do gênero.

Curiosamente, na contra-mão da Política Regional de Turismo elaborada pela própria Agenda, após avaliar o pequeno número de equipamentos hoteleiros do Vale que aparecem no Guia 4 Rodas, a Agenda de Ecoturismo (2005, p. 144) conclui: “isso mostra a necessidade latente de melhoria da qualidade dos serviços na região”. Há uma confusão óbvia para a Agenda acerca do que é ecoturismo, quem é o ecoturista e que tipo de serviços e equipamentos são realmente necessários para esse tipo de atividade. Essa suspeita se confirma no espanto por parte da Agenda de Ecoturismo (2005, p. 227) quando se depara com dados que evidenciam o crescimento do ecoturismo na região a despeito das condições rústicas para acomodação do turista.

Cabe no entanto destacar, que a timidez do tipo de infra-estrutura instalada não faz com que o turismo deixe de se desenvolver em vários pontos, seja pela baixa exigência e/ou tolerância da demanda pelo padrão do equipamento e dos serviços prestados, seja pelo potencial dos atrativos regionais que justificam o deslocamento sem o conforto esperado.

Trata-se de um flagrante de difícil entendimento, principalmente quando se consideram as orientações presentes no corpo do mesmo trabalho expressas por diretrizes consistentes e políticas bem elaboradas. Se por um lado, há um aspecto bastante profissional no trabalho da Agenda de Ecoturismo em relação ao levantamento de informações e elaboração de estratégias para o desenvolvimento sustentável regional, por outro lado, há um aspecto curiosamente primário quando apresentam sua análise da oferta técnica regional. Esse segundo aspecto, de caráter primário, anula o discurso sobre “valorização da cultura local” e desenvolvimento sustentável que estão presentes no mesmo texto. Ao mesmo tempo, choca-se frontalmente com a idéia do que é ecoturismo para a própria SEMA e Conselho Nacional da Biosfera (CNRBMA) (AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 2005, p. 161), ao passo que reproduz o equívoco do *ecoturismo de mercado*, o qual tem consumido paisagens e comunidades inteiras por toda a orla marítima do Estado de São Paulo. E por fim, ainda abre a guarda para a entrada de empreendimentos de fora, o que tem se constituído num dos grandes problemas do turismo em relação às comunidades locais.

Se pensarmos no turismo para o Vale do Ribeira tomando por base o Guia 4 Rodas Brasil, certamente, haveria oportunidades mínimas para a inclusão das comunidades locais, o que inviabilizaria a evolução de quaisquer ações direcionadas para o desenvolvimento sustentável regional.

De acordo com Wearing & Neil (2001, p. 146), que procuraram sistematizar informações sobre ecoturismo contidas em vários trabalhos, o perfil do ecoturista é descrito como pessoas que:

- a) procuram oportunidades de recreação ambientalmente compatíveis em que a natureza predomine sobre o elemento humano.
- b) buscam conhecimento e experiência.

- c) não estão interessadas em se espreguiçar em torno de uma piscina de hotel ou em participar de visitas frenéticas a pontos turísticos.
- d) estão interessadas em visitar áreas selvagens, parques e florestas, observar pássaros, mamíferos, árvores e flores silvestres.
- e) querem vivenciar novos estilos de vida e encontrar pessoas com interesses semelhantes aos seus.
- f) querem ver o dinheiro que gastam em suas viagens contribuindo para a conservação ambiental e benefício da economia local.

Tomando por base o perfil do ecoturista descrito acima, é possível identificar alguma inconsistência na formatação que a Agenda de Ecoturismo tem pretendido ao ecoturismo no Vale do Ribeira. Essas contradições conceituais acabam provocando um certo retrocesso nessa discussão e sinalizam para a necessidade de buscar um entendimento melhor e mais claro acerca do que é ecoturismo, e em que medida essa atividade pode ser útil para o desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira, assunto esse que trataremos a seguir.

Notas

¹ Combustível que tem sido empregado na iluminação do percurso em cavernas pelos monitores vinculados ao PETAR.

² Informação fornecida pelo Sr Jeremias, um dos mais antigos e ilustres cidadãos de Iporanga.

CAPÍTULO 6 – Ecoturismo: conceito e prática

6.1. Algumas considerações sobre turismo

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT) o turismo é “um direito do homem moderno” (MOESCH, 2004, p. 9). Porém, em um mundo fortemente marcado pela desigualdade econômica, esse *direito* se reserva, principalmente, a uma pequena fração da população mundial (KRIPPENDORF, 2004). As perspectivas de mudança desse quadro, tomando por base a emergência econômica de países populosos como China, Índia e Brasil, devem ser consideradas para efeitos de projeções acerca do exercício do *direito ao turismo* num futuro próximo. Mas antes que essas populações sejam incorporadas pelo mercado turístico, faz-se necessário pensar, ou pelo menos vislumbrar, os possíveis efeitos da atividade turística sobre os aspectos social e ambiental.

Dentre a pequena fração dos que podem exercer o seu direito ao turismo, uma parte significativa certamente o faz. E tem sido feito em ritmo crescente, levando inúmeros destinos turísticos a alcançarem, ou mesmo ultrapassarem, o ponto de saturação¹.

Esse problema, bastante comum nos dias atuais, produz inúmeros problemas de caráter social e ambiental, os quais são relegados a um plano inferior frente às receitas financeiras provenientes do turismo massificado e desordenado. Um bom exemplo deste fenômeno, que ilustra uma situação desordenada do turismo atual, foi o colapso provocado pela entrada de 250 mil turistas no município de Búzios (RJ) durante o carnaval de 2007, de acordo com a matéria publicada no jornal carioca A Tribuna (2007).

Com o número excessivo de visitantes, os serviços na cidade entraram em pane. Falta de água, degradação ambiental, muito lixo nas praias e congestionamentos de trânsito foram os principais problemas enfrentados por aqueles que escolheram Búzios para passar o Carnaval. O prefeito minimizou os efeitos, considerando que "não houve grande degradação ao meio ambiente". Mas admitiu que, com a grande quantidade de turistas, a qualidade de vida em Búzios ficou comprometida durante os dias de festa.

A cidade de Búzios, com uma população em torno de 30 mil habitantes, não possui sistema de tratamento de esgoto. Com a sobrecarga no sistema de saneamento exercida pela presença de um número de turistas oito vezes maior que a população local, agravado pelo colapso no abastecimento de água do município e, ainda, sob o calor implacável desse período do ano, a discussão sobre *conforto* perde o sentido e cede lugar a questionamentos sobre *segurança* e *responsabilidade*, uma vez que serviços de alimentação, transporte, comunicação, policiamento e hospitais ficam seriamente limitados.

De acordo com Lage e Milone (2000), a proporção recomendada entre o número de turistas e a população local é de 1:50, ou seja, um turista para cada 50 residentes nos grandes centros. Para cidades pequenas, os autores recomendam, no máximo, três turistas para cada 50 residentes. Se levarmos a cabo as proporções recomendadas, concluiremos que o número máximo de turistas para a cidade de Búzios não poderia exceder a 1800 pessoas. Um contraste marcante se comparado com os números verificados por ocasião do carnaval. O número de turistas contabilizados em Búzios foi 138 vezes maior do que número de turistas considerado adequado.

Naturalmente que Búzios não é um caso isolado, e situações semelhantes provocadas por um afluxo crescente de turistas são, repetidamente, vivenciadas todos os anos na maioria dos municípios do litoral brasileiro. Esse fenômeno, propriedade dos tempos modernos, oferece um grande desafio aos planejadores do turismo que não podem deixar de considerar o direito de ir e vir garantido pela Constituição Federal aos cidadãos brasileiros.

O turismo, tal como o conhecemos atualmente, é um fenômeno relativamente recente (GOMES, 1998; RUSCHMANN, 2000). Embora alguns autores (e.g. BARBOSA, 2002) insistam em situar suas origens na pré-História da humanidade, há uma diferença substancial entre os deslocamentos característicos de culturas nômades arcaicas, o *peregrinatio* na Roma Antiga, o *Grand Tour* na Inglaterra, as viagens de naturalistas a partir do século XVI e aquilo que, hoje em dia, denomina-se turismo.

Pensar o turismo é algo que necessita mais do que oferece o pensamento simplificador. Se não bastasse o turismo se constituir numa das dimensões que integra o universo complexo onde situamos o problema estudado neste trabalho, ele próprio também se constitui num outro universo complexo, insinuando a idéia de *sistemas multidimensionais imbricados* e aumentando a magnitude da complexidade. Pelo menos é isso que Beni (2000, p. 167)

deixa entrever quando se reporta às dificuldades encontradas ao se tentar abordar a questão do impacto do turismo sobre o ambiente por meio dos instrumentos convencionais da ciência clássica.

As tradicionais divisões de disciplinas retardaram as abordagens multidisciplinares. O caráter multidimensional e os importantes efeitos indiretos envolvidos na inter-relação entre turismo e meio ambiente apenas podem ser entendidos, explicados e operacionalizados por meio de uma perspectiva sistêmica e holística.

A própria idéia de turismo é algo que parece não querer se deixar empacotar por uma definição. Embora a idéia do que seja turismo esteja presente de maneira clara no senso comum das pessoas, o mesmo não acontece no universo do especialista que, movido pelo desejo de redução, necessita de uma delimitação precisa. O resultado disso é que há inúmeras definições para turismo, e não seria grande aventura arriscar o palpite que devem haver tantas definições quantos sejam os autores que tratam desse tema. Talvez esse fato, definido pela propriedade do turismo oferecer leituras e abordagens diferentes quando analisado por diferentes sujeitos, seja um primeiro sintoma que evidencia a sua natureza complexa e corrobora aquilo que Mário Beni, no parágrafo acima citado, deixa-nos entrever quando tateia pelo pensamento holístico e sistêmico em busca de uma abordagem complementar que revele os vetores de interação entre turismo e ambiente.

Deixemos de lado, por ora, essa discussão e passemos, pelo menos em revista, ao processo histórico que revela a origem da noção de turismo presente no senso comum do homem moderno e que, por outro lado, resulta nas propostas do ecoturismo, temática central do presente capítulo.

Como ponto de partida para a análise do processo histórico em torno do turismo, entendido a partir de uma concepção moderna dessa atividade, entendemos ser a Revolução Industrial, deflagrada inicialmente na Inglaterra do século XVIII, o marco mais importante para o desenvolvimento do turismo tal como o conhecemos atualmente (AVIGHI, 2000).

A rápida evolução dos meios de transporte ocorrida naquela época, notadamente a ferrovia, bem como a dos meios de comunicação, estabeleceram as bases para se instalar um sistema cada vez mais dinâmico voltado para o transporte de mercadorias e deslocamento de

pessoas (ASHTON, 1990). Outro fator importante nesse cenário que estamos procurando recriar foi a invenção da fotografia que, por volta de 1850, tinha o seu uso bastante popularizado. A fotografia, cada vez mais aprimorada, associada aos meios de comunicação disponíveis, davam o suporte necessário para a emergência do marketing turístico, instilando nas pessoas da época a curiosidade e o desejo pelo conhecimento de lugares novos e distantes (AVIGHI, 2000).

A esse cenário somavam-se a melhoria nas condições de vida e poder aquisitivo da população como efeito do crescimento econômico promovido pela Revolução Industrial na Inglaterra, bem como o surgimento de uma ideologia alicerçada no modo de produção capitalista e nas relações do trabalho assalariado que encerrava em si a dualidade trabalho *versus* tempo livre (BARBOSA, 2002). Esses foram, certamente, os ingredientes fundamentais para o desenvolvimento do turismo enquanto produto mercadológico massificado.

Em meados do século XIX, Thomas Cook reuniu todos esses ingredientes e inaugurou a primeira empresa de agenciamento de viagens turísticas. De acordo com Barbosa (2002), a empresa de Cook alcançou um grande sucesso chegando a atingir a marca de 6 milhões de produtos vendidos até 1890, sendo que boa parte destes produtos foram destinados especialmente à classe trabalhadora e à classe média da época, seu principal público alvo. Homem de visão empresarial, Thomas Cook firmou as bases do turismo moderno por meio da padronização da viagem de lazer, criando os “pacotes de viagem” que incluíam acomodações em hotéis e reservas em restaurantes. Com essa estratégia, Cook antecipou a idéia da esteira na produção industrial em massa, de modo semelhante à produção *fordista*, resultando num comportamento padronizado para seu público consumidor que, em grandes grupos, visitavam os mesmos lugares e consumiam as mesmas coisas.

Por outro lado, um efeito colateral indesejado começou a se manifestar desde os primórdios do turismo massificado. A ideologia que permeia o modo de produção capitalista, produtora do indivíduo alienado em relação ao produto de seu próprio trabalho que não seja a quantidade, serviu de estrutura para o desenvolvimento do turismo, garantindo o seu sucesso econômico. A seqüela mais nefasta da padronização do produto turístico é aquilo que se define na organização do tempo livre como um prolongamento do trabalho alienado (ADORNO e HORKHEIMER, 1985), provocando o distanciamento do sujeito em relação

ao lugar turístico. O produto turístico massificado, sempre muito previsível, prescinde do risco e da aventura, ao passo que impede o turista de interagir e se integrar ao lugar visitado, pois tudo já se encontra programado.

As conseqüências imediatas da alienação do turista em relação ao lugar turístico se materializam pela via dos efeitos nocivos que o *turismo de massa* tem provocado sobre os aspectos social e ambiental. Esses efeitos nocivos, amplamente apontados e discutidos por muitos autores (e.g. TRIGO, 2004; RUSCHMANN, 2000; LUCHIARI, 1999; PIRES, 1998, entre outros), acompanham o turismo de massa desde o seu surgimento e se estendem, com gravidade crescente, até os dias atuais. Dentre os inúmeros efeitos nocivos do turismo sobre o lugar turístico, um dos mais insensatos talvez seja a destruição do próprio patrimônio turístico, e um dos mais cruéis é, certamente, a prostituição infanto-juvenil. Entre um e outro, há uma gama variada de outros efeitos que se estendem pela deterioração do ambiente natural, perda de valores culturais, incentivo ao aumento de consumo.

A evolução das discussões sobre os impactos do turismo tem acompanhado a expansão dessa atividade. De acordo com Ruschmann (2000, p. 21), o turismo de massa aparece, de modo mais evidente, ao longo dos anos 50 e se acentua por volta dos anos 70 e 80, quando ocorreu um crescimento muito rápido dessa atividade, provocando a saturação de inúmeros destinos turísticos e criando um quadro catastrófico, tal como é relatado pela autora no parágrafo abaixo transcrito.

Preenchem-se os vazios que ainda existem nas zonas litorâneas mais acessíveis, saturando-os. As urbanizações nos vales das montanhas da Europa se multiplicam para atender à demanda de esportes de inverno. Esse período é o mais devastador e se caracteriza pelo domínio brutal do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras. Trata-se de uma fase de excessos, acentuada pela qualidade medíocre da arquitetura nas localidades turísticas. Predominam o concreto, o crescimento desordenado, a arquitetura urbana, a falta de controle de efluentes e esgotos, a criação de marinas, de portos artificiais e de estações de esportes de inverno, onde várias construções ruíram por falta de estudos geológicos. Em resumo, um período catastrófico para a proteção do meio ambiente.

Em decorrência dos inúmeros problemas ambientais que despontavam no cenário da década de 70, boa parte deles relacionados ao modo de produção e ao pensamento que lhe dava sustentação, surgiram movimentos organizados em torno da temática ambiental que conduziram às primeiras discussões, em nível mundial, sobre os impactos do turismo de massa (VITAE CIVILIS e WWF BRASIL, 2003).

O primeiro evento de grande envergadura que tratou dos efeitos negativos do turismo foi o “Seminário sobre os Impactos Sociais e Culturais do Turismo” realizado em 1976 na cidade de Washington (EUA), promovido pelo Banco Mundial e pela UNESCO (Organização educacional, científica e cultural das Nações Unidas). Os resultados obtidos nesse evento serviram de base para a realização, em 1980, da “Conferência da Organização Mundial de Turismo” em Manila (Filipinas) que, por meio de sua Declaração Final, baseada na cooperação humana, na amizade, na paz e na moral, é considerada um grande marco de referência para a realização de outros eventos semelhantes que sucederam à Conferência de Manila (PIRES, 1998).

Ainda na década de 70, a emergência do *paradigma ambiental*, resultado do desenvolvimento de uma nova consciência acerca dos problemas advindos da política de crescimento econômico, influenciou diferentes segmentos da sociedade e resultou, entre outros fatos, em propostas *alternativas* de turismo como uma negação do turismo massificado dominante. Essas formas alternativas de turismo se pretendiam “brandas” e estavam imbuídas da crença de que provocavam um impacto menor sobre o ambiente e sobre as sociedades envolvidas, tal como nos permite entrever a passagem transcrita a partir de Pires (1998, p. 37).

Para assegurar aos turistas um conhecimento mais realista das condições de vida dos destinos visitados, usava-se canoas como meio de transporte para atingir pequenos povoados inacessíveis por estrada, e os serviços de recepção e acomodação, assim como a alimentação eram inteiramente fornecidos pelos habitantes locais. Os turistas também tomavam parte do dia-a-dia dos anfitriões locais participando das festas e ocupando o seu tempo livre conversando com os habitantes locais.

Contudo, esse tipo de turismo, revelador de novas paisagens e novas experiências, promovia a expansão das fronteiras turísticas para o turismo de massa que não tardava a chegar (WEARING e NEIL, 2001). Este processo, que poderíamos denominar de *sucessão turística*, define-se pela *recolonização* e transformação do lugar turístico pelo turismo de massa, expropriando a população local de seus meios de produção e estimulando a saída dos primeiros “colonizadores”, isto é, aqueles que ali inauguraram o lugar turístico ficando o primeiro guarda-sol na areia inexplorada, sob o qual se besuntaram de repelente e filtro solar. Diante do processo de transfiguração do lugar original, esses primeiros “colonizadores” buscam outras estâncias ainda inexploradas, concretizando, ainda que de modo inconsciente, a perpetuação de um círculo de devastação sócio-ambiental. Esse círculo vicioso, que se estende até os dias atuais, é promovido, agora, de modo não somente intencional, mas a partir de uma abordagem profissional que busca a criação e diversificação de novos lugares turísticos para atender a demanda crescente do turismo mundial (e.g. VITAE CIVILIS e WWF-BRASIL, 2003; AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 2005).

Ao longo do processo que denominamos *sucessão turística*, os elementos que constituíam o atrativo turístico num primeiro momento perdem a sua importância e significado para o turista “pioneiro” em função da transformação, consumo e deterioração a que são submetidos. Embora esse processo produza a exclusão do turista que valoriza as condições naturais do lugar, por outro lado, essas mesmas transformações são valorizadas pelo turismo de massa que procura reproduzir as mesmas condições do seu local de origem, quase sempre definido pelo mundo urbano, sobre o lugar turístico. A princípio parece uma grande incoerência o fato do turista que “foge” dos grandes centros em busca de *um outro lugar*, reproduzir ali o seu próprio universo urbano. Contudo, o fato do turismo continuar ocorrendo e crescendo nesses lugares, onde o turismo de “praia e sol” é um exemplo clássico, e apesar da intensa transformação da paisagem, indica que esta questão deve ser abordada a partir de um outro ponto de vista.

O fato de o turismo continuar existindo e se desenvolvendo nesses lugares profundamente transformados é um indicativo de que houve uma re-alocação do atrativo turístico, o qual passa a comportar outros elementos que dele não faziam parte. O atrativo turístico não é mais, unicamente, o ambiente natural e as culturas que integravam o *lugar* num momento

pretérito. O espetáculo passa a ser o *novo lugar* que inclui, além do que restou da paisagem, o próprio turista, as multidões que se aglomeram e disputam um lugar à sombra. O lugar físico passa a ter a função de servir como referência ao encontro dessas multidões cultoras da beleza física, as quais realizam o objetivo turístico de sua viagem nos seus reencontros periódicos².

Empregando o jargão da geografia humana, poderíamos resumir a idéia exposta acima dizendo que esse *novo lugar* é definido pela consolidação do *não-lugar* em substituição ao *lugar*, o que ocorre por meio de um processo de *desterritorialização* ao qual sucede um processo de *reterritorialização*. Curiosamente, ao longo desses processos, o produto turístico massificado passa a incorporar a própria massa que é “embalada” e vendida a si própria.

Naturalmente que o comportamento gregário de algumas formas de turismo não é suficiente para delimitar uma definição para o turismo de massa. Embora haja algumas aproximações que caracterizam *en passant* o turismo de massa, continua sendo muito arriscado tentar reduzir toda a diversidade constituinte desse tipo de turismo sob o mesmo denominador. Molina (2004, p. 26) evita o termo *turismo de massa* e fala de *turista médio*, *manada cega* e *hordas douradas*, mas deixa pairar a suspeita que haja alguma aproximação entre esses termos quando faz a conceituação abaixo transcrita.

São as multidões sem voz própria, de gostos padronizados, de interesses manipuláveis, que não têm definido com clareza o que buscam, embora sabendo que desejam escapar da rotina e dos problemas urbanos, do *estresse* e dos problemas pessoais. Para elas, o tempo livre e o turismo desempenham uma função compensadora aos dissabores do tempo de trabalho.

Turismo de massa é um termo que não se limita ao turismo praticado por meio da compra ou consumo de produtos turísticos padronizados, produzidos a partir de uma concepção *fordista* de linha de produção serial, mas tem incorporado o turismo praticado por grandes concentrações de pessoas, notadamente o turismo de “praia e sol”. Essas *multidões turísticas* apresentam grande diversidade na sua constituição. Não se trata de um corpo homogêneo, mas é composto por indivíduos e grupos de diferentes classes sociais com interesses e atitudes diversificados em relação ao lugar turístico, dificultando ou mesmo

inviabilizando uma definição capaz de encerrar em si toda a diversidade dessas composições turísticas. O turismo de massa não é um tipo único de turismo, mas um arranjo de diferentes segmentos do turismo que partilham um mesmo *espaço*, um mesmo *tempo*, mas não necessariamente o mesmo *lugar*. Dentre as diferentes formas de manifestação turística, o turismo de massa é, certamente, a mais complexa.

Entre os possíveis fatores que induzem o deslocamento em massa de pessoas que deixam os grandes centros rumo a um destino turístico, o comportamento de “fuga” é aquele que merece atenção especial, uma vez que é revelador da relação negativa que se estabelece entre o turista e seu lugar de origem. Para Luchiari (1999) essa “fuga” é resultado da insatisfação do sujeito com sua vida cotidiana, a qual ele nega quando se realiza no seu contrário – o anticotidiano definido pela atividade turística. A relação negativa que o sujeito estabelece com o seu próprio lugar, especialmente no caso dos grandes centros urbanos, deve-se ao estado atual das coisas definido pelo tumulto dos grandes centros, a poluição nas suas diferentes manifestações, o estresse provocado pelo medo e pela pressa, a rotina do trabalho alienado (RUSCHMANN, 2000), enfim, a desumanização a que tem se submetido os núcleos urbanos como consequência da busca por eficiência na produtividade, prerrogativa para o crescimento econômico e resultado de uma abordagem puramente administrativa no processo de desenvolvimento.

Se, por um lado, o comportamento de “fuga” do sujeito é a negação do *estado das coisas* no seu lugar de origem, esse mesmo comportamento é também “busca” enquanto afirmação de *um outro estado das coisas* no lugar turístico, ao qual se atribui a propriedade de nos devolver, ou desenvolver em nós, um outro estado de espírito capaz de recuperar o equilíbrio psicofísico e nos reabilitar para o retorno ao trabalho.

De acordo com Luchiari (1999, p. 122), praticar o turismo “abranda o contínuo processo de desumanização da vida cotidiana”. Em acordo com essa assertiva, remediar o problema passou a ser uma fórmula adotada com frequência cada vez maior pelo público turístico, resultado provável de uma necessidade psicofísica crescente em face do aumento das pressões provenientes do modo de produção nos centros urbanos. A melhoria das condições econômicas em países emergentes, como é o caso do Brasil, condição *sine qua non* para a prática turística, associada à busca por *um outro estado das coisas* no lugar turístico têm produzido uma forte pressão sobre o ambiente e sobre as populações dos destinos

receptores. Portanto, o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico produz condições financeiras que permitem ao sujeito remediar, para si, os problemas causados pelo próprio sistema de produção. Ao mesmo tempo, esse mesmo sistema é também o produtor do sujeito em busca de um outro estado das coisas, onde ele acredita ser possível a recuperação do equilíbrio psicofísico para o retorno à rotina.

Como já apontamos anteriormente, a alienação que envolve o sujeito submetido ao modo de produção capitalista se estende para além do ambiente de trabalho e transforma o tempo de lazer num prolongamento do trabalho alienado (ADORNO e HORKHEIMER, 1985). O lazer alienado, nesse caso, definido na prática do turismo massificado, exime o sujeito de sua responsabilidade, uma vez que ele não percebe sua ação como agente de deterioração dos componentes social e ambiental do lugar turístico.

A soma de todos esses fatores, que se interagem num círculo eficiente de auto-reprodução, tem provocado impactos negativos sobre as diferentes dimensões que integram o lugar turístico, desde a economia local, a cultura, a ética e o ambiente natural. A presença constante desses impactos nos empreendimentos turísticos invalida a suposição de que uma “indústria sem chaminés”, alcunha que se tem atribuído ao turismo, não promova a degradação ambiental e social.

A partir dessa abordagem, podemos entender que, na indústria turística, mercado e turistas são elementos indissociáveis de um sistema que tem privilegiado a realização do lazer do indivíduo sem atentar aos efeitos negativos sobre o meio social e ambiental. Nesse sistema, mercado e turistas se complementam na satisfação de suas necessidades imediatas por meio de ações de curto prazo motivadas pela eficiência administrativa do capital financeiro e do tempo livre. Dessa forma, a visão de um e de outro, mercado e turistas, são estímulos e respostas aos anseios de um sistema que se realiza somente na reprodução do capital. Uma situação exemplar que ilustra um pouco a idéia que procuramos desenvolver é o processo que Molina (2004, p. 24) denomina de “turistificação”, em que se verifica a satisfação da demanda turística por meio de seu aspecto complementar, isto é, o mercado.

(...) empresários buscam ver cumprida a expectativa de entrar no mercado, de expandir fronteiras, de colonizar novos espaços que agreguem valor à oferta, diversificando-a e colocando um selo de autenticidade do recém-incorporado à oferta turística. Do lado do turista, trata-se de descobrir novos espaços e

experiências, de encontrar os “paraísos perdidos” que, se supõem, estejam em algum lugar remoto ou ignorado do planeta.

Por outro lado, o turismo é muito convincente quando tratado sob um ponto de vista estritamente econômico, razão primordial que o torna centro das atenções de empresas e segmentos governamentais que, interessados na lucratividade deste tipo de empreendimento, revestem o turismo com argumentos assentados no desenvolvimento regional.

O turismo, mesmo a despeito das condições em que é praticado, ou talvez, justamente por essa característica, é uma das atividades econômicas mais expressivas na economia mundial atual. Sua importância econômica é notória e se constitui numa das maiores indústrias do planeta, onde as receitas superam a indústria do automóvel, do aço, da eletrônica e da agricultura (KRIPPENDORF, 2004; LAGE e MILONE, 2000; CEBALLOS-LASCURÁIN, 1995). A receita bruta do turismo para o ano de 1999 foi de US\$ 3,8 trilhões, participando com 11% do PIB mundial (DONAIRE, 2000; BARROS, 2000). Mesmo assim, trata-se de uma atividade em franca expansão, havendo projeções de crescimento da ordem de 5 a 10 vezes para as próximas décadas, o que deverá exigir a abertura de novas fronteiras com possível avanço sobre os diferentes ecossistemas da biosfera em busca de recursos para o seu crescimento (WEARING e NEIL, 2001; LAGE e MILONE, 2000). Trata-se também da indústria que mais produz empregos no mundo, reunindo para si nada menos que a cifra de 10% da força de trabalho mundial, ou seja, um a cada 10 trabalhadores está vinculado, diretamente ou indiretamente, à indústria do turismo (LAGE e MILONE, 2000; KRIPPENDORF, 2004). Apesar do aspecto quantitativo dos empregos gerados pelo turismo, que é bastante expressivo, devemos considerar também o seu aspecto qualitativo. Segundo Gallero (2004), boa parte desses empregos são um paliativo ao desemprego, ocorrendo de maneira sazonal e sem uma organização trabalhista. Lage e Milone (2000, p. 122) corroboram a assertiva de Gallero e complementam afirmando que se tratam de empregos “de pouca qualificação, baixa remuneração e pouca perspectiva de progresso profissional”.

De acordo com vários autores (e.g. RUSCHMANN, 2000; VITAE CIVILIS e WWF BRASIL, 2003; TOLEDO, POLLERO e VALDÉS, 2004, entre outros) o turismo é uma atividade que sendo bem planejada, pode oferecer muitos benefícios³. Contudo, o maior

desafio parece se configurar na implementação dos *planejamentos estratégicos* que povoam boa parte da literatura especializada em turismo, principalmente aquelas que oferecem uma abordagem administrativa ao tratamento desse tema.

Entretanto, até o momento, se colocados na balança os efeitos do turismo, a porção representada pelo aspecto negativo pesa demasiadamente.

Para uma elite turística ainda bastante seleta, o turismo em suas condições atuais é insatisfatório, pois ele não pode realizar um dos objetivos centrais da busca por um outro estado das coisas. Para essa elite, o restabelecimento do equilíbrio psicofísico não pode ocorrer mediante os inúmeros impactos negativos da prática turística. Essa percepção, resultado de uma consciência social e ambiental que tem se ampliado, principalmente, a partir dos anos 60, revela o sujeito como agente de transformação do ambiente, integrando-o ao seu meio, outorgando-lhe responsabilidade e dirigindo sua ação a partir de uma plataforma sustentada no compromisso social e ambiental. Como resultado do desenvolvimento de uma consciência que integra o sujeito ao seu meio, pelo qual ele passa a ser responsável, surgiram movimentos e tendências que apontam para a necessidade de definir *um outro turismo*.

Esse outro turismo, que deveria refletir em sua prática o estado de consciência que revela a responsabilidade do sujeito em relação ao seu meio, do qual é dependente, toma forma naquilo que passamos a conhecer como *ecoturismo*.

Não obstante, essas colocações parecem encerrar uma contradição, a qual se expõe claramente mediante a seguinte questão: se essa consciência que integra o sujeito ao seu meio, tornando-o responsável pelo mesmo e criando a base para que se estabeleça o compromisso sócio-ambiental, ainda está restrita a uma elite reduzida, como pode o *ecoturismo* ser, hoje, uma prática cada vez mais disponível em operadoras de turismo, constituindo-se numa atividade cada vez mais popular entre as diferentes camadas sociais da população?

6.2. O que é ecoturismo?

Alguns autores insistem em situar o surgimento do *ecoturismo* por volta dos séculos XVI e XVII, isto é, por ocasião dos deslocamentos de naturalistas em busca de informações sobre elementos da fauna, flora e sociedades humanas nas terras recém colonizadas ao longo do processo da expansão européia. Será mesmo que Jean de Léry ou Charles Darwin já praticavam *ecoturismo*? Responder afirmativamente a essa questão é afirmar que uma investigação científica em campo é *ecoturismo*.

Para outros o ecoturismo se consolidou na inauguração dos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite (EUA) que receberam os primeiros *ecoturistas* (CASTROGIOVANNI, 2004; SOUSA, 1998). Como já sabemos, esses parques são emblemas de um modelo de preservação ambiental severamente criticado devido ao seu aspecto excludente em relação ao componente social local. Soma-se a isso os efeitos negativos que a adoção desse modelo de preservação, mundialmente difundido, tem causado para as populações nativas que vivem dentro ou no entorno das áreas transformadas em unidades de conservação. Com efeito, não se pode tentar comprimir práticas de contemplação e contato com o ambiente natural, atividades lúdicas ou pedagógicas em áreas preservadas, a investigação científica ecológica ou antropológica sob o termo *ecoturismo*.

O ecoturismo é um fenômeno recente, resultado de uma manifestação humana diante das pressões promovidas pelo modelo de produção capitalista sobre o homem moderno, cujo estilo de vida cria laços que o aprisiona ao universo urbano, mas do qual ele necessita, periodicamente, libertar-se. Essa liberdade, estritamente condicional, é tratada por alguns autores como uma “fuga” (e.g. RUSCHMANN, 2000; LUCHIARI, 1999).

Na prática do ecoturismo, essa “fuga” se reveste de características muito peculiares que se traduzem na busca do ambiente natural, selvagem e, por vezes, intocado. É a manifestação de um romantismo que quer romper com o classicismo petrificado nos planos cartesianos dos centros urbanos. Mais que um modismo, o ecoturismo irrompe como manifestação de uma necessidade vital para o ser humano. Ackerman (2006, p. 90) coloca essa questão sob um ponto de vista biológico, contribuindo com uma abordagem complementar à construção de nosso *espaço compreensivo*, onde podemos pensar o sentido que emerge da relação que

se estabelece entre a busca pelo ambiente natural e o pensamento desenvolvimentista materializado no modo de vida e no *lugar* urbano.

(...) nossa espécie não surgiu na selva de pedra, mas em florestas e campinas agrestes. Nossos ouvidos não foram feitos para o uivo esganiçado das sirenes e sim para o pisar manhoso das patas do predador, o silvo do vento e os prenúncios do tempo adverso. Nossos olhos evoluíram para diferenciar não os monótonos cinzas das avenidas, mas os sutis matizes fulvos, verdes e rubros indicadores de fruta madura e folhagem tenra, e nosso cérebro aprendeu a gratificar com sensações de intenso prazer os esforços dos sentidos.

Estudos recentes conduzidos por Frances Kuo, Laboratório de Paisagem e Saúde Humana de Illinois, sobre os efeitos de áreas verdes para moradores urbanos revelaram uma acentuação no espírito comunitário, maior tolerância ao estresse e às dificuldades do cotidiano, diminuição da violência e da agressividade, maior capacidade de concentração, diminuição dos níveis de ansiedade e, conseqüentemente, saúde melhor e taxas de mortalidade menores (ACKERMAN, 2006).

Naturalmente que esses estudos servem apenas para comprovar, cientificamente, aquilo que muitos percebem de modo intuitivo, sendo a própria expansão do ecoturismo uma forma de manifestação dessa necessidade inerente ao ser humano. Nesse sentido, os laços que nos aprisiona ao universo urbano, produto do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, acentuam a necessidade da busca pelo ambiente natural, processo este em que o ecoturismo surge como uma forma de manifestação do homem urbano. Entretanto, o modelo de desenvolvimento, produtor do mal-estar nos centros urbanos que o ecoturismo pretende remediar, não somente se apropria desse “remédio”, mercantilizando o ecoturismo sob o signo de um produto massificado, mas o destitui de sentido transformando-o num placebo.

Porém, ecoturismo não é simplesmente a busca por áreas verdes com vistas ao restabelecimento psicofísico ou à satisfação de necessidades humanas que só se realizam em contato com o ambiente natural. Embora esse aspecto seja uma motivação importante para o surgimento do ecoturismo, sua característica mais importante é a exigência de uma consciência integradora do sujeito ao ambiente integral, onde sociedades humanas e

ambiente biológico são aspectos complementares e mutuamente dependentes dentro um universo ecológico único.

O termo *ecoturismo*, de autoria de Ceballos-Lascuráin, apareceu pela primeira vez em 1983, e embora já representasse uma forma de expressão do pensamento ambientalista, ainda não estava sistematizado sob as definições empregadas atualmente (PIRES, 1998), o que aconteceu somente a partir de 1992 com a divulgação das idéias sobre desenvolvimento sustentável contidas no Relatório Brundtland (WEARING e NEIL, 2001). Em outras palavras, a noção de desenvolvimento sustentável, que procurava conciliar crescimento econômico e conservação ambiental, serviu de suporte para a definição atual de ecoturismo. De acordo com o Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo, formado a partir dos principais órgãos brasileiros dos setores público e privado envolvidos na elaboração das *Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo* (GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL MMA-MICT-IBAMA-EMBRATUR, 1994, p.4), ficou estabelecido que ecoturismo é:

“um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”.

Na definição acima transcrita, percebe-se um alinhamento harmonioso com a idéia de desenvolvimento sustentável em que se procura resolver o conflito socioambiental transformando a conservação ambiental num meio de renda para as populações afetadas pelas unidades de conservação. Lembremos que essas unidades de conservação surgem em decorrência da necessidade de se proteger as últimas amostras de vegetação nativa da sanha voraz empreendida pelo modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico.

A sustentação do conceito de ecoturismo na idéia de desenvolvimento sustentável não é exclusividade das *Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo*, mas é reflexo de uma tendência mundial que procura conceituar ecoturismo a partir de uma plataforma baseada no desenvolvimento sustentável. Talvez o melhor exemplo dessa tendência seja o conceito de ecoturismo definido pela The International Ecotourism Society (TIES), uma das organizações de maior prestígio internacional na esfera dos debates em torno do ecoturismo

que ela assim define: “*responsible travel to natural areas that conserves the environment and improves the welfare of local people*” (BIEN, 2003, p. 5).

Para o caso do Estado de São Paulo, as *Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo* consideram ambas as definições expostas acima e propõe um conjunto de princípios, listados abaixo, procurando delimitar a prática do *turismo sustentável*, o qual engloba o ecoturismo (SÃO PAULO, 1997, p. 14).

- uso sustentável dos recursos naturais;
- manutenção da diversidade biológica e cultural;
- integração do turismo no planejamento;
- suporte às economias locais;
- envolvimento das comunidades locais;
- consulta ao público e aos atores envolvidos;
- capacitação de mão-de-obra;
- marketing turístico responsável;
- redução do consumo supérfluo e desperdício;
- desenvolvimento de pesquisas.

Todas as definições oficiais para ecoturismo que expusemos até aqui, estejam elas inscritas em âmbito internacional, nacional ou estadual, refletem, de modo convergente, as preocupações com o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico. Dentro desse quadro, o ecoturismo aparece como um produto do próprio conceito de desenvolvimento sustentável, tal como fica bastante evidente nas definições expostas acima.

Esse vínculo entre os conceitos de desenvolvimento sustentável e de ecoturismo sinaliza, de antemão, para um sintoma que se manifesta pelo condicionamento da operacionalidade do ecoturismo a partir de uma plataforma baseada no desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, o ecoturismo entendido a partir de suas definições oficiais é operacional dentro do quadro emoldurado pelo desenvolvimento sustentável. Discutiremos esse assunto com maior detalhe nas seções subseqüentes.

Para alguns autores, a definição de ecoturismo proposta nas *Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo* é vaga (PIRES, 1998). Devemos lembrar, entretanto, que a definição de ecoturismo em âmbito nacional serve para estabelecer limites amplos e gerais,

os quais podem ser refinados e melhor delimitados nas esferas estaduais e municipais, mas sempre em acordo com as linhas gerais estabelecidas pela definição nacional.

De certo modo, qualquer modalidade de turismo não pode ter os limites de sua definição milimetricamente demarcados, e o ecoturismo não é uma exceção. Esse desejo de categorização, resultado de uma estratégia artificial de organização das informações, tornou-se uma exigência muito rigorosa que foi levada aos extremos pelo pensamento reducionista. Não podemos deixar de considerar que sempre há zonas de transição e sobreposição entre as diferentes modalidades de turismo que se pretende delimitar, o que, de alguma forma, representa um problema numa abordagem administrativa demasiadamente rigorosa.

Portanto, dispomos até o momento de uma definição geral de ecoturismo para o território nacional, a qual nos parece suficiente para prosseguir com a discussão sobre o tópico em questão. Entendemos que o ecoturismo, embora esteja fundamentado na busca por áreas verdes, revela sua propriedade mais notável na manifestação de uma consciência que integra o sujeito ao ambiente totalizado, pelo qual é responsável e dele é dependente, ao passo que integra o compromisso sócio-ambiental como pressuposto básico para o desenvolvimento.

A manifestação dessa consciência, presente na definição de ecoturismo através da preocupação com o bem-estar das gerações futuras, das populações envolvidas e com a conservação ambiental, serve como ponte para recuperarmos a noção de desenvolvimento a partir da leitura que fazemos acerca da idéia de desenvolvimento sustentável. Essa leitura, que nos permitiu realizar um realinhamento da noção de desenvolvimento sustentável, aplica-se também ao ecoturismo, cujo conceito está fortemente vinculado ao conceito de desenvolvimento sustentável.

A partir dessa perspectiva, o ecoturismo não se realiza meramente pelo seu aspecto econômico, definido pela qualidade rentável do empreendimento ecoturístico, pois esta é uma variável que está subordinada aos quesitos que integram a definição oficial de ecoturismo, ainda que em sua acepção geral de âmbito nacional. O sucesso econômico do ecoturismo enquanto negócio financeiro passa a ser consequência da ação socioambiental do sujeito consciente, totalizado, integrado ao seu meio, isto é, em acordo com a definição nacional de ecoturismo.

Por outro lado, a discussão sobre a prática do ecoturismo, ou como se idealiza a sua realização, parece romântica, impraticável ou distante da *realidade* se abordada sob a lente do paradigma desenvolvimentista. Mas lembremos que a *realidade* é a expressão do atual estado das coisas que tem se mostrado indesejável, o qual se deseja transformar por meio de um outro desenvolvimento. E se parece romântico, é porque não é clássico, pois integra o sonho e nos devolve a utopia que desperta em nós a busca de um sentido para o movimento de transformação, que é desenvolvimento.

6.3. Ecoturismo: discurso e interesses econômicos

Para diversos segmentos da sociedade civil, desde a esfera governamental à iniciativa privada, o ecoturismo representa uma ruptura com a fórmula tradicional turística, pois trata-se de um instrumento novo e promissor para garantir a preservação da biodiversidade em áreas frágeis e ameaçadas, bem como promover a diminuição da pobreza por meio da criação de oportunidades econômicas para o desenvolvimento das comunidades envolvidas (ANDERSEN, 1995). Essa noção sobre o ecoturismo, amplamente alinhada à idéia de desenvolvimento sustentável, tem servido como o argumento central na construção do discurso ecoturístico. Assim, o ecoturismo é freqüentemente apresentado como uma fórmula inteligente e funcional para a solução da pobreza, garantindo a conservação ambiental e a sustentabilidade do empreendimento ecoturístico. Para o caso brasileiro, o exemplo emblemático desse tipo de discurso é apresentado nas *Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo* (1994, p. 2), cujo trecho, transcrevemos abaixo.

A toda liderança corresponde uma parcela de responsabilidade e, neste quadro, a indústria de turismo e viagens, líder mundial em movimentação de recursos e geração de empregos, que depende umbilicalmente de uma gestão sustentada dos patrimônios natural e cultural, cruza seu caminho com o Brasil, maior país tropical do mundo, proprietário e gestor do maior banco de biodiversidade do planeta. Desta relação surge o ecoturismo como um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica para o gerenciamento correto dos recursos naturais, oferecendo aos brasileiros uma alternativa digna de conquistar

seu sustento e uma vida melhor, ao mesmo tempo em que assegura às gerações futuras, o acesso aos legados da natureza.

O ecoturismo é o ramo da indústria turística que cresce mais rapidamente (HORWICH *et alli*, 1995; DAVENPORT, 1995), representando algo em torno de 5 a 8% da atividade turística (VITAE CIVILIS e WWF-BRASIL, 2003) e vem sendo acolhido por muitos governos como uma oportunidade para gerar rendimentos e empregos em áreas relativamente preservadas como alternativa para as práticas tradicionais de desenvolvimento (LINDBERG e HUBER, 1995). A associação empresarial, conjugada pelo negócio ecoturístico e pelas unidades de conservação, é amplamente apoiada até mesmo pela ala mais radical do preservacionismo ambiental, havendo, inclusive, sugestões no sentido de aumentar as receitas financeiras de parques e reservas a partir da exploração do ecoturismo dado seu caráter, *por definição*, sustentável (TERBORGH e PERES, 2002; DAVENPORT, 2002).

A partir de uma perspectiva estritamente econômica, o turismo tem se mostrado extremamente atraente aos governos por oferecer uma alternativa a outras atividades econômicas, aumentando a capacidade de gerar divisas e pelo seu potencial para promover o desenvolvimento econômico regional (WEARING e NEIL, 2001).

O fascínio causado no segmento empresarial pelo aspecto lucrativo do ecoturismo, a necessidade de contato com o ambiente natural - comportamento que o homem moderno tem exibido em níveis crescentes - e o modismo engendrado pelo mercado, têm resultado numa expansão acelerada da atividade, o que é facilmente percebido pela oferta crescente de “pacotes” e de novos destinos ecoturísticos que povoam revistas comerciais especializadas e suplementos turísticos dos jornais de grande circulação no Estado de São Paulo.

Em nível estadual, as *Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo* apontam 52 localidades no Estado identificadas como destinos onde se verificam rotinas de visitação ecoturística (SÃO PAULO, 1997). A listagem apresentada inclui, entre outros, o município de Brotas, que é um destino de referência do turismo esportivo de aventura, o município de São Bento do Sapucaí, uma referência para práticas de escalada e montanhismo, a Estação Ecológica Juréia-Itatins, um emblema do uso equivocado de uma Estação Ecológica pelo

turismo de massa, o município de Iporanga, uma referência do turismo especializado em cavernas – o espeleoturismo.

Junto a essa onda expansionista do ecoturismo, inúmeras modalidades de turismo são condensadas nesse segmento vanguardista do turismo com vistas a uma maior diversificação de produtos na exploração econômica do ecoturismo. Para o caso do Vale do Ribeira, são listadas como “atividades ecoturísticas” o bóia-cross (acquaraid), o canyoning e cachoeirismo (cascading), canoagem (canoeing e kayaking), rafting, pesca amadora e esportiva, mergulho livre e autônomo (diving), asa-delta, acampamento (camping), arvorismo, ciclismo (mountain biking), caminhadas e travessias (hikking e trekking), exploração de cavernas, montanhismo, observação da fauna, flora e paisagens, passeio e enduro equestre, visitas às comunidades locais e tradicionais, visitas a propriedades rurais e visitas ao patrimônio histórico-cultural (VITAE CIVILIS e WWF-BRASIL, 2003, p. 37).

O quadro que se esboça causa, freqüentemente, muita confusão. A necessidade do uso de equipamentos sofisticados e caros, como é o caso de inúmeras das atividades listadas acima, tem levado à idéia que o ecoturismo é uma atividade turística direcionada para as elites detentoras de maior poder aquisitivo. Talvez não seja bem assim. Primeiramente, não podemos confundir atividades esportivas praticadas no ambiente natural como se tratassem de ecoturismo. A prática do ecoturismo não se realiza, necessariamente, por meio das atividades esportivas descritas acima e, portanto, prescinde do uso de equipamentos especializados. A prática do ecoturismo não significa, necessariamente, aventura, adrenalina e agitação, tal como o mercado procura formatar determinados produtos ecoturísticos para atender a demanda de segmentos sociais alinhados com o modismo do “ser radical”.

A prerrogativa básica para que qualquer modalidade de turismo se enquadre na categoria de ecoturismo é o cumprimento daquilo que já delimitamos na seção anterior (6.2), ou no mínimo, que se contemple aquilo que dispõe a definição geral para ecoturismo proposta pelas *Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo*, que em resumo é a promoção do bem-estar das populações locais, a conservação do ambiente e o desenvolvimento de uma consciência ambiental. Sem isso, mesmo que mantendo contato direto com o ambiente natural, uma atividade turística pode se configurar como qualquer outra forma de turismo que não o ecoturismo.

Na prática do ecoturismo deve haver integração ao contexto sócio-cultural local que, por sua vez, é parte imanente do universo ambiental. É nesse amálgama que o ecoturista encontra uma passagem para um outro universo, além de apoio logístico e ajuda para adentrar novos *lugares*, decifrar signos, perceber novos significados e realizar novas leituras do mundo ao seu redor. A aventura se dá muito mais para o espírito e para o intelecto do que propriamente para o corpo físico.

Essas qualidades do ecoturismo acabam por defini-lo, também, como uma atividade “elitista”, mas numa segunda acepção do termo, pois pressupõe um estado de consciência ainda restrito a uma parcela pequena dos turistas. Porém, não é, necessariamente, elitista no sentido de ser restritivo para os segmentos menos favorecidos financeiramente.

A partir dessas considerações, surge uma aparente incoerência que se resume na seguinte questão: se o ecoturismo está restrito a uma pequena parcela de pessoas, uma elite consciente e sensível aos problemas sócio-ambientais, como pode este segmento da indústria turística despontar com cifras de crescimento tão expressivas, ao mesmo tempo em que se torna uma modalidade turística cada vez mais popular? Talvez a questão seja ainda outra, ou seja, de que ecoturismo estamos falando?

De acordo com as Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo (SÃO PAULO, 1997, p.13), uma pesquisa realizada entre os representantes do *mercado do ecoturismo* indicou que “a concepção predominante neste setor o interpreta como”:

toda atividade turística realizada em área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, fauna e aspectos cênicos (com ou sem sentido de aventura); prática de esportes e realização de pesquisas científicas.

A definição acima nos dá uma idéia de como o mercado entende o ecoturismo e, naturalmente, ele o entende da forma mais geral possível, pois a ele interessa a diversificação e quantidade de produtos ecoturísticos, o que aumenta as suas possibilidades de atuação e exploração do ecoturismo sob a perspectiva no negócio financeiro.

Essa definição de ecoturismo não pode cumprir com aquilo que é previsto na definição oficial de ecoturismo, e se constitui numa formulação com objetivos, diametralmente, opostos ao desejo e necessidade de conservação ambiental, promoção do bem-estar de populações locais e desenvolvimento de uma consciência ambientalista. Portanto, faz-se

necessário estabelecer uma diferenciação na terminologia que passaremos a empregar neste trabalho quando tratarmos dessas formas distintas de ecoturismo. O ecoturismo definido pelas *Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo*, trataremos apenas por *ecoturismo* ou *ecoturismo oficial*. O ecoturismo presente na concepção predominante do mercado ecoturístico, denominaremos *ecoturismo de mercado*.

O mercado possui um papel que vai muito além de viabilizar o comércio de produtos, a troca de serviços e mercadorias. O mercado no mundo moderno é também um instrumento que zela pela ideologia hegemônica enquanto homenageia movimentos sociais organizados que se levantam contra a cultura que lhe dá suporte. Não se opõe a esses movimentos e nunca se defende explicitamente. Pelo contrário, eleva esses movimentos ao *status* de moda e, assim, leva o *hippie*, o *punk*, o *rapper*, o marginal, o ecoturista para a vitrine. Lá, como num altar sagrado, imola-os. Transforma-os em mercadoria destituída de sentido ao longo de um processo de sabotagem social, que é uma forma de auto-sabotagem, pois o mercado enquanto parte da sociedade, ao anular o poder de transformação contido nos movimentos que por ele são apropriados, sela o seu próprio destino.

A incorporação mercantil banaliza os movimentos sociais, provoca sua ruptura e desarticulação, coloca-os ao seu serviço e esvazia-os de seu significado original. E ao que restou desses movimentos, já sob a roupagem da mercadoria, avançam críticos e intelectuais que desferem o golpe de misericórdia.

Dessa forma, o mercado promove o esvaziamento do sentido do ecoturismo, que perde sua direção e seu significado, causando confusão e criando a impressão de que são necessários inúmeros acessórios, dispositivos e equipamentos na prática do ecoturismo. Ao mesmo tempo, o *ecoturismo de mercado*, baseado no pensamento econômico focado no lucro, beneficia principalmente aqueles que já estão integrados ao modelo hegemônico de crescimento econômico e que disponham de recursos financeiros para efetivar as mudanças estruturais do lugar turístico demandadas pelo ecoturista criado pelo mercado.

Não obstante, o que prevalece no cenário nacional é o *ecoturismo de mercado* que, por meio da concepção extremamente generalista do conceito de ecoturismo, responde pela expansão acelerada que se verifica neste segmento da indústria turística. Esse quadro, embora tenha sido denunciado há mais de uma década (GRUPO DE TRABALHO

INTERMINISTERIAL MMA-MICT-IBAMA-EMBRATUR, 1994, p. 3), muito pouco mudou no decorrer desse período.

(...) o ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade ainda desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios sócio-econômicos e ambientais esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo.

A explicação para o interesse e domínio que o mercado exerce sobre a prática do ecoturismo se deve ao fato deste segmento representar, hoje, uma das atividades econômicas mais prósperas do mercado mundial (WEARING e NEIL, 2001; CEBALLOS-LASCURÁIN, 1995). De acordo com as projeções da Organização Mundial de Turismo (OMT), o ecoturismo apresenta uma taxa de crescimento da ordem de 20% por ano, o que lhe qualifica como um dos mercados mais promissores, principalmente em países com significativas reservas naturais, como é o caso do Brasil e outros países da América Latina (AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 2005, p. 161).

O interesse centrado no aspecto lucrativo do *ecoturismo de mercado* tem negligenciado outros aspectos importantes para a sua própria manutenção, tais como o “ambiente natural, a cultura e os aspectos psicossociais das comunidades receptoras” (RUSCHMANN, 2000, p. 164). Seguindo por essa linha, o *ecoturismo de mercado* representa aquilo que Corrêa (2000, p. 95) caracteriza como um “pretexto para uso indiscriminado de espaços que deveriam merecer proteção contra a exploração tipicamente comercial”.

De acordo com Wearing e Neil (2001), o ecoturismo tem sido, muitas vezes, estimulado pelos governos ou pela indústria turística sem uma estratégia global, sem atenção adequada à legislação, sem a consulta ou inclusão das comunidades locais e sem projetos eficientes de gerenciamento das áreas de visitação. A falta de um planejamento rigoroso compromete os benefícios que se tornam onerosos em função do expressivo impacto que o turismo causa nas comunidades locais através do aumento da poluição, da elevação dos preços locais e da exportação dos lucros para fora da comunidade.

Não obstante, percebe-se a propagação de uma consciência ambiental e social, principalmente nos países denominados “desenvolvidos”, evidenciada, por exemplo, pelo

rápido aumento do número de programas de certificação ambiental. Os debates internacionais em torno da questão ambiental têm servido de suporte para o desenvolvimento e disseminação de uma consciência capaz de promover uma mudança de atitude dos consumidores em relação ao mercado, ditando tendências para a formatação de produtos específicos para segmentos cada vez mais populosos e exigentes em relação ao compromisso social e ambiental das empresas responsáveis pelos produtos que consomem. Longe de se configurar num problema, a questão ambiental quando tratada pela lógica do mercado se transforma num novo filão financeiro, pois quem paga a conta é sempre o consumidor final, garantindo, dessa forma, a lucratividade do empreendimento. Diante de previsões que acenam para um colapso ambiental iminente, as empresas mais atentas às tendências mundiais mudam a postura e o discurso, mas não perdem o foco no objeto central que as integram ao modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico. O trecho abaixo, compilado de Donaire (2000, p. 81), exemplifica esse comportamento empresarial e clareia a presente dissertação.

Assim, as portas do mercado e do lucro se abrem cada vez mais para as empresas que não poluem, poluem menos ou deixam de poluir, e não para as empresas que desprezam as questões ambientais na tentativa de maximizar seus lucros (...). No setor privado, meio ambiente e sua proteção estão se tornando oportunidades para abrir mercados e prevenir-se contra restrições futuras.

O comportamento oportunista do mercado, respaldado por um pensamento pragmático e direcionado ao lucro, desprovido de um compromisso verdadeiro com a questão sócio-ambiental, cultural ou educacional, é capaz de ir muito mais além. O oportunismo do mercado, quando levado aos extremos, cria cenários surreais que se situam entre a enganação e o presépio vivo. Um exemplo clássico que ilustra bem este tipo de estratégia mercadológica é descrito por Ruschmann (2000, p. 25).

(...) um dos grandes atrativos do turismo de natureza se concentra na originalidade da agricultura e do pastoreio de montanha (Alpes), os governos, por meio da “lei da montanha”, pagam um determinado valor para que os agricultores e pastores não modernizem suas técnicas de trabalho, pois o abandono das práticas tradicionais diminuirá o interesse e o conseqüente fluxo de turistas. A

diferença na lucratividade é paga por governos como, por exemplo, os da Suíça e da Áustria. Esse pagamento interessa aos moradores das montanhas (...), e muito mais aos governos desses países, que têm no turismo sua maior fonte de divisas.

As projeções, sempre muito otimistas, acerca do crescimento do mercado do ecoturismo têm servido de base para o planejamento e ordenação dessa atividade para um futuro próximo, ao mesmo tempo em que serve de inspiração para a elaboração de projetos voltados para a solução de problemas econômicos e ambientais em regiões pobres. Entretanto, a política expansionista do mercado turístico, especialmente o ecoturismo de mercado, tem se mostrado insustentável diante da falta de um compromisso verdadeiro com os aspectos sociais e ambientais (KRIPPENDORF, 2004). Além disso, a necessidade de limitação no uso dos destinos turísticos e ecoturísticos para se garantir algum nível de sustentabilidade, somados aos cenários sócio-ambientais pouco otimistas para um futuro próximo, criam um quadro de incerteza em relação aos rumos da indústria turística, principalmente, quando sabemos que esta indústria é relativamente frágil, uma vez que “a viagem excursionária é, por definição, um artigo de luxo” (LAGE e MILONE, 2000, p. 124). O equacionamento de todos esses fatores deve ser realizado com cautela, uma vez que evidenciam o alto risco que circunscreve o empreendimento do ecoturismo.

6.4. Entraves na prática do ecoturismo

Há um grande abismo entre a teoria e a prática do ecoturismo, ou seja, o ecoturismo conceitual, produto da definição oficial para o território nacional, é algo completamente diverso daquilo que se define no *ecoturismo de mercado*, que é a forma de ecoturismo que prevalece na prática. Entre um e outro, há um frágil filamento que se estende sobre o abismo que os separa, ligando-os por meio de um objetivo comum: a busca pelo contato com o ambiente natural.

Não obstante, o ecoturismo é tratado como uma fórmula mágica, a materialização da Cornucópia de Amaltéia, que todos os problemas pode resolver, principalmente aqueles de ordem econômica. O ecoturismo se tornou o depositário da esperança de se poder conciliar crescimento econômico e conservação ambiental. Nas *Diretrizes para uma Política*

Estadual de Ecoturismo essa esperança está contida no elenco denominado “impactos positivos das atividades do ecoturismo”, que disponibilizamos a seguir (SÃO PAULO, 1997, p. 15).

- geração de emprego, renda e estímulo ao desenvolvimento econômico em vários níveis (local, regional, estadual, nacional);
- possibilidade de melhoria de equipamentos urbanos e de infra-estrutura (viária, sanitária, médica, de abastecimento e de comunicações);
- ampliação dos investimentos voltados à conservação de áreas naturais e bens culturais;
- fixação das populações locais graças à geração de emprego e renda;
- sensibilização de turistas e populações locais para a proteção do ambiente, do patrimônio histórico e de valores culturais;
- fomento a outras atividades econômicas potencialmente sustentáveis, como o manejo de plantas medicinais, ornamentais, etc;
- melhoria do nível sócio-cultural das populações locais;
- estimula à comercialização de produtos locais de qualidade;
- intercâmbio de idéias, costumes e estilos de vida.

Na versão nacional das Diretrizes, há uma listagem resumida que serviu de base para elaboração dessa última. Entretanto, as *Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo* apresentam uma tarefa de grande envergadura e responsabilidade para o ecoturismo: “a promoção do desenvolvimento sustentável” (GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL MMA-MICT-IBAMA-EMBRATUR, 1994, p. 4). Este é, certamente, um ponto que merece atenção especial e será tratado, mais adiante, nesta mesma seção. De forma geral, a noção média sobre o que se espera do ecoturismo pode ser sintetizado pela formulação proposta pela Vitae Civilis e WWF-Brasil (2003, p. 139), que julga ser o ecoturismo “capaz de propiciar simultaneamente renda e emprego para milhares de pessoas e promover a conservação do patrimônio ambiental, cultural e histórico de muitas regiões do planeta”.

De acordo com Wearing e Neil (2001), não se pode negar que o ecoturismo já fez contribuições importantes no sentido de proporcionar benefícios econômicos para o desenvolvimento e conservação local em muitas regiões do planeta. Mas, também é verdade que, em muitos casos, o ecoturismo, em vez de oferecer os benefícios esperados,

provocou uma série de problemas tais como a degradação ambiental, o impacto negativo sobre a cultura local, a criação de dificuldades econômicas para as comunidades envolvidas (BRANDON, 1995). Além disso, tem sido apontado como o responsável pela pavimentação do caminho para o estabelecimento do turismo de massa. Entendemos que os efeitos negativos são muito mais sérios no caso do ecoturismo quando comparado ao turismo de massa, pois o ecoturismo depende de ambientes naturais preservados e se concentra em áreas ecologicamente sensíveis (WEARING e NEIL, 2001).

Geralmente, a indústria do ecoturismo procura por áreas com alto grau de conservação onde se pode encontrar a natureza relativamente intacta. Esses locais são freqüentemente encontrados em unidades de conservação que, em sua maior parte, reúnem ambientes e ecossistemas de alta fragilidade.

Por outro lado, em busca de geração de receitas maiores para as unidades de conservação, seus administradores estão procurando levar um número cada vez maior de visitantes a parques e reservas, provocando um aumento crescente do fluxo de turistas, o que tem se constituído numa séria ameaça à preservação ambiental dessas áreas (BOO, 1995; BLANGY e WOOD, 1995). Os níveis muito elevados de visitação ecoturística acabam resultando em custos financeiros, ecológicos e sociais maiores que as receitas geradas pela atividade (LINDBERG e HUBER, 1995).

Apesar do ecoturismo estar crescendo rapidamente, a maior parte de seu crescimento é considerada insustentável. Na verdade, há uma grande preocupação em relação ao fato de o ecoturismo não ter atingido o seu potencial enquanto instrumento de conservação e desenvolvimento econômico (WEARING e NEIL, 2001; LINDBERG e HUBER, 1995).

De acordo com BRANDON (1995), a responsabilidade pelo insucesso de vários empreendimentos ecoturísticos cabem aos seguintes fatores:

- a) ausência de empenho e comprometimento político dos governos para mobilizar os recursos humanos, financeiros, culturais e morais que garantam a integração dos princípios ecológicos com o desenvolvimento econômico;
- b) o fato de o turismo ser, em geral, promovido por interesses variados de pessoas estranhas à região, bem como por não estar estruturado de forma a satisfazer as necessidades locais, exportando os benefícios financeiros para fora da região;
- c) falta de integração das necessidades e preferências locais no processo de planejamento.

Esse quadro geral do ecoturismo em que os desacertos se sobrepõem ao sucesso da atividade, resultado da extrema dificuldade de alcançar aquilo que se espera do ecoturismo, e que o torna muito mais semelhante à Caixa de Pandora do que à Panacéia que dele se esperava, pode ser entendido como uma incompatibilidade do *ecoturismo stricto sensu*, isto é, o ecoturismo oficial, em relação ao modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, onde se deseja, forçosamente, enquadrá-lo.

Em poucas palavras, o *ecoturismo* é incompatível com a lógica desenvolvimentista. Isso porque sua formulação está baseada no conceito de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o ecoturismo se configura num instrumento auxiliar ao processo de desenvolvimento, reunindo em si os três pilares básicos que dão suporte ao conceito de desenvolvimento sustentável, a saber: os aspectos social, ambiental e econômico.

Por outro lado, o ecoturismo, enquanto *atividade econômica* que integra os aspectos social e ambiental, procura resolver a contradição que existe entre crescimento econômico, conservação ambiental e desenvolvimento social. O resultado disso é o *ecoturismo na prática*, definido pelo ecoturismo de mercado, e seus efeitos adversos sobre os aspectos secundários, o social e o ambiental, que não são as suas prioridades.

A apropriação que o mercado, ainda baseado na ideologia do crescimento econômico, faz do ecoturismo acaba por reverter os resultados que dele se esperava, criando novos significados e aumentando a complexidade, já bastante intrincada, acerca da prática do ecoturismo. Enquanto se esperava do ecoturismo o exercício de práticas conservacionistas, o desenvolvimento de uma consciência ambientalista e a promoção do bem-estar das populações locais, o que se tem verificado na prática é um quadro muito diverso. Esse fato cria uma situação marcada pelo descrédito, o que torna o ecoturismo alvo de críticas severas.

Mas lembremos que o ecoturismo, assim como qualquer outro instrumento, independentemente das funções que lhe foram atribuídas por ocasião de sua criação, depende, essencialmente, da orientação e consciência daqueles que dele fazem uso. Não raro, assistimos a manifestações de camponeses que empunham foices, enxadas, machados transfigurados em armas de combate, diante de situações de conflito. Esses mesmos instrumentos, símbolos da vida, enquanto meios para o cultivo e preparo da terra na

produção de alimentos, podem, mediante uma outra perspectiva, converterem-se em símbolos da destruição, que é anti-vida e morte.

Seguindo por esse raciocínio, o ecoturismo, enquanto instrumento auxiliar ao processo de desenvolvimento, pode, através de determinadas modificações, servir a propósitos distintos e, até mesmo, contraditórios a aquilo que lhe foi designado como função. Isto é, o ecoturismo quando apropriado pelo mercado sofre reformulações para compatibilizá-lo com o pensamento, ainda hegemônico, baseado no crescimento econômico como via de acesso ao desenvolvimento social e à conservação ambiental.

Esse ecoturismo, que denominamos *ecoturismo de mercado*, ganha novos significados e funções, constituindo-se num instrumento eficiente para a geração de lucros e fortalecimento da economia, pois a reformulação desse instrumento, a partir da perspectiva do mercado, orientado pelo pensamento desenvolvimentista, consiste em acentuar a tônica sobre o aspecto econômico, enquanto os aspectos social e ambiental são mantidos apenas como acessórios de um modismo, que pode ser facilmente reconhecido no clichê “agregar valor à mercadoria”.

Esse *ecoturismo de mercado* é um instrumento que não serve aos propósitos da conservação ambiental e do desenvolvimento social, pois encerra em si a contradição de reproduzir o modelo de desenvolvimento que produz as desordens sócio-ambientais que se deseja solucionar.

Por outro lado, o *ecoturismo oficial* é, também, alvo de críticas sustentadas pela incompatibilidade de seu conceito em relação ao modelo hegemônico de desenvolvimento (PIRES, 1998). Tais críticas se servem, naturalmente, da mesma perspectiva que norteia o surgimento do *ecoturismo de mercado*. A título de ilustração daquilo que procuramos esclarecer, transcrevemos um trecho de Ruschmann (2000, p. 25) que trata dos possíveis efeitos do ecoturismo oficial sobre o mercado se fossem levadas a cabo as exigências para a sua implementação em acordo com a definição oficial de ecoturismo.

O produto turístico natural baseia-se na venda dos aspectos ambientais das localidades e a estrutura receptiva deve ser pequena, refinada, integrada e harmoniosa em relação ao meio. Diante disso, pergunta-se até que ponto os empresários do turismo, que demonstram avidez pela rentabilidade, interessar-se-

ão pelo desenvolvimento desse tipo de negócio, que, por causa de seu tamanho, nem sempre apresenta lucros imediatos.

No parágrafo citado acima, a pergunta realizada se sustenta na perspectiva da ideologia hegemônica, de caráter puramente administrativo e que antepõe o aspecto financeiro à frente de outras dimensões que integram o lugar turístico. A pergunta reflete uma preocupação primordial com o sucesso imediato do negócio financeiro e sua lucratividade. A tarefa que nos impõe o ecoturismo oficial é perceber as coisas sob uma outra perspectiva, de modo semelhante a aquilo que Spinoza denomina de “perceber as coisas sob a perspectiva da eternidade” (RUSSELL, 2001, p. 288).

Entendemos que o *ecoturismo*, como produto do conceito de desenvolvimento sustentável, pode funcionar corretamente dentro dos limites impostos por sua própria base conceitual. Em outras palavras, o ecoturismo é um instrumento específico que não funciona, considerando sua definição oficial, fora do espaço conceitual onde estão alicerçadas as suas bases. Trata-se de um instrumento complexo que exige muito mais que um manual técnico para ser implementado. O ecoturismo, como é oficialmente definido, só pode exercer suas funções plenas dentro de um quadro em que o desenvolvimento sustentável, que é o seu suporte, tenha sido implantado. Assim, entendemos que o ecoturismo não pode promover o desenvolvimento sustentável, do qual depende para a sua própria efetivação.

Por outro lado, o surgimento do *ecoturismo de mercado* é resultado de uma necessidade intrínseca ao modelo de desenvolvimento que se esforça para torná-lo funcional dentro da perspectiva do crescimento econômico, que é o centro de comando e mola de propulsão do desenvolvimento centrado na economia. Dessa forma, o *ecoturismo de mercado* não pode, e tampouco deseja, cumprir com aquilo que não é a sua função, pois sua função primordial é o lucro.

A questão que permanece é como garantir que o ecoturismo, entendido a partir de sua definição oficial, cumpra as expectativas baseadas na conservação ambiental, bem-estar das populações locais, desenvolvimento de uma consciência ambientalista, condições essenciais para que se resolva, ou, pelo menos, para que sejam atenuados os problemas resultantes do conflito sócio-ambiental em áreas sob o impacto das unidades de conservação?

A adoção de medidas unicamente coercivas por meio da criação de leis e sistemas de fiscalização gerenciados pelo Estado tem apresentado resultados duvidosos e repletos de inconsistências na relação sócio-ambiental, resultando numa dependência crônica de uma estrutura repressiva extremamente onerosa para a sociedade, haja vista o exemplo do aparelho de Estado responsável pela fiscalização ambiental.

Diante desse quadro, passemos a examinar o Vale do Ribeira e, especialmente, o Bairro da Serra, dimensão local deste trabalho, sob a perspectiva da compreensão que reunimos até este ponto.

6.5. O potencial turístico como alternativa econômica: o Vale acuado?

O Vale do Ribeira possui, atualmente, 64% de seu território protegidos sob a forma de unidades de conservação. Entre os 23 municípios que integram a região, 14 deles possuem mais de 50% de suas terras ocupadas por unidades de conservação, e em alguns casos extremos, chega a ocupar quase totalmente o território municipal, tal como acontece em Pedro de Toledo e Tapiraí (HOGAN *et alli*, 2000).

A grande concentração de unidades de conservação, que reúne os mais diferentes e atraentes ambientes naturais, representa um atrativo valioso para a *indústria do turismo*, apesar das desordens sócio-ambientais apontadas no capítulo anterior. Contudo, a própria terminologia empregada para a idéia de “produção” turística, apoiada na noção de indústria, revela o caráter mercadológico dessa atividade que não é omitido, mas ostentado como fórmula para o desenvolvimento regional do Vale do Ribeira.

Nos últimos anos, o Vale do Ribeira tem sido o palco de intenso conflito envolvendo a implantação de unidades de conservação sobre áreas de uso comunitário das populações locais. As restrições de uso da terra determinadas na forma de lei que institui a implantação das unidades de conservação impedem o uso tradicional do ambiente, marcadamente extrativista e de subsistência, pelas populações locais e, como consequência imediata, acirram o estado de pobreza material no Vale do Ribeira.

A situação que se esboça mediante o contato de dois universos essencialmente distintos, tal como tem ocorrido no Vale do Ribeira, produz um conflito que encerra em si um paradoxo

de difícil solução, o qual se define ao longo da polarização do discurso entre preservacionistas, por um lado, e por outro, os defensores do manejo sustentável por “populações tradicionais”. (FERREIRA, 2004; TERBORGH e PERES, 2002; DIEGUES e ARRUDA, 2001). Embora as diferentes abordagens sobre o conflito sócio-ambiental estejam situadas em posição de confronto, o que se deve à natureza antagônica de suas formulações, cada uma delas apresenta demandas legítimas e argumentos irrefutáveis. A consequência dessa oposição de forças equilibradas, representadas pelas diferentes linhas de pesquisa, se desdobra na impossibilidade de síntese e na anulação do movimento evolutivo da discussão acerca do conflito, elementos estes que se constituem em prerrogativas essenciais à formação de um *paradoxo*.

Por outro lado, o agravamento do estado de pobreza no Vale do Ribeira em favor da conservação de importantes remanescentes da Floresta Atlântica, assegurados na forma de Lei, produz uma situação emergencial que clama por soluções práticas e imediatas. Seguindo por essa linha de ação, definida pelo seu caráter prático, o Estado, representado por consórcios de secretarias e ministérios, pelo ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, Fundação Florestal, Sebrae, entre outros, juntamente com a sociedade civil, representada por ONGs como a WWF-Brasil, Vitae Civilis e Ing ONG, têm apresentado uma significativa mobilização no sentido de encontrar soluções alternativas para geração de renda às populações afetadas pela presença de unidades de conservação no Vale do Ribeira (AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 1998; 2005).

Dentro do conjunto diversificado de alternativas que têm sido encontradas, o *ecoturismo* é aquela que se constitui no centro das atenções de investidores potenciais, os quais representam elementos-chave para a implantação e sucesso de atividades econômicas (WWF-BRASIL, 2001; VITAE CIVILIS e WWF-BRASIL, 2003). Grande parte desse interesse pode ser creditado ao potencial desse ramo da indústria turística no que tange a sua alta capacidade produtiva. Em outras palavras, o ecoturismo representa, hoje, uma das atividades econômicas mais prósperas do *mercado mundial*, cuja tendência é penetrar, cada vez mais, em áreas ainda selvagens ou com alto teor de conservação (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1995; WEARING e NEIL, 2001), o que torna o Vale do Ribeira um candidato privilegiado quando consideramos seu inegável potencial ecoturístico (VITAE

CIVILIS e WWF-BRASIL, 2003; AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 1998; 2005).

O quadro que se esboça a partir dessa situação apresenta, por um lado, o conflito entre populações locais e a presença das unidades de conservação, tendo como pano de fundo a miséria secular que assombra a região do Vale do Ribeira, e por outro lado, a implementação de atividades produtivas alternativas compatíveis com a legislação ambiental, cuja meta primordial é diminuir o *conflito* por meio da *geração de receitas financeiras*.

Contudo, o ecoturismo como medida de mitigação ao conflito regional, dada a envergadura de seu potencial produtivo, se constitui num caso à parte. Diferentemente de outras atividades já implantadas com êxito no Vale do Ribeira baseadas na produção agroflorestal, no fabrico de alimentos típicos e artesanatos, o *ecoturismo* traz consigo uma situação muito mais complexa envolvendo um novo uso do território, ao mesmo tempo que produz a expectativa do estabelecimento de um novo “ciclo econômico” regional, despertando a atenção de grandes investidores.

Se, por um lado, é verdade que há uma certa garantia de propriedade dos *meios de produção* pelas populações locais quando se trata de produtos artesanais, tanto os alimentos, como os objetos decorativos, o mesmo não pode ser afirmado em relação ao turismo, tal como podemos observar, à guisa de ilustração, em toda a orla marítima do estado de São Paulo, cuja característica marcante é o controle da indústria turística por empresas externas à região (LUCHIARI, 1999).

Embora o Estado reconheça que o ecoturismo possa desempenhar um importante papel no alavancamento da economia no Vale do Ribeira, cujo crédito desse reconhecimento é validado pela criação da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, por outro lado, a formatação que se tem dado à abordagem dessa questão, definida pelas estratégias de fomento ao ecoturismo na região, sinaliza para a reprodução de um modelo de apropriação do território comprovadamente fracassado do ponto de vista sócio-cultural para as populações locais, a exemplo daquilo que pode se observar ao longo do litoral paulista (e.g. LUCHIARI, 1999).

Enquanto o discurso do ecoturismo pressupõe a integração de populações locais ao processo de organização da produção turística, isto é, a implementação do turismo a partir

de uma abordagem comunitária de gestão do patrimônio cultural e ambiental, a formatação proposta pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira cria dificuldades para as populações locais quando privilegia grupos melhor posicionados profissionalmente e financeiramente (veja a seção 5.4). Entre outros aspectos, apontados anteriormente, a necessidade de educação e profissionalização são exigências indicadas pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (2005, p. 34).

O primeiro requisito para que a população da região adquira a competência, ou habilite-se para receber população de fora (os ecoturistas), sem dúvida passa pela educação formal - fundamental, média e profissionalizante - universalizada e de qualidade.

Naturalmente que essa visão é resultado de uma abordagem administrativa baseada em modelos empresariais estranhos à região, resultando numa espécie de gargalo que impede a integração da porção mais tradicional da população local e inviabiliza a consecução do ecoturismo entendido a partir de seu conceito oficial. Não obstante, a formatação que a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira pretende para o ecoturismo impõe valores típicos do universo urbano moderno para alcançar padrões de qualidade estranhos ao modo de vida local. Este tipo de prática, que é uma forma de violência cultural, não pode ser acolhida pelo ecoturismo, uma vez que seu exercício pressupõe, de acordo com Vitae Civilis e WWF-Brasil (2003, p. 30), “a valorização da cultura local, minimização de impactos e aumento da auto-estima na comunidade”.

Contudo, apesar do formato inadequado do ecoturismo proposto pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, em boa parte baseado na noção do *ecoturismo de mercado*, o ecoturismo é percebido pela população local como uma oportunidade a ser agarrada. Nesse contexto, a discussão sobre o que é ecoturismo cede lugar para questões práticas e emergenciais relacionadas à sobrevivência da população local, especialmente, os grupos mais pobres e mais fortemente afetados pela presença das unidades de conservação. Porém, para alguns, a novidade é tamanha, isto é, o ecoturismo é coisa tão completamente nova que não sabem nem mesmo por onde agarrá-lo. Sob essa condição, seguem as direções determinadas pelos agentes locais, preparados pela própria Agenda de Ecoturismo, em

busca de algum aporte financeiro, mas sem atentar para outros aspectos que acompanham a apropriação de seu território pelo mercado do ecoturismo.

6.5.1. O turismo no Bairro da Serra

O Bairro da Serra possui uma população em torno de 500 habitantes e chega a receber um número de turistas quatro vezes maior do que a população local em alguns finais de semana, principalmente, ao longo dos meses de abril, setembro e outubro, quando se verificam as taxas mais elevadas de visitação do ano (SANTOS, 2005; BONDUKI, 2002). Se considerarmos a proposição de Lage e Milone (2000) sobre o limite de visitação de um destino turístico tomando por base a população local, o número máximo de turistas permitido para o Bairro da Serra não poderia ultrapassar 30 visitantes.

Em 1988, primeiro registro do número de turistas no PETAR, os ingressos no parque foram contabilizados em 7 mil visitantes. Verificou-se, desde então, um aumento intenso ao longo dos anos até somar um contingente de 31.709 visitantes no ano de 2001 (BONDUKI, 2002).

Atualmente, há cerca de 10 pousadas e 6 áreas para camping no Bairro da Serra, o que é insuficiente para alojar o contingente turístico nos períodos de maior visitação. Contudo, isso não tem sido grande problema, uma vez que há uma oferta suficiente de pousadas e hotéis nas cidades de Apiaí e Iporanga para atender o fluxo de turistas atual.

A questão do esgoto no Bairro ainda é um problema grave, principalmente, por ocasião dos períodos de visitação intensa. Embora alguns estabelecimentos possuam fossa negra, boa parte do esgoto é lançado, *in natura*, diretamente no rio Betari. Este rio, que passa dentro do Bairro, é o local onde se pratica o bóia-cross, uma modalidade de esporte aquático muito procurado pelos turistas locais, o que ocorre, naturalmente, quando o rio recebe grandes aportes de efluentes.

A modalidade de turismo mais expressiva no Bairro da Serra é o *espeleoturismo*, isto é, a visitação de cavernas e grutas. O espeleoturismo, assim como outras inúmeras modalidades de turismo esportivo na natureza, muito comuns na região, podem ser inseridos dentro da

categoria *ecoturismo*. Para isso, tal como já discutimos anteriormente, faz-se necessário que suas práticas estejam alinhadas com a definição oficial de ecoturismo.

No Bairro da Serra a questão não é mais optar ou não pelo turismo, pois o turismo já está instalado desde a década de 60 em função do interesse crescente pelas cavernas e grutas da região. A questão que poderia ser colocada, a essa altura, é como ordenar o turismo local e como participar do mercado turístico de modo a minimizar os impactos negativos dessa atividade. Não há alternativas para a população local. A participação da comunidade na gestão do turismo é obrigatória, pois são eles as vítimas imediatas da ação do turista sobre a cultura tradicional, os valores comunitários, o ambiente local, enfim, sobre o *lugar* onde vivem.

O quadro que se criou no Bairro da Serra por meio da imposição das leis ambientais, definida na implantação das unidades de conservação, impede o uso tradicional que as populações locais faziam do ambiente, agravando a miséria econômica e causando impactos negativos sobre a cultura local. Diante dessa situação, o ecoturismo tem sido apresentado, mediante incentivos de órgãos públicos e privados, como uma saída possível desse quadro de miséria. Naturalmente que existem alternativas econômicas, mas o turismo local é uma constante, sempre presente, o que acontece em função do importante patrimônio espeleológico da região. Em outras palavras, o turismo não passa pelo crivo da comunidade como uma atividade que pode ou não ser implantada. Sendo assim, então a forma mais apropriada de turismo para o Bairro da Serra é, certamente, o ecoturismo exercido a partir de sua definição oficial.

Entretanto, a opção pelo turismo é geralmente realizada de modo precipitado, sem considerar os aspectos negativos da atividade turística e sem o planejamento necessário, produzindo um quadro potencialmente perigoso para as populações locais. Porém, quando as alternativas práticas inexistem, poucos resistem à tentação de se agarrar a aquela que pode assegurar a sua sobrevivência.

De acordo com Wearing e Neil (2001), os efeitos negativos do turismo são, em grande parte, decorrentes do fato da visita preceder o planejamento. Horwich *et alli* (1995, p. 267) apontam alguns princípios que podem fundamentar o planejamento e o exercício de uma outra forma de turismo, notadamente o ecoturismo, que deve:

- basear-se em uma perspectiva de sistemas que inclua a sustentabilidade como objetivo central;
- ser encarado como um esforço cooperativo entre população local e visitante conscientes e preocupados em preservar as áreas naturais, seus patrimônios culturais e biológicos através do apoio ao desenvolvimento da comunidade local;
- conferir poderes aos grupos locais para controlar e gerenciar as áreas protegidas por meio de mecanismos que não só sustentem estas áreas, mas que também satisfaçam as necessidades econômicas, sociais e culturais da comunidade.

Entre a teoria e a prática há, ainda, um grande abismo, e o Bairro da Serra é um exemplo do distanciamento entre o ecoturismo oficial e o ecoturismo de mercado. O *ecoturismo de mercado*, que ainda é o *ecoturismo na prática*, tem provido o Bairro da Serra com entradas financeiras significativas, beneficiando alguns grupos que melhor se adaptaram ao modelo produtivo baseado na exploração turística. Outro fato incontestável, diz respeito à geração de empregos, que embora sazonais, tem sido suficiente para minimizar as taxas locais de emigração (BONDUKI, 2002).

Por outro lado, percebe-se claramente algumas manifestações dos efeitos negativos da atividade turística no Bairro. O Sr Paulo, um dos guias locais mais antigos e que tem acompanhado o processo de expansão do turismo desde a década de 70, quando iniciou seus trabalhos guiando grupos de turistas pela região, relatou, em tom de preocupação, que tem havido aumento do uso de drogas por parte de turistas, além de comportamentos sexuais estranhos ao lugar.

Outro depoimento que denuncia um efeito mais sutil, porém não menos perverso, foi relatado pela Srta Janaína, ex-proprietária do Albergue Capitão Caverna no município de Iporanga. Ela foi formada pelo curso para monitores ambientais e, embora não trabalhe como guia, participa ativamente no processo de organização dos monitores de Iporanga. O tipo de trabalho que tem oferecido possui um caráter diferenciado, onde a abordagem na interpretação ambiental, diferentemente de outros monitores, não incorpora o discurso técnico e científico. Ao contrário disso, tem buscado soluções de vivência ambiental baseada no exercício de percepção pessoal em relação ao meio. Recentemente, participou de trabalhos voluntários de educação ambiental em escolas da rede pública local. Contou-me que, numa das atividades com crianças, elas foram questionadas sobre o que sentiam quando viam as crianças de outros lugares chegando nos ônibus em excursão. A resposta

consensual das crianças questionadas apontava para o desejo de estar no lugar das crianças em excursão e possuir o que aquelas crianças possuíam. A resposta sincera e chocante continha um forte indicativo do impacto sócio-cultural que o turismo promove, o que exigiu um trabalho cuidadoso no sentido de aumentar ou criar sentimentos de auto-estima por meio da valorização cultural local. Esse trabalho teve um caráter pontual e descontinuado, mas contém uma abordagem importante para cultivar o bem-estar local e criar instrumentos de proteção contra algumas formas de impacto negativo que o turismo pode provocar. Este tipo de fenômeno não é algo inusitado ou restrito ao Bairro da Serra. Ao contrário disso, trata-se de um fenômeno bastante comum em lugares turísticos, principalmente aqueles com baixo nível de renda. Trata-se do *efeito imitação*, o qual é definido no parágrafo abaixo de acordo com Lage e Milone (2000, p.126).

(..) a população local procura adotar e imitar os padrões de consumo dos turistas.
A variação nos sistemas de valores e atitudes da população receptora pode afetar características no que tange às vestimentas, à demanda de acomodações, aos hábitos de alimentação e à demanda por bens de serviço e de consumo.

O efeito imitação pode ser identificado mais facilmente entre os jovens do Bairro da Serra, especialmente aqueles que trabalham como monitores ambientais e que, portanto, mantêm um contato direto com os turistas. Esses jovens passam a exibir comportamento, linguagem e visual muito semelhante aos dos turistas de mesma faixa etária, diminuindo a diferença, em termos de aparência, entre esses dois grupos culturalmente distintos (Figura 6.5.1.1).



Figura 6.5.1.1 – Turismo no Bairro da Serra: lugares diferentes dentro de um mesmo local (foto do autor).

Outro fenômeno que predomina no Bairro da Serra é a *superficialidade* no turismo, ao qual Avighi (2000, p. 103) faz alusão quando se refere “à rapidez, o fluxo sufocante de grupos e filas, a avidez de tudo ver de um só golpe, o despreparo do turista para a visita, a rotina dos mesmos lugares”. Essa superficialidade no turismo, resultado do prolongamento do modo de produção capitalista que visa à quantidade, o rendimento quantitativo, passou a ser incorporado nas políticas de planejamento no Vale do Ribeira, tal como nos permite entrever o texto transcrito de Vitae Civilis e WWF-Brasil (2003, p. 135).

É interesse comum desses monitores, operadoras locais e organizações atuantes na região a criação de roteiros integrados que possibilitem ao turista visitar em um curto espaço de tempo diferentes destinos, atrativos naturais e culturais. Esses roteiros facilitariam a comercialização dos produtos turísticos e contribuiriam para a descentralização do fluxo de turistas (...).

No texto acima, percebe-se uma formatação fortemente voltada para o mercado, uma vez que o produto turístico procura atender ao impulso consumista do turista, o qual resulta na superficialidade das visitas.

Durante nossa viagem a campo em novembro de 2006, encontramos um grupo de turistas que, por volta das 16h 30m daquele mesmo dia, já haviam visitado 5 cavernas, 2 cachoeiras, além das trilhas que percorreram para chegarem aos referidos destinos. O resultado disso, além do cansaço extremo (Figura 6.5.1.2), é a superficialidade das visitas e todos os efeitos que dela decorrem.



Figura 6.5.1.2 – Fadiga: um dos efeitos do consumo de produtos turísticos baseados na produtividade quantitativa (foto do autor).

De acordo com os depoimentos do Sr Zacarias (Carlos Roberto Zacarias), guarda-parque do PETAR, professor de Geologia do IV Curso para Monitores Ambientais e um dos guias mais concorridos localmente, o comportamento consumista dos turistas é, quase sempre, a regra. As visitas são sempre feitas às pressas e com fraco envolvimento com as temáticas do lugar turístico. O interesse está sempre mais focado na quantidade do que na qualidade das visitas, o que, de acordo com o Sr Zacarias, serve de referência para os turistas estabelecerem relações comparativas numéricas para avaliar quem aproveitou melhor o seu dia.

Os efeitos da superficialidade no turismo comprometem tanto o turista como o lugar turístico. Isso se deve, primeiramente, ao fato desse fenômeno distanciar e impedir que o

turista envolva-se com o lugar, pois não há tempo para isso, aumentando a dificuldade para a integração do turista ao contexto sócio-ambiental local. Dessa forma, o sujeito incapacitado de integrar-se ao lugar mantém-se alienado em relação ao contexto sócio-ambiental. Como já sabemos, essa alienação que vitima o turista, vitima muito mais o lugar turístico quando se desdobra nos mais diversos efeitos negativos sobre a população local e o ambiente natural, impedindo a consecução dos objetivos prescritos na definição oficial de ecoturismo.

O consumo das paisagens e dos lugares pelo turismo é resultado de um modo de agir baseado no pensamento econômico direcionado para o crescimento, em que a imputação do caráter descartável às mercadorias confere maior dinamismo aos fluxos financeiros, produzindo os lucros mais rapidamente e, assim, fortalecendo as economias. Esse modo de pensar, altamente impactante sobre o lugar turístico, é apenas um desdobramento do pensamento ocidental, o qual se manifesta, de modo institucionalizado, por meio dos cursos para a formação de monitores ambientais.

6.5.2. A formação de monitores ambientais ou a imposição do saber científico

Os guias turísticos, ou monitores ambientais têm grande importância no processo de implementação e sucesso do ecoturismo no Vale do Ribeira. Isso se deve, em grande parte, ao contato estreito que os monitores estabelecem com os turistas ao longo das “guiadas”, em que o diálogo como processo de socialização, seja ele verbal ou não, constitui-se no principal meio para o trânsito de informações, sejam elas explícitas ou implícitas, sendo, provavelmente, mais eficiente que o discurso programado típico de guias turísticos.

É natural que se espere que o guia o turístico, e especialmente o monitor ambiental, represente a porta de entrada para um universo novo, o tradutor das paisagens locais, aquele que incorpora o saber de seus ancestrais e abre uma janela por onde o turista pode fazer uma leitura completamente nova do ambiente ao seu redor. Dessa forma, paisagens conhecidas ganham novos significados e se transformam em paisagens novas, ampliando a percepção do turista, aproximando-o do ambiente natural e construindo uma nova consciência que é o suporte em que se edifica a responsabilidade sócio-ambiental.

O ecoturista sem o apoio local, mesmo que amparado pelo conhecimento científico e por equipamentos sofisticados, não pode decodificar com segurança um ambiente que não conhece. Ele não pode apreender os significados locais, que são riquezas valiosíssimas. O contexto sócio-cultural local é a porta de entrada para um mundo novo de significados. Mesmo que se trate de um ambiente aparentemente homogêneo caracterizado pela presença de uma formação vegetacional de ampla distribuição, como é o caso da Mata Atlântica, dependendo do contexto sócio-cultural, essa mesma formação pode apresentar leituras completamente distintas, o que não acontece na abordagem científica. Para exemplificar, tomemos uma espécie típica de Mata Atlântica com ampla ocorrência nessa formação. Independentemente se essa espécie se encontra no PETAR, em Iporanga, na Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), em Peruíbe, ou no Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), em Ubatuba, em quaisquer desses lugares, ela tem, sempre, a mesma caracterização e explicação científica. Se tomarmos essa mesma espécie sob a leitura de um quilombola de Iporanga, um caiçara de Peruíbe ou um índio guarani de Ubatuba, é muito provável que apareça uma variação considerável nos significados que essa espécie pode apresentar dentro de cada um desses contextos sócio-culturais.

O Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA) reconhece a importância dessa diversidade cultural, a qual resulta em leituras do ambiente distintas daquela produzida pelo saber científico, mas que se complementam mutuamente, aumentando as possibilidades de se alcançar um manejo apropriado para as unidades de conservação, tal como nos permite entender o trecho abaixo transcrito (ROCHA e COSTA, 1998, p. 125).

A Reserva da Biosfera, e seu zoneamento, que define áreas núcleo e de amortecimento, reconhece o papel das comunidades tradicionais na proteção das áreas protegidas. Essas populações merecem o respeito por sua cultura e detêm informações sobre a natureza que possibilitam o manejo mais correto das reservas.

O reconhecimento da importância da cultura local para a formação dos monitores ambientais está presente no Artigo 9º da Resolução SMA/SP-32, de 31 de março de 1998, que “regulamenta a visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e

monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental nas unidades de conservação do Estado” (Anexo 1). Esse reconhecimento aparece na forma de sugestão, quando indica a participação da comunidade no processo de elaboração do módulo V (Módulo de Especialização para Trabalho de Monitoria Micro-Regional) da Grade Curricular Mínima do Curso de Monitor Ambiental, o qual contém dois tópicos de grande relevância em que poder-se-ia introduzir elementos do saber local; são eles a História da região e Características do meio biofísico.

Analizamos o material didático preparado para o *IV Curso Básico para Monitores Ambientais de Iporanga e Região do Alto Ribeira*, realizado pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA) em julho de 2003. Essa análise nos revelou mais uma incoerência, distanciando, mais uma vez, a teoria da prática. Embora tenhamos analisado todo o material didático empregado no curso, deteremos-nos apenas à apostila *Interpretação Ambiental da Trilha do Betari*.

O texto da apostila, em linguagem estritamente técnica e, por vezes, hermética, traz informações sobre alguns aspectos institucionais do PETAR, bem como descrições da vegetação e os processos de sucessão, fauna, geologia, hidrologia, clima e geomorfologia locais. Há também uma listagem de espécies presentes ao longo da trilha do Betari em que o texto foi compilado da obra *Árvores do Brasil* de Henri Lorenzi. De forma geral, pode-se dizer com segurança que há pouca informação sobre ecologia e conservação, sobre o uso tradicional das espécies e nada sobre o conhecimento popular. A fragmentação das diferentes áreas do conhecimento, própria da abordagem científica, está muito presente na apostila que apresenta os temas de forma segmentada. A título de ilustração, compilamos um pequeno trecho da apostila presente na seção que trata dos tipos de solo na região.

FATORES EDÁFICOS – Cambissolo álico, cambissolo eutrófico, litólico álico, gleizado distrófico, gleizado álico, terra Bruna estruturada distrófica e latossolo vermelho-amarelo álico (LEPSCH et al, 1988). Quanto à aptidão agrícola, são em grande parte da classe VII de uso e capacidade dos solos, ou seja, impróprios para atividades agro-silvo-pastoris, reservando-se à vida silvestre e recreação.

Presumimos que esse tipo de informação, contida no curso para a formação dos monitores ambientais, não é exatamente o que a população local tem de mais importante para oferecer

ao turista. Acreditamos que o conhecimento tradicional, por exemplo, sobre os tipos de solo, desde a identificação, suas características e o manejo empregado pelas populações locais, é algo mais acessível e, certamente, mais valioso do que a reprodução do discurso científico que, mesmo não sendo de conhecimento do turista, está disponível na literatura especializada. O mesmo não se pode dizer do saber tradicional que, geralmente, está restrito ao lugar, à comunidade e, como o próprio Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica reconhece, pode apresentar respostas valiosas para um manejo mais apropriado do ambiente local.

O caráter científico do material didático desenvolvido para o curso de monitores ambientais e seus efeitos sobre o *saber local* merece atenção especial. Naturalmente, a iniciativa do programa de formação de monitores ambientais é louvável, abrindo a possibilidade de preparar profissionais qualificados para receber, informar, educar e guiar turistas pelos atrativos que a região oferece, promovendo, ao mesmo tempo, uma nova opção em termos de fonte de divisas financeiras para a comunidade. Por outro lado, a origem e direção da proposta imprimem uma postura empresarial e técnica à formação do monitor, reproduzindo o caráter administrativo que permeia a base ideológica das instituições promotoras do curso em questão. O resultado disso é que o discurso adotado pelos monitores se adapta muito mais ao perfil do turismo científico do que às propostas do ecoturismo. A disseminação desse olhar científico e da postura administrativa em relação aos aspectos sócio-ambientais, inoculados junto com o programa do curso de formação de monitores, encontrou seus adeptos e entusiastas locais que assimilaram a nova visão, passando a ocupar lugares de destaque e liderança no processo organizacional local, criando associações e grupos de ação que, por sua vez, também adotam a mesma base ideológica contida nas proposições do curso para monitores. O resultado disso é que uma pequena parte dos monitores, aqueles que melhor se identificaram com a proposta do curso para monitores, é mais produtiva e ocupa cargos de liderança. Por outro lado, a outra parte, talvez a maioria absoluta, em função da dificuldade em memorizar a grande quantidade de informações técnicas, foi excluída ou colocada numa posição inferior devido à impossibilidade de dominar o novo discurso que se impôs como necessidade para definir o novo produto turístico. A consequência disso é a qualidade duvidosa do serviço oferecido por esses guias, o que é plenamente justificável se considerarmos o abismo que existe entre

o universo tradicional em que eles foram gerados e educados, e o mundo do saber científico.

Com base nas visitas, diálogos e entrevistas conduzidas ao longo dos trabalhos de campo, classificamos os monitores locais em três grupos. O primeiro deles é constituído por aqueles que se identificam com o conteúdo do programa adotado pelo curso para monitores, o que viabiliza a manutenção desta modalidade científica de turismo. O segundo grupo, talvez o menor deles, é representado pelos monitores com amplo conhecimento tradicional sobre o ambiente e que não se identificam com a proposta do curso. Esses monitores, geralmente, não valorizam o conhecimento tradicional que eles próprios detêm e trabalham a partir da base conceitual oferecida pelo curso em que se formaram. O resultado é, quase sempre, um serviço de qualidade ruim. O terceiro grupo, talvez o mais numeroso, é formado por aqueles que ficaram no meio do caminho, isto é, não dominam nem o discurso tradicional, nem o discurso científico, oferecendo um serviço de qualidade duvidosa, produzindo desconfiança nos turistas em relação à consistência e veracidade das informações oferecidas no trabalho de monitoria. A grande maioria dos monitores ambientais que atuam na região de Iporanga fez a opção pelo trabalho como guia devido à falta de alternativas, e insistem na prática da monitoria, mesmo a contra gosto, em função da necessidade de complementar a renda familiar e permanecer junto às suas famílias⁴.

O programa de formação de monitores ambientais atua no sentido de criar guias profissionais para atender à demanda do turismo. Não obstante, o caráter do programa que prioriza a formação profissional de guias, mas que ao mesmo tempo pressupõe, ou até mesmo fomenta, a instalação da indústria turística, traz em seu bojo uma conduta empresarial compatível com os procedimentos padrões presentes na abordagem desenvolvimentista ortodoxa, produzindo uma situação desvinculada de valores comunitários que concorre para a formação de um quadro de disputa entre as associações de monitores e entre os próprios monitores, os quais passaram a se constituir em prestadores independentes de serviços de monitoria, isto é, não há nenhum vínculo operacional com a associação em que estão vinculados oficialmente e cada guia exerce sua função de modo totalmente autônomo.

Houve, recentemente, uma tentativa empreendida pela Associação Serrana Ambientalista (ASA), sediada no Bairro da Serra, que previa a distribuição dos serviços de monitoria a

partir da própria associação. Essa proposta foi rejeitada pelos monitores que continuaram a oferecer seus serviços de maneira independente, o que é mais interessante para aqueles que tem seus clientes já definidos, ou mesmo para quem possui um melhor desempenho profissional, garantindo uma maior receita ao final de cada temporada.

O senso de comunidade está ausente na formação dos monitores e nos ideais das associações que os representam. Ao invés disso, percebemos que toda estrutura organizacional está alicerçada sobre os ideais mercadológicos, onde a competição, o individualismo e a busca pessoal por maiores ganhos são características marcantes. Este sintoma pode também ser claramente percebido no *ineditismo* que se define a partir de roteiros secretos que alguns monitores oferecem aos turistas e não partilham com seus companheiros de profissão. Enquanto isso, as associações locais servem apenas para cumprir o seu papel no trato das questões burocráticas em que há exigência de representação por parte de uma associação devidamente instituída. Fica bem evidente que falta na formação do monitor um componente capaz de promover ou fortalecer a união do grupo em torno de um objetivo comum, de forma a desenvolver um engajamento verdadeiro na causa comunitária.

Este quadro organizacional precário expõe a comunidade ao oportunismo que acompanha a indústria turística por meio da chegada massiva de novos empreendedores mais competitivos. Resumindo, não existe dentro do programa de formação de monitores qualquer iniciativa que procure estabelecer uma estrutura organizacional pautada no desenvolvimento sustentável local e, se existe, encontra-se numa forma latente não manifesta.

A diversidade de significados e leituras que o saber tradicional poderia emprestar ao ecoturismo local enriqueceria a compreensão do turista, complementando-a e permitindo mudanças de perspectivas a partir de novos olhares. Sob a luz da ciência, inoculada por meio dos cursos para a formação de monitores, essa diversidade nas leituras ambientais se desfaz e o ambiente perde parte de sua riqueza, padroniza-se, homogeneiza-se.

Ao final do processo de formação, o monitor ambiental incorpora a imagem do “apertador de parafusos” na linha de produção industrial, onde o trabalho alienado, que busca somente a recompensa financeira, é a sua característica fundamental. Por meio de uma mesma forma de pensar, produtora do ecoturismo de mercado e formadora do monitor ambiental,

reproduz-se as mesmas condições de uma indústria moderna em que a otimização do tempo, o produto massificado, a esteira industrial e o trabalhador alienado estão sempre presentes. Turistas em filas que fazem os mesmos percursos e recebem as mesmas informações de modo sistemático e padronizado. Estreita-se, assim, a amplitude da experiência pessoal que poderia ser mais rica para o grupo e para o próprio monitor.

O pensamento científico, travestido pelo discurso do desenvolvimento sustentável, tem sido inoculado através dos cursos para a formação de monitores ambientais na região de Iporanga, suprimindo o *saber tradicional* e tomando as populações locais como meios para a reprodução e disseminação de uma outra forma de pensar, o que se constitui numa forma inquestionável de imposição do saber científico. Curiosamente, para o caso analisado, a mesma entidade que exalta o valor desse saber tradicional é também a responsável pelo silenciamento desse saber.

Entretanto, essa imposição do pensamento científico sobre o saber tradicional não é um problema isolado, mas uma das manifestações de um processo maior que acena para a incorporação da mão de obra regional à indústria do turismo, a exemplo do que temos visto, repetidamente, no Vale do Ribeira ao longo da história regional. A mercantilização do ambiente natural, apesar do conteúdo discursivo que disfarça a prática comercial do ecoturismo, ainda está fundamentada nas mesmas estratégias empregadas ao longo das diferentes fases econômicas do Vale do Ribeira: a exploração ambiental e social.

*

Apresentar o ecoturismo como alternativa para o desenvolvimento regional, tal como tem sido feito por agências governamentais e privadas, é algo muito ambicioso e, não obstante, um tanto arriscado. O quadro ambiental e social na atualidade torna cada vez mais clara a necessidade de uma reformulação na política econômica mundial, o que deverá resultar em mudanças de estilos de vida e de consumo. A partir dessa perspectiva, é possível vislumbrar um cenário de incertezas para investimentos financeiros num futuro próximo. Sendo o turismo um artigo que não figura como gênero de primeira necessidade, além da sazonalidade típica dessa atividade e outras flutuações imprevisíveis no fluxo de turistas, entendemos que basear a economia regional no ecoturismo, ou qualquer outra forma de turismo, pode resultar em grandes prejuízos para a região.

Nesse sentido, é importante manter a diversidade econômica regional, o que é uma característica natural da região e parte inerente do universo caipira. O ecoturismo poderia se constituir num item adicional às atividades locais, desde que seja considerado oportuno pelas comunidades potencialmente receptoras, isto é, que possa, efetivamente, promover melhorias nas condições de vida dessas comunidades. Sansolo (1998, p. 293) resume muito bem essa idéia, no parágrafo transcrito abaixo, e impulsiona a discussão.

(...) o turismo, sobretudo em espaços considerados prioritários para a conservação ambiental, não é a única opção para a melhoria das condições de vida das comunidades locais e da conservação da qualidade ambiental, entretanto é uma das possibilidades que pode favorecer esses objetivos. Contudo, acreditamos que também possa se tornar uma atividade geradora de problemas maiores do que os já existentes.

O ecoturismo como solução para os conflitos entre populações locais e unidades de conservação traz outros inúmeros problemas que só podem se resolver na medida em que se cumpra aquilo a que se propõe o ecoturismo, ou melhor, aquilo que dele se espera a partir de sua definição oficial. Entendemos que boa parte dos problemas da atividade ecoturística aparece na medida em que o ecoturismo se converte numa forma ordinária de turismo massificado, distanciando-se do cumprimento de suas obrigações conceituais que lhe dão sentido.

A questão que permanece é se um *outro turismo* é realmente possível. Certamente que sim, mas somente numa sociedade capacitada a produzi-lo. Nesse sentido, a *educação* é o caminho mais sábio. Essa assertiva, contudo, encerra-nos em um velho *lugar comum* que sempre aponta a educação como a solução definitiva para diferentes problemas da humanidade, isto é, ao final, quase tudo parece se resolver na educação. Mas qual educação? Não está o processo pedagógico seriamente comprometido com os valores da modernidade? Não é a própria educação o agente reprodutor do sistema político-econômico direcionado ao crescimento e aumento de poder dos Estados? Não é na educação que estão incubados os valores que resultam nas dissonâncias sócio-ambientais?

A educação precisa significar algo mais que o “palavrório” convulsivo de informações em que se converteu a prática pedagógica. A educação precisa se re-pensar, se demolir e se re-

construir. Seu papel é despertar o sujeito para que ele participe conjuntamente da produção do saber e, principalmente, da construção de uma nova civilização. Embora esse assunto seja de grande importância para o tema em questão, isto é, a promoção do ecoturismo a partir de sua definição oficial, não é por esse caminho que conduziremos essa discussão. A razão para isso é muito simples.

Num mundo sustentado pela lógica do capital, o desdobramento espontâneo do ecoturismo, o qual deve realizar suas funções em acordo com sua definição, tem se configurado na implantação de programas de certificação. Esses programas, por sua vez, constituem-se em novos segmentos do mercado econômico, cujo produto definido por um tipo de “certificado de garantia” tem sido apresentado como a via menos coerciva, mais lucrativa e mais rápida de se fazer cumprir diretrizes, códigos de conduta e normas padronizadas, sinalizando, de antemão, para a imposição de uma ótica administrativa estranha às populações locais, como veremos com maior detalhe no próximo capítulo.

Notas

¹ Termo empregado para se referir ao limite, físico ou prático, do número de turistas que pode visitar, simultaneamente, uma determinada destinação turística (LAGE e MILONE, 2000).

² Longe de quaisquer “biologismos”, é impossível não notar alguma semelhança nesse fato com o comportamento de algumas espécies de animais que, anualmente, motivados pela necessidade de procriação, aglomeram-se nos mesmos lugares, competindo ferozmente por espaço, alimento e parceiros sexuais, o que, de certa forma, insinua, para a espécie humana, a existência de um possível turismo biológico.

³ Uma listagem organizada e bastante completa pode ser encontrada em Lemos (2004, p. 69).

⁴ Informações fornecidas pelos pesquisadores Néelson Calil (USP), Jonas Justino dos Santos (IGE - UNICAMP) e confirmadas textualmente por Bonduki (2002, p. 105).

CAPÍTULO 7 - A certificação em ecoturismo

7.1. A certificação como solução

Certificação é o processo pelo qual uma agência certificadora credenciada autoriza uma outra empresa a usar um selo distintivo cujo objetivo é assegurar ao consumidor que essa empresa, seus produtos, processos ou serviços estão de acordo com determinados padrões de eficiência e desempenho, ou, ainda, que a empresa está comprometida com determinados processos.

De acordo com Bien (2003), os esquemas de certificação não são propriamente uma novidade, e já se acumulou muita experiência e história desde o *appellation contrôlée*, responsável pela certificação de origem e pureza dos vinhos franceses, que remonta ao século dezenove. Em turismo, a situação não é diferente. Basta lembrar do sistema de certificação de qualidade por pontuação “cinco estrelas” que é realizado há quase um século, tendo alcançado um grande reconhecimento do mercado e sendo aceito mundialmente.

A novidade em termos de certificação diz respeito aos esquemas que estão sendo desenvolvidos para sistemas de gestão e manejo sustentáveis, em que se busca conciliar preservação ambiental e cultural, bem-estar social e desenvolvimento econômico.

Desde a década de 60, por ocasião da revolução cultural denominada contracultura, a sociedade, por meio do mercado consumidor, tem aumentado a pressão sobre o setor produtivo, reivindicando uma postura responsável em relação à preservação ambiental (CAVALCANTI, 2001). Essa situação criou uma grande oportunidade de mercado que foi seguida de uma resposta imediata caracterizada pela proliferação crescente de produtos classificados como naturais ou ecológicos – os *produtos verdes*. Para entendermos a dimensão do fenômeno e o potencial econômico destes produtos, precisaremos examinar alguns números. Os dados fornecidos pela WWF-Brasil (2001) apontam um aumento no número de produtos verdes da ordem de 2000% entre os anos de 1990 e 1995 no Reino Unido, o que representa 9,2% de todos os novos produtos lançados, enquanto que nos

EUA, os produtos verdes aumentaram, neste mesmo período, para 13% do total de produtos lançados.

É certo que uma parte desses produtos está de fato engajada em programas de empresas e organizações comprometidas com os princípios da sustentabilidade e que procuram minimizar os impactos ambientais e sociais. Por outro lado, precisamos admitir que a outra parte desses produtos resulta de uma estratégia puramente publicitária, isto é, desenvolvem-se produtos com apelos ecológicos para atrair o consumidor responsável, constituindo-se apenas num engodo desprovido de qualquer comprometimento com as questões ambientais. A situação dos segmentos do mercado relacionados ao turismo sustentável e ecoturismo não é diferente. A utilização à revelia de denominações tais como turismo natural, turismo cultural, turismo responsável, turismo ambiental, turismo ecológico e ecoturismo é uma prática comum, mesmo quando o empreendimento está grosseiramente em contradição com os conceitos de sustentabilidade (BIEN 2003; WWF-BRASIL, 2001). A rápida disseminação deste tipo de prática criminosa é o resultado da busca irracional por maiores lucros e produz, por um lado, a necessidade de controlar o uso arbitrário dos eco-determinantes e, por outro lado, uma oportunidade de mercado para o surgimento e propagação das agências de certificação ambiental.

Sob o argumento, parcialmente incontestável, de orientar o consumidor responsável em meio ao labirinto dos produtos verdes, as agências e programas de certificação ambiental acompanharam a nova onda do mercado e se multiplicaram avidamente em busca de garantir um lugar ao sol. No trajeto da economia neoclássica, as promessas de maior competitividade e maiores lucros são sempre a fonte de motivação para a captação e adesão das empresas que procuram pela certificação.

A adoção de um sistema capaz de controlar o uso de eco-determinantes, bem como de atribuir um distintivo para auxiliar o consumidor a identificar quais produtos estão de acordo com os princípios da sustentabilidade, constituem-se em demandas plenamente contempláveis por um sistema de certificação.

Considerando que o ecoturismo é um produto construído e definido a partir de conceitos específicos que, neste caso, fazem referência direta ao desenvolvimento sustentável, a *certificação do ecoturismo* pode se constituir num instrumento eficiente para assegurar a

sua legitimidade, ou seja, assegurar que a base conceitual que define o ecoturismo seja realmente o suporte para o seu funcionamento.

7.2. Proliferação dos programas de certificação

A maior parte dos programas de certificação em ecoturismo e turismo sustentável foram desenvolvidos na década de noventa e, desde então, o termo *certificação* se tornou uma das palavras de ordem neste segmento da indústria turística (FONT, 2003; BIEN, 2003). De acordo com estudo da World Tourism Organization (WTO), foram identificados, até o ano de 2002, mais de cem selos verdes e 7000 produtos turísticos certificados no mundo, dos quais 6000 estão na Europa. O mesmo estudo também aponta que entre os anos de 1992 e 2002 foram desenvolvidos 59 programas de certificação em turismo sustentável e ecoturismo (FONT, 2003; MACCARRONE- EAGLEN e FONT, 2002).

A certificação do ecoturismo, conceitualmente, é um recurso de grande potencial para a efetivação de práticas que podem auxiliar a implantação de modelos produtivos sustentáveis. Mas, para isso, é crucial que as empresas estejam, profundamente, comprometidas com as questões sociais, culturais e ambientais e não, simplesmente, preocupadas com a manutenção ou comercialização do selo de certificação.

A certificação do ecoturismo é caracterizada por focar setores específicos tais como meios de hospedagem, atrativos turísticos, produtos turísticos e operadoras de ecoturismo (WWF-BRASIL, 2001), e propõe estabelecer estratégias que beneficiem toda a cadeia produtiva por meio de mecanismos que incrementem os padrões de qualidade, diminuam os custos operacionais, aumentem a vantagem competitiva de produtos e serviços no mercado, orientem o consumidor na escolha de produtos e serviços verdadeiramente responsáveis em relação aos aspectos sócio-ambientais, promovam a educação e conscientização sócio-ambiental, garantam a preservação ambiental e cultural e propiciem benefícios sociais e econômicos efetivos por meio da oferta de boas oportunidades de emprego e consumo local (BIEN, 2003; WWF-BRASIL, 2001; WWF-BRASIL, 2003).

Por outro lado, os programas de certificação em turismo sustentável, bem como em ecoturismo, proliferaram por caminhos distintos, adotando um espectro variado de padrões

e critérios e, como consequência, não há consenso sobre a escolha de indicadores a serem empregados nos sistemas de mensuração e monitoramento das atividades turísticas (MACCARRONE-EAGLEN e FONT, 2002; WWF-BRASIL, 2001; FONT, 2003).

Sob o argumento de padronizar o uso de indicadores e critérios de sustentabilidade, diversas organizações - incluindo ONGs, associações de mercado, organizações governamentais, entre outros - têm trabalhado no sentido de elaborar um sistema único de certificação no Brasil (WWF-BRASIL, 2001; WWF-BRASIL, 2003). No cenário mundial, a situação é semelhante, havendo iniciativas que visam à proposição de uma agência global única para o credenciamento de agências de certificação em ecoturismo e turismo sustentável (MACCARRONE-EAGLEN e FONT, 2002). As agências envolvidas no processo de centralização do credenciamento têm sustentado que o grande interesse no mercado da certificação e a consequente multiplicação crescente dos selos e programas para o ecoturismo e turismo sustentável têm causado confusão e desconfiança aos consumidores em relação à distinção dos produtos sustentáveis e anulado o efeito de impacto dos selos verdes (MACCARRONE-EAGLEN e FONT, 2002; WWF-BRASIL, 2001). Soma-se a isso a possibilidade da diversidade dos sistemas de certificação produzir uma intensificação na concorrência entre os selos, cujo efeito mais evidente é a diminuição do rigor dos padrões como estratégia para atrair ou manter clientes e assegurar a viabilidade econômica da empresa certificadora e do programa a que está vinculada (VAN DAM, 2003).

A verdade é que não há consenso em relação aos efeitos negativos da proliferação dos sistemas de certificação, pois, visto sob outra perspectiva, essa diversidade, desde que haja comprometimento verdadeiro e comprovado com as questões sócio-ambientais, pode propiciar um maior espectro de escolha às micro e pequenas empresas, impedir o monopólio dos selos verdes e permitir o desenvolvimento de programas específicos para comunidades tradicionais que, via de regra, não possuem recursos financeiros e tecnológicos, o que dificulta, ou mesmo impede o acesso aos programas de certificação.

Iniciativas de inibição e controle no uso dos selos verdes existem há pelo menos quatorze anos e foi este propósito controlador uma das principais justificativas para a elaboração da série ISO 14000 (International Organization for Standardization), a qual resultou da concordância entre mais de 100 países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), realizada no Rio de Janeiro em 1992,

acerca da necessidade de desenvolver programas internacionais de gestão ambiental (CAVALCANTI, 2001). A formulação da série ISO 14000 propõe a implantação de um sistema padronizador-normativo único que as organizações deverão implantar em todos os lugares onde operam, tendo por objetivos a sistematização e disciplinamento na adoção dos selos verdes e a sistematização de ações voltadas para a obtenção de resultados ambientais satisfatórios por meio de uma abordagem internacional comum ao gerenciamento ambiental com manutenção da competitividade e da lucratividade (CAVALCANTI, 2001).

Embora existam várias experiências de certificação de segmentos diferentes do turismo por meio da série ISO 14000, cabe ressaltar que se trata de um sistema de certificação baseado em *processo*, isto é, a proposição das metas a serem alcançadas é realizada pelas próprias empresas que pleiteiam a certificação e, apesar de atenderem a critérios ambientais, este tipo de esquema é desprovido de qualquer mecanismo que garanta a sustentabilidade, não havendo quaisquer critérios para avaliar a capacidade de absorção de impactos pelo ambiente ou pela comunidade onde se localiza a empresa (WWF-BRASIL, 2001; MACCARRONE-EAGLEN e FONT, 2002).

Existe ainda um segundo tipo de programa de certificação baseado em *desempenho*. Nesse tipo de programa, são estabelecidos critérios de desempenho a serem alcançados pelas empresas que buscam a certificação. Neste caso, são estabelecidas metas mensuráveis de práticas comprometidas em melhorar o desempenho de uma organização e a promoção de maior sustentabilidade ao empreendimento (WWF-BRASIL, 2001). Embora os programas baseados em desempenho sejam mais recomendáveis para empreendimentos que buscam a sustentabilidade, por outro lado, exigem maior investimento financeiro devido à necessidade de auditorias externas e atualizações frequentes (MACCARRONE-EAGLEN e FONT, 2002).

7.3. Contradições nos programas de certificação

A característica mais notável da certificação em ecoturismo e turismo sustentável é a estratégia de procurar inverter, diametralmente, a direção das forças do mercado no sentido de promover a conservação ambiental e o benefício dos segmentos mais frágeis da

sociedade, ou seja, um dos principais agentes da degradação do ambiente – o mercado – converte-se em seu benfeitor por meio dos mecanismos da certificação ambiental que, em teoria, procura beneficiar a todos: consumidores, indústrias, países investidores, países pobres, florestas e biodiversidade (VAN DAM, 2003).

Entretanto, na prática, o que temos observado, em termos de certificação ambiental, é muito diferente da teoria que, até agora, tem servido somente de suporte publicitário para o mercado da certificação. Um dos fatores responsáveis por esse distanciamento entre o discurso da certificação e sua prática se deve enormemente aos altos custos relacionados à implantação e manutenção dos sistemas de certificação.

De acordo com a WWF-Brasil (2001), quase todas as iniciativas de certificação em turismo cobram taxas de inscrição e anuidade como forma de buscar a auto-suficiência do programa. Além disso, a certificação é um processo que demanda investimento em consultorias, adaptações gerenciais e estruturais, cujo custo acaba se constituindo num fator altamente seletivo para adesão aos programas de certificação. Isto resulta num sério obstáculo para as pequenas e micro-empresas turísticas, as quais possuem uma capacidade limitada de investir nas demandas financeiras e técnicas dos programas de certificação (VAN DAM, 2003; WWF-BRASIL, 2001). Esta situação produz um paradoxo de difícil solução para os pequenos empresários. A certificação seria possível, em alguns casos, desde que os custos fossem repassados ao produto final, tornando-o mais caro e, portanto, menos competitivo. Por outro lado, a não-adesão aos programas de certificação pode significar a continuidade do processo de degradação social e ambiental. Em ambos os casos, o resultado final seria, provavelmente, a exclusão dessas empresas do mercado do ecoturismo e turismo sustentável.

Os esquemas de certificação em ecoturismo e turismo sustentável, tal como vem sendo propostos atualmente, encerram em si uma contradição inadmissível que reverte completamente as propostas contidas em seu discurso que, também, está baseado na noção de desenvolvimento sustentável. Como sabemos, a base conceitual onde residem as principais diretrizes do *ecoturismo* e *turismo sustentável* objetiva promover os empreendimentos de pequena escala, nomeadamente, os pequenos e micro-empresários. Entretanto, os programas de certificação relacionados a esses segmentos da indústria turística estão promovendo um mercado dominado por grandes grupos e empresas que

trabalham com o turismo em grande escala (WWF-BRASIL, 2001). Esta incoerência se torna ainda mais grave quando entendemos que, no mundo todo, a maior parte dos empreendimentos turísticos é constituída por empresas de pequeno porte, chegando a representar 98% de todo o setor turístico no Reino Unido e 80% no Brasil (MACCARRONE-EAGLEN e FONT, 2002; WWF-BRASIL, 2001).

Uma vez mais, o processo de certificação em ecoturismo e turismo sustentável produz uma situação paradoxal. Por um lado, a implantação de um selo único, como defendem as grandes organizações como a WWF, o Instituto de Hospitalidade, entre outros, tem gerado descontentamento e exclusão dos pequenos empreendedores em outros segmentos do mercado da certificação, tal como acontece, a título de exemplo, com o selos FSC (Forest Stewardship Council) e ISO 14000. Por outro lado, a multiplicidade dos selos, que vem sendo severamente combatida, permite a diminuição dos custos de investimento por meio do mecanismo natural de mercado – a concorrência – porém com denúncias de afrouxamento das exigências e comprometimento da qualidade e sustentabilidade dos empreendimentos.

O caráter excludente dos esquemas de certificação, isto é, a exclusão dos mais fracos, não é uma exclusividade dos programas relacionados ao ecoturismo e turismo sustentável. Ao contrário disso, trata-se de uma estratégia característica dos esquemas de certificação em geral. Dois importantes selos reconhecidos internacionalmente e amplamente difundidos, balizadores dos programas de certificação ambiental e fonte de inspiração para os modelos de certificação em ecoturismo - o ISO 14000 e o FSC - têm causado sérios problemas para os países pobres e para os grupos com menos recursos.

De acordo com Cavalcanti (2001), as normas propostas pelo ISO 14000 impõem para as empresas uma situação de medo, onde elas são coagidas a implantar um aprimorado sistema de gestão ou correr o risco de perder espaços de mercado por não estarem em conformidade com as normas em questão. Há previsões que as normas da série ISO 14000, em pouco tempo, serão adotadas pelos grandes blocos econômicos, constituindo-se em um novo problema para os países em desenvolvimento, cuja dificuldade em implantar o sistema de gestão exigido pelos países desenvolvidos tem como consequência o surgimento de uma nova barreira comercial que, por sua vez, provocará a exclusão dos produtos não-certificados dos grandes mercados mundiais, o enfraquecimento dos pequenos empresários,

o domínio do mercado pelas grandes empresas e o aumento das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Já a certificação florestal promovida pelo FSC, outra linha mestra de orientação para os programas de certificação do segmento ambiental, foi concebida inicialmente com o propósito de oferecer um instrumento para reverter o quadro da degradação ambiental oriunda do desmatamento predatório nas regiões tropicais e, concomitantemente, promover o desenvolvimento sócio-econômico dos povos da floresta – comunidades rurais pobres e povos indígenas, constituindo-se numa das tentativas mais concretas de converter em prática o conceito do desenvolvimento sustentável (FSC, 2002).

Após a criação do FSC em 1993, o processo de certificação seguiu num ritmo exponencial, totalizando 109 milhões de hectares de áreas florestais certificadas até o ano de 2002, das quais, apenas 8% se encontram nos países pobres, 40% nos EUA e Canadá e o restante na Europa. Entre as 423 certificações concedidas, somente 49 foram para comunidades tradicionais e indígenas cuja área representa apenas 3% do total das áreas florestais certificadas (VAN DAM, 2003).

Essas tendências mundiais estão fortemente presentes no Brasil, onde o FSC opera desde 1996 certificando quase 100% da madeira nacional. Os dados para o ano de 2000, no Brasil, revelam que a maior parte da superfície florestal certificada está nas mãos de empresas privadas de grande porte. Menos de 0,1% das áreas certificadas pertence a comunidades tradicionais, enquanto que 70,1% são constituídas de reflorestamento de espécies exóticas (*Pinus* e *Eucaliptus*), e o restante, por florestas nativas de propriedade de grandes empresas (VAN DAM, 2003).

Apesar das intenções declaradas por ocasião da criação do FSC, após pouco mais de dez anos, verificamos que os resultados de seu programa de certificação são extremamente contraditórios, pois os grandes beneficiados têm sido os países ricos, as grandes empresas e as florestas temperadas e boreais. Além disso, a certificação florestal se converteu tanto numa barreira comercial, como num grande obstáculo para pequenos e médios produtores de madeira tropical. Os altos custos do programa de certificação, agravado pela política não-solidária e descomprometida com o desenvolvimento sustentável, exclui os pequenos e pobres, não resolve os problemas do desmatamento, não auxilia na implementação do

desenvolvimento sustentável local ou regional, e pior ainda, torna ainda mais grave a situação econômica dos grupos menos favorecidos pela lógica do capital.

Mesmo assim, grandes empresas internacionais, a exemplo da Associação Holandesa de Comerciantes de Madeira, acolhedora de membros como a Precious Woods Pará, sediada no Brasil e explorando madeiras amazônicas desde 1994, pressionam a União Européia solicitando a proibição de importação de madeira sem certificação de cadeia de custódia (BEZERRA, 2004) - mais um item no mercado da certificação - numa tentativa de aumentar os rigores alfandegários e ampliar, ainda mais, o seu domínio sobre o mercado de madeiras tropicais.

A partir desta breve análise, entendemos que a certificação ambiental, considerando-se a estrutura atual dos programas vigentes, constitui-se num instrumento elitista que se apropria indevidamente do discurso do desenvolvimento sustentável e opera em favor das classes dominantes. Ao contrário do que se esperava, esses programas de certificação não procuram modificar as regras do modelo convencional de desenvolvimento, mas mantêm a velha estrutura desenvolvimentista centrada na empresa e não na região (VAN DAM, 2003).

Apesar dos apelos panfletários cingidos de verde, os esquemas de certificação estão muito mais engajados em mecanismos de mercado do que com a conservação ambiental ou o desenvolvimento econômico de países pobres e comunidades tradicionais. Isso se deve, em grande parte, ao fato dos programas de certificação estarem encerrados dentro de um universo mercadológico que opera e legitima a competição como uma estratégia vital ao funcionamento da atual política econômica. Lembremos que o principal argumento dos programas de certificação para motivar a adesão de empresas está calcado na ameaça de exclusão e manutenção da competitividade das empresas.

A competição entre empresas certificadas ou entre programas e agências de certificação e credenciamento, insuflam em cada um deles o desejo e a necessidade que seus concorrentes sejam excluídos, o que é altamente inconsistente se considerarmos a idéia da construção de sociedades solidárias, baseadas na cooperação, tal como fica subentendido a partir da leitura que propusemos para o desenvolvimento sustentável.

Entendemos que a exclusão, muito mais freqüente para aqueles com menos recursos e, portanto, menos competitivos, é altamente prejudicial ao bem-estar sócio-ambiental e não

se alinha com as propostas de sustentabilidade. Os pequenos e pobres são a maioria absoluta e, em conjunto, causam grandes impactos ambientais. São, também, a base das cadeias produtivas e, quando marginalizados, produzem núcleos de onde emerge boa parte dos problemas sociais e ambientais relacionados a todo tipo de criminalidade. Se os programas de certificação ambiental operam tendo por base mecanismos que estimulam a competição e, por conseguinte, a exclusão, então não há nenhuma sustentabilidade em suas propostas de manejo e gestão.

O debate sobre sustentabilidade tem sido muito influenciado pela Economia neoclássica, o que tem provocado distorções na originalidade da proposta por meio de um grande esforço no sentido de traduzir as prioridades sócio-ambientais em preferências de mercado e, dessa forma, alinhando-se à ortodoxia neoliberal (VAN DAM, 2003).

As dificuldades impostas pelos programas de certificação são provenientes de sua estrutura fisiológica, a qual é construída sobre uma plataforma ideológica amplamente engalfinhada com os mecanismos de um mercado impulsionado pelo pensamento economicista. Os esquemas de certificação, elaborados dessa forma, trazem, em seu bojo, mecanismos que privilegiam, em primeiro lugar, os interesses dos grupos que participam ativamente na trama desses programas (GUTIÉRREZ, 2005).

Algumas características dos esquemas de certificação que desvendam este auto-protecionismo e explicam a exclusão das camadas menos privilegiadas são apontadas a seguir:

a) o princípio da equidade, defendido ardilosamente tanto por programas de certificação em turismo, como pelo FSC e ISO 140000, impõe os mesmos padrões para todos, sejam grandes ou pequenas empresas, comunidades rurais ou povos indígenas, e independe de sua situação social, econômica, geográfica, de sua capacidade técnica ou humana (FONT, 2003; VAN DAM, 2003; GUTIÉRREZ, 2005);

b) os padrões exigidos são semelhantes às exigências estabelecidas pela legislação dos países desenvolvidos que hospedam e elaboram tais programas, o que significa que não há a necessidade de realizar grandes investimentos adicionais para a obtenção da certificação por parte das empresas daqueles países (VAN DAM, 2003; GUTIÉRREZ, 2005);

c) o custo elevado da certificação que, como já sabemos, desempenha um papel altamente seletivo (MACCARRONE-EAGLEN e FONT, 2002; WWF-BRASIL, 2001; CAVALCANTI, 2001).

A certificação ambiental tem se configurado numa nova geopolítica econômico-ecológica promotora da mercantilização da conservação (VAN DAM, 2003), bem como em um novo instrumento da elite que tem servido para legitimar a dominação sobre os pequenos e pobres e promover a apropriação dos meios de produção pela classe dominante, a qual, por meio deste novo instrumento, premia a si mesma, desmotiva os pequenos empreendedores e torna ainda mais evidente, através de um selo, as diferenças entre aqueles que, por meio de seus critérios e julgamento, fazem um manejo aceitável ou ruim.

De acordo com a WWF-Brasil (2001), os indicadores de sustentabilidade utilizados atualmente na certificação do ecoturismo e turismo sustentável são tendenciosos e representam os interesses e a ótica da sociedade industrial urbana e, sobretudo, dos países desenvolvidos e grupos dominantes, ou seja, os responsáveis pela sua elaboração. Além disso, esses indicadores estão concentrados nos aspectos biológicos e físicos da questão ecológica e negligenciam a cultura das comunidades tradicionais expressa, por exemplo, no modo de produção tradicional baseado na relação dessas comunidades com os ecossistemas.

A isso, somemos o fato da certificação em ecoturismo e turismo sustentável ter adotado modelos empresariais de gestão e manejo, o que significa, no caso de comunidades tradicionais, a imposição de uma forma de pensar ocidental enraizada numa ideologia estranha a esses povos, o que se constitui numa forma inquestionável de violência cultural.

Medidas de mitigação para aumentar a adesão das pequenas empresas aos programas de certificação em ecoturismo e turismo sustentável, tais como o desenvolvimento de critérios simplificados e adequados à capacidade operacional e técnica de pequenas empresas, adaptação dos critérios à realidade local e a implantação do programa de certificação por meio de associações locais, são sugeridas pela WWF-Brasil (2001) e se constituem em medidas extremamente úteis, mas ainda insuficientes, pois não resolvem problemas importantes e decisivos, tais como:

- a) o alto custo de implantação e manutenção do programa;
- b) o fato da empresa continuar a ser o alvo do programa de certificação, o que não garante o desenvolvimento sustentável local ou regional;
- c) não há garantia de um benefício financeiro justo à população local, senão promessas de participação como empregados em cargos que, geralmente, exigem pouca qualificação;
- d) não há garantia que a população local participe do controle e administração do ecoturismo.

Em resumo, não há nenhuma garantia de haver um compromisso verdadeiro dos esquemas de certificação e das empresas certificadas com o desenvolvimento sustentável. A conclusão é que os esquemas de certificação, tal como foram concebidos até o momento, não são apropriados para garantir a legitimidade do ecoturismo, pois os efeitos produzidos por seus mecanismos de gestão e manejo, geralmente pautados no saber exclusivamente científico, estão grosseiramente em contradição com as proposições do ecoturismo, principalmente quando consideramos o envolvimento de comunidades tradicionais.

7.4. Novos horizontes para a certificação em ecoturismo

A questão que se coloca de agora em diante é como aprimorar este instrumento, pois é inegável que a certificação em ecoturismo possui um grande potencial para assegurar a prática desta modalidade turística de acordo com as proposições presentes em sua definição e, dessa forma, garantir o desenvolvimento sócio-econômico e a conservação ambiental a nível local e regional. Em outras palavras, o que devemos buscar na certificação em ecoturismo é o cumprimento daquilo que integra o conceito de ecoturismo, pressuposto elementar para a consecução dos objetivos dessa modalidade turística fortemente baseada na idéia de desenvolvimento sustentável.

O quadro do ecoturismo no Brasil tem se caracterizado pelo descontrole geral que se deve à falta de compromisso do mercado com os princípios que definem o que é ecoturismo. Em outras palavras, podemos afirmar seguramente que, ainda hoje, no Brasil não se pratica ecoturismo, embora o termo seja amplamente empregado com conotações distorcidas, isto

é, se considerarmos a definição oficial proposta pelo Grupo de Trabalho Interministerial – MMA, MICT, IBAMA e EMBRATUR (1994). Enquanto isso, a indústria do *ecoturismo de mercado* avança, impiedosamente, sobre as áreas naturais de alta relevância para a conservação, aliciando comunidades tradicionais a participar de um esquema que promete desenvolvimento econômico por meio da geração de sub-empregos e promove um alto impacto sócio-cultural que transgride os códigos de ética e os valores locais, deixando um rastro de miséria social ao longo de um percurso marcado pela procura de novas áreas inexploradas pelo turismo e o abandono daquelas que já se tornaram massificadas e totalmente descaracterizadas por meio da cultura do descartável.

Evidentemente que este panorama exige intervenção e controle, o que pode ser feito mediante a adoção de procedimentos contempláveis por um *sistema de certificação específico* que esteja fundamentado nas propostas do ecoturismo oficial e que considere as dificuldades e idiosincrasias locais.

A World Tourism Organization (WTO) tem ganhado prestígio e reconhecimento internacional por meio de trabalhos tutelados pela ONU (Organização das Nações Unidas), com o objetivo de organizar os esquemas de credenciamento em ecoturismo e turismo sustentável em nível mundial. Esses trabalhos têm recomendado e enfatizado o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade em nível local para o ecoturismo e turismo sustentável, o que deve ser feito a partir de considerações que incluam avaliações sobre as situações características de cada local (WWF-BRASIL, 2001).

Entendemos que os esquemas de certificação, tal como vem sendo elaborados, resultam de um processo construído e administrado pela esfera empresarial e, respaldados pelo poder econômico e pelo conhecimento técnico-científico, operaram, até agora, em favor dos grupos economicamente dominantes. O desenvolvimento de um sistema de certificação em ecoturismo, para ser coerente com a base conceitual onde se assenta esse segmento turístico, não pode seguir esse mesmo caminho. Sabemos que proposições que adotam esta direção vertical, de cima para baixo, embora seja um procedimento padrão em diversos programas e projetos para o desenvolvimento local e regional falharam, freqüentemente, em relação aos seus objetivos iniciais.

Uma possibilidade para a elaboração de um sistema de certificação que contemple os princípios do ecoturismo em áreas onde há envolvimento de comunidades tradicionais se dá

por meio da inversão da direção da proposta, isto é, a proposta deve ser elaborada pela comunidade e, quando muito, assessorada por um corpo técnico desvinculado de iniciativas empresariais. Este procedimento pode produzir uma série de mecanismos auto-protetores para a comunidade. Ao longo desse processo, é possível desenvolver mecanismos capazes de garantir proteção contra os impactos cultural e ambiental por meio de diretrizes locais e medidas específicas, as quais podem estar em sintonia com as diretrizes gerais determinadas por órgãos regulamentadores responsáveis pelo ecoturismo em nível nacional - como a EMBRATUR - e em nível internacional - como a WTO.

Entre vários mecanismos que podem auxiliar na proteção contra o impacto cultural e ambiental do turismo, está a noção de *qualidade local*, que se destaca pela sua importância ao procurar respeitar as idiossincrasias de cada grupo cultural no que se refere à noção de qualidade, constituindo-se em um dos pontos-chave para o sucesso de um projeto de ecoturismo.

7.5. A noção local de qualidade e a idéia de qualidade local

A certificação em ecoturismo é, sem dúvidas, um instrumento poderoso que pode, dependendo do uso que dele se faz, assegurar a prática do ecoturismo oficial. Mas lembremos que esse instrumento, tal como qualquer outro instrumento, produz resultados de acordo com a fundamentação ideológica de quem elabora as regras de uso e serve aos propósitos de quem o controla.

Entretanto, a certificação em ecoturismo, até agora, tem se constituído num instrumento inútil ao desenvolvimento sustentável e ao ecoturismo, tal como os entendemos neste trabalho. Os ideais da política desenvolvimentista atual - suporte estrutural na elaboração de programas de certificação ambiental - pressupõem o exercício da ganância, da ambição desmedida e da competição, cujas conseqüências são a exclusão das camadas mais frágeis da sociedade, a exploração geral e a miséria, sendo incompatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável e com a própria definição de ecoturismo. Sempre que esses ideais serviram de suporte para a elaboração de programas de certificação baseados na conservação ambiental ou na sustentabilidade, houve o fracasso ideológico desses

programas, apesar do sucesso econômico, o qual tem beneficiado, principalmente, os grupos dominantes (GUTIÉRREZ, 2005).

Entendemos que as questões relacionadas à certificação em ecoturismo devem ser planejadas ao nível da comunidade, a partir de seus princípios e valores, evitando, desta forma, que a comunidade seja atropelada pela indústria turística e seu desejo de padronização expresso pela certificação.

Seguindo por esta linha, a WWF-Brasil elaborou o conceito de *ecoturismo de base comunitária* que se define como o “turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (WWF-BRASIL, 2003, p. 23). Cabe salientar que a elaboração desse conceito faz parte de um programa da WWF que objetiva a certificação do turismo sustentável em que o ecoturismo de base comunitária está inserido.

A proposta contida no conceito do *ecoturismo de base comunitária* representa um grande avanço na direção da sustentabilidade da prática ecoturística, o que ocorre ao garantir não somente a inclusão das comunidades locais, mas, principalmente, o controle das atividades turísticas por parte da comunidade local. Contudo, ainda fica aberta a questão relacionada ao alto custo da certificação. Cabe também destacar que o fato de um programa de certificação garantir a sustentabilidade de uma atividade, produto, processo, serviço ou empresa, não significa que haja alguma garantia de implementação do desenvolvimento sustentável local ou regional. Além disso, a abordagem empresarial adotada nos programas de certificação mantém mecanismos que estimulam a competição, colocando em risco a integridade da estrutura e coesão comunitária, os quais se constituem em aspectos essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Uma característica comum a todos os programas de certificação diz respeito ao fato das empresas certificadas se constituírem em unidades independentes que concorrem livremente entre si na disputa pelo mercado. Na verdade, a principal motivação cultivada e pregada pelos programas e agências de certificação, que induz as empresas a se certificarem, é a garantia do aumento da competitividade. Se considerarmos que essas empresas partilham o mesmo selo, o que se traduz na partilha de princípios e metas orientadas a um mesmo objetivo, que poderia ser o desenvolvimento sustentável, podemos

concluir que há um problema conceitual discordante que anula a fundamentação teórica desses programas. Em outras palavras, entendemos que as empresas certificadas não partilham somente um selo e um sistema de normas, mas partilham também de princípios e metas que podem ser efetivamente alcançadas por meio de um esforço conjunto. O objetivo central de um sistema de certificação em ecoturismo não deve se limitar à promoção de uma empresa ou produto isoladamente do contexto macro-econômico, mas deve residir num esforço conjunto que vise à construção de sociedades sustentáveis.

Até agora, o mecanismo da competição serviu para assegurar a oferta de produtos e serviços com boa relação de custo e qualidade, o que é plenamente compatível com a base conceitual que dá suporte ao atual modelo de desenvolvimento, de caráter tecnocêntrico e baseado no crescimento econômico, mas que tem se mostrado totalmente insustentável. Não se atenta ao fato que a certificação é um instrumento que pode e deve substituir o mecanismo da competição, pelo menos entre empresas certificadas, pois é possível, por meio deste instrumento, assegurar níveis adequados da qualidade e reduzir os custos de operação. Para isso, é fundamental que se perceba cada empresa certificada como um parceiro potencial na busca de um *objetivo comum*, o que define a direção e o sentido na abordagem compreensiva. Portanto, nada mais razoável do que estabelecer um vínculo de ajuda mútua dentro do programa de certificação. Isso pode ser realizado por meio de mecanismos que estimulem o cooperativismo entre as empresas certificadas, o que se alinha perfeitamente com as propostas do desenvolvimento sustentável que estão subjacentes à definição de ecoturismo.

Esse tipo de mudança estrutural no instrumento de certificação, bem como a adoção de uma série de cuidados especiais, são necessários para se evitar um desastre sócio-cultural, principalmente quando se trata de comunidades tradicionais. Não é somente a inclusão dessas comunidades no rebanho da certificação que está em discussão, mas a que tipo de mudança elas estarão sujeitas para garantir a aquisição e manutenção do selo.

Devemos estar atentos para não impor um modelo que procura transformar a comunidade numa espécie de presépio programado para receber turistas, utilizando padrões e critérios estabelecidos pela lógica do mundo urbanizado, ou torná-los meios de reprodução de um saber estranho ao lugar. A certificação em ecoturismo de base comunitária não pode significar, de modo algum, que esses grupos devam ser integrados a um mercado agressivo

e competitivo, ou que tenham que mudar drasticamente os seus modos de vida. Ao contrário disso, deve significar que eles tenham o seu modo de vida garantido e respeitado por meio deste instrumento, o qual deverá assegurar também o desenvolvimento sócio-econômico e a conservação ambiental.

A noção de qualidade é um dos aspectos que possui grande peso nesta questão. De acordo com Lage e Milone (2000) as expectativas do turista em relação ao conforto material aumentam nos lugares de destino turístico. No esforço de atender à demanda do turista, a comunidade local se sente inibida e procura se adaptar a uma idéia estranha de qualidade que, geralmente, exige modificações de etiqueta, modificações no cardápio e reformas estruturais físicas, o que sempre implica em investimentos financeiros.

A noção local de qualidade é um aspecto susceptível ao impacto do turismo. Não obstante, os programas de certificação em turismo, do modo como têm sido formatados, podem se constituir num catalisador para o dismantelamento da noção local de qualidade quando determina novos padrões de qualidade e novos procedimentos para a recepção e acomodação de turistas.

Notemos que o selo, enquanto instrumento determinante de padrões e noção de qualidade, exprime a audácia e arrogância da cultura urbana ocidental, procurando impor sua visão limitada de mundo à comunidade local no esforço de reproduzir as condições existentes em seu próprio universo. Desta forma, o selo da certificação lacra as vias de acesso para um outro universo cultural e anula o potencial de troca, aprendizado e formação humana que o ecoturismo pode promover, impedindo o turista de viver uma experiência legítima.

A padronização, como já apontamos anteriormente, é decorrente da influência de ideologias pretéritas que, calcadas na noção massificada de desenvolvimento, remetem à idéia de linha de produção industrial do século XVIII. O desejo pela simplificação do mundo, característico dos modelos de investigação científica sustentados pelo pensamento reducionista, impregna a necessidade de padronização presente em quaisquer propostas de sistemas certificadores existentes. Contudo, devemos salientar que a padronização pode ser eficiente para máquinas e procedimentos técnicos, mas a certificação em ecoturismo deve assegurar, antes de tudo, que o homem continue a ser humano. O esforço dos sistemas de certificação para estabelecer um padrão de qualidade único internacionalmente é o

resultado da negligência em relação à importância da diversidade cultural e decorre de uma atitude etnocêntrica própria das culturas colonizadoras.

A certificação do turismo no Vale do Ribeira aparece no trabalho da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (2005, p. 228) como uma das ações necessárias para viabilizar o uso sustentável de recursos naturais, tal como esclarece o trecho abaixo.

Há, no entanto, problemas estruturais que comprometem o uso sustentável dos recursos para fins turísticos, a saber: (...) inexistência de uma marca regionalizada que potencialize a congregação de todas as boas características que compõem os municípios da região, inclusive em termos de agregar valor na composição de produtos turísticos (...).

Ao diagnóstico, sempre segue a medicação. Cumprindo com a máxima, a articulação dessa *marca regionalizada* já está em andamento por meio da elaboração de um “selo verde”, o qual se define num distintivo aplicado por meio de um programa de certificação denominado Projeto Selo Verde (AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 2005, p. 279).

A Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira¹, em parceria com outras instituições, deverá articular a instituição de um selo verde para as empresas e projetos que sejam ambientalmente responsáveis (certificação ambiental) e que forneçam um padrão mínimo de conforto e de qualidade na prestação de serviços, bem como no fornecimento de produtos.

Tomando por base o ideal de qualidade para a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, subentendido a partir da referência adotada para a avaliação dos equipamentos turísticos no Vale do Ribeira (Seção 5.4.), é natural que haja alguma apreensão em relação ao que pode resultar desse “selo verde”.

Por outro lado, existe a possibilidade de se empregar a *idéia de qualidade local* como parte do produto turístico, isto é, assumir aquilo que a comunidade considera de boa qualidade a partir de sua própria cultura. Dessa forma, é possível garantir a manutenção dos valores locais, do modo tradicional de recepção e acomodação, do cardápio típico da região e da etiqueta local, o que pode ser implementado sem grandes investimentos. Além disso, essa

idéia de qualidade local é algo que, também, pode ser garantido por um sistema de certificação, mas não antes de se proceder ao realinhamento desse instrumento.

7.6. Re-alinhando o instrumento de certificação

Se a certificação é realmente o caminho por onde o ecoturismo será implementado, como nos permite entender as ações dos órgãos envolvidos no fomento dessa atividade no Vale do Ribeira, então que isso seja feito de modo coerente com a fundamentação ideológica, sustentada pelo conceito de desenvolvimento sustentável, presente na base conceitual dos programas de certificação ambiental.

O realinhamento do instrumento de certificação, para ser empregado em ecoturismo e considerando a presença de comunidades locais, exige uma inversão na direção da proposição, ou seja, a iniciativa da proposta deve se originar a partir de uma atitude organizada da comunidade. Uma proposta assim formulada pode conter diretrizes de autoria comunitária que estimulem a valorização do conhecimento tradicional, normas e determinações de padrões de qualidade a partir de uma abordagem local, refletindo os valores e a visão de mundo da comunidade e assegurando, por um lado, a manutenção da cultura local, e por outro lado, a oferta de um produto capaz de assegurar uma experiência original para o ecoturista. Entendemos que a certificação em ecoturismo, desde que formulada a partir de uma ação comunitária baseada na conservação ambiental, pode e deve se constituir num instrumento eficiente para garantir níveis de qualidade e de custos satisfatórios, portanto, prescinde do mecanismo da competição, o qual possui efeitos nocivos que degradam a estrutura comunitária. Além disso, cada empresa, entidade ou localidade certificada partilha os mesmos princípios e metas, sendo indiscutível que tais objetivos podem ser mais facilmente alcançados por meio de um esforço conjunto sob uma estrutura orientada pela cooperação.

Uma experiência que pode servir de referência para a elaboração de um sistema de certificação para o ecoturismo a partir de uma plataforma comunitária já está em curso nos estados sulinos do Brasil. Embora não se trate propriamente de certificação em ecoturismo, a *certificação participativa*, que trata de produtos provenientes da agricultura orgânica, está

fundamentada na idéia de controle de qualidade pelos próprios produtores, os quais se organizam dentro de uma estrutura em rede baseada em princípios éticos. A elaboração das normas que integram o programa de certificação é resultado de diálogos coletivos embasados por uma relação de cooperação subjacente à noção de redes, uma estratégia essencial para assegurar a responsabilidade e o compromisso sócio-ambiental. Abaixo, transcrevemos um trecho de Serva e Andion (2004, p. 4) que define a fundamentação da certificação participativa.

(...) a certificação participativa funda-se na construção coletiva de normas (embora sendo únicas para toda a Rede [Ecovida], foram fruto de discussão coletiva e permite-se a revisão das mesmas, através de propostas que podem ser encaminhadas à coordenação da Rede para nova discussão coletiva), na co-responsabilização dos membros pelo cumprimento dessas normas e no controle social de todo o processo, enfatizando a interação entre os produtores e a relação de proximidade.

O cooperativismo é um elemento presente no cenário comunitário do Vale do Ribeira. A prática denominada *mutirão*, ainda muito freqüente nas comunidades quilombolas dessa região, e outrora também muito freqüente entre comunidades caiçaras e rurais, é um exemplo que ilustra muito bem a coesão e dinâmica comunitária em torno de um objetivo comum.

A certificação do ecoturismo deve estar pautada em mecanismos que estimulem o cooperativismo, fortalecendo a coesão do grupo, criando condições e oportunidades para que toda a comunidade possa participar. Essa estratégia deixa evidente que cada entidade certificada, considerando-se a fundamentação do selo nesses conceitos, comunga nos mesmos princípios que as demais, partilhando o mesmo projeto e reunindo forças para alcançar o mesmo objetivo.

A certificação em ecoturismo, assim definida, mantém algumas características do sistema de certificação convencional, mas se destaca pela origem e direção da proposição. Vários mecanismos que antes produziam efeitos negativos aos pequenos empreendedores, a partir do realinhamento do instrumento de certificação, podem operar em benefício desses grupos, como é o caso da *seletividade* que passa a privilegiar e incentivar iniciativas locais, ao mesmo tempo

em que pode inibir e desestimular o estabelecimento de empresas de fora. Outra característica que espelha o modelo convencional de certificação, mas passa a operar em favor dos grupos menos favorecidos financeiramente, é o fato de não haver necessidade de grandes investimentos adicionais por parte das empresas locais, pois as normas e padrões são baseados na cultura local, isto é, eles refletem aquilo que já está estabelecido.

Embora o sistema de certificação em ecoturismo, considerando o processo de realinhamento desse instrumento, possua um caráter que se opõe à imposição cultural que se define a partir do desejo de padronização da qualidade, isto não significa que esteja em desacordo com as diretrizes nacionais e internacionais do ecoturismo e turismo sustentável. Ao contrário disso, acreditamos que o instrumento de certificação redirecionado para uma plataforma comunitária pode garantir, de modo eficaz, que o ecoturismo cumpra o exercício previsto pela sua própria definição em nível nacional e internacional, isto é, que o ecoturismo possa materializar os conceitos presentes nas *Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo* (GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL MMA-MICT-IBAMA-EMBRATUR, 1994) e nas *Diretrizes Internacionais para o Turismo Sustentado* (UNEP e CDB, 2002).

Entendemos que a certificação em ecoturismo, principalmente quando há o envolvimento de comunidades locais, deve garantir que o pescador, o pequeno produtor, a dona-de-casa, entre outros, continuem fazendo aquilo que gostam e sabem fazer, e que assim prosperem em consonância com os princípios da sustentabilidade. O que não queremos, e presumimos ser também a opinião da comunidade, é que a indústria turística, instrumentalizada com sistemas de padronização e amparados por uma lógica ocidental, os transformem, a contra-gosto, em guias turísticos e vendedores de refrigerantes.

Notas

¹ De acordo com a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira (2005, p. 230), a Agência de Desenvolvimento do Vale do Ribeira é uma “OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) ligada ao MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar”.

Considerações finais

Entendemos que o ecoturismo, caso seja considerada a sua definição oficial, não representa uma solução imediata para atenuar o estado de pobreza material no Bairro da Serra e, tampouco, no Vale do Ribeira. Isso se deve ao fato do ecoturismo pressupor, para a sua funcionalidade, a existência de uma plataforma sustentada por uma ampla consciência social e ambiental. Ou seja, para que o ecoturismo possa funcionar como um instrumento destinado à formação de uma consciência social e ambiental, como determina a sua definição oficial, antes, é necessário que ele seja produto dessa mesma consciência. Isto é, essa consciência deve estar presente nas comunidades receptoras para que o ecoturismo possa ser implementado com sucesso. Contudo, a formação ou o desenvolvimento dessa consciência é, geralmente, um processo que exige tempo e um intenso trabalho educacional. Além disso, a produtividade econômica não é, certamente, a tônica do ecoturismo oficial, tal como tem pretendido a indústria do turismo. Esse fato se deve à necessidade de ordenação da visitação turística que resultará, provavelmente, no controle do número de visitantes e, como consequência, na redução do aporte financeiro proveniente do turismo massificado. Não obstante, a lucratividade do ecoturismo é algo que não pode ser desconsiderado totalmente, mas deve ser entendido de modo comedido, diferentemente da panacéia que dele se espera.

Acreditamos que a formação de uma plataforma em que o ecoturismo oficial possa ser implementado, propicia também condições favoráveis para a consecução de outras práticas produtivas sustentáveis que, em conjunto com o ecoturismo, poderiam representar uma alternativa econômica para as comunidades afetadas pela implantação das unidades de conservação no Vale do Ribeira. Dessa forma, o negócio ecoturístico se complementa com outras atividades produtivas alinhadas com uma mesma base conceitual. Essa base conceitual, entretanto, quando é produto de diretrizes, normas e regulamentos estranhos ao lugar, pode produzir impactos negativos sobre a cultura local, impondo novos valores, novos costumes e uma nova idéia de qualidade, o que conduziu à necessidade de examinar os sistemas de certificação no presente trabalho. Entendemos que essa base conceitual é mais funcional quando resulta da formação de uma consciência sócio-ambiental capaz de

subsidiar a implantação de atividades sustentáveis e, de modo destacado, determinar o sentido do processo de desenvolvimento local.

Esse aspecto da consciência, isto é, quando determina o sentido do processo de desenvolvimento, é fundamental para trazer a discussão sobre o desenvolvimento como a materialização do desejo de transformação do estado atual das coisas em um outro estado em que a realização humana seja possível. Nesse sentido, essa consciência tem sua importância não somente como agente revelador do estado atual das coisas enquanto consequência de utopias pretéritas, mas, sobretudo, como um meio de possibilitar a integração das dimensões social e ambiental ao sentido do processo de desenvolvimento como prerrogativa para a realização humana na busca pelo bem-estar e felicidade.

Por outro lado, o ecoturismo de mercado, que responde de modo quase absoluto pela grande expansão desse segmento da indústria turística, é a via mais simples e rápida para gerar recursos financeiros, mas com um alto custo social, ambiental e cultural, sinalizando para a incorporação da mão de obra local à indústria turística e apontando a extinção cultural local como meio de solucionar a pobreza material, tal como discutimos nos capítulos anteriores.

Contudo, uma das maiores limitações da estratégia de se empregar o ecoturismo de mercado como uma alternativa para a solução do conflito sócio-ambiental no Vale do Ribeira, diz respeito ao fato dessa estratégia estar focada no combate à *pobreza* como se esse fosse um problema possível de ser combatido ou solucionado, simplesmente, através de atividades produtivas ou negócios comerciais. A noção presente no senso comum de que o problema do Vale do Ribeira é a pobreza constitui-se numa *idéia-síntese* resultante de análises anteriores que julgaram os problemas regionais a partir de uma abordagem centrada no pensamento econômico baseado no crescimento como pressuposto ao desenvolvimento. A limitação das estratégias que buscam solucionar o conflito regional por meio de soluções baseadas nessa *idéia-síntese* torna-se evidente quando não percebe que o problema esteja, justamente, no sentido da ação contida nas estratégias direcionadas ao fortalecimento econômico que aponta, sempre, para a riqueza material. Ou seja, é provável que o problema desenvolva-se muito mais em decorrência da riqueza do que, como nos faz pensar essa *idéia-síntese*, da pobreza.

Sob a luz da análise compreensiva foi possível *desconstruir* essa idéia-síntese e revelar o agente responsável não só pela pobreza material regional, mas também pelo próprio conflito que se instalou entre as comunidades locais e as unidades de conservação que foram implantadas, regionalmente, como uma medida emergencial para conter o avanço dos efeitos negativos sobre o ambiente natural provenientes do modelo de produção centrado na reprodução do capital financeiro e direcionado ao crescimento econômico.

O ecoturismo, que aparece como uma fórmula para atenuar o conflito entre comunidades afetadas pela presença das unidades de conservação e as leis de preservação ambiental que instituem essas unidades, tem se manifestado, principalmente, em seu formato mercadológico, resultando numa ameaça ao bem-estar de comunidades receptoras, entre outros problemas já assinalados. Diante do quadro potencialmente perigoso determinado pelo ecoturismo de mercado, tanto para as comunidades receptoras, como para o ambiente natural, a certificação tem sido apresentada como o meio necessário para efetivar a prática ecoturística dentro de padrões “sustentáveis”.

Por outro lado, a necessidade de certificação do ecoturismo como um meio de forçar o cumprimento do conteúdo conceitual que define essa modalidade turística é um sintoma claro da incompatibilidade fisiológica entre o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e o ecoturismo oficial, que é uma formulação baseada na idéia de desenvolvimento sustentável. Apesar disso, acreditamos que o ecoturismo, desde que seu significado oficial seja garantido por meio de um sistema de certificação empreendido em nível comunitário e sustentado por um conceito de desenvolvimento sustentável que entenda fortalecimento econômico como consequência do desenvolvimento humano, pode funcionar como um instrumento eficiente de conscientização, sensibilização e transformação social, que são aspectos essenciais para definir as bases de *uma outra educação* como via de acesso ao compromisso e responsabilidade do sujeito em relação ao meio sócio-ambiental. Essa perspectiva confere um papel importante ao *lugar* turístico como agente ativo no processo de desenvolvimento.

Entendemos que o *lugar* turístico, principalmente quando há o envolvimento de comunidades locais, não pode ser, simplesmente, um elemento passivo diante das pressões verticais empreendidas a partir de um processo globalizante, o qual materializa a ideologia hegemônica calcada no progresso material e na ordenação sistemática do saber, sob o risco

de desaparecer na homogeneização da mercadoria industrializada. Antes disso, o *lugar* tem como desafio a tarefa de se organizar para constituir-se em força de transformação do cenário global, colaborando ativamente no processo de desenvolvimento humano como resultado do desenvolvimento da consciência. Nesse sentido, a *cultura local* não pode ser tratada levianamente como mercadoria, mas deve se constituir em agente de resistência, integração e transformação, servindo de referência e contraponto ao diversificar o repertório de leituras sobre *o atual estado das coisas*. O raciocínio que se desdobra a partir dessas considerações conduz ao entendimento de que os monitores ambientais, para o caso do Bairro da Serra, possuem um papel central no trabalho de educação do turista, pois são os intermediários entre a cultura local e os turistas. Esse contato entre mundos diferentes é uma via de duas mãos para o trânsito de informações e influências culturais. Para que esse processo possa alcançar o mérito de um trabalho educacional voltado ao desenvolvimento de uma consciência sócio-ambiental, como determina o conceito de ecoturismo, parece-nos indispensável para a população local assumir o seu próprio discurso, que é manifestação da cultura local, como requisito básico na formação dos monitores ambientais.

Não obstante, o aspecto sustentável que se deseja ao ecoturismo é algo que não pode se limitar a essa modalidade turística, mas deve, sobretudo, nortear o planejamento e ordenamento de outras formas massificadas de turismo. Portanto, não se deve, simplesmente, esperar que o ecoturismo abra as fronteiras para a entrada do turismo massificado, mas que aponte direções e promova a transformação de outras formas de turismo por meio da educação, sensibilização e construção de uma consciência sócio-ambiental. Não se trata, portanto, de descobrir novos lugares, mas transformar os velhos lugares através de novos comportamentos como resultado de uma outra consciência.

Por outro lado, a consecução desse caráter sustentável no ecoturismo tem por base o controle do número de visitantes numa determinada área. Esse controle, que resulta da redução das taxas de visitação, é válido também para outras formas de turismo que se pretendam sustentáveis. Para entender os desdobramentos desse tipo de controle, devemos lembrar que quando vivemos num mundo sob o domínio do capital, o dispositivo para se efetuar o controle do número de visitantes sempre fica por conta da lei de mercado que relaciona oferta e procura, ou seja, se o produto torna-se escasso e a procura é alta, os preços sobem. Dessa forma, os controles efetuados por meio de mecanismos de mercado

favorecem as classes melhor posicionadas economicamente, produzindo ou exacerbando o elitismo na prática do ecoturismo e de outras modalidades sustentáveis de turismo. Esse aspecto seletivo e excludente, que pode ser potencializado por meio de controles baseados na lei de mercado da oferta-e-procura, possui um efeito obviamente negativo, privando os segmentos sociais menos favorecidos economicamente de exercerem o seu direito ao turismo. Esse é um problema grave que parece não dispor de soluções imediatas e exigirá, provavelmente, um ordenamento tanto mais criativo do que rigoroso por parte dos órgãos responsáveis pela implementação do ecoturismo e turismo sustentável no Vale do Ribeira como parte das soluções para o problema da elitização no turismo.

Contudo, entendemos que o sucesso de projetos baseados no ecoturismo no Vale do Ribeira exige mais do que pode oferecer um sistema de certificação, mesmo que desenvolvido dentro de uma perspectiva comunitária. As desordens ambientais que verificamos no Vale do Ribeira durante os trabalhos de campo, tais como a exploração do cascalho, a contaminação ambiental por chumbo, a degradação das matas ciliares no rio Ribeira de Iguape, as pressões para a construção de hidrelétricas, entre outros, são a evidência da manifestação de uma forma de pensar e de relacionar-se com o ambiente ainda baseada na exploração e uso irresponsável do território, resultando num modelo de administração que põe em risco o patrimônio natural da região. Nesse sentido, as unidades de conservação cumprem seu papel protegendo os últimos remanescentes da Mata Atlântica, ainda que baseadas em modelos de preservação pouco eficazes para garantir a viabilidade genética de algumas populações e o equilíbrio ecológico dentro desses sistemas delimitados artificialmente.

Se, por um lado, as unidades de conservação asseguram algum nível de preservação ao componente físico-biológico no Vale do Ribeira, o mesmo não acontece com o componente sócio-cultural que integra este mesmo ambiente. Esse desequilíbrio nos vetores da ação do Estado que privilegiou o aspecto físico-biológico em detrimento do aspecto humano na região deflagrou um conflito de proporção regional. Esse conflito, na medida em que cada uma das forças internas opositoras reúnem argumentos irrefutáveis, converte-se em paradoxo quando apresenta uma contradição insolúvel.

O paradoxo, entretanto, só se mantém enquanto insistimos em abordá-lo por meio do mesmo pensamento que o produz, isto é, o pensamento disjuntivo que transforma o

especialista num fiel guardião e defensor de seu pequeno quinhão do saber científico. Para resolver esse paradoxo, é necessário, antes, mudar de perspectiva, ou seja, mudar a lente através da qual abordamos essa questão. Entendemos que esse paradoxo se forma onde se confrontam as necessidades de preservação ambiental e uso produtivo do ambiente numa disputa encarniçada pelos últimos pedaços do ambiente natural no Vale do Ribeira. Os atores que integram o conflito sócio-ambiental encontram teóricos e partidários que fortalecem esse conflito quando apresentam suas razões que se polarizam, entrechocam-se e anulam-se mutuamente, cristalizando o conflito e produzindo o paradoxo. Dessa forma, terminamos distraídos pelo embate infundável e deixamos de perceber a causa primeira do conflito em questão, isto é, a força responsável pelas desordens ambientais que produz o conflito. Não se percebe que o objeto de disputa, os últimos e preciosos fragmentos florestais, e mesmo o processo de disputa, que resulta no conflito sócio-ambiental, são consequência da busca pelo crescimento econômico por meio de um modelo de desenvolvimento que negligencia a saúde do ambiente natural e daqueles que nele se integram, enquanto se concentra na acumulação financeira baseada na exploração social e ambiental. Assim, o conflito surge como manifestação espontânea de um sistema político-econômico conivente com o consumo do ambiente natural e com a degradação das culturas que ali se abrigavam.

A cristalização do conflito mediante o olhar disjuntivo do modo de pensar contemporâneo dificulta a evolução da discussão sobre o embate sócio-ambiental que ocupa o cenário das unidades de conservação no Vale do Ribeira. Para esclarecer um pouco mais nosso ponto de vista, ilustramos esse raciocínio tomando como exemplo uma questão bastante infantil, mas que sempre provoca confusão mesmo entre os mais instruídos. A questão: “quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha?” A dificuldade para se encontrar uma solução só existe porque o pensamento disjuntivo separa o ovo da galinha, produzindo, dessa forma, um dilema insolúvel. Contudo, a solução torna-se simples quando rompemos o dilema rompendo com a forma hegemônica de pensar, ou seja, quando adotamos uma outra perspectiva baseada antes na conjunção do que na disjunção. Por meio dessa outra forma de pensar é possível reunir e religar as partes constituintes daquilo que é uma coisa só, pois a confusão surge na medida em que separamos o que não pode ser separado, sob o risco de perder a sua significação acerca da *coisa-no-todo*. Portanto, a partir dessa outra forma de

pensar, tanto o ovo como a galinha, enquanto unidade indissolúvel, surgem juntos ao longo da história evolutiva.

Homem e ambiente natural são, também, partes inseparáveis de um único elemento. Com essa assertiva não queremos advogar que as fronteiras das unidades de conservação devam se abrir para uso indiscriminado por parte das populações locais. Queremos simplesmente apresentar nossa compreensão que o conflito sócio-ambiental é insensato sob a perspectiva que devolve aos atores do conflito a sua unidade fundamental. Como partes de uma mesma unidade, como um único organismo, é natural que se entenda a necessidade de substituição das forças de oposição e choque entre os atores do conflito por outras baseadas na cooperação, que é reunião, conjunção e religação. Portanto, a natureza do conflito não se deve à presença das unidades de conservação e, tampouco, às reivindicações dos povos do entorno, mas a uma *força subjacente* que se manifesta nas desordens sociais e ambientais características da crise global contemporânea.

O florescimento dessa nova unidade marcada pela união entre homem e ambiente natural, que no Vale do Ribeira encontra seus equivalentes nas unidades de conservação e populações locais, só é possível quando se identifica a força que, materializada no modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, produz os fragmentos florestais, que é a mesma força que oprime as populações locais, apartando-as do ambiente onde se integravam. A identificação dessa força geradora do conflito é essencial para que se possa fazê-la recuar e instaurar um processo de transformação das relações de produção em busca de um modelo de desenvolvimento coerente com essa outra percepção que integra o homem ao ambiente natural.

O ecoturismo, entendido como um segmento moderno do turismo, aparece como resposta a uma necessidade do homem submetido à pressão da eficiência produtiva no mundo urbanizado contemporâneo. A nostalgia da vida no campo, ou do simples contato com a natureza que, às vezes, assume um caráter radical por meio do desejo de retorno ao mundo natural, é resultado da mesma busca que impulsionou grandes migrações para os grandes centros urbanos. A oferta de um amplo mercado de trabalho nesses grandes centros sempre foi sinônimo de alcançar êxito por meio da acumulação financeira, ou seja, é o “vencer na vida” como resultado da mercantilização do bem-estar e da felicidade. É ao longo da busca pelo bem-estar e felicidade, suporte básico para a realização humana, que o homem

encontra o seu estado máximo de inquietação, a força motriz que promove os deslocamentos de massas migratórias para os grandes centros para, depois, levá-las de volta ao mundo natural por meio do turismo.

Se é verdade que os conflitos sócio-econômicos são o motor da História (MARX, 1980), então a inquietude humana, definida pela busca do sujeito por sua realização, é, certamente, o combustível que alimenta esse motor. Contudo, a realização humana tem como requisito a exigência que o homem decifre o labirinto que se interpõe entre ele e sua meta final. Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, se não é uma solução ao enigma, foi, ao menos, uma alternativa que, agora, já nos parece inverossímil.

Entendemos desenvolvimento como movimento e transformação no processo de construção das civilizações humanas. A idéia de desenvolvimento, entretanto, sempre está condicionada ao modo de se pensar de uma determinada época, ou seja, em última instância, é produto da consciência de uma época que se materializa na ação prática. Dessa forma, chegamos a aquilo que Hegel (2007) entende como o “desenvolvimento histórico da consciência”. Em outras palavras, o desenvolvimento da consciência é um processo que condiciona a idéia de desenvolvimento como solução ao labirinto que se interpõe entre o homem e sua realização.

Não obstante, o desenvolvimento da civilização humana, até agora, encontra no *mito de Sísifo* uma representação emblemática para o sacrifício que conduz, invariavelmente, à ruína. E, encarnada na figura do próprio Sísifo, parece que nossa civilização chegou, mais uma vez, ao topo da colina com seu pesado fardo pronto a rolar vertente abaixo. Mas, de modo diverso ao aprisionamento eterno de Sísifo, o homem, ao menos em teoria, é dono e cultor de seu próprio destino. Curiosamente, ao mesmo tempo que a humanidade se aproxima de um colapso sócio-ambiental, mais do que nunca, dispõe de todos os recursos para evitá-lo.

Analisando o sistema político-econômico de modo compreensivo, isto é, procurando restituir a sua condição de *coisa-no-todo*, percebemos que o controle desse sistema está totalmente nas mãos da população. Isso se deve, basicamente, a um viés histórico contido nas estratégias de dominação social sustentadas pelo acúmulo de poder como resultado da exploração ambiental e social. Esse viés histórico se delinea na verticalização do sistema

político que é uma estrutura de dominação social em que a natureza do poder tem sua plataforma nos estratos inferiores da sociedade, o grosso da população mundial, que subsidiam, por meio da produção e do consumo, as ações e decisões políticas nos estratos superiores que acumulam poder por meio dos fluxos financeiros, que para lá estão canalizados. Como já discutimos anteriormente, o poder dos Estados está cada vez mais condicionado à capacidade produtiva dos mercados, os quais são responsáveis, em boa medida, pelo fortalecimento econômico e aumento de poder das nações. Os mercados, por sua vez, estão completamente sustentados pela sociedade civil, seja por meio do consumo de bens e serviços, seja por sua capacidade produtiva. Portanto, todo o funcionamento do sistema político-econômico depende da base que serve de sustentação, ou seja, depende da sociedade em geral. Com efeito, há uma inversão freqüente em relação às expectativas da sociedade no que tange às obrigações e responsabilidade do Estado. Em outras palavras, espera-se dos Estados a elaboração de medidas administrativas para a contenção da crise sócio-ambiental, quando, na verdade, o Estado é apenas o reflexo do estado de consciência da sociedade. Seguindo por esse raciocínio, os mercados também são um produto da sociedade e se configuram na medida justa para atender às expectativas de consumo em acordo com o nível de consciência de uma sociedade em seu tempo. O mesmo se pode dizer acerca da produção do saber nas universidades que, assim como os Estados e os mercados, são produtos da mesma equação. Lembremos que nossos políticos, estadistas, empresários e cientistas foram educados de acordo com os princípios e valores de nossa sociedade, passaram pela educação formal de qualidade e o resultado do trabalho que executam é a expressão da consciência da sociedade que os preparou. Por esse motivo, entendemos que as transformações necessárias para a elaboração de soluções para a crise sócio-ambiental não podem ser empreendidas, eficazmente, de cima para baixo, pois o que está em cima, seja a superestrutura, seja o Estado respaldado pelos mercados (ou vice-versa), seja o estrato em que se concentra o poder financeiro, tudo isso é apenas o reflexo do estado de consciência da sociedade enquanto matriz e plataforma de sustentação para o sistema responsável pelo atual estado das coisas.

Neste ponto, é conveniente abrir um breve parêntese para situar nosso entendimento acerca do que designamos por *consciência*. Embora estudos sobre a consciência estejam em voga atualmente, sendo conduzidos por novas disciplinas como, por exemplo, a Filosofia da

Mente que reúne a Neurociência, a Psicologia, estudos da linguagem e experimentos com microprocessadores de computador, não é por esse caminho que abordamos o conceito em questão. Adotamos um caminho muito mais simples, mas suficiente pra subsidiar a discussão que ora empreendemos.

Entendemos *consciência* como um *estado* que se manifesta no processo de percepção de um objeto *lato sensu* qualquer em relação a outros objetos e ao próprio sujeito. Para ilustrar a dinâmica da consciência e seu desenvolvimento, tomamos como exemplo um foco de luz que incide sobre um objeto iluminando-o em meio à escuridão. Ao passo que distanciamos a fonte de luz, o foco se amplia revelando, além do objeto em questão, outros elementos que se situam ao seu redor. Nesse processo, é possível identificar um objeto específico em relação ao seu meio, incluindo novos elementos e parâmetros na medida em que o foco de luz se amplia. Entretanto, a consciência não é, simplesmente, esse foco de luz que incide sobre os objetos, mas um estado do sujeito em relação a esses objetos que lhe permite não somente percebê-los fisicamente, mas, sobretudo, perceber as conexões que se estabelecem entre eles. Refinando um pouco mais nossa explanação, a consciência é, em resumo, o *estado compreensivo* do sujeito ou de uma sociedade, o que se define pela capacidade de se reunir aspectos integrados e complementares à percepção de um objeto como a coisa-notodo.

Após essa breve digressão, retomemos o curso de nossa discussão. Estendendo o raciocínio que elaboramos sobre as inter-relações na estrutura política e social, percebemos que o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico é um instrumento da sociedade em geral (Estado, mercados, instituições de pesquisa, sociedade civil) a qual conspira para o funcionamento e efetivação desse modelo, num círculo em que já não é mais possível identificar o que é causa e o que é efeito, um círculo em que homem e instrumento se produzem mutuamente. Essa análise revela que há nesse modelo de desenvolvimento uma relação estreita e harmoniosa entre o nível de consciência da sociedade e o atual estado das coisas no mundo contemporâneo como resultado de um modo de pensar. Esse nível de consciência determina não somente os instrumentos que produzimos e o uso que deles fazemos, mas, sobretudo, o sentido da ação social.

Entretanto, o que perturba a harmonia desse sistema ideológico é a crise sócio-ambiental que emerge como resposta à expressão da consciência inscrita nas idéias e materializada

nas ações práticas, convertendo-se em mal-estar e ameaça à sobrevivência do próprio homem, contradizendo os requisitos para a solução do labirinto que separa o homem de sua realização. A insatisfação produzida pelo atual estado das coisas conduz o homem de volta para a idéia de desenvolvimento, cuja busca por *um outro estado das coisas* define o sentido da ação social.

Ao longo desse processo, o homem, por meio da consciência como manifestação de seu estado compreensivo, experimenta o resultado do sentido enquanto formulação de uma consciência pretérita que não pode mais satisfazê-lo mediante a sua consciência atual (HEGEL, 2007). Sob essa condição de insatisfação, o homem é impulsionado a rever a natureza do processo que determina o seu destino e restabelecer novos sentidos para o desenvolvimento humano como fórmula para a resolução de seu próprio enigma.

Ao final dessa reflexão, podemos retomar a idéia da força subjacente que, como dissemos anteriormente, se manifesta nas desordens sociais e ambientais características da crise global contemporânea, e procurar identificá-la. Essa força, que é subjacente à ação social, não se trata, simplesmente, do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico. Trata-se do vetor resultante do desejo de desenvolvimento e da consciência que, por meio das idéias, estabelece as bases para a ação prática como meio de alcançar o sentido finalista do desenvolvimento enquanto o lugar da realização humana.

Essa força subjacente à ação social, que é uma força de transformação, possui em sua base o desenvolvimento da consciência como pressuposto ao desenvolvimento humano. Nesse sentido, a educação tem, com efeito, um papel preponderante no processo de formação e ampliação da consciência. Contudo, essa demanda exige, ainda, a construção de uma outra educação baseada na totalização do homem, capaz de devolver ao ser humano sua capacidade de integrar-se ao universo sócio-ambiental e torná-lo agente de transformação e transição para um outro estado das coisas em que compromisso e responsabilidade sócio-ambiental surgem não como preceitos e diretrizes de uma cartilha de educação, mas como consequência inevitável do desenvolvimento da consciência. Nesse processo, os sonhos e a utopia possuem papel fundamental, pois estabelecem o sentido da ação empreendida pelo sujeito reflexivo que só existe socialmente como parte complementar ao ambiente natural, definindo as bases para um desenvolvimento que, pretendendo-se sustentável, seja capaz de

condicionar sucesso econômico à realização do ser humano (veja FREIRE, 2005; MARCUSE, 2004; MORIN, 1998).

Ao longo deste trabalho, evitamos, sempre que possível, a abordagem administrativa sobre as questões relacionadas ao problema em estudo. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer a importância desse tipo de abordagem que, via de regra, produz soluções práticas e emergenciais para problemas específicos e delimitados. Entendemos que a abordagem administrativa, por meio de medidas sempre paliativas, é incapaz de refletir sobre a natureza do conflito e dos problemas produzidos no seio de um sistema que, através dessas mesmas medidas de atenuação, tem a sua sobrevivência estendida.

Acreditamos que o problema em estudo transpõe as fronteiras artificiais dos contornos físicos e políticos, bem como os compartimentos do saber científico contemporâneo. A partir de nossa leitura, procuramos situar o problema em estudo tomando como ponto de referência a dimensão local, definida pelo Bairro da Serra, e situá-lo dentro de um contexto mais amplo em que procuramos integrar as diferentes dimensões que pensamos serem partes indissociáveis e essenciais para a compreensão que oferecemos neste trabalho. Isso foi possível graças ao método da análise compreensiva que procura não simplesmente entender a *coisa-em-si*, mas, sobretudo, a *coisa-no-todo*, o que se realiza quando reunimos a multidimensionalidade, resultado da percepção fragmentada, sob a idéia da unidade. Dessa forma, a compreensão que emerge dessa abordagem expande os limites da consciência e fundamenta as bases para o desenvolvimento sustentável seja no Bairro da Serra, seja no Vale do Ribeira.

A diversidade nas abordagens e formas de leituras não significa, necessariamente, contradição, isto é, o esclarecimento acerca de um problema ou de um sistema não supõe que prevaleça uma ou outra convicção. Essa diversidade é, antes de tudo, resultado do desenvolvimento progressivo da noção de verdade como resultado do desenvolvimento histórico da consciência (HEGEL, 2007).

Por outro lado, a compreensão que oferecemos também não é capaz de integrar em si a multidimensionalidade do todo, mas tem plena consciência disso, pois na medida em que se designa complemento a uma outra forma de pensar, reconhece a sua própria incompletude e a necessidade de se complementar por meio da integração a outros sujeitos e subjetividades.

Assim, nosso desejo é que este trabalho seja um espaço de trânsito livre aos especialistas, um convite à cooperação para a ampliação da compreensão como requisito ao desenvolvimento da consciência e de sua materialização nas ações práticas que abrem caminho ao desenvolvimento.

Que este trabalho seja o solo que todos possam fertilizá-lo e nele depositar suas sementes.

ANEXO 1

Resolução SMA/SP-32, de 31-3-98.

Regulamenta a visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental nas unidades de conservação do Estado.
--

O Secretário do Meio Ambiente,

Considerando a necessidade de conservação do patrimônio natural e cultural existente nas unidades de conservação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a necessidade da otimização de sua gestão através de parcerias com pessoal treinado e através do incremento responsável na divulgação sobre sua visitação;

Considerando a importância de as unidades de conservação cumprirem plenamente as suas funções e objetivos conforme a classificação internacional de categorias de manejo de áreas especialmente protegidas da UICN (A União Mundial para Conservação da Natureza), publicada em 1994, incluindo o oferecimento das condições para visitação pública, através do ecoturismo, propiciando, também, as condições para o desenvolvimento da educação ambiental em sua área;

Considerando a necessidade de as unidades de conservação integrarem-se às suas regiões e o potencial oferecido pelas unidades de conservação em termos de geração de emprego e de renda para a população residente em seu entorno e em seu interior, através de práticas sustentáveis como a atividade do ecoturismo;

Considerando que a visitação pública nas unidades de conservação, além de ser um mecanismo de disponibilização para a população de seu patrimônio natural, é um dos melhores instrumentos de sensibilização para a necessidade de conservação ambiental e uma fonte complementar de renda para as próprias unidades, tanto diretamente, através do pagamento de ingressos, como motivando patrocínios e contribuições de outros atores sociais parceiros;

Considerando que, embora podendo gerar recursos e empregos, e apresentando áreas e locais de grande atração à visitação (por exemplo, cachoeiras, praias, montanhas, florestas, cavernas, campos rupestres, rios, entre outros), as unidades de conservação são

espaços territoriais especialmente protegidos e necessários conforme exprimem a Constituição Federal, a Constituição Estadual e vários outros diplomas legais, bem como que a visitação nas áreas especialmente protegidas deve sempre possibilitar a sensibilização para a importância do patrimônio natural, o aumento do respeito social e a postura educativa, e que para tanto é necessária a regulamentação dessa visitação, o estabelecimento de padrões de qualidade e o cuidado para minimização dos prejuízos e impactos sócio-ambientais;

Considerando os processos de discussão, aprimoramento e integração interna envolvendo os setores relacionados às unidades de conservação, já em curso há três anos, e a necessidade de ampliação para todas unidades desta Secretaria, do padrão atual de qualidade no atendimento e de segurança aos visitantes através de pessoal qualificado; resolve estabelecer procedimentos para regulamentar a visitação pública em suas unidades de conservação e nas de uso sustentável dos recursos naturais, observando as características das diversas categorias de manejo das UCs:

Artigo 1º - Fica criada a “Comissão SMA de Visitação Pública em Unidades de Conservação” composta por representantes das unidades e órgãos que seguem :

- I - 4 representantes do Instituto Florestal;
- II - 2 representantes da Fundação Florestal;
- III - 1 representante do Instituto Geológico e respectivo suplente;
- IV - 1 representante do Instituto de Botânica e respectivo suplente;
- V - 1 representante da Coordenadoria de Planejamento Ambiental e respectivo suplente;
- VI - 1 representante da CINP e respectivo suplente;
- VII - 1 representante da Coordenadoria de Educação Ambiental e respectivo suplente;
- VIII - 1 representante do Programa Estadual para a Conservação da Biodiversidade.

§ Único - A secretaria executiva desta comissão, e respectiva estrutura de apoio, são de responsabilidade da Fundação Florestal e do Instituto Florestal.

Artigo 2º - O Instituto Florestal está autorizado, nos termos do Decreto nº 25.341, de 4 de junho de 1986, a cobrar ingresso dos visitantes nos respectivos Parques Estaduais sob

sua administração a partir de um patamar mínimo de R\$ 1,00 (um real) por visitante, aumentando esse valor consoante ao maior oferecimento de infra-estrutura e serviços, após aprovação da “Comissão SMA de Visitação Pública em Unidades de Conservação”.

Artigo 3º - As instituições, organizações e empresas com atividades econômicas direcionadas para visitação em Unidades de Conservação, deverão se cadastrar na “Comissão SMA de Visitação Pública em Unidades de Conservação”.

§ 1º - As instituições deverão assinar termo de compromisso de padrão ético e ambiental de conduta, no qual declare respeitar as regras de funcionamento da Unidade de Conservação.

§ 2º - O não cumprimento desta Resolução ou do termo de compromisso assinado implicará no credenciamento da Instituição.

Artigo 4º - A visitação nas Unidades de Conservação obedecerá ao zoneamento estipulado pela legislação, pelos respectivos planos de manejo e planos de gestão ambiental de cada unidade.

§ 1º - Na ausência destes planos serão consideradas as propostas de zoneamento para visitação, desde que atenda à metodologia para elaboração de zoneamento em planos de manejo, cuja coordenação fica a cargo dos responsáveis de cada unidade de conservação, que devem apresentá-las na forma de memorial descritivo simplificado e esboço esquemático, à “Comissão SMA de Visitação Pública”, preferencialmente, no prazo de seis (06) meses após a entrada em vigor desta Resolução.

§ 2º - A avaliação das propostas referidas no parágrafo 1º deste artigo será realizada pela “Comissão SMA de Visitação Pública em Unidades de Conservação” e especialistas convidados pela mesma, e aprovada pelas respectivas diretorias das Instituições responsáveis por cada unidade.

§ 3º - A “Comissão SMA de Visitação Pública em Unidades de Conservação” terá o prazo de dois (02) meses após recebimento de cada proposta para concluir sua avaliação.

Artigo 5º - Em acordo com a “Comissão SMA de Visitação Pública em Unidades de Conservação”, os órgãos administradores das Unidades de Conservação deverão supervisionar no interior das mesmas Unidades, o trabalho das entidades responsáveis por ministrarem cursos de monitores ambientais, agências, operadoras, transportadoras,

guias, monitores ambientais, e outros prestadores de serviços turísticos, zelando pela qualidade dos serviços, pela ética e pela conservação ambiental, credenciando e descredenciando os cadastrados conforme o disposto nesta resolução.

Artigo 6º - As atividades guiadas deverão ser desenvolvidas por pessoal especializado, levando-se em conta o zoneamento específico para visitação estabelecido no artigo 4º desta resolução, sejam funcionários da Unidade de Conservação ou do seu órgão administrador, sejam monitores ambientais ou outros credenciados.

§ Único – Os monitores ambientais deverão ter a capacitação mínima estabelecida nos Anexos 1 e 2 desta resolução e deverão se cadastrar na Unidade de Conservação que, por sua vez, deve dar conhecimento do respectivo registro à “Comissão SMA de Visitação Pública em Unidades de Conservação”.

Artigo 7º - A formação dos monitores deverá atender aos requisitos do Anexo 2 desta Resolução, que estabelece a grade curricular mínima obrigatória.

§ 1º - A ordem de apresentação de módulos e disciplinas neste anexo é indicativa.

§ 2º - Para a obtenção de credenciamento provisório, o monitor deve frequentar curso com pelo menos cem (100) horas-aula de carga horária obrigatória e um total complementar de cento e vinte (120) horas de estágio supervisionado pelo responsável de cada unidade.

§ 3º - As horas de estágio e de aulas devem ser cumpridas no prazo máximo de vinte e quatro (24) meses após o início da primeira aula do curso da unidade em questão.

§ 4º - O credenciamento definitivo dos Monitores Ambientais estará sujeito a avaliações sistemáticas pela unidade de conservação, com apoio da “Comissão SMA de Visitação Pública em Unidades de Conservação”, e à participação mínima em setenta e cinco percento (75%) das aulas de atualização específicas a sua micro-região de atuação.

§ 5º - Os candidatos a Monitores Ambientais que tenham frequentado cursos similares, especialmente se ministrados anteriormente à vigência desta Resolução, podem ter reconhecimento parcial ou total, desde que equivalente à grade curricular aqui definida e aprovada pela supervisão da unidade, com apoio da “Comissão SMA de Visitação Pública em Unidades de Conservação”.

Artigo 8º - Os cursos para formação de Monitores Ambientais poderão ser ministrados por pessoas físicas ou jurídicas externas à SMA-SP, cadastradas especificamente para este fim junto à “Comissão SMA de Visitação Pública em Unidades de Conservação”.

§ 1º - Os cursos deverão ser específicos para cada unidade de conservação.

§ 2º - No momento do pedido de cadastramento, a entidade interessada deverá apresentar o plano de trabalho, contendo técnica pedagógica, metas e a listagem dos docentes e do material didático e de apoio, e assinar termo de compromisso com as normas desta Secretaria de Estado e com a sua responsabilidade frente ao curso e aos alunos.

Artigo 9º - O detalhamento do módulo “V - Especialização para Trabalho de Monitoria Micro-Regional” (por unidades de conservação da SMA-SP) do curso de Monitor Ambiental, deverá ser entregue pelos responsáveis de cada unidade de conservação desta Secretaria à “Comissão SMA de Visitação Pública ” requisito obrigatório para a realização do curso em cada unidade de conservação, preferencialmente, no prazo máximo de noventa (90) dias após a entrada em vigor desta resolução. Este módulo deve ser elaborado, preferencialmente, com a participação de eventuais comunidades locais.

§ Único – O módulo V do curso deverá ser ministrado conjuntamente com o responsável da referida unidade e com técnicos da SMA-SP convidados pela mesma.

Artigo 10º - Os candidatos a aluno para o curso de Monitor Ambiental deverão passar por uma seleção realizada pelo responsável da Unidade em questão, e somente iniciarão as aulas após assinarem documento que trata das normas de conduta dos Monitores Ambientais em Unidades de Conservação da SMA-SP.

Artigo 11º - Os processos de avaliação dos alunos no curso de Monitor Ambiental serão feitos após cada módulo e ao final do curso, por meio de análise individual e de grupo escrita e oral e estágios supervisionados.

Artigo 12º - A frequência mínima obrigatória nas aulas do curso de Monitor Ambiental é de setenta e cinco percento (75%). No módulo de primeiros socorros a frequência deve ser de cem percento (100%).

Artigo 13º - Esta Resolução entrará em vigor dois (02) meses após sua publicação.

ANEXO 1 (pertence ao anexo 1)

Critérios para candidato a Monitor Ambiental, para ecoturismo e educação ambiental nas Unidades de Conservação:

- ⇒ ser alfabetizado;
- ⇒ ser residente permanente da micro-região;
- ⇒ ter idade mínima de 18 anos no ato da inscrição;
- ⇒ possuir condição de saúde adequada ao exercício da atividade, comprovada por atestado médico atualizado;
- ⇒ apresentar facilidade de comunicação;
- ⇒ conhecer e vivenciar, minimamente, a região, a unidade e seus recursos;
- ⇒ ser formado em curso credenciado ou reconhecido junto à “Comissão SMA de Visitação Pública em Unidades de Conservação” para unidades de conservação específicas;
- ⇒ ter percepção e sensibilidade quanto à necessidade de conservação e uso sustentável do patrimônio natural e respeito ao patrimônio cultural; e
- ⇒ concordar (e assinar no ato da inscrição para o curso) documento que trata das normas de conduta do monitor ambiental nas unidades da SMA-SP.

ANEXO 2 (pertence ao anexo 1)

Proposta de Grade Curricular Mínima (aulas e estágios) do Curso de *Monitor Ambiental* para ecoturismo e educação ambiental nas Unidades de Conservação da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

Módulos	Disciplinas	Carga horária aulas	Carga horária estágios
O Ambiente Natural e a Ocupação Humana na Região (Bacia Hidrográfica e Região Metropolitana) de Influência da Unidade de Conservação da SMASP. I	*Localização geográfica, abrangência, e características do meio físico da região.	02	
	*Ecossistemas brasileiros, a Mata Atlântica, a zona costeira e o cerrado, e conhecimentos de fauna e flora.	02	
	*Histórico da ocupação e aspectos sócio-econômicos, e o patrimônio histórico-cultural da região.	02	
	*Áreas naturais e unidades de conservação.	02	
	*Identificação dos problemas para conservação e perspectivas para o desenvolvimento regional.	02	

	Total do Módulo	10	26
Introdução ao Turismo. II	*Conceitos básicos de turismo, tipologia turística, turismo na atualidade e tendências, e legislação turística. *Filosofia e princípios de ecoturismo e turismo sustentável, turismo e patrimônio cultural e natural, e impactos negativos e positivos do turismo. *Turismo na comunidade e princípios do planejamento participativo. *Áreas de visitação e roteiros regionais.	04 02 02 04	
	Total do Módulo	12	08
O Trabalho do Monitor Ambiental e Técnicas de Condução de Grupos. III	*Importância do monitor ambiental. *Relações interpessoais (comunicação e didática). *Ética profissional e legislação ambiental. *Técnicas de administração de negócios. *Educação ambiental e atividades de recreação. *Orientação espacial e utilização de cartografia. *Práticas de interpretação de trilhas e outros atrativos. *Atividades e equipamentos: individual, grupos, preparo e cuidado. *Conservação de trilhas. *Princípios das atividades de mínimo impacto. *Prevenção de acidentes e estratégias de sobrevivência.	02 04 02 02 08 02 04 02 04 06 04	
	Total do Módulo	40	46
Primeiros Socorros. IV	*Conceitos e função do "socorrista"; o corpo humano; acidentes comuns e procedimentos básicos; medicamentos básicos do "socorrista"; imobilização e transporte de vítimas. *Sistema de saúde regional.	12 02	
	Total do Módulo	14	-
Módulo de Especialização para Trabalho de Monitoria Micro-Regional (por Unidades da SMA-SP). V	*Histórico - micro-região e unidade(s). *Características do meio biofísico. *Objetivos e manejo da U.C. *Programas de gestão. *Riscos potenciais em segurança - micro-região e unidade(s). *Principais roteiros e atrativos na(s) unidade(s).	04 04 04 04 04 04	
	Total do Módulo	24	40
TOTAL DO CURSO	CARGA HORÁRIA MÍNIMA OBRIGATÓRIA – PADRÃO da SMA/SP	100 TOTAL (aulas)	120 TOTAL (estágio)

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/ecoturismo/mataatlantica/index.asp>

ANEXO 2

Som na caverna Chapéu (Núcleo Caboclos - PETAR) – Faixa 1

Som na Caverna Santana (Núcleo Santana - PETAR) – Faixa 2

Referências bibliográficas

ACKERMAN, J. Parques urbanos. *National Geographic*, v. 79, p. 90-95, outubro 2006.

ADAMS, W. M. *Green Development: Environment and sustainability in the Third World*. New York: Chapman & Hall, Inc., 1992. 257p.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. 254 p.

AFP, AP e REUTERS. Países pedem “polícia” ambiental. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 4 fev. 2007. Internacional, Caderno Vida&, p. A28.

Agência FAPESP. *Chumbo no Vale do Ribeira*, 03 set 2003. Disponível em <http://www.agencia.fapesp.br/boletim_dentro.php?data%5Bid_materia_boletim%5D=523>. Acesso em 12 de dezembro de 2006.

AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA. *Desenvolvimento sustentável na bacia do Ribeira de Iguape: uma análise das condições e limitações sócio-econômicas ao ecoturismo*. São Paulo, SP, [2005]. 1 CD-ROM. Windows. Relatório final.

AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA. *Ecoturismo na Mata Atlântica: um guia interativo sobre o Vale do Ribeira*. São Paulo, SP: Próxima Mídia Editora, [1998]. 1 CD-ROM. Windows 3.1, 3.11 e 95.

ANDERSEN, D.L. Uma janela para o mundo natural: o projeto de instalações ecoturísticas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. *Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1995. 195-221p.

ARNTZ, W.; CHASSE, B.; VICENTE, M. (direção) *Quem somos nós?* Produção: William Arntz e Betsy Chasse. Intérpretes: Marlee Matlin, Elaine Hendrix e Robert Bailey Jr. Roteiro: William Arntz, Betsy Chasse e Mathew Hoffman. Estúdio: Lord of the Wind. Distribuição: Samuel Goldwyn Films LLC e PlayArte, c2004. 1 DVD (109 min), widescreen color.

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, ano II, n. 5, p. 79-92. Segundo semestre de 1999.

ASHTON, T. S. *A Revolução Industrial*. Lisboa, Portugal: Publicações Europa América, 1990. 211p.

AVIGHI, C. M. Turismo, globalização e cultura. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000. 102-106p.

BARBIERI, E. *Desenvolver ou preservar o ambiente?* São Paulo: Ed. Cidade Nova, 1996. 62p.

BARBOSA L. M. et al Ensaio para o estabelecimento de modelos para recuperação de áreas degradadas de matas ciliares, Moji-Guaçu (SP). In BARBOSA, L. M. *Anais do Simpósio sobre mata ciliar* – Fundação Cargill, p. 268-283, 1989. Nota prévia.

BARBOSA, Y. M. *História das viagens e do turismo*. São Paulo: Aleph, 2002. 99p.

BARROS, S. M. Turismo, sociedade, meio ambiente e ecoturismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000. 85-93p.

BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994. 178p.

BENI, M. C. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.165-171p.

BEZERRA, J. A. Nossos bosques têm mais vida. *Revista Globo Rural*, Rio de Janeiro, ano 19, n. 226, p. 22 – 32, agosto de 2004.

BIEN, A. *A Simple User's Guide to Certification for Sustainable Tourism and Ecotourism*. Washington, DC: The International Ecotourism Society (draft publication), 2003. 25p.

BLANGY, S.; WOOD, M. E. Desenvolvendo e implementando diretrizes ecoturísticas para áreas naturais e comunidades vizinhas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. *Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1995. 57-91p.

BONDUKI, M. I. *A implantação de áreas protegidas e o turismo no Bairro da Serra – Iporanga – SP*. 2002. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Ciência Ambiental, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. *Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1995. 31-55p.

BRAGA, R. Raízes da questão regional no Estado de São Paulo: considerações sobre o Vale do Ribeira. *Geografia*, Rio Claro, v. 24, n. 3, p. 43-68. 1999.

BRANDÃO, C. R. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. 92p.

BRANDÃO, C. R.; TSIKIOKA, C. G. e CARVALHO, M. C. P. O cerco do verde: o olhar dos outros sobre a questão do ambiente. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, ano II, n. 5, p. 155-180. Segundo semestre de 1999. Comunicação de resultados de pesquisa.

BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. *Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1995. 223-252p.

CÂMARA, I. G. *Plano de ação para a Mata Atlântica*. São Paulo: Editora Interação LTDA, 1991. 152p.

CAMPANILI, M. Mais antigo parque do Ribeira completa 45 anos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 de maio de 2003. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/ciencia/noticias/2003/mai/15/174.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2004.

CANDIDO, A. *Os parceiros do rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. 284p.

CAPOBIANCO, J. P. O que podemos esperar da Rio 92? *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 13-17. 1992.

CAPRA, F. *As conexões ocultas: Ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2002. 296p.

CAPRA, F. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 2002. 447p.

CAPRA, F. *O tao da Física: um paralelo entre a Física moderna e o misticismo oriental*. São Paulo: Cultrix, 1983. 274p.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2003. 698p. Volume 2.

CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 466 p.

CASTROGIOVANNI, A. C. Turismo, ecoturismo e sustentabilidade: inquietações e possibilidades. In: MOESCH, M. M. *Um outro turismo é possível*. Porto Alegre: Contexto, 2004. 106-110p.

CAVALCANTI, C. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, vol. 6, n. 1, p. 73-84. Jan./jul. 2003.

CAVALCANTI, R. N. As normas da série ISO 14000. In: ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P. e LEONARDI, M. L. A. *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. 207-220p.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. “O ecoturismo como um fenômeno mundial”. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. *Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1995. 23-29p.

CERVO, A. L. *O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1981. 254p.

COHN, G. (Org.) *Weber*. São Paulo: Ática, 2005. 167 p.

CORRÊA, T. Reflexões sobre turismo e mercado turístico: o caso do Brasil e dos Estados Unidos na perspectiva do turismo ecológico como negócio. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000. 94-101p.

CORSI, A. C.; LANDIM, P. M. B. Chumbo, zinco e cobre em sedimentos de corrente nos ribeirões Grande, Perau e Canoas, e córrego Barrinha no município de Adrianópolis (Vale do Ribeira, PR). *Geociências*, v.22, n. especial, p. 49-61, 2003.

COTTA, J. A. O.; REZENDE, M. O. O.; PIOVANI, M. R. Avaliação do teor de metais em sedimento do rio Betari no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR, São Paulo, Brasil. *Quim. Nova*, v. 29, n. 1, p. 40 – 45, 2006.

DALAI LAMA. *Uma ética para o novo milênio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 168 p.

DALY, H. E. Sustentabilidade em um mundo lotado. *Scientific American*, ano 4, n. 41, p. 92-99. Outubro de 2005.

DAVENPORT, L. *et alli* Ferramentas de ecoturismo para parques. In: TERBORGH, J. *et alli*. (org.) *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora da UFPR – Fundação O Boticário, 2002. 305-333p.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-29. 1992.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. (org.) *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p. Biodiversidade, 4.

DIEGUES, A. C. S.; NOGARA, P. J. *O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá – Parati – Rio de Janeiro*. São Paulo: NUPAUB – USP, 1994. 187p.

DONAIRE, D. Considerações sobre a variável ecológica, as organizações e o turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000. 80-84p.

DUNCAN, D. E. A poluição interior. *National Geographic*, v. 79, p. 96-122, outubro 2006.
ERNI, C. Los Mangyan rechazan el Parque Nacional. *Boletín IWGIA*, Copenhague, n. 3, p. 34 – 37, 1993.

FERREIRA, L. da C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 47-66, Jan. /jun. 2004.

FERREIRA, L. da C. et al. Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. *Idéias*, Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 115-149, 2001.

FIGUEIREDO, L. A. V. *O “meio ambiente” prejudicou a gente... Políticas públicas e representações sociais de preservação e desenvolvimento; desvelando a pedagogia de um conflito no Vale do Ribeira (Iporanga – SP)*. 2000. 612 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Área de concentração em Metodologia de Ensino, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP.

FOLADORI, G. *Limites do Desenvolvimento Sustentável*. Campinas – SP: Ed. UNICAMP/Imprensa Oficial do Estado, 2001. 221p.

FOLADORI, G. Sustentabilidad ambiental y contradicciones sociales. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, ano II, n. 5, p. 19-34. Segundo semestre de 1999.

FONT, X. Labelling and certification: benefits and challenges for sustainable tourism management and marketing. *International Ecotourism Monthly*, n. 9, July 2003. Ecoclub. Disponível em: <<http://ecoclub.com/news/050/expert.html#1>>. Acesso em 25 mar. 2004. ISSN 1108-8931.

FORTES, R. *Iguape – Nossa História*. Iguape, SP: Edição do autor, 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia da tolerância*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. 329p.

FSC (Forest Stewardship Council). *FSC Social strategy: building and implementing a social agenda*. Oaxaca, Mexico: FSC, 2002. 52p. Version 2.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA *Atlas dos remanescentes da Mata Atlântica*, 2002. Disponível em <<http://www.sosmatatlantica.org.br/?secao=atlas>>. Acesso em 20 de outubro de 2006.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, SP: Editora Nacional, 1987. 248p.

GALILEI, G. *Ciência e fé*. São Paulo: Nova Stella Editorial, 1988. 109 p.

GALLERO, A. L. O lugar e o não-lugar no turismo. In: MOESCH, M. M. *Um outro turismo é possível*. Porto Alegre: Contexto, 2004. 36-42p.

GIBRAN, K. G. *O profeta*. Rio de Janeiro: Vozes, 1974. 88p.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GOMES, L. A (eco) lógica da gestão do território e do turismo na praia Do Forte – Bahia. In: VASCONCELOS, F. P. *Turismo e meio ambiente*. Fortaleza: FUNECE, 1998. 48-59p.

GORENDER, J. *A burguesia brasileira*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1988. 116p.

GROOM, M. J.; PODOLSKY, R. D.; MUNN, C. A. Tourism as a sustained use of wildlife: a case study of Madre de Dios, Southeastern Peru. In: REDFORD, K. H.; ROBINSON, J. G. *Neotropical wildlife use and conservation*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. 393-412p.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL MMA-MICT-IBAMA-EMBRATUR *Diretrizes para a política nacional de ecoturismo*. 1994, 18p. Disponível em <<http://www.ecobrasil.org.br>>. Acesso em: 02 de maio de 2004.

GUTIÉRREZ, M. M. La certificación como instrumento de dominación. *Revista Biodiversidad, sustento y culturas*, n. 43, p. 19-25, enero 2005. Disponível em: <http://www.grain.org/biodiversidad_files/biodiv_43_19.pdf>. Acesso em 10 nov 2005.

HALLAI, G. *História do PETAR*, 2002. Disponível em: <http://www.caveland.tur.br/html/estudo/historia_petar.htm>. Acesso em 13 maio 2003.

HARRIS, L. D. *The fragmented Forest: Island biogeography theory and the preservation of biotic diverse*. Chicago: University of Chicago Press, 1991. 211p.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes/ São Francisco, 2007. 549p.

HENDERSON, H. Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades. *Cadernos IHU idéias*, São Leopoldo, ano 4, n. 58, 21p. 2006.

HOEHNE, F. C. 1940. *O Litoral do Brasil Meridional*. Excursão botânica realizada de 16-9 a 26-10-1929. Secretaria da Agricultura e Comércio de São Paulo. Departamento de Botânica do Estado, Rio de Janeiro, RJ. 111 p.

HOGAN, D. J., CARMO, R. L., ALVES, H. P. F. e RODRIGUES, I. A. Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população. In: HOGAN, D. J. et al (Org.) *Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000. 518p.

HORWICH, R. H. *et alli* O ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: A experiência de Belize. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. *Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1995. 253-281p.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO (São Paulo, SP). *Divisão Municipal do Estado de São Paulo*. São Paulo, 2002. Plano Cartográfico do Estado de São Paulo. Escala 1:1.000.000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL *Tijuco Alto: saiba porque ela não interessa ao Vale do Ribeira*. Instituto Socioambiental: São Paulo, 2002. 23 p.

JORNAL APIAÍ DIZ *Prefeito Jamil em apuros*. Apiaí, SP, 16 a 27 de novembro de 2004. Primeira página.

KRIPPENDORF, J. Rio: 10 anos depois: Cartão vermelho para o turismo? In: MOESCH, M. M. *Um outro turismo é possível*. Porto Alegre: Contexto, 2004. 43-48p.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1994. 257 p. (Debates 115).

KURZ, R. Até a última gota. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 ago. 1997. Folha Mais!, Caderno 5, p. 5.

KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 231p.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000. 117-131p.

LAGO, A.; PÁDUA, J. A. *O que é Ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 2001. 108 p.

LATOUCHE, S. O decrescimento como condição de uma sociedade convivial. *Cadernos IHU idéias*, São Leopoldo, ano 4, n. 56, 14p. 2006.

LEAUTIER, F. A. Desenvolvimento sustentável: lições aprendidas e desafios à frente. In: *Questões Globais*, v. 7, n. 1, abril de 2002. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itgic/0402/ijpg/ijpg0402.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2004.

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez Editora, 2000. 240p.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. 494 p.

LEMONS, L. Convergência turística: o valor turístico, a Rede Mercocidades e os Sistemas Locais de Produção. In: MOESCH, M. M. *Um outro turismo é possível*. Porto Alegre: Contexto, 2004. 67-82p.

LIMA, W. P. Função hidrológica da mata ciliar. In BARBOSA, L. M. *Anais do Simpósio sobre mata ciliar* – Fundação Cargill, p. 25-42, 1989.

LINDBERG, K.; HUBER, R. M. Questões econômicas na gestão do ecoturismo. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. *Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1995. 141-193p.

LUCHIARI, M. T. D. P. *O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba – SP*. 1999. 218 f. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP.

MACCARRONE-EAGLEN, A.; FONT, X. Ecotourism certification and accreditation: some effects on the private sector. In: ECOTOURISM CONGRESS, 2002, Andorra: Centre de Biodiversitat, 2002. Disponível em: <http://www.iea.ad/cbd/congres/cima02/agata_maccarrone.pdf>. Acesso em 25 mar. 2004.

MACHADO, I. C. et al. Estudo da ocorrência dos metais pesados Pb, Cd, Hg, Cu e Zn na ostra de mangue *Crassostrea brasiliiana* do estuário de Cananéia – SP, Brazil. *Rev. Inst. Adolfo Lutz*, v. 61, n. 1, p. 13-18, 2002.

MARCUSE, H. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 379 p.

MARTINS, J. S. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975. 161 p.

MARX, K. As classes sociais. In: IANNI, O. (Org.) *Marx*. São Paulo: Ática, 1980. p. 99-101. Série Sociologia.

MENDES JR., J. N. *Distribuição e associação entre essências nativas de mata ciliar: um estudo aplicado à recuperação de áreas degradadas*. 1999. 109f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, SP.

MERQUIOR, J. G. *A natureza do processo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982. 217 p.

MOESCH, M. M. Introdução. In: MOESCH, M. M. *Um outro turismo é possível*. Porto Alegre: Contexto, 2004. 9-10p.

MOLINA, S. Pós-turismo: novas tecnologias e novos comportamentos sociais. In: MOESCH, M. M. *Um outro turismo é possível*. Porto Alegre: Contexto, 2004. 25-31p.

MORAES, R. P.; FIGUEIREDO, B. R.; LAFON, J.M. Pb-Isotopic tracing of metal-pollution sources in the Ribeira Valley, Southeastern Brazil. *TERRAE*, v. 1, n.1, p. 26-33, 2004.

MORELL, V. De olho no futuro da Mata Atlântica. *National Geographic*, v. 47, p. 40-54, março 2004.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 344 p.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. 177 p.

MORUS, T. *A utopia*. São Paulo: Escala, 2001. 142p.

MOWEN, J. C.; MINOR, M. S. *Comportamento do consumidor*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005. 403p.

MULLER, G. *Estado, estrutura agrária e população: estagnação e incorporação regional*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980.141p.

MUSSER, G. O clímax da humanidade. *Scientific American*, ano 4, n. 41, p. 36-39. Outubro de 2005.

NIETZSCHE, W. F. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1986. 331p.

OLIVEIRA, V. G. *Educação ambiental e manejo de recursos naturais em Área de Proteção Ambiental: o caso dos extratores de samambaias da Ilha Comprida – São Paulo*. 2002. 117 f. Dissertação (Mestrado em Conservação de Ecossistemas Florestais) – Programa de Recursos Florestais, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, SP.

PIRES, P. S. *Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista*. 1998. 218 f. Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP.

PREFEITO de Búzios quer organizar entrada de turistas. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 22 fev. 2007. Disponível em <<http://www.tribuna.inf.br/noticia.asp?noticia=pais05>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *A nova aliança: metamorfose da ciência*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997. 247 p.

REDFORD, K. H.; ROBINSON, J. G. Subsistence and commercial uses of wildlife in Latin America. In: REDFORD, K. H.; ROBINSON, J. G. *Neotropical wildlife use and conservation*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. 6-23p.

REICHARDT, K. Relações água – solo – planta em mata ciliar. In BARBOSA, L. M. *Anais do Simpósio sobre mata ciliar* – Fundação Cargill, p. 20-24, 1989.

RÉMOND, R. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*. São Paulo: Cultrix, 1974. 207 p. Volume 3.

RIBEIRO JR., J. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 77 p.

ROCHA, A. A.; COSTA, J. P. O. (coord.) *Não matará: a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e sua aplicação no estado de São Paulo*. São Paulo: Terra Virgem Editora e Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1998. 259 p.

ROSSETTI, J. P. *Política e programação econômicas*. São Paulo: Atlas, 1987. 319 p.

RUSCHMANN, D. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 2000. 199p.

RUSSELL, B. *História do pensamento ocidental*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. 463p.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95p. Segunda edição.

SANSOLO, D. G. Educação ambiental, turismo e conservação. In: VASCONCELOS, F. P. *Turismo e meio ambiente*. Fortaleza: FUNECE, 1998. 280-293p.

SANTOS, J. J. *O município, o patrimônio natural e a dinâmica sócio-ambiental no Vale do Ribeira: o caso do município de Iporanga – SP*. 2005. 297 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Área de concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Territorial, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais. *Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo: proposta*. São Paulo, 1997. 72p. Série documentos ambientais.

SCATAMACCHIA, M. C. M., DEMARTINI, C. M. C., CALIPPO, F. R. *Guia arqueológico do baixo Vale do Ribeira*. São Paulo, SP: FAPESP, 2003. 50p. Programa Arqueológico do Baixo Vale do Ribeira.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 409 p.

SERVA, M.; ANDION, C. *O controle coletivo dos riscos ambientais na produção de alimentos: uma análise do sistema de certificação participativa na Rede Ecovida de Agroecologia*. 2004. 20p. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/mauricio_serva.pdf>. Acesso em 3 abr 2007.

SHIVA, V. Dos novos limites às políticas ambientais. In *Convenção Científica Internacional “Os novos limites físicos, sociais e éticos do desenvolvimento”*, Siena, 31 de outubro a 2 de novembro de 1989. 8 p. Aula magna. Exemplar datilografado e fotocopiado.

SILVEIRA, P. C. B. *Povo da terra e terras do parque: da tradição à ação*. In: XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 3: “Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação”. Brasília, julho de 2000. 19 p.

SOUSA, C. A. A. Ecoturismo e envolvimento comunitário. In: VASCONCELOS, F. P. *Turismo e meio ambiente*. Fortaleza: FUNECE, 1998. 236-251p.

SUNKEL, O.; PAZ, P. *El subdesarrollo latino americano y la teoria del desarrollo*. México: Siglo XXI Editores, 1988. 385 p.

TERBORGH, J.; PERES, C. A. O problema das pessoas nos parques. In: TERBORGH, J. *et alli*. (org.) *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora da UFPR – Fundação O Boticário, 2002. 334-346p.

TERBORGH, J.; SCHAIK, C.V. Por que o mundo necessita de parques. In: TERBORGH, J. *et alli*. (org.) *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora da UFPR – Fundação O Boticário, 2002. 25-36p.

TOLEDO, G. L.; POLLERO, A. C.; VALDÉS, J. A. Gestão pública no contexto do planejamento estratégico do turismo regional: estudo de casos latino-americanos. In: MOESCH, M. M. *Um outro turismo é possível*. Porto Alegre: Contexto, 2004. 117-130p.

TRIGO, L. G. G. Problemas e possibilidades do turismo brasileiro. In: MOESCH, M. M. *Um outro turismo é possível*. Porto Alegre: Contexto, 2004. 94-105p.

TRINDADE, A. *Iguape: Litoral sul de São Paulo – Brasil*. Iguape, SP: Prefeitura do Município de Iguape – Departamento de Turismo, Esporte e Cultura, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1987. 175 p.

VALENTIM, A. *Comércio marítimo de abastecimento: o porto de Iguape (SP), 1798-1880*. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/> . Acesso em: 25 de outubro de 2004.

VAN DAM, C. La economía de la certificación forestal: desarrollo sostenible para quien? In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE DESARROLLO Y MEDIO AMBIENTE. Quito: FLACSO, 2003. 24p.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 226 p.

VITAE CIVILIS, WWF-BRASIL. *Sociedade e ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável: como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo no Vale do Ribeira na Mata Atlântica*. Editora Fundação Peirópolis, São Paulo, SP, 2003. 144p.

WCED (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT). *Our common future*. Report of the World Commission on Environment and development. United Nations, 4 ago. 1987. 318 p. Exemplar scanerizado a partir do texto datilografado original. Disponível em <
http://www.are.admin.ch/imperia/md/content/are/nachhaltigeentwicklung/brundtland_bericht.pdf?PHPSESSID=7c41e05f78b4c781a66bb6f7e281f66d>. Acesso em 10 jan. 2007.

WEARING, S.; NEIL, J. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. Barueri: Editora Manole Ltda, 2001. 256p.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (Org.) *Weber*. São Paulo: Ática, 2005. p. 79-127.

WORKSHOP SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA E TURISMO: Diretrizes internacionais para o turismo sustentado (anexo 1). Santo Domingo, Dominican Republic:

UNEP (United Nations Environment Programme) and CDB (Convenção sobre Diversidade Biológica). 2001. Disponível em: <<http://www.biodiv.org/programmes/socio-eco/tourism/guidelines.asp>>. Acesso em: 22 mar. 2002.

WWF-BRASIL. *Certificação em turismo - lições mundiais e recomendações para o Brasil*. Brasília, DF: WWF-Brasil, Série técnica, vol. IX, 2001. 80p.

WWF-BRASIL. *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília, DF: WWF-Brasil, 2003. 470p.